



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A FESTA DA DEMOCRACIA: A CAMPANHA EM (CENA)**

CAMPINA GRANDE – PB

2017

**CYNTIA CAROLINA BESERRA BRASILEIRO**

**A FESTA DA DEMOCRACIA: A CAMPANHA EM (CENA)**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Campus I, como exigência para obtenção do Grau de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Elizabeth Christina de Andrade Lima

Campina Grande – PB

Agosto, 2017

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

- B823f Brasileiro, Cyntia Carolina Beserra.  
A festa da democracia: a campanha em (cena) / Cyntia Carolina Beserra Brasileiro. – Campina Grande, 2017.  
254 f. : il.
- Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.  
"Orientação: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima".  
Referências.
1. Representação Política - Regime Democrático. 2. Campanhas Eleitorais. 3. Práticas Eleitorais. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

CDU 321.7(043)

# **CYNTIA CAROLINA BESERRA BRASILEIRO**

## **A FESTA DA DEMOCRACIA: A CAMPANHA EM (CENA)**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Campus I, como exigência para obtenção do Grau de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Elizabeth Christina de Andrade Lima

### **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Dr<sup>ª</sup>. Elizabeth Christina de Andrade Lima – PPGCS/UFCG  
(Orientadora)

---

Dr. Julio Cezar Gaudêncio – UFAL  
(Examinador Externo)

---

Dr. José Luciano de Queiroz Aires – PPGH/UFCG  
(Examinador Externo)

---

Dr<sup>ª</sup>. Mercia Rejane Rangel Batista – PPGCS/UFCG  
(Examinador Interno)

---

Dr. Robertos Véras de Oliveira – PPGCS/UFPB  
(Examinador Interno)

## **DEDICATÓRIA**

**A meus pais, Madsa e Aurélio, meu solo sagrado.  
A meu irmão Ranyere, conselho que me faz feliz.**

## AGRADECIMENTOS

Aos autores desta história. A todos aqueles que se disponibilizaram em compartilhar comigo as suas vivências e crenças sobre a política, possibilitando que eu pudesse ‘com um segundo olhar’ aprofundar uma temática de estudo que passa por sua via institucional, mas que é feita antes de tudo de subjetividades. Meu muito obrigado a todos.

A meus pais, porque é sempre por eles que estes movimentos são feitos. Meus pais compõem a razão de ser de cada uma destas linhas, nem sempre compreendendo os trâmites acadêmicos, são dotados de uma sabedoria que me conduziram até aqui. Alentaram-me nos dias incertos, incentivaram-me na hora certa. Agradeço a vida, a educação, o amor e toda a compreensão e apoio quando das minhas escolhas.

A meu irmão Ranyere, minha alegria e inspiração. Meu irmão, não há palavras suficientes que possa externar o quanto você é meu arrimo em todas as situações. Tenho muito orgulho de tudo que vivemos juntos, de quem você é e o que me ajuda a ser.

Ao companheirismo e amizade do meu nego, Wellington, que me incentivou a escrita e transcrições em muitos momentos. Muito obrigada, ainda que em meio às minhas ausências, não me deixou desanimar.

Ao amigo Silvan Borborema, pela sua participação e auxílio nas transcrições. No percurso da escrita, onde nos sentimos tão solitários, você me deu aconchego ao dialogar comigo, situando possibilidades.

Ao amigo Givanildo Silva, muita gratidão pela experiência compartilhada em nossa nova casa, nas preparações de aulas, apoio e força na escrita da tese.

A professora Elizabeth Christina, agradeço com muito carinho. Neste momento em especial, pelo apoio nesta transição em que troquei de casa, de visão, de escrita, de vivências. Agradeço em tudo e por tudo, porque me fez ver o quanto responsabilidade, comprometimento e amor ao que se faz marca a vida, a senhora marca a minha em todo o meu caminhar acadêmico.

Ao professor Roberto Veras por gentilmente aceitar compor esta banca. Agradeço e estimo a sua participação, lembrando com muito carinho de toda a inspiração e aprendizado que pude ter em sala de aula e ao ver seu caminhar acadêmico.

Ao professor Júlio Cezar Gaudêncio, com alegria por fazer parte deste momento tão importante que começou quando ainda era sua aluna na graduação, ao ministrar

disciplinas na área de Ciência Política. O que aprendi com você, para além de uma teoria política, tem me ajudado no exercício do ser professora.

A professora Mercia Rejane Rangel Batista, pelo pronto atendimento e gentileza em participar da banca e por suas observações, com certeza, úteis, ao presente texto.

Ao professor Luciano Queiroz que prontamente aceitou compor esta banca desde a sua qualificação, trazendo contribuições para este texto com sugestões e correções. Agradecimento que estendo ao professor Vanderlan Silva, que também compôs e contribuiu com arguições e indicações esta tese no momento da qualificação, o reencontro, com pelo menos um deles, neste momento, é também de agradecimento por tê-los observado a tese em seu processo de reconstrução e proposições.

Aos meus alunos na UERN que me acolheram de uma maneira cativante, discutindo comigo textos e experiências, tornando a escrita desta tese também possível a partir destes diálogos.

Aos meus amigos e familiares que sempre estão comigo em todos os momentos, minha gratidão sempre. Em Petrolina, em Campina Grande, em Boa Vista, em cada um destes lugares sou recebida com muita alegria e com muito incentivo para as conquistas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais de Campina Grande (PPGCS) por todos os anos em que pude vivenciar, nos mais diversos sentidos, o conhecimento, logo agradeço a todos os professores e os colegas que compuseram a minha turma de doutorado: Elvia, Janaína, Vanessa, Janine, Danilla, Marciano, Cosma, Lucas, Xavier, Melânia e Jonata. Agradeço o apoio financeiro da CAPES que me possibilitou operacionalizar o curso de doutorado e a pesquisa.

Aos funcionários do PPGCS, sempre dispostos no atendimento e solicitações. Agradeço aqui na pessoa de Rinaldo, sempre atencioso com as demandas solicitadas.

A Deus, pela vida e perseverança. A quem dou graças por até aqui ter chegado. Foi a tua mão, Senhor, que nunca me desamparou.

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo compreender as visões elaboradas pelos eleitores em Campina Grande – PB acerca da Representação Política no regime democrático. A problemática pretende questionar a existência de uma crise de representatividade e o impacto da mesma sobre a concepção e vivência da política. Parte-se do pressuposto de que as práticas eleitorais vivenciadas por ocasião de uma campanha eleitoral acabam por assinalar toda uma disputa estruturada, ritual e simbolicamente, que nos leva a compreender como se objetiva o restabelecimento da crença do eleitor e, conseqüentemente no fortalecimento da democracia. Buscou-se no processo político a compreensão de como as disputas eleitorais, as campanhas, a construção de imagens são experienciadas pelo eleitor e como eles pensam este processo. Este momento que, por um lado, fundamenta a opinião pública e conquista o eleitor, por outro lado revela-se um ambiente de diferenças e contravenções que arrefece a concepção democrática. Para realização da pesquisa, tomamos como universo os eleitores da cidade de Campina Grande, considerando uma abordagem socioantropológica que nos permitiu adentrar numa nova compreensão entre o eleitor, o candidato, as instituições e regras que o permeiam. Partiu-se de um roteiro semiestruturado que nos possibilitou dialogar com pessoas selecionadas a partir do critério etário, tomando como base aquelas pessoas que nasceram antes de 1985, que acompanharam um período que antecede o cenário democrático no país e pós-1985 que compreendem uma nova leitura do espetáculo democrático. Realizando dezesseis entrevistas no período de fevereiro a junho do ano de 2016, priorizou-se em nossa análise as eleições majoritárias, mas, os diálogos com os entrevistados extrapolaram esta referência, o que nos fez pensar o processo político, a exemplo da disputa eleitoral, em outros aspectos, já que o próprio eleitor diferencia os pleitos municipais, estaduais e federais. A chegada da democracia revelou-se um conjunto de desafios, não aparece como algo encerrado, aponta-se toda uma construção de como se sustenta uma disputa entre desiguais, denotando nossas fragilidades na enunciação que os eleitores fazem das atitudes políticas que chamam de (anti) democráticas: descrença nos partidos, nas instituições, na condução do processo eleitoral, na desordem que se instaurou no país. Por outro lado, mesmo que as falas apontem para uma descrença, esse processo de ‘abertura’ democrática foi pensado como momento de mudanças e esperança, no desejo de igualdade entre nós, revelam uma ideia de devir, de uma democracia em construção.



## **ABSTRACT**

This thesis aims to understand the visions elaborated by the voters in Campina Grande - PB about the Political Representation in the democratic regime. The problem seeks to question the existence of a crisis of representativeness and the impact of it on the conception and experience of politics. It is based on the assumption that the electoral practices experienced during an electoral campaign end up in a structured, ritual and symbolic dispute that leads us to understand how to re-establish the voter's belief and, consequently, to strengthen democracy. We sought in the political process the understanding of how electoral disputes, campaigns, the construction of images are experienced by the voter and how they think this process. This moment, which, on the one hand, underpins public opinion and conquers the voter, on the other hand it reveals an environment of differences and contraventions that cools the democratic conception. To carry out the research, we took as a universe the voters of the city of Campina Grande, considering a socio-anthropological approach that allowed us to enter into a new understanding between the voter, the candidate, the institutions and the rules that permeate it. It was based on a semi-structured script that enabled us to dialogue with people selected on the basis of the age criterion, based on those people who were born before 1985, who followed a period that preceded the democratic scenario in the country and post-1985 that comprise a new reading of the democratic spectacle. After conducting sixteen interviews in the period from February to June of the year 2016, the majority elections were prioritized in our analysis, but the dialogues with the interviewees extrapolated this reference, which made us think about the political process, such as the electoral contest, in other aspects, since the voter himself differentiates the municipal, state and federal lawsuits. The arrival of democracy has proved to be a set of challenges, it does not appear as a closed thing, it points out a whole construction of how a dispute between unequals stands, denoting our weaknesses in voters' enunciation of the political attitudes they call) democratic: disbelief in the parties, in the institutions, in the conduct of the electoral process, in the disorder that was established in the country. On the other hand, even if the lines point to disbelief, this process of democratic 'openness' was thought as a moment of change and hope, in the desire for equality between us, reveal an idea of becoming, a democracy under construction.

## RESUMÉ

Cette thèse vise à comprendre les visions élaborées par les électeurs de Campina Grande - PB sur la représentation politique dans le régime démocratique. Le problème cherche à interroger l'existence d'une crise de représentativité et son impact sur la conception et l'expérience de la politique. Une partie sur l'hypothèse que les pratiques électorales vécues au cours d'une campagne électorale en pointant un différend structuré tout, rituel et symbolique, ce qui nous conduit à comprendre comment objectif la restauration de la croyance des électeurs et par conséquent renforcer la démocratie. Recherché dans la compréhension du processus politique de la façon dont les luttes électorales, des campagnes, des images de construction sont expérimentés par l'électeur et la façon dont ils pensent ce processus. Cette fois-ci, d'une part, fondée sur l'opinion publique et de gagner l'électeur, d'autre part se révèle être un environnement de différence et qui refroidit la délicate conception démocratique. Pour mener l'enquête, nous prenons comme les électeurs de l'univers de la ville de Campina Grande, en considérant une approche anthropologique qui nous a permis d'entrer dans une nouvelle entente entre l'électeur, le candidat, les institutions et les règles qui imprègnent. Le point de départ était un script semi-structuré qui nous a permis de dialoguer avec des personnes choisies à partir du critère d'âge, en fonction de ceux qui sont nés avant 1985, qui a suivi une période antérieure au scénario démocratique dans le pays et post-1985 comprend une nouvelle lecture du spectacle démocratique. Exécution seize interviews de Février à Juin 2016, il a été priorisé dans notre analyse les élections majoritaires, mais le dialogue avec les personnes interrogées extrapolé cette référence, ce qui nous a fait penser le processus politique, comme la lutte électorale, dans d'autres aspects, puisque l'électeur lui-même différencie les procès municipaux, étatiques et fédéraux. L'arrivée de la démocratie a prouvé un certain nombre de défis, apparaît pas comme quelque chose de fermé, pointe vers le haut d'un immeuble comme il soutient un différend entre l'inégalité, ce qui reflète nos faiblesses que les électeurs font l'énonciation des attitudes politiques qui appellent (anti) démocratique: incrédulité dans les partis, dans les institutions, dans la conduite du processus électoral, dans le désordre qui s'est établi dans le pays. D'autre part, même si les lignes indiquent une incrédulité, ce processus de « l'ouverture » démocratique a été pensé comme un moment de changement et de l'espoir, le désir d'égalité parmi nous, ils révèlent une idée de devenir, d'une démocratie en construction.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ARENA Aliança Renovadora Nacional  
CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CPDOC Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea  
DEM Democratas  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MDB Movimento Democrático Brasileiro  
MDS Ministério do Desenvolvimento Social  
PC do B Partido Comunista do Brasil  
PCB Partido Comunista Brasileiro  
PCO Partido da Causa Operária  
PDC Partido Democrata Cristão  
PDS Partido Democrático Social  
PDT Partido Democrático Trabalhista  
PEN Partido Ecológico Nacional  
PFL Partido da Frente Liberal  
PHS Partido Humanista da Solidariedade  
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN Partido da Mobilização Nacional  
PP Partido Progressista  
PPS Partido Popular Socialista  
PR Partido da República  
PRN Partido da Reconstrução Nacional  
PRP Partido Republicano Progressista  
PRTB Partido Renovador Trabalhista Brasileiro  
PSB Partido Socialista Brasileiro  
PSC Partido Social Cristão  
PSD Partido Social Democrático  
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira  
PSDC Partido Social Democrata Cristão  
PSL Partido Social Liberal  
PSN Partido da Solidariedade Nacional  
PSOL Partido Socialismo e Liberdade  
PST Partido Social Trabalhista  
PSTU Partido Social dos Trabalhadores Unificados  
PT Partido dos Trabalhadores  
PTB Partido Trabalhista Brasileiro  
PTC Partido Trabalhista Cristão  
PTdoB Partido Trabalhista do Brasil  
PTN Partido Trabalhista Nacional  
PV Partido Verde  
SD Solidariedade  
TCU Tribunal de Contas da União  
TRE Tribunal Regional Eleitoral  
TSE Tribunal Superior Eleitoral  
UDN União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1. CAPÍTULO I: BRASIL, QUEM TE PENSA DEMOCRÁTICO?...23</b>	
1.1 Democracia enquanto representação.....	24
1.2 Conquistas democráticas: por um exercício de cidadania.....	34
1.3 Entreatos democráticos: as eleições presidenciais no Brasil.....	49
<b>2. CAPÍTULO II: A DISPUTA ELEITORAL: UM RITUAL DE COMBATE.....</b>	<b>65</b>
2.1 O processo eleitoral como instrumento democrático.....	66
2.2. Campanhas em cena: rituais e simbolismos.....	94
<b>3. CAPÍTULO III: POLÍTICA PARA QUEM?.....</b>	<b>127</b>
3.1 Construindo Imagens para um público.....	128
3.2 Cadê a Opinião Pública que estava aqui?.....	154
<b>4. CAPÍTULO IV: DEMOCRACIA EM CONSTRUÇÃO.....</b>	<b>186</b>
4.1 A construção da política: o voto na cabeça do eleitor.....	187
4.2 Atitudes políticas que permeiam a democracia.....	215
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>239</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>247</b>
<b>7. ANEXOS .....</b>	<b>252</b>
7.1 Roteiro de Entrevista.....	253
7.2 Descrição dos Entrevistados.....	254

## INTRODUÇÃO

A Representação política é uma concepção fundante para o exercício democrático. Por entender que a democracia prescinde, entre outros elementos, da crença que os eleitores possam ter naqueles que o representam o objeto de estudo desta tese são as visões elaboradas dos eleitores acerca da representação política no regime democrático.

Partimos da problemática de que o regime democrático revela em sua construção uma acentuada descrença dos eleitores nos candidatos e grupos representativos, o que nos leva a questionar se o problema da crise de representatividade impacta a concepção de política elaborada nas nossas práticas cotidianas e, evidentemente nas nossas práticas políticas.

A hipótese que nos norteia é a de que as práticas eleitorais, a condução de como se vivenciam os momentos que antecedem e substanciam a eleição evidenciam este ambiente de disputas e retomada desta crença na representação que os eleitores tenham na política, nos candidatos e partidos.

As campanhas, o debate e temas da opinião pública acabam por manifestar um ambiente de desigualdades e ambiguidades; por um lado, ambientam historicamente o contexto que subsidia a democracia, por outro, evidencia práticas que não a fortalece. Deste modo, objetivamos retomar nas vivências indicadas pelos eleitores como eles experimentam o processo eleitoral e como a disputa entre candidatos é apreendida pelo eleitor.

O processo eleitoral aparece assim como um momento distintivo para nós na concepção do que seja democracia. Por isso, outro objetivo desenvolvido é a compreensão de como o processo político vem sendo construído a partir de cenários eleitorais especialmente nos pleitos presidenciais. Cenários estes marcados por aspectos rituais e simbólicos, a disputa é estruturada para fortalecer a crença dos eleitores.

A concepção de público é bastante clara, embora nem sempre as atitudes políticas o sejam. Desvela-se a compreensão de possibilidades e esperanças na construção e negação de um modelo que se diz democrático, mas que tem reforçado, através de práticas complexas, suas fragilidades. Deste modo, o objetivo final de nosso exercício é recuperar uma discussão sobre o voto e as concepções de política e

democracia compreendendo que a noção de representação política se faz presente nestas elaborações que o eleitor revela.

Afirmar que a democracia não nos traz igualdade, tampouco garanta uma total representatividade não é uma negação do regime político ao qual vivenciamos e lutamos. Antes, é uma afirmação que visa compreender como é possível, ainda que em meio a vivências tão contraditórias, conciliar os mais diversos interesses. A democracia no Brasil abrigou sem temor práticas antidemocráticas e ainda assim, consegue despertar em muitos a busca por igualdade, melhorias e representação.

A temática acerca da democracia nasce de uma grande confusão pela qual o país se pensa, mas nasce também de um longo trajeto de pesquisa que sempre teve no eleitor e numa abordagem qualitativa a compreensão da política. Desde a graduação, temos estudado representações e motivações sobre a política, de maneira a compreender como através das subjetividades poderíamos lançar bases de explicações diferenciadas.

Aprofundamos um pouco mais esta discussão quando realizamos nossa pesquisa no mestrado sobre as motivações do voto. Pudemos visualizar uma experiência de conjuntos explicativos que retirou a nossa análise de uma esfera determinista e negativa sobre o voto, situando-o em bases que levaram em conta as redes de sociabilidades que os eleitores estavam inseridos.

Chegando agora a este momento que nos fez pensar como são construídas as campanhas eleitorais, as eleições, como se portam candidatos e eleitores, como os temas de campanha aparecem representando as mais variadas opiniões públicas até chegarmos ao voto, como expressão e ação principal de um dos momentos democráticos.

A democracia, longe de ser uma discussão que nas práticas cotidianas se atenha a teóricos, se revelou para nós como um privilégio do ser: ser uma negação, ser um questionamento, ser uma expressão, ser desigual e ainda assim lutar por igualdade. E, é desse modo que entendemos que a contribuição e novidade de um estudo sobre a democracia, compreendendo estas variáveis, faz pensar que o entendimento da vida política do nosso país, pode e deve ser tensionada dentro de um contexto que situa o eleitor e todas as suas motivações, o que reflete diretamente em suas práticas e escolhas políticas.

A nossa tese está disposta em quatro capítulos que visam integrar e problematizar nossos objetivos específicos: recuperar o conceito de Democracia na literatura, numa discussão socioantropológica; analisar o processo eleitoral como um

processo ritual ao tempo que é um instrumento que viabiliza a democracia, identificando os elementos e práticas dos eleitores neste momento; refletir sobre o conjunto de Representações que se tem sobre a política e sobre a democracia, observando os temas e debates suscitados na opinião pública e as atitudes políticas.

O primeiro capítulo intitulado “**Brasil: quem te pensa democrático?**” Faz uma discussão breve de como foi pensada na literatura a conjuntura que nos levou a um cenário democrático, a história da conquista do voto através da mobilização das Diretas Já, especificamente frisando as eleições presidenciais. Logo, discute-se a concepção de cidadania como uma concepção fundante para o exercício de uma prática democrática.

No segundo capítulo “**A disputa eleitoral: um ritual de combate**”, retoma em seu aspecto institucional toda a importância das eleições para o exercício democrático, sinalizando os agentes fomentadores desta instituição: os partidos e leis, tensionando a sua necessidade, mas também sua fragilidade. As eleições ambientam as campanhas eleitorais, com seus simbolismos e rituais elas cumprem o papel de aproximação de um público que parece ser distante, mas vê neste momento a possibilidade de ação junto aos representantes. É a este público que nos voltamos, através dos eleitores, para pensar toda a tese.

“**Política para quem?**”, nosso terceiro capítulo revela a importância de uma projeção positiva dos candidatos e a construção de imagens que visem à adesão do público. A política é para quem sente, para quem vê, para quem vive e, toda a expressão e esforços são projetados no sentido de criar-se uma agenda e temas que lancem questionamentos que sejam do interesse público, neste sentido, fala-se de opiniões públicas, as mais diversas e contrastantes que dão a cor e o sentido as vivências dos eleitores.

O nosso quarto e último capítulo “**Democracia em construção**” aponta o voto no contexto democrático, sinalizando este como o ápice da democracia. Esta concepção ficou para nós muito forte durante toda a pesquisa, embora nós saibamos e os eleitores entrevistados também, que a política tem uma continuidade. O voto e a democracia enquanto construções revelam uma concepção de público e atitudes políticas que são ambíguas e contraditórias, isso não invalida o teor de possibilidades e esperança que encontramos nas falas sobre a crença de um melhor país, para isso que fazemos a política.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos os principais resultados alcançados, esperando que o tema proposto da tese sirva à curiosidade acadêmica e incentive a continuidade de reflexões sobre este tema tão instigante para nossa cultura política.

## ❖ Ambiente de pesquisa

Um primeiro cuidado a ser tomado é pensar o nosso estudo num ambiente particular, que é a cidade. Partimos do estudo da política retomando a Antropologia como disciplina que teve em seu primeiro momento a característica de estudo de populações outras, mas que buscou voltar-se para os cenários locais como locus de pesquisa. O método etnográfico, marcante de sua abordagem, também foi e está sendo repensado para estudos atuais, ganha um novo vigor, mas também novos questionamentos. Como manter o método etnográfico diante de uma dinâmica tão diferenciada da ‘aldeia’? Magnani (2003) aponta este receio:

Há, certamente, um perigo a identificar. Ao tomar como objeto do seu estudo as sociedades chamadas complexas, a antropologia urbana não deixa de ser antropologia, de forma que deve encarar um desafio: manter-se fiel ao patrimônio teórico e metodológico da disciplina, ao mesmo tempo em que é obrigada a trabalhar com outro tipo de recorte. E aqui está o problema, que é o de tentar reproduzir, principalmente no cenário das grandes metrópoles, aquelas condições tidas como clássicas na pesquisa antropológica: a dimensão da aldeia, da comunidade, do pequeno grupo. (MAGNANI, 2003, p.82)

A cidade que se compõe de uma lógica diversa da aldeia, marcada por individualidade, existência do tempo e sua demarcação para realização de atividades, a mudança nos tipos de relação (face a face), vai configurando um desafio diferenciado na realização da pesquisa<sup>1</sup>. Ainda assim, Magnani (2003) entende que o método etnográfico pode ser um dos elementos fundantes para enfrentar este novo desafio que demarca as sociedades complexas.

---

<sup>1</sup> Quanto a isso também se destaca a velocidade com que acontecem os fatos, a mobilidade aumenta, a busca pela informação e a velocidade com que ela é recebida é bastante valiosa. A velocidade de mudança social é marcada por um aperfeiçoamento da atividade científica, da tecnologia e da mecanicização, conseqüentemente os aspectos da vida parecem ter sido mecanicizados e racionalizados. A sociedade moderna configura-se por um forte individualismo, um forte sentimento de desconfiança entre as pessoas como maneira de proteção.



A etnografia é pensada por ele como um exercício possível de ser realizado no universo urbano, quando se entende que se pode buscar um padrão nos comportamentos sociais, pois os indivíduos não estão alheios, mas inseridos em grupos, fazendo trocas, compondo relações de sociabilidade. Para isso é necessário ter um recorte bem estabelecido. Outro aspecto a ser destacado no exercício etnográfico é como a totalidade pode ser vivenciada pelo nativo e descrita pelo pesquisador, se para um a totalidade é experiência vivenciada e creditada pelo grupo, para outro o contexto desta experiência transforma-se em categoria de análise. (MAGNANI, 2002).

Entender a política sob o privilégio do olhar antropológico permite a nós que adentremos nas famílias, nas relações de trabalho, numa nova compreensão entre o público e os candidatos, negociações. Permite a nós entendermos um universo moral e de crenças que justificam ou não adesões, permite-nos identificar rituais que reafirmam ou não identidades, honras e contravenções.

Ao modo de Goldman (2006), a dimensão da subjetividade pode ser elemento distintivo no estudo da política, das relações de poder, na cooptação do público, compondo uma teoria e prática diferenciada, onde as práticas e as normas se complementem, formando um acompanhamento que construa modelos de inteligibilidade e contextuais.

Num espaço onde a política tem introduzido cada vez mais elementos, saberes e estratégias na produção da opinião pública, a exemplo da inserção dos meios comunicacionais e redes de relacionamentos, a etnografia reinventa seu frescor, pois, a rede reconfigura e ambienta uma nova forma de disputa.

Recortar um cenário de pesquisa, problematizar unidades de análises, tensionar conceitos e experiências, construir um exercício de tradução daquilo que vivenciam os atores no campo político pode ser realizado sob um olhar antropológico à medida que se busca, entre diversos fatores, compreender os processos ritualísticos de alianças, compromissos, disputas restabelecendo junto aos interlocutores o sentido do dito, do escrito, do imagético.

Ao modo de Barnes (2010, p. 172), ao buscar a matéria prima da política e a adesão da opinião pública as redes sociais (sociabilidades) devem ser compreendidas visando “procurar os processos por meio dos quais os indivíduos e grupos tentam mobilizar apoio para vários dos objetivos e, nesse sentido, influenciar as atitudes e ações dos seus seguidores”.

Diante do exposto, realizar a pesquisa no cenário urbano sobre o comportamento eleitoral revelou-se um desafio, nem menos ou mais do que o estudo da aldeia. Surgiu tão complexo e sinuoso, bem como sinalizador de questões que puderam nos impulsionar a respostas diferenciadas, especialmente ao primar por estudar a política observando as relações sociais em seu aspecto subjetivo.

Objetivamos uma observação participante numa constante dialética entre experiência e interpretação, estabelecendo uma relação com a escrita e a representação da alteridade pesquisada, construindo em sua escrita o que James Clifford (1998) chama de autoridade etnográfica, a capacidade que tem a antropologia de através da forma textual sugerir uma tradução da experiência.

Pudemos adentrar em cenários eleitorais desde quando tivemos a inserção de um trabalho nas redes sociais por ocasião de uma campanha municipal em Campina Grande, nesta pudemos vivenciar e propor de maneira analítica a importância das mídias sociais na maneira pela qual se realiza a política cotidianamente.

Existem equipes de profissionais que se dedicam para a construção e manutenção da imagem do candidato nas redes, no trabalho executado a função da equipe era manter o nome do candidato para quem se trabalhava nos *Trending Topics* (Tópicos em Tendência ou Assuntos do Momento). A equipe diariamente reunia-se para trabalhar massivamente as agendas de campanha, o que podia ser modificado de acordo com os assuntos que iam se estabelecendo sobre política na rede social.

Imagens, vídeos, *hashtags* são utilizados para massificar e lançar com o máximo alcance o nome e a imagem do candidato, os perfis fictícios criados por cada membro participante da equipe alimentam as discussões com o eleitor em seu perfil real, gerando além de visualizações e compartilhamentos, a participação e o engajamento nas discussões.

A participação da pesquisadora se estendeu em observações de eventos das campanhas, a exemplo de carreatas, comícios (presenciais e realizados via *internet*), o que nos fez adentrar e indagar sobre os rituais de campanha. Percebemos que há um conjunto de cenários construídos para a realização do espetáculo político e mesmo quando não há, situações são construídas. Ao realizar as entrevistas, próximo ao pleito municipal de 2016, acompanhamos a participação de candidatos em ambientes diversos: feiras, bares, funerais. Este último chama atenção por se tratar de momentos onde as

peças se reúnem para velar seus entes, mas quando se situa a figura de um político há toda uma comoção em volta deste.

Um espaço curioso que se encontra na cidade para ouvir conversas sobre a política é o calçadão situado numa das ruas centrais da cidade. Sempre cheias e movimentadas, quando realizamos entrevistas neste ambiente, pudemos perceber que há certa agitação e afiliação por parte dos eleitores que comentam, satirizam, discutem, fortalecendo a nossa concepção de que a política é feita do que é feito o dia a dia, é uma produção do cotidiano

Tomamos como universo de pesquisa os eleitores da cidade de Campina Grande, não definindo um tempo eleitoral específico ou campanha específica, embora tenhamos nos baseado nos pleitos presidenciais ao discorrer sobre os momentos pela luta da democracia. O tempo ou eleição foi acionado pelos eleitores a medida que desenvolveram suas reflexões. Ao todo foram realizadas 16 entrevistas no período de fevereiro a junho do ano de 2016.

Não houve uma hierarquia nas escolhas, mas, alguns eleitores foram indicados e pensados nas orientações por adesão partidária, militância. Em algumas das entrevistas foi sugestionado nomes de lideranças de bairro, ao qual tivemos acesso e aceitação. Também houve indicação de possíveis vereadores, o que resultou no nosso acesso a um deles. Os demais foram pensados pelo alcance que tínhamos e nas disponibilidades e aceitação das pessoas contatadas.

A ideia sempre foi contrapor lugares e percepções do maior número de pessoas, compreendendo que ao realizar uma entrevista semiestruturada o que está posto não é a quantidade de pessoas entrevistadas, mas como se constrói uma representação a partir de alguns critérios.

O critério para seleção dos eleitores foi o **(a) etário**, tomando como base aquelas pessoas que nasceram antes de 1985, que acompanharam um período que antecede o cenário democrático no país e pós-1985 que compreendem uma nova leitura desta democracia. Também, o intuito foi de compreender o que pensa o eleitor que vai dar o seu primeiro voto, bem como aquele que está há muito tempo vivenciando processos democráticos, são duas visões que trazem perspectivas geracionais diferenciadas, que podem ajudar a compreender um contínuo e/ou contradições da vida política no país;

Deste critério fundante, outros podem aparecer como secundário: **(b) gênero**, objetivamos ver a questão da representatividade, como as diferenças podem sinalizar

lugares de pensar diferentes, logo, explicações sobre o universo da política diferenciadas; **(c) contexto social**, esta categoria de análise não visa situar o eleitor em seu aspecto econômico, mas com o intuito de contextualizá-lo, compreender a suas redes de sociabilidade; **(d) vinculação à vida política**, este critério objetiva situar contextos diferenciados das falas dos entrevistados, desde aquele eleitor que diz não se importar com a política e não querer participar, àquele eleitor que participa e se envolve diretamente em partidos, em assessorias, no *marketing*, etc.

As entrevistas foram realizadas nos mais variados espaços: praças, casas, escolas (anuência dos coordenadores e profissionais), ambientes de trabalho. Os espaços, dias e horários foram determinados pelos entrevistados. O contato se deu em alguns casos por telefone, outros pessoalmente e em alguns casos por indicação. As entrevistas duraram em média 50 a 110 minutos o que nos chamou atenção por ser um assunto que a princípio não se quer falar, e a disponibilidade e generosidade dos nossos interlocutores.

Para análise, realizamos as transcrições de todas as entrevistas, apenas uma não foi realizada com êxito devido ao espaço em que nos alojamos comprometendo a transcrição do áudio. Todas as entrevistas foram consentidas para utilização, não tivemos nenhum tipo de restrição da veiculação dos áudios daqueles que participaram ou participariam do pleito que iria ocorrer logo mais. Neste sentido consideramos que não houve entraves à realização da pesquisa.

Ocorreu durante o processo adiamentos e a impossibilidade de entrevistar pessoas as quais contatamos devido a imprevistos, tais como: horários de trabalho, agendas de campanha. Ainda assim não consideramos que isso tenha prejudicado a realização da coleta, tampouco impossibilitou o desenvolvimento da temática.

Dos 16 entrevistados nove são mulheres e sete são homens, houve ao nosso ver um equilíbrio no conjunto de entrevistados, destacando para o fato de que embora tivéssemos sinalizado a questão de gênero como elemento que poderia se delinear distintivos, o que acabou ocorrendo de maneira tímida nas falas.

Entretanto, mesmo que não se mencione adentramos um pouco mais questionando acerca das profissões de cada um destes eleitores e observamos que das nove mulheres que foram entrevistadas duas são do lar, uma é aposentada, uma é artesã e do lar, e as demais trabalham, curiosamente em ambientes públicos (dizemos curiosamente, pois, em nenhum momento foi pensado a escolha de pessoas que estivessem vinculadas a espaços públicos ou privados com intuito de diferenciação), a

saber: Conselho Municipal, Professora Educação Infantil, Auxiliar de escola, Secretária de Saúde). Dos sete homens entrevistados todos trabalham fora do ambiente de casa, dois são professores do Ensino Fundamental e Médio, um é professor de música, um operador, um estudante, um empresário e um militar.

Quanto à escolaridade do grupo pesquisado, tem-se duas pessoas que possui o Ensino Fundamental, seis pessoas que possui o Ensino Médio Completo, 6 Graduados e 1 Graduando. Este critério embora não tenha sido fundante para nossa escolha dos nossos entrevistados, aparece como importante nas enunciações dos eleitores sobre como pensam a democracia.

Os eleitores entrevistados são residentes da cidade de Campina Grande, entretanto nem todos votam na mesma, ao longo das entrevistas identificamos três entrevistados que moram em Campina, mas que votam em outra cidade. Para nós, este fato não causou nenhum impedimento, pelo contrário, pudemos associar alguma das experiências que foram vivenciadas em outros lugares que nos permitiu aproximações e algumas diferenciações a partir do que foi relatado.

Somente 4 são filiados, 2 deles já foram candidatos a pleitos municipais e os demais estudantes, atuante no movimento estudantil e grêmio de uma escola pública e outra artesã. O questionamento da filiação a priori não aparece como fundamental em nossa pesquisa, mas, a partir dele pudemos compreender como as atitudes políticas podem ser refletidas a partir do engajamento que os eleitores tem ou não nas práticas políticas, neste sentido ver a afiliação é um dado agregador.

Selecionamos como enfoque nas abordagens as eleições diretas majoritárias (Presidentes, Governadores e Prefeitos), mas, no roteiro não sinalizamos aos eleitores nenhum tipo de delimitação temporal, estávamos mais interessados em compreender como se deu a participação deles na arena política, já que o nosso intuito era recuperar suas vivências e como construíam suas representações deste universo.

A escolha das Eleições majoritárias trata-se de uma escolha para uma delimitação de um estudo, o que não impediu que o eleitor entrevistado recuperasse qualquer outro pleito. Foi perceptível que existe para o eleitorado uma clara diferença nas eleições de prefeito e presidente se comparada às eleições proporcionais, quando muito citam governadores ou vereadores em suas falas, quase raro são as menções aos demais cargos.

De 1989 aos dias atuais foram realizadas sete eleições diretas para a Presidência da República, muito é lembrado o primeiro pleito para Presidência; nos relatos mencionados eleitores mais jovens sinalizaram este marco temporal como divisor de águas da política brasileira. Falou-se com muito receio e descrença da política, este receio passa tão prontamente quando começamos a pensar nas lembranças dos interlocutores, mesmo os mais céticos se renderam e em algum lugar nota-se esperança.

Se as pesquisas revelam desafios, para nós aparece como um cenário no qual nosso país se encontrava e encontra no momento da escrita. No momento em que você vê o seu país ser atravessado por um segundo processo de *impeachment*, uma avalanche de informações não esclarecedoras veiculadas nos meios comunicacionais, a descrença estampada nos rostos de cada um daqueles que pudemos conversar, nos nossos. Houve dias que mesmo no afã da pesquisa, das agendas a cumprir, a pesquisadora sentiu-se arrefecer.

Como escrever sobre um texto acerca de um regime político que a primeira impressão só nos fazia perceber (na literatura e entrevistas) o caos que se instaura na política desde a sua implementação no país? Em alguns momentos a sensação de apatia nos envolve, mas a pesquisa tem esse elemento surpresa e a abordagem que escolhemos, as conversas (entrevistas semiestruturadas) acabaram por nos levar a perceber o que há de novo, os eleitores. Sujeitos (não sujeitos) da pesquisa faziam nascer toda uma complexidade e envolvimento quando relatado suas experiências, onde reside a razão da crença.

Os autores, aqueles que tem nos acompanhado ao longo de uma trajetória acadêmica e agora em salas de aula enquanto docente se revelaram bons aliados na composição do nosso texto, alguns mais instigantes propuseram-nos desafios que não ousamos vencer, mas nos fazem refletir alguns caminhos a percorrer.

Se os autores cumprem a forma teórica de um texto, foram as pessoas com as quais nos encontramos que agregaram corpo a este exercício, longe de se apresentarem enquanto dados a serem coletados, eles apareceram como a vida deste texto que só foi possível graças as suas crenças e aparecem como vida num país que clama por representatividade.

A abordagem socioantropológica da política nos permite passear para além dos números, na realidade permite-nos reencontrar. Em muitos encontros fui questionada e provocada nas próprias questões elaboradas, revelando a tensão que é fazer pesquisa nas

Ciências Sociais. Quando o tema da política é o central na pesquisa, a neutralidade testa você arduamente. Buscamos sempre ter cuidado com a fala do outro, contextualizando ao tempo que a utilizamos para lançar olhares, escrever de maneira simbólica os nossos textos.


Em algum momento desta trajetória metodológica, reencontramo-nos com outros olhares, sensíveis à escrita que aqui se revela a partir da direção dos olhares que se lançaram como espectro, a proposta de um texto poético. Em muitos dias, atentando às datas e prazos, questionamos acerca da escrita, este momento de tradução tão importante a qualquer estudante que se propõe à pesquisa.

Não se sabe se aqui exista um texto que revele esta poesia, em meio a uma linguagem tão formal e acadêmica, nos anseia transgredir. Contudo, se é possível existir beleza, ela nasce do descrédito. Na ausência da crença de que nós somos um país que pode vir a viver numa democracia e representação. E assim, de repente, nós identificamos que a desconfiança gera sua antítese, que é preciso acreditar e isso se revela quando os olhos brilham ao pensar nas possibilidades de mudanças.

Talvez nós ainda não enxergamos claramente o poder transformador que a política exerça em nós. Talvez tanto pessimismo mascare a força mobilizadora que a sociedade tem, a política precisa e deve ser enxergada do ponto de vista de quem a constitui, desse modo faremos a escrita deste exercício como bem assertou Maquiavel: a moral da política não é essa moral engessada que costumamos crer.

# Capítulo |

## Brasil: Quem te pensa democrático?



*Pro gente representa, além da democracia, que é a primeira coisa quando se fala em política, a primeira coisa que vem é democracia. Mas eu acho, que representa participação, representa muitos sentimentos distintos e parecidos: o ódio e o amor, representa muito bem isso. Representa sentimentos como decepção, representa sentimento como... É... Otimismo, né? Então o povo brasileiro ele é apaixonado pela democracia política, mas infelizmente, estão mantendo a democracia política com a democracia partidária. E aí é porque a gente tá nessa dificuldade de entendimento política. (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11-03-16)*



## CAPÍTULO I – BRASIL: QUEM TE PENSA DEMOCRÁTICO?

Quando falamos em democracia, especialmente no Brasil, costumamos pensar num conjunto de situações que engloba relações com os direitos do povo. Certamente, na maioria das vezes, pensamos-na pela chave das ausências que se instauraram no país para a sua garantia. Ora, não foi fácil e ainda não continua sendo ousar ser democrático.

Sim, ousar. A democracia se tornou uma ousadia. No sentido mais crítico, os últimos 28 anos (se pensarmos a representação democrática a partir das eleições diretas) são uma ousadia constante que nos desafia a pensar como se realiza a representação política neste país. Inclusive esta tarefa, a de pensar sobre a representação, é muita ousadia também! E são muitos os que ousaram. E, serão muitos os que ainda o farão.

A democracia se realiza aqui em momentos eventuais a qual chamamos de eleições, ela tem tempo específico, hora data, alianças, barganhas, todo um ritual e símbolos especiais que a colocou num ambiente sugestivo. Entretanto, a democracia tem sua dimensão que foge as eventualidades, estruturada e estruturante, detentora de bases fortes e representações ambíguas.

O capítulo que se inicia, objetiva traçar o caminho que delineia toda nossa tese: a democracia enquanto *representação*. Para tanto, objetivamos criar uma discussão que possa refletir sobre o processo político que aqui estabelecemos, constituindo-a num conjunto de alternâncias, dificuldades, mas de conquistas. Tomar a democracia enquanto processo que, longe de se consolidar, permite muitos desafios.

A democracia, enquanto representação recupera uma discussão clássica (ROUSSEAU, 1989) que já delineia a idealização de um governo que se desejaria feito pela vontade geral e esta era fazer o que é certo, desde que o povo não fosse enganado. Vimos com o próprio Rousseau os entraves para este exercício democrático.

Entraves estes que são retomados na perspectiva de MIGUEL (2014) como desafios que se instauram desde a etimologia da palavra e perpassa um conjunto de desigualdades, a representação democrática faz duelar de maneira tensa vontades de quem está no poder e vontade do povo. E adentra na seara que nos faz questionar como é possível uma representação política num universo de situações desiguais?

A ideia de igualdade ambienta um conjunto de conquistas democráticas enquanto exercício de cidadania. O Brasil, como uma democracia recente suscitou uma reflexão acerca das conquistas dos direitos políticos, assim como perdas em alguns

momentos que nos trouxeram até os dias atuais. CARVALHO (2008) pensa ser a cidadania neste país, dotada de uma complexidade que nos chama a tensionar como além de um conjunto histórico que nos trouxe até aqui, o renascimento do liberalismo e a perversidade do consumismo reforçaram a concepção que a democracia sucumbiria.

Para refletir um pouco estes entreatos, a proposta é provocar como se compreende os governos que aqui se instauraram sob alguns prismas, NICOLAU (2002), CITADINO (2006), RENNO (2007), PIERUCCI (2011). E como as Ciências Sociais compuseram um conjunto de explicações que levaram a democracia a ser pensada num conjunto de categorias: regras eleitorais, clivagens, partidos, instituições, etc.

Longe de negar o quanto a concepção de ‘representar’ parece problemática, é através dela que tomamos a democracia, não somente em seu aspecto estruturante, mas, a partir de seu material mais subjetivo, os eleitores. Portanto, representar aparece como conceito que nos orienta, também, a interpretar um conjunto de significados, do ponto de vista do eleitor.

## **1.1. Democracia enquanto representação**

A ideia de democracia permeia há muito o pensamento de filósofos, historiadores, cientistas sociais. Algumas tradições foram ganhando aceitações, outras sendo rompidas, o que não nos deixa num ambiente unívoco quando se fala sobre a temática.

A sua forma etimológica já aponta os seus desafios desde onde foi pensada a sua consolidação, nos termos aristotélicos, define Sartori (1987, p.41) “a democracia é uma forma degradada da *politéia*, do que se poderia traduzir como a boa cidade”. Neste caso, *demos* na Grécia significava a comunidade ateniense que estava reunida em assembleia popular. Diferente desta concepção, os romanos, veem a falar em comunidades reunidas, mas de povo, o conceito era *populus*, que se relaciona a ideia de “soberania popular”. Diferente de *demos*, o que foi incorporado foi este conceito na nossa concepção de democracia.

A teoria clássica, como aponta Bobbio (1998, p.320) já discute em Aristóteles na democracia grega três formas puras e corruptas de governo, definindo a democracia como “o governo da vantagem para os pobres e contraposta ao “governo da vantagem

para o monarca” (tirano) e ao “Governo de vantagens para os ricos” (Oligarquia)”. A democracia, aparece, pois, como o governo de uma parte contra a outra parte

1) ricos e pobres participam do Governo em condições paritárias. A maioria é popular unicamente porque a classe popular é mais numerosa. 2) Os cargos públicos são distribuídos com base num censo muito baixo. 3) São admitidos aos cargos públicos todos os cidadãos entre os quais os que foram privados de direitos civis após processo judicial. 4) São admitidos aos cargos públicos todos os cidadãos sem exceção. 5) massa e não a lei. Este último caso é o da dominação dos demagogos ou seja, a verdadeira forma corrupta do Governo popular. (BOBBIO, 1998, p.320).

Esta definição aristotélica, não foi por muitos acolhida, pois aparece em sua forma negativa por permitir muita liberdade, uma liberdade não necessariamente mediada pelas leis, mas pela ideia de massa.

Compreender como os homens constituíam e preocupavam-se em manter o poder político já era uma inquietação que partia das mudanças que ocorreram na Europa, em meados do Século XV. Considerado um dos mais importantes momentos da história do Ocidente, compreendido por muitos pela ruptura do mundo medieval e o surgimento do mundo moderno.

O desmonte do feudalismo desmistifica o pensamento disseminado pela igreja, o pensamento Iluminista torna-se um fomentador do racionalismo, assim como a burguesia se lança aos mares, investindo no conhecimento científico. As transformações que estão ocorrendo de modo acelerado rompem com uma visão de mundo estabelecida e foram avaliadas de maneira ambígua: positivas na medida em que as mudanças que abalaram a Europa foram responsáveis pelo desenvolvimento do Comércio, da navegação e do contato com os outros povos e o recrudescimento da produção artística e literária. Outros percebem este momento de maneira pessimista acentuando o caos e turbulência social e política existentes na época, guerras intermináveis, perseguições religiosas.

Uma mentalidade laica foi sendo construída com a busca do desligamento do sagrado e das questões transcendentais, o que se desenhou foi uma preocupação mais imediata e material, as ideias diferentes de outrora – guiadas por uma crença religiosa – passaram a ser centradas principalmente no homem.

Um novo pensamento social se configura nos séculos vindouros, o espírito especulativo que se instaurou pós-Renascimento, bem como o conjunto de

transformações que o mundo vivenciava oportunizou o aparecimento de novas instituições políticas e sociais: as nações, os estados, as legislações, o exército. Eis que se pode falar de um conjunto de movimentos que resultaram na descentralização do poder absolutista.

O Estado Moderno formou-se num momento de importantes acontecimentos políticos que suscitam temas de reflexões na atualidade: relações de dominação, liberdade, manutenção do poder, entre outros. É sobre estas mudanças que temos como um dos precursores da Ciência Política as contribuições de Nicolau Maquiavel, nascido e tratando especialmente da Itália do Século XV, ele observa o contexto italiano marcado por uma instabilidade e desordem com as invasões das nações vizinhas (França e Espanha) e num cenário onde as maiorias dos governantes não se mantinham no poder.

Sua preocupação com o Estado (no caso o Monárquico) norteou suas observações sobre a vida em sociedade, não um Estado imaginado, mas o Estado como ele é, sua base metodológica sustenta a realidade explicada como o é, não como deveria ser. Deste modo, Maquiavel tem como fundamento questionador como o Estado pode ser estável e evitar o caos, indo de encontro a uma tradição de séculos de pensamento, a que acreditava na ordem natural e eterna.

A política passa a ser redimensionada, ela “é o resultado de um feixe de forças, proveniente das ações concretas dos homens em sociedade, ainda que nem todas as suas facetas venham do reino da racionalidade e sejam de imediato reconhecíveis”. (SADEK, 2001, p. 18). A política deve ser compreendida a partir da realidade, olhando para o passado como uma maneira de interpretar fatos futuros, e entendendo-a como cíclica, pois, sempre evidenciará comportamentos repetidos, a exemplo das paixões humanas.

A natureza humana e as maneiras em que os homens convivem se repetem, logo existirão períodos de ordem que sucedem uma desordem. Acrescida a esta desordem, haverá na sociedade duas forças opostas: uma onde o povo deseja não ser dominado, e a outra de querer os grandes dominar o povo. Do confronto entre os grupos surgem duas respostas: A república e o principado.

A escolha de uma destas formas institucionais não se dá somente pela vontade, mas de como se encontra concretamente a realidade. Se a nação está ameaçada de deteriorar-se ou se a corrupção se instaura, é necessário um fundador de Estado enquanto agente de transição; o príncipe não é, pois, a seu ver, um ditador. Contudo,

quando a sociedade encontrou suas formas de equilibrar-se está preparada para república.

Considerando a Itália em que Maquiavel vive, era necessário a sua integração e regeneração, tornando necessário o surgimento de um homem capaz de fundar o Estado com qualidades virtuosas, livre dos freios e domínio da fortuna. A Fortuna, deusa que possuía os bens que todos os homens desejavam, foi ressignificada com o avanço do Cristianismo, a ideia de 'boa deusa' foi substituída por um 'poder cego'. (MAQUIAVEL, 1513).

Maquiavel, não traz em sua análise esta visão cristã da fortuna, mas, a do livre arbítrio. No seu entender, os homens podem amortecer este poder incontestável da Fortuna e conquista-la através da virtù. O governante, utilizará da força para conseguir o poder, não se trata somente de uma força física, mas, a da manutenção e respeito dos seus governados.

O Príncipe representado na obra de Maquiavel, não é somente o que conquista na arte da força e guerra. A força pode até ser um elemento fundante do poder, entretanto é a virtù que será a chave do sucesso da excelência do príncipe, aquele que tem a sabedoria de agir diante dos golpes das circunstâncias, ou seja, guia-se pelas necessidades aparentando possuir qualidades valorizadas por seus súditos.

Bobbio (1998, p.322) observa que a tradição Romana tem relevância na concepção de democracia, pois, ali também aparece o governo popular, é o que os romanos chamam de República, caracterizada por um governo oposto à monarquia. A Republicana-Moderna, da qual Maquiavel é expoente estava em contraposição reino e república;

Se bem que a república, em sua contraposição à monarquia, não se identifique com a Democracia, com o "Governo popular", até porque nas repúblicas democráticas existem repúblicas aristocráticas (para não falar do Governo misto que o próprio Maquiavel vê como um exemplo perfeito na república romana), na noção idealizada da república que de Maquiavel passará através dos escritores radicais dos séculos XVII e XVIII até à Revolução Francesa, entendida em sua oposição ao governo real, como aquela forma de Governo em que o poder não está concentrado nas mãos de um só mas é distribuído variadamente por diversos órgãos colegiados, embora, por vezes, contrastando entre si, se acham constantemente alguns traços que contribuíram para formar a imagem ou pelo menos uma das imagens da Democracia moderna [...].

A república não era uma democracia, mas, enquanto concepção de um governo livre, como propunha outrora Aristóteles, acaba por apontar uma característica que define elemento fundante na democracia moderna: forma de governo que se opõe ao despotismo.

A política Clássica teve eixo norteador com as discussões de Maquiavel, que passaram a ser lidas e aplicadas, especialmente para manutenção do poder do soberano. Mas, é a ideia de pacto que nos interessa por hora, para uma discussão da democracia. A visão Contratualista remete a um momento particular do desenvolvimento do Capitalismo e surge como uma tentativa de explicar como se realizou as primeiras organizações sociais e políticas.

Com a teoria Contratualista Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau explicam o surgimento do Estado burguês, cada um a sua própria dinâmica. Movidos pelo racionalismo objetivaram romper com as abordagens transcendentais explicando as dinâmicas sociais e políticas à sua época.

Rousseau preocupado em explicar as origens das desigualdades sociais que existem entre os homens vê a necessidade de criação de um pacto social baseado em princípios e direitos legítimos que garantam a instauração da liberdade e da igualdade que foi perdida como surgimento da propriedade privada, a chegada da sociedade civil e política. Chamamos este autor para dialogar conosco, pois é nele que se nasce um projeto de Estado Democrático, mas nele também se vê a descrença no mesmo.

Para tanto desenvolve a concepção de vontade geral, como algo que deve partir de todos e se aplicar a todos. Esta lei fixa os direitos de todos, assegurando o equilíbrio, moraliza sem diminuir a liberdade. A soberania precisa ser parte da vontade geral. Se uma vontade particular se sobrepõe é impossível que o acordo do bem consiga durar. Ele chama de Inalienável. Não pode ser algo transferido para cada pessoa, porque se cada um de nós com suas vontades e desejo fossemos atendidos, não iríamos priorizar o bem comum, então também não pode ser constituída a partir de representantes do povo.

Rousseau critica as democracias parlamentares, quando afirma que o povo quando se faz representar, perde a sua liberdade

A soberania não pode ser representada pela mesma razão que não pode ser alienada; consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade não se representa: ou é a mesma, ou é outra – não existe meio termo. Os deputados do povo não são, pois, nem podem ser os seus

representantes; são simples comissário, e nada podem concluir definitivamente. (ROUSSEAU, 1999, p.114)

Ele já chama a dificuldade de exercício desse tipo de governo, a soberania é algo que deve se limitar nas leis definidas pela vontade geral, “o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus, e é esse mesmo poder que, dirigido pela vontade geral, recebe, como ficou dito o nome de soberania”. (ROUSSEAU, 1999, p. 39).

Rousseau, no entanto, chama a atenção para os limites deste poder, como a vontade geral é algo que parte do princípio do bem comum e como é reta, o soberano precisa sempre tê-la em conta, isso muda, se sobrepõe-se o interesse de um em detrimento de todos. O pacto social tem a função de estabelecer igualdades entre todos, uma vez que todos se comprometem com a mesma causa e usufruem dos mesmos direitos, então, todo ato de soberania deve favorecer igualmente a todos os cidadãos; o poder soberano, por mais absoluto que possa ser, não pode ultrapassar a vontade geral.

No contrato, ele aborda que o povo é reto, mas pode ser enganado. Desse modo, deve-se observar em que medida o povo suportará as leis que serão destinadas a ele. Ele entende que é necessário um tempo de maturidade para que estas leis sejam instauradas, porque senão corre-se o risco de não termos efetividade.

E, neste ponto, Rousseau começa a situar as dificuldades de se ter um governo soberano submisso a este povo, passando a discutir a tendência desse soberano a degenerar e subjugar o povo, invertendo os papéis.

Se tomarmos o termo no rigor da aceção, nunca existiu verdadeira democracia, nem jamais existirá. É contra ordem natural que o grande número governe e o pequeno seja governado. Não se pode imaginar que o povo permaneça constantemente reunido para ocupar-se dos negócios públicos; e vê-se facilmente que não se poderia estabelecer comissões para isso se mudar a forma de administração. (ROUSSEAU, 1999, p. 83).

Ao longo de sua discussão, vimos a tensão constante que a vontade particular e geral estabelecem, o que reforçaria ou oportunizaria as desigualdades, portanto, também, a democracia aparece em seus termos como um governo perfeito e “um governo tão perfeito não convém aos homens”. (ROUSSEAU, 1999, p. 84).

Esta relação entre povo e soberano também é recuperada em Thomas Hobbes, também Contratualista, afirma que a origem do Estado está num contrato, a princípio os

homens viveriam naturalmente, sem poder e organização, e isso só surgiria depois de um pacto firmado entre eles. Hobbes rompe com a concepção harmônica da vida em sociedade, observando que os homens nunca sabem o que os outros farão, por esta razão o estado de guerra se instaura e é necessário que se institua o Estado como maneira de preservar a vida.

Os homens não sabem o que um ou outro fará, saídas razoáveis são o ataque e a guerra se instaura. A guerra se generaliza e é necessário que o Estado controle e reprima. Na natureza humana encontram-se razões para discórdia: competição, desconfiança e glória: “a primeira leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança e a terceira, a reputação”. (RIBEIRO, 2003, p.56).

Ele observa que identificando o conflito é possível impedi-lo, já que o estado de natureza é um estado de guerra, decorrem dois preceitos: Todo homem deve esforçar-se pela paz, na medida em que tenha esperança de consegui-la, e caso não a consiga pode procurar e usar todas as ajudas e vantagens da guerra. Desta lei, deriva uma segunda lei: que todos os homens concordem, quando outros também o façam, e na medida em que tal considere necessário para a paz e para defesa de si mesmo, em renunciar ao seu direito a todas as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo. (RIBEIRO, 2003).

Diferente de Rousseau, o poder do Estado para Hobbes é pleno, não basta somente o fundamento jurídico, o Estado pode se dotar de armas para forçar o homem a respeitar. Diferente da força da vontade geral, em Hobbes todos submetem as vontades particulares à vontade do soberano, neste ato encontra-se sua submissão bem como a sua liberdade.

Na tradição Contratualista, às vezes se distingue um contrato de *associação* (pelo qual se forma a sociedade) do contrato de *submissão* (que institui um poder político, um governo e é firmado entre “a sociedade” e “o príncipe”). A novidade de Hobbes está em fundir os dois num só. Não existe primeiro *a sociedade*, e depois *o poder* (“O Estado”). Porque se há um governo, é justamente para que os homens possam conviver em paz: sem governo, já vimos, nós nos matamos uns aos outros. Por isso, o poder do governante tem que ser *ilimitado*. (RIBEIRO, 2003, p.63).

Observa-se na passagem dos dois autores, a existência de uma profunda mudança na estrutura social com a consolidação das sociedades industriais modernas, peculiares transformações com as revoluções. Os territórios se alargaram, os Estados aumentaram e, os vínculos de solidariedade social foram arrefecendo, transforma-se



assim o individualismo como uma das soluções para compreender as relações políticas. A democracia, nesta concepção clássica revele a sua dificuldade em ser mantida.

Sobre esta transformação, chama a atenção para o fortalecimento do Liberalismo<sup>2</sup> enquanto uma concepção de Estado que junto à democracia moderna se realizam no cenário capitalista. Diferente dos estados absolutistas, o Estado Liberal legitima-se com a vontade popular e não sob o signo do divino, de modo que a estrutura social que emerge ambienta um ideal democrático diferenciado.

Como observa o próprio Rousseau (1999) outrora, o aumento populacional e de extensão dos Estados já dificultaria a consolidação de uma democracia, bem como o arrefecimento das relações de solidariedade com a perspectiva de que o individualismo surja como solução para as relações políticas modernas. As sociedades industriais modernas marcadas por uma série de mudanças na questão dos direitos e cidadanias e, pelo surgimento desse homem individualizado criou um ambiente que impede a reprodução da experiência clássica democrática.

O governo democrático que aparece como saída é a democracia representativa, definida como “forma de governo em que o povo não toma ele mesmo as decisões que lhe dizem respeito, mas elege seus próprios representantes, que devem por ele decidir”. (BOBBIO, 2000, p. 33-34).

A concepção de democracia representativa surge como uma definição moderna, que entrelaça duas concepções aparentemente antitéticas: Liberalismo e democracia, um que estimula liberdade e igualdade:

para o liberal, o fim principal é a expansão da personalidade individual, mesmo se o desenvolvimento da personalidade mais rica e dotada puder se afirmar em detrimento do desenvolvimento da personalidade mais pobre e menos dotada; para o igualitário, o fim principal é o desenvolvimento da comunidade em seu conjunto, mesmo que ao custo de diminuir a esfera de liberdade dos singulares. (BOBBIO, 2000, p. 39).

A solução para estreitar a relação entre estes universos aparentemente antitéticos seria tomar a democracia não pelo seu lado igualitário, mas por sua formulação política que é a soberania popular. Somente assim, pode-se falar na tomada de decisões pensadas por uma maioria, garantindo, pois, uma maior extensão dos direitos políticos e assegurando a liberdade. Por sua vez, o Estado liberal visando à eficácia da democracia

---

<sup>2</sup> BOBBIO (2000, p.10) situa que o pressuposto para o Estado Liberal é a sua contraposição do Estado absoluto, ou seja, é um Estado limitado, tanto em relação aos seus poderes, quanto as suas funções.

garante a participação nas decisões coletivas, “apenas se o indivíduo se dirige às urnas para expressar o próprio voto goza das liberdades de opiniões, de imprensa, de reunião de associação, de todas as liberdades que constituem a essência do Estado Liberal”. (BOBBIO, 2000, p. 44).

A democracia atrelada ao liberalismo fundamentou uma concepção hegemônica de caráter elitista. Fundadores desta corrente, MOSCA, PARETO E MICHELS, se opõem aos movimentos democráticos da virada do século XIX/XX, defendendo que haverá uma minoria organizada que dirige uma maioria, colocando abaixo a definição do governo do povo: “o elitismo pode ser descrito como a crença de que a igualdade social é impossível, de que sempre haverá um grupo naturalmente mais capacitado detentor de cargos de poder”. (MIGUEL, 2014, p. 31).

Considerando a complexidade das sociedades contemporâneas não se pode pensar de maneira automática numa configuração onde os homens apenas transferissem a soberania popular a uma elite, tornando assim a representação ainda elemento fundante da democracia no desafio de mediar a vontade popular e as decisões políticas.

Observa-se que a incorporação de tantos grupos à concepção democrática, ampliou as diferenças e desigualdades entre nós, tornando indispensável alguma forma de mediação e, inquestionável uma representação política. Um primeiro desafio é atender que as novas configurações trazem para o seio da questão democrática as desigualdades. Estas afetam o cenário de exercício democrático, logo da própria ideia de representação.

As desigualdades sociais afetam profundamente o funcionamento da democracia e, nela, da representação política. Há um ciclo de realimentação, em que os prejudicados pelos padrões de desigualdade têm maior dificuldade de se fazer representar (nos espaços formais e informais de deliberação) e, ao mesmo tempo, sua ausência nos processos decisórios contribui para a reprodução desses padrões. Elementos materiais e simbólicos se combinam para reduzir as possibilidades de ação política dos indivíduos de grupos prejudicados pelas desigualdades. (MIGUEL, 2014, p.301)

As desigualdades surgem como um mal que impede o desenvolvimento de qualidades que exige a democracia, no entanto, não podemos reduzir este tipo de desigualdade somente como entrave, junto a esta, pode-se falar nas desigualdades de gênero, econômicas, étnicas, etc. De fato o que nós podemos delinear é que o conjunto de padrões de desigualdades se inter-relaciona, ambientando uma complexidade para a construção de uma representação política.

A representação aparece como um mecanismo ‘manejável’ dos conflitos sociais, o desafio desta é que atenuar o poder. Os grupos representados, em tese tem maior dificuldade em se fazer representar, o que dificultaria uma representação de fato. Mas este não é seu principal desafio, a concepção de transferência de poder a um corpo eleito que atenuar estas desigualdades constitui um entrave à noção de representação, especialmente quando esta tem como instrumento de transferência a eleição: “Na prática política os cidadãos não escolhem representante para promover seus interesses, formulação que lhes concede papel ativo. Ao contrário, eles apenas reagem diante das ofertas que o mercado político apresenta”. (MIGUEL, 2014, p.117).

O conceito de representação política vai desvelando sua complexidade, tensionando práticas e modelos ideais, sendo esta concepção atravessada por diferentes usos. Sobre o conceito Pitkin (2006) observa a representação como fenômeno cultural, político e humano e, pode ganhar as mais diversas acepções: tornar presente, substituir um objeto por outro, desempenhar. Entretanto, a definição como a pensamos com o significado de tomar ou ocupar o lugar de outra pessoa nos termos políticos deve ser compreendido dentro das mudanças das instituições.

O termo *repraesentare* como a autora sintetiza ganhou vigor quando observou as mudanças do Parlamento inglês no século XVI, ela observa uma mudança na direção das ideias discutindo a presença dos homens no Parlamento, a encarnação do governante como uma figura que representa o todo e da nação ao encarnar a figura de seu representante, assim como a igreja encarna em Cristo. (PITKIN, 2006).

A primeira formulação neste sentido veio com a publicação do livro de *Republica Anglorum* de Sir Thomas Smith publicado no ano de 1583, considerada uma das primeiras aplicações do termo com este significado.

Smith afirma que o Parlamento representa todo o reino (ou representa o poder de todo o reino?), mas ele não aplica a palavra aos membros do Parlamento, ou àqueles membros em particular que estão no Parlamento como procuradores e delegados para os Comuns. Este parece ser o padrão em todas as primeiras aplicações da palavra às instituições parlamentares da Inglaterra; é o Parlamento como um todo (frequentemente incluindo o Rei) que representa o reino todo. (PITKIN, 2006, p.26).

Segundo Pitkin, o autor usou somente uma vez a expressão, entretanto, o faz para designar a relação direta do consentimento do povo e do parlamento como expressões iguais. Fortalecendo esta discussão acerca da representação, a autora situa T.

Hobbes como um referencial no estudo da representação, dentro de uma perspectiva formalista.

Sobre a construção de tipologias da representação, Miguel (2014, p. 117) analisando as concepções de Pitkin destaca duas: a representação descritiva e formalista:

A primeira busca que o corpo de representantes forme um microcosmo da sociedade representada, reproduzindo, nas proporções adequadas, suas características principais. Nesse caso, quem são os representantes são mais importantes do que aquilo que eles fazem. A visão formalista, ao contrário, enfatiza a relação entre o representante e os representados, destacando ou a autorização que os cidadãos dão para que alguns ajam em seu lugar ou a prestação de contas que o representante deve fazer de seus atos, que a literatura de ciência política designa pela palavra inglesa *accountability*.

Se temos, pois, uma democracia representativa, como suas problemáticas e complexidades, a questão primeira que se põe em nossa abordagem é: De que maneira esta representação se sustenta entre nós? Sentimo-nos representados? Em que medida ocorre esta mediação? O que é democracia para nós?

## **1.2. Conquistas democráticas: por um exercício de cidadania**

A democracia em sua existência e prática no nosso país tem data recente, marcada pela saída de um governo militar e pela luta das pessoas, podemos dizer que após o ano de 1985 fortificou-se esta onda de mudanças no país, que ganharam força mais adiante com a Constituição de 1988, a chamada constituição cidadã. Pensamos ser este um bom caminho para traçar como a ideia de democracia constituiu desde cedo uma relação com a ideia de cidadania.

A cidadania, quando se pensa plena congrega um conjunto de direitos, a saber: civis, políticos e sociais que neste país, já se marcou de maneira complexa, uma vez que nem sempre as garantias destes direitos se efetivam quando postos em prática. Para pensar a democracia, a cidadania ganha outro aspecto, que é histórico, que é o seu desenvolvimento dentro de um Estado-Nação, isto é, as pessoas se tornam cidadãs quando se sentem parte de uma nação, de um Estado.

As ideias de lealdade e identificação tomam significados fundantes para se compreender o pertencimento de um indivíduo na sociedade: “a identidade nacional se deve a fatores como religião, língua e, sobretudo, lutas e guerras. A lealdade ao Estado

depende do grau de participação política”. (CARVALHO, 2008, p. 12). Como se configura a formação do Estado ajuda a compreender a noção de cidadania, bem como a de conquistas democráticas.

Não existe uma receita pronta! O passado tem um peso e o é também libertador. Da colonização aos dias atuais, as marcas da colonização, da abolição, da maneira que os habitantes foram utilizados enquanto mercadorias, trouxeram a nós um legado negativo para a conquista da cidadania, pois, fortaleceu a ideia de desigualdade que se estabeleceu em dois aspectos cruciais: o poderio daqueles que detiveram os mecanismos de poder e através da escravidão. Importante salientar que a noção de cidadania já era existente, o que não se podia configurar numa concepção de direitos, mas de privilégios.

O voto teve seu primeiro momento datado no ano de 1532, mediante votação indireta pelos primeiros moradores da vila de Colônia Portuguesa, São Vicente. E teve a eleição de seis representantes para a escolha de oficiais do Conselho. Este voto foi ganhando ampliação no ano de 1821 pois passou a extrapolar a dimensão municipal, sendo o voto direito de homens livres e analfabetos.

Já se chama a atenção na abordagem sobre a História do Voto, a inexistência de elementos que garantissem a legitimidade do processo, pois, não existia título de eleitor e uma forte inclinação para a transferência do voto, chamados voto por procuração. No Império as eleições eram realizadas diretamente em Juízes de Paz e Vereadores e no Senado a eleição era indireta, os votantes escolhem os eleitores que escolheriam quem ocupariam os cargos; os senhores, considerados como cidadãos, podiam sim votar e serem votados, mas, a noção de igualdade perante a lei, acabava quando se adentrava as terras. (NICOLAU, 2002).

O período da Independência, feita com a manutenção dos escravos, não deixou entreaberta a porta para a consolidação dos direitos civis, políticos e sociais. Mas, foi interessante reconstituir a tensão que constituía o país em duas direções opostas, o que Carvalho (2008, p. 29) chama de direção Americana com a proposta republicana e a direção Europeia, com a Monarquia.

Uma tensão entre a tradição e uma concepção mais moderna, situou a Constituição, outorgada em 1824 que estabeleceu os três poderes tradicionais: O Executivo, o Legislativo e o Judiciário. E, a época um quarto poder, chamado de Moderador, regimentado pelo imperador. Chama-nos a atenção a instauração destes três poderes, porque no universo pelo qual hoje pensamos a maneira de fazer política e

vivenciar a democracia, estes exercem forte influências nos caminhos que o país vem tomando.

A referida Constituição cumpriu com a característica de sinalizar quem podia votar, evidenciando certo “liberalismo” na legislação:

Podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam e os escravos naturalmente, não eram considerados cidadãos. Os libertos podiam votar na eleição primária. A limitação de idade comportava exceções. O limite caía para 21 anos no caso dos chefes de família, dos oficiais militares, bacharéis, clérigos, empregados públicos, em geral de todos que tivessem independência econômica [...]. A lei brasileira permitia ainda que os analfabetos votassem. (CARVALHO, 2008, p. 30)

O sufrágio no Brasil, comparado a outros países nesta época foi bem amplo, a participação eleitoral foi algo emblemático neste sentido, e de direito político cerceado tínhamos o da mulher e do escravo. Os analfabetos neste momento podiam votar, o que motivou especulações e querelas por parte dos representantes, já que a concepção de que os analfabetos não sabiam votar se instaurara há muito.

Do ponto de vista positivo, o que se pode destacar é que com a Constituição o que se viu no país foi uma sequência de eleições, já que os mandatos eram de dois anos. Houve também a preocupação em institucionalizar ou ‘regularizar’ as regras eleitorais, pois, as condições reais nas quais se realizavam as eleições eram intensas.

A eleição era indireta, feita em dois turnos. No primeiro os votantes escolhiam os eleitores, na proporção de um eleitor para cada 100 domicílios. Os eleitores, que deviam ter renda de 200 mil-réis, elegiam os deputados e senadores. Os deputados eram eleitos em lista tríplice, da qual o Imperador escolhia o candidato de sua preferência. Os senadores eram vitalícios, os deputados tinham mandatos de quatro anos, a não ser que a Câmara fosse dissolvida antes. Nos municípios, os vereadores e juizes de paz eram eleitos pelos votantes em um só turno. Os presidentes de província eram de nomeação do governo central. (CARVALHO, 2008, p. 30).

Pensem num país que não tem a prática fundamentada no exercício do voto e de escolher alguém enquanto seu representante: votar, muitos votavam, é verdade. Mas, o que se disputava, de maneira violenta até, o domínio político local. Se é que ainda hoje não o seja da mesma maneira, com estratégias mais complexas. Chamou-nos atenção na discussão proposta o aspecto tragicômico e espetacular das eleições, algo

que pode ser remontado facilmente como prática corrente nos dias atuais, como discutiremos no capítulo II, que trata sobre as eleições.

Destaca-se em 1875 a implantação do sigilo do voto no país, bem como o título de eleitor como uma medida de impedir as fraudes, o que não surtiu efeito graças ao fato de não haver foto no título. O que se depreende desta análise é a mudança que se dá do começo do Império ao término, com uma redução significativa das fraudes, é o início de longo processo de aprimoramento do sistema eleitoral brasileiro.

Figuras como o cabalista e fósforo<sup>3</sup> apareciam como especialistas em burlar as eleições. Os capangas eleitorais ficavam responsáveis por proteger os partidários, sinalizando a nós que o processo era marcado por profunda violência, processos de humilhações e medo.

Os estratagemas de burlar as eleições não paravam por aí, as eleições feitas “a bico de pena”, aconteciam de maneira a burlar as atas quando não comparecimento do votante, sugestionando que o processo tinha ocorrido com regularidade e dentro dos parâmetros legais.

Diferente daquilo que se idealiza como o voto, a atuação e conquista deste foi adotado sobre esse prisma de negociações em relações ao chefe local, “era um ato de obediência forçada ou na melhor das hipóteses, um ato de lealdade e de gratidão”. (CARVALHO, 2008, p. 35). Atos que perpassam ainda as relações sociais no Brasil, não poderíamos dizer que somente as relações políticas.

Entretanto, já se via neste momento o poder de barganha que o votante tinha, pois os chefes não podiam somente confiar na lealdade dos eleitores pagando o voto: “os votantes aprendiam também a negociar o voto com mais de um chefe. Alguns conseguiam vender a mais de um cabalista, vangloriando-se do feito. (CARVALHO, 2008, p.35). De fato, um cenário que se perpetua até os dias atuais com outras roupagens, o voto como mercadoria.

Neste contexto, visualizamos uma forte contradição: a luta pelo voto direto que era interesse dos políticos e que sofriam influência do governo por meio dos chefes locais por um lado. Em contrapartida, buscou-se aumentar as restrições do voto com o aumento da renda e a proibição do voto do analfabeto.

---

<sup>3</sup> O Cabalista incluía o maior número de partidários de seu chefe na lista de votantes e garantir o voto dos alistados. O fósforo, agia de modo específico no momento da eleição se fazendo passar pelo verdadeiro votante. (CARVALHO, 2008).

Este sistema eleitoral persiste durante um bom tempo, até se instituir a Lei Saraiva (abolição do voto indireto). Os partícipes das eleições eram homens com pelo menos 25 anos, exigia-se uma renda anual (que correspondia aos direitos de ser votante ou eleitor) e somente entre 1842 e 1881 os analfabetos puderam ser votantes. Neste período, o alistamento eleitoral não comportava um órgão nacional que se responsabilizasse pelo cadastramento do eleitor, e só acontecia no dia das eleições sem que o eleitor tivesse nenhuma identificação, vê-se que já se possibilita as fraudes, para além deste fato, o voto podia ser realizado por procuração. (NICOLAU, 2002).

O voto também podia ser cumulativo, especialmente no ano de 1904, o eleitor pôde votar no mesmo candidato várias vezes e o mecanismo de voto secreto e voto descoberto:

O eleitor apresentava duas cédulas que deviam ser assinadas perante a mesa eleitoral. Depois de datadas e rubricadas pelos mesários, uma cédula ficava na urna e a outra ficava em poder do eleitor. Com isso, as lideranças já tinham um controle estrito do voto dos eleitores, pois podia-se exigir destes a cédula como prova do voto dado. (NICOLAU, 2002, p. 33).

Neste período, o citado autor destaca um processo eleitoral marcado pelas fraudes, o que no seu entender se contrapõe à detalhada legislação que se instaura neste período. Ele observa que o processo eleitoral é “viciado pelas fraudes em larga escala” (2002, p. 34). Fraudes estas que ocorriam em todas as fases do processo eleitoral, destacando dois principais instrumentos: bico de pena e degola. O primeiro um consiste na alteração de datas feitas pela mesa eleitoral e o outro trata da ausência de reconhecimento dos diplomas dos parlamentares.

A queda do Império e chegada da República demarca um novo período no país no que se trata dos grupos que se instauram no poder. Consideramos importante retomar este período, pois, os direitos políticos ganharam complexidade, alternando momentos de ditadura e algumas aberturas democráticas.

No início do período republicano foram registradas muitas mudanças com o registro de 38 presidentes, duas juntas governativas militares e sete constituições. Após a Proclamação, em 1889, nem todos podiam votar: menores de 21 anos, mulheres, analfabetos. Embora se possam apreender algumas novas características: extingue-se a exigência da renda, o voto e o alistamento não é obrigatório e se tem mudanças na maneira de se alistar, que se torna mais exigente.



Muito foi mantido, a exemplo da exclusão do voto do analfabeto. Junto a esta exclusão, apresenta-se um cenário de evasão dos eleitores, os anos iniciais da República foram marcados por uma descentralização com a introdução da federação baseada nos modelos dos Estados Unidos, consolidando fortes Oligarquias:

A descentralização tinha o efeito positivo de aproximar o governo da população via eleição de presidentes e prefeitos. Mas, a aproximação se deu, sobretudo com as elites locais. A descentralização facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas em partidos únicos, também estaduais. (CARVALHO, 2008, p. 41).

O coronelismo, como foi pensado estes anos iniciais da República, evidenciava esta hegemonia destes chefes com os presidentes de Estado e estes últimos com o presidente da República. Podemos dizer que foi uma afronta a ideia de cidadania, não somente no que diz respeito aos direitos políticos, mas civis.

O coronelismo não era apenas um obstáculo ao livre exercício dos direitos políticos. Ou melhor, ele impedia a participação política porque antes negava os direitos civis. Nas fazendas, imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele. (CARVALHO, 2008, p. 57).

Neste período poucos foram os movimentos populares estudados, mas podemos indicar que a participação popular aparece de maneira complexa. Lima Junior (1999, p. 12) discute que este primeiro momento em especial “foi marcado, ademais, pelo continuado desrespeito à Constituição: intervenções federais nos estados, revoltas civis e militares e exígua participação eleitoral”. O voto vedado às mulheres e analfabetos também contribuem para essa intensa não participação.

a participação era duplamente falseada: em primeiro lugar, pelo uso de listas eleitorais pouco confiáveis (*ex officio*), e, em segundo, pela necessidade de os resultados eleitorais serem “reconhecidos” pela Câmara, mediante o mecanismo arbitrário, conhecido como “bico de pena”<sup>4</sup>. (LIMA, 1999, p.12).

A representação de uma cidadania não se consolida em positividade. Os militares exerceram muita influência sobre os primeiros governos republicanos, até a percepção de movimentos opositoristas serem intensificadas, a exemplo da Semana de

---

<sup>4</sup> Período marcado pela presença de Coronéis e intensa fraudes, a chamada República Velha, tinha formação de junta apuradora, os mesários, indicados pelos mandatários locais, escolhendo quem vencia.

Arte Moderna, organizada em São Paulo em 1922. Esta contou com a participação de pintores, escritores, músicos que vieram depois trazer uma crítica profunda ao governo estabelecido. Houve uma participação mais organizada de movimentos populares, especialmente políticos.

O período que se instaura com Revolução de 30<sup>5</sup>, também é definido na literatura por um período de centralização autoritária. Maria do Carmo traz em sua análise a discussão sobre o Estado e Partidos Políticos no Brasil, evidenciando que o Estado Novo fortificou mecanismos de controles nas estruturas políticas. (SOUZA, 1983).

Sobre este período provisório do Governo Vargas e a escolha dos representantes têm-se readequações na estrutura do poder, houve intensa ação de agregar as oligarquias estaduais ao poder central.

Os presidentes de Estado foram afastados e substituídos por interventores nomeados pelo Presidente da República. Estes, em grande parte, tenentes partícipes do movimento revolucionário e desvinculados das tradicionais estruturas do poder local, tornaram-se instrumentos através dos quais se pretendia dobrar a espinha do poder oligárquico, submetendo as chefias estaduais ao jugo do governo central. (CITADINO, 2006, p.68).

O que se observou é que a velha ordem não ultrapassa a ótica de uma “modernização conservadora”, mas uma redefinição de interesses antigos. Chamou-nos atenção nesta abordagem à maneira pela qual são escolhidos os chefes dos governos, o mecanismo político-institucional realizava-se pelo sistema de interventorias, isto é, o executivo federal ficava responsável por nomear as chefias dos governos estaduais, que podia ser de um representante nativo ao mesmo tempo que este não tinha as mais fortes vinculações partidárias. (SOUZA, 1983, p.85).

O sistema de interventorias pouco ou nada interferia com os pilares do poder político nos estados, nem era esse seu intuito. [...]. Removia-se

---

<sup>5</sup> Momento de mudanças políticas, especialmente econômicas com a Crise de 29 do café. As elites políticas do Café no Brasil ‘racham’. Washigton Luís, Presidente então, insiste em lançar Júlio Prestes, pelo partido Republicano Paulista, levando a elite Paulista enfrentar sob o aparato da Aliança Liberal Getúlio Vargas que perde para situação Paulista. Esta disputa agrava-se com o assassinato de João Pessoa, vice de Getúlio. O assassinato ganha repercussão como manobra, sinalizando uma revolta militar, derrubando o governo impopular e tornando Getúlio governante provisório. Ver mais: CITADINO, Monique. Poder Local e Ditadura Militar: O governo João Agripino – Paraíba. (1965-1971)/ Monique Citadino. – Bauru, SP: Edusc, 2006. 424 p.

assim boa parte dos empecilhos à centralização administrativa e estabelecia-se, através do interventor, uma convivência entre as diversas correntes da política regional, sem que o governo central entrasse em conflito aberto com elas ou sequer acenasse com qualquer ameaça a seus interesses políticos. (SOUZA, 1983, p.86-87).

É emblemático como este período, segundo a autora, foi marcado através das interventorias como uma maneira do poder central conseguir instaurar mecanismos de controle em cada Estado, sem atenuar as tensões existentes entre Estados, pois havia a relação desigual entre os Estados mais fortes e fracos.

Os mecanismos para a manutenção da centralização se deu em diversos segmentos, existia uma autoridade não questionada, seja através da força material ou simbólica: uma ordenação e monopolização do poder através do espaço geográfico, categoria e órgãos criados<sup>6</sup>.

Outro aspecto relevante destacado pela autora no processo de centralização é a importância das forças armadas. Observa-se neste período o aumento do contingente do exército que serviu aos interesses de Getúlio enquanto poder moderador e interferindo tecnicamente em questões industriais e operacionais no país. Souza avalia que a burocracia militar vai se intensificar entre 1940-1950.

O fato é que neste período da República o processo de escolha dos representantes e a maneira pela qual foi conduzida as escolhas políticas neste ínterim não sinalizou grandes mudanças quanto ao voto, que passa a ser secreto e tem a presença feminina assegurada ao Código Eleitoral no ano de 1932, embora não o tenha exercido de fato. Houve também a representação classista:

a eleição de deputados não pelos eleitores em geral mas por delegados escolhidos por sindicatos [...] A inovação foi objeto de grandes debates. Era uma tentativa a mais do governo reduzir a influência dos donos de terra e, portanto das oligarquias estaduais, no Congresso nacional. (CARVALHO, 2008, p.101).

Também se destacam mudanças quanto ao sigilo do voto que é aperfeiçoado em duas medidas: pela obrigatoriedade de um envelope oficial e pela requisição de um lugar indevassável na hora do voto. (NICOLAU, 2002, p. 38-39). Também é importante neste período a criação da Justiça Eleitoral.

---

<sup>6</sup> Com vistas a equilibrar produção e consumo agrícolas, reger importação e exportação, aplicar medidas de incentivo à indústrias privadas, supervisionar aspectos da infraestrutura. Ver: SOUZA, Maria do Carmo C. Os mecanismos da Centralização. In: Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964). Editora: Alfa-Omega. Série 1, Volume III. São Paulo, 1983, p. 83-104.

Neste período inicial da República, após a constitucionalização do país, formaram-se dois movimentos políticos: a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB), um liderado por Luís Prestes e outro por Plínio Salgado, os dois traziam características de ser movimentos de massa que divergiam em muitos aspectos, mas apresentava pontos em comum:

Eram mobilizadores de massa, combatiam o localismo, pregavam o fortalecimento do governo central, defendiam um Estado intervencionista, desprezavam o liberalismo, propunham reformas econômicas e sociais. Eram movimentos que representavam o emergente Brasil urbano e industrial. (CARVALHO, 2008, p.102).

Com as suas diferenças, queremos destacar que estes grupos foram importantes, pois, atraíam setores das classes médias que se sentiam prejudicados pelos domínios dos coronéis e instituíram afronta ao governo estabelecido. Entretanto, os avanços democráticos eram ainda muito delicados em se verificar, não se queria povos nas ruas, embora tenha sido a era das organizações sindicais numa luta constante contra o liberalismo das Oligarquias.

O projeto de nacionalização foi algo impetrado na proposta do governo de Vargas, se no âmbito dos direitos políticos não se avançou, foi o momento das conquistas dos direitos sociais com a legislação trabalhista e previdenciária. Entretanto, esta foi uma cidadania, ao modo de Carvalho (2008, p. 125), ambígua, pois, dividia a classe operária, acreditando-se que com estabelecimento do Estado Novo, a dignidade do cidadão fosse retomada: “O regime era apresentado como identificado com o povo, e como tal, democrático. Vargas era exaltado como grande estadista que se tinha aproximado do povo, que lutava pelo povo, que se identificava com o povo”.

O populismo, como assim ficou conhecido este movimento de adesão às ideias de identificação e luta pelo povo, foi estratégia corrente na política varguista, a utilização do rádio, os grandes comícios geraram uma onda de adesão que nos fez refletir acerca das estratégias que se utilizam para cooptação dos eleitores na busca ou manutenção de um *status*.

No Brasil, contudo, aparecia como uma relação ambígua, pois, avançava-se em algumas questões da cidadania, incorporava a massa em questões pertinentes e de lutas por melhorias. Mas, por outro lado deixava os cidadãos em certa dependência com os seus líderes, criando lealdades pessoais pelas benesses que foram ofertadas. Uma cidadania complexa, que em primeira instância não se pensou atuante, mas passiva.

Durante a 2ª Guerra foi grande a pressão pela volta à democracia, o que leva Vargas a convocar eleições através de organizações partidárias, e em 1945 o general Eurico Gaspar Dutra é eleito, por cédulas produzidas pelo próprio partido, o que muda em 1955 quando a Justiça Eleitoral produz as cédulas e se começa a exigir fotos, como maneira de barrar as fraudes, para além deste exercício institui-se o voto por seção.

O período subsequente (1945 – 1964) foi de acentuada incorporação política, sobretudo dos seguimentos urbanos, de razoável aperfeiçoamento democrático das instituições, apesar da sua instabilidade, e de difícil reconhecimento por parte das elites, de legitimidade das instituições e, principalmente, dos resultados das eleições. (LIMA, 1999, p. 14).

Destaca-se que este período foi sinalizado por um pluralismo partidário e algumas mudanças determinadas pela Carta Constitucional de 1946, tais como: eleições diretas, separação dos poderes do Estado. Entretanto estas estruturas são incorporadas às práticas antigas, também foi esse o período em que se identificou partidos nacionais de massa, “diferentes dos partidos nacionais do Império, concentrado em estados-maiores, dos partidos estaduais da Primeira República e dos movimentos nacionais não partidários da década de 30”. (CARVALHO, 2008, p.148).

Esta constituição manteve as conquistas sociais do período anterior, mas, uma das restrições que se tem à liberdade é o direito de greve, estas, só podiam ser legitimadas com a anuência da justiça do trabalho, embora isso não tenha impedido a existência das greves.

Com a sua morte (1954), Vargas acabou por instituir uma forte reação que evidenciou seu prestígio, impedindo que o próximo candidato assumisse como presidente. Sobre o prisma da instauração dos direitos e democracia, que é o que nos interessa, há um conflito nesta passagem, o ‘ditador’ que não é afeito à democracia é pensado por muitos como herói popular.

O que houve foi a criação de uma identificação do povo com este representante, uma vez que ele aparece como alguém que se preocupa com a questão dos pobres, numa visão bem paternalista. Visão esta que perpetuou com a transição do governo militar para o democrático, visto que ainda podemos pensar neste país, representantes que tentam se utilizar destas características.

O cenário que desponta foi marcado pela sucessão de inúmeros representantes, cheio de dificuldades econômicas e tentativas de alavancar o país, para além disso os

mais diversos grupos que buscavam se apropriar do poder. Neste cenário adentra Juscelino Kubitschek em 1955 quando consegue ganhar a eleição, com forte resistência e consegue desenvolver um vasto programa de industrialização automobilística, o que permitiu que encerrasse seu mandato, mesmo diante de dificuldades.

Com sua saída em 1960, seu sucessor Jânio Quadros acaba por retomar a tensão entre político e militares que já havia sido vivenciado nos governos anteriores, pois, com sua renúncia não foi aceita a posse do vice-presidente pelos militares que contestaram, no entanto, “o comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, estado natal do vice-presidente, recusou-se a aceitar a decisão dos ministros militares e defendeu a posse como previa a constituição. (CARVALHO, 2008, p.135).

Esta tensão durou por alguns dias e como solução adotou-se um sistema parlamentarista, como emergencial, substituindo o presidencialismo, estratégia que mantinha a sucessão como prevista na lei, mas que não atribuía de fato grande poder ao presidente, já que suas decisões dependeriam dos demais representantes.

Um conjunto de primeiros-ministros foi assumindo até que em 1963 a população é chamada a votar, mediante um plebiscito que decidia o sistema de governo, demarcando a volta ao presidencialismo.

Entretanto em 1964, com o golpe militar, os militares passaram a assumir o poder diretamente, com o objetivo forte de controlar as oligarquias que consolidou o sistema coronelista da Primeira República e, com objetivo de subjugar o povo.

A ditadura militar, contou inicialmente com dois presidentes militares, eleitos indiretamente, seguidos por uma junta governativa composta por três comandantes militares e mais três presidentes militares. A eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, seu vice, marca o término da triste forma de dominação política imposta pelos militares, associados às formas mais conservadoras do país e a instauração da “Nova República”. (LIMA, 1999, p. 13).

Com o golpe, impede-se o voto direto para Presidente da República e foi um tempo marcado pela censura à imprensa, as artes e a livre manifestação dos cidadãos; o que se viu foram o cerceamento dos direitos civis e políticos por medidas de repressão, algo que se realizou através de instrumentos legais, os atos institucionais escritos pelos militares;

O primeiro foi introduzido logo em 9 de abril de 1964 pelo general Castelo Branco. Por ele foram cassados os direitos políticos, pelo

período de dez anos, de grande número de líderes políticos, sindicais e intelectuais militares. Além das cassações foram também usados outros mecanismos, como a aposentadoria forçada de funcionários públicos civis e militares [...]. O Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, aboliu a eleição direta para presidente da República, dissolveu os partidos políticos criados a partir de 1945 e estabeleceu um sistema de dois partidos. O direito de opinião foi restringido, e juízes e militares passaram a julgar civis em causas relativas à segurança nacional [...]. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi o mais radical de todos, o que mais fundo atingiu direitos políticos e civis. O Congresso foi fechado, passando o presidente, general Costa e Silva, a governar ditatorialmente. Foi suspenso o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional, e todos os atos decorrentes do AI-5 foram colocados fora da apreciação judicial. (CARVALHO, 2008, p. 160-162).

Período de muita censura o pós-64 teve uma máquina de repressão que atuou dentro do governo eliminando direitos e conquistas dos cidadãos, uma delas foi a liberdade de opinião: sindicatos e partidos não tinham liberdade, os lares podiam ser violados, as correspondências interdidas, a vida não era respeitada. Os movimentos de oposição à ditadura não tiveram muito espaço, identificou-se o movimento sindical, artístico, dos estudantes e até religiosos que foram fortemente reprimidos, com a ocorrência de exílios, perseguições e mortes.

A década de 70, além de ser pensada em sua virulência, destacou-se por um crescimento econômico, o chamado “milagre econômico”. O contexto de euforia que se instalou no país, com a Copa do Mundo foi utilizado como motivo de grande exaltação patriótica. E este “milagre” camuflou as desigualdades que se instauraram em vários setores da população.

Os governos militares investiram na expansão dos direitos sociais: universalização da previdência, a criação do Fundo de Assistência Rural que buscou beneficiar os trabalhadores rurais incluindo-os na previdência, também foi incluída na previdência as empregadas domésticas e os trabalhadores autônomos. Do ponto de vista da cidadania, o que se pode observar que o direito ao voto foi mantido, mas o sentido deste era esvaziado, em contrapartida, expandiu-se os direitos sociais. (CARVALHO, 2008).

Pensada em sua abertura democrática, nesta década, diminuí-se as restrições as propagandas eleitorais, a revogação do AI-5. Carvalho (2008, p. 173) avalia que o General Geisel e seus aliados, a frente do governo, começou a desmontar o sistema autoritário, por algumas questões: Gerou-se profundo desagrado ao governo populista,

com forte convicção política liberal, mas não democrática. O milagre econômico não se sustentara, suscitando novas estratégias para enfrentar tempos difíceis; procurou-se restituir a imagem da corporação militar que tinha ficado extremamente desgastada com a saída dos militares para a vida política.

Seja como for, em 1974 o general Geisel permitiu propaganda eleitoral mais livre para as eleições legislativas desse ano. A oposição teve acesso à televisão e pôde falar com alguma liberdade. O resultado surpreendeu a todos, ao governo e a própria oposição. O governo foi amplamente derrotado nas eleições para Senado [...]. Geisel deu um passo atrás, com receio de novas derrotas na eleição de 1978, tentou fazer mudanças na legislação eleitoral. Como não podia mais contar com a maioria parlamentar necessária, suspendeu o Congresso por 15 dias e decretou mudanças salvadoras. (CARVALHO, 2008, p. 175).

Outro aspecto importante foi a liberação para eleições diretas para governos do Estado. A abertura democrática também se deu quando Geisel buscou retomar o controle dos órgãos de repressão. Esta volta atrás não impediu que o movimento de abertura a democratização estagnasse. O bipartidarismo forçado foi abolido, momento em que surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), de organização forte e que protagoniza disputas fortes na arena política, junto ao movimento sindical.

Distinto do sindicalismo herdeiro do Estado Novo, o movimento sindical neste momento, pensado de baixo para cima, começando na fábrica contou com a presença de líderes carismáticos e tinha como principal objetivo a independência do controle estatal. Junto ao movimento sindical, pode-se falar nos movimentos populares, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Igreja move-se contra a afronta aos direitos humanos: “O trabalho religioso ligava-se diretamente às condições sociais desses grupos e era ao mesmo tempo um esforço de conscientização política. (CARVALHO, 2008, p. 183). Chamamos atenção para estes movimentos, especial o religioso, porque esta é uma categoria que sempre está sendo chamada para a reflexão quando falamos da política.

Instituições como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem de Advogados do Brasil (OAB), os Centros de Pesquisa, a exemplo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), assim como artistas fizeram um movimento que ajudaria a eclodir a democracia. Em meados da década de 80 acontece no Brasil o movimento que ficou conhecido por “Diretas Já”,



A campanha para as eleições diretas foi, sem dúvida, a maior mobilização popular da história do país, se medida pelo número de pessoas que nas capitais e nas maiores cidades saíram às ruas [...] Tentativas esporádicas de impedir manifestações, partidas de alguns militares inconformados com a abertura, não tiveram êxito. A ampla cobertura da Imprensa, inclusive da Rede Globo, tornava quase impossível deter o movimento. (CARVALHO, 2008, p. 189).

O que não se deu de fato, pois o Congresso Nacional não aprova o Projeto de Lei do Deputado Federal Dante de Oliveira, faltando 22 votos para a maioria de dois terços em favor da emenda. Portanto, o Presidente da República, Tancredo de Almeida Neves é eleito, de forma indireta, por um colégio eleitoral no Congresso Nacional, mas falece antes mesmo de ser empossado. Se pensarmos em seu aspecto positivo, podemos destacar que a deposição do governo militar contou com uma intensa participação popular.

A tentativa de redemocratizar se realizou com a intenção de transferir o poder às mãos dos civis e também com a promulgação da Constituição de 1988; para tanto, a busca de consolidação de instituições democráticas se fez urgir, bem como a tentativa de incorporar os mais diversos segmentos sociais, constituía-se o sonho da chamada Democracia Representativa Liberal.

Lima (1999, p.15) observa a instabilidade de chegada e/ou manutenção dos cargos presidenciais: “dos presidentes eleitos em situação democrática, três faleceram antes de tomar posse, um foi duramente impedido de fazê-lo e só tomou posse através de um contra-golpe militar, um suicidou-se no cargo e dois foram impedidos de terminar seus mandatos”.

Um terceiro impedimento se deu com o mandato da presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016 quando teve seu mandato invalidado em votação no Senado, sendo referenciada por crime de responsabilidade. Eleito vice na disputa de 2014, Michel Temer (PMDB) passa a assumir o cargo em definitivo. Estas novas configurações mudaram a paisagem e a dinâmica política do país completamente, especialmente por fortalecer rivalidades e a polarização política da nação. Chamamos este exemplo para indicar as dificuldades de representação que se instaura no país com os rompimentos.

Em 1985, uma emenda constitucional restabelece eleições diretas para as prefeituras de cidades consideradas como área de segurança nacional pelo Regime Militar; podiam votar maiores de 16 anos e pela primeira vez na história da República,

analfabetos. A primeira eleição direta para Presidente da República só acontece no ano de 1989, com a inscrição de 23 candidatos, saindo vitorioso o candidato Fernando Collor de Mello (PRN), sofrendo dois anos depois de assumir a Presidência, o processo de *Impeachment*, mesmo tendo renunciado ao seu mandato.

O processo eleitoral que se instaurou no país e o desejo da conquista democrática foram sendo pensados numa relação sempre tênue às oligarquias e a ditadura. Desse modo, pode-se falar num sistema permeado a práticas de violência, corrupção, mas também se pode ver ímpetos de institucionalização, modernização e desejo de prática democrática.

Sobre esta presença militar, as contribuições de Zaverucha (2000) ao construir e discutir o processo de transição democrática e o fim dos regimes autoritários da América Latina e especialmente do Brasil, afirma que ainda há aqui uma dificuldade de controlar democraticamente os militares. Sendo esta, portanto, uma discussão que retomaremos ao pensar a vivência democrática do nosso país pós-ditadura e mais recentemente quando nos deparamos com questões, falas e desejo de uma volta ao período da ditadura.

Se a ampliação do mercado de consumo e o grande crescimento da cidade durante o período militar ambientou uma ampla organização social, os processos de industrialização e crescimento revelaram nesse período liminar entre ditadura e democracia a “força das grandes corporações de banqueiros, comerciantes industriais, das centrais operárias, dos empregados públicos, todos lutando pela preservação de privilégios ou em busca de novos favores. (CARVALHO, 2008, p. 223).

Este período de “transição democrática” é tensionado por Cordão (2015) quando discute que o projeto do liberalismo e a democracia no Brasil não se deu as mãos e quando assim o fez, foi de maneira tensa. A autora revela, em sua análise, uma congregação dos mais diversos costumes e interesses que permearam a chegada da compreensão liberal da democracia.

Neste sentido, avalia com sensibilidade a ideia de que a democracia é algo a ser posto em suspenso e avaliado em seus aspectos socioculturais. Observa, pois, que

A adoção do modelo liberal, desde o império, não se tornou garantia de que o Brasil seria uma sociedade democrática; pelo contrário, produziu a exclusão de grupos historicamente marginalizados. Reações à inclusão de negros e indígenas, de pobres e da população LGBT, expressam o quanto a democracia é vista como um mal por uma

parte da sociedade, um empecilho para a manutenção de sua posição dominante e hierarquizadora. (CORDÃO, 2015, p.28).

Poderia se falar em (re) estabelecimento das instituições democráticas e governos civis do que de fato em redemocratização. No seu entender houve um ajustamento do sistema patrimonial ao modelo liberal, ou o contrário, o Estado ficou dividido entre o estamento burocrático patrimonial e a forte presença dos grandes proprietários rurais.

A proposta liberal foi naturalizada, entretanto, baseada numa forte crítica a esta naturalização, Cordão (2015, p.70) vai desvelando como a ideia do medo de uma verdadeira participação política acabou por corroborar como fortaleza deste projeto:

Foi esse medo que estimulou uma “redemocratização” fundamentada no discurso liberal, com uma forte defesa dos ideais de liberdade colocados como oposição ao autoritarismo da ditadura civil-militar, a despeito dos “paladinos da liberdade” terem colaborado com esta. Ao mesmo tempo, houve um esforço por silenciar e ocultar ideias democráticas, não elitistas e, por isso, tidas como “radicais”.

O fato é que a proposta liberal se endossa e nós passamos a viver uma chegada de modelo democrático que oferta a nós as mais diversas situações e problematização. É o que discutiremos na próxima seção, ao tratar das conjunturas para eleições presidenciais e algumas teorias que sinalizam explicações para o comportamento eleitoral.

Pensando a Democracia nesta conjuntura, nosso objetivo é sinalizar estes entreatos democráticos. Chamaremos assim porque sinalizaremos no próximo tópico momentos emblemáticos de eleições democráticas, sugestionando como esta democracia vivenciada por nós gestionou um conjunto de teorias sobre o comportamento do eleitor brasileiro.

A proposta não é uma abordagem histórica e linear, mas, uma tentativa didática de situar o leitor como foram escolhidos os presidentes posteriores à República, levando em consideração a conjuntura nacional e o comportamento eleitoral que se pode desvelar mediante estes entreatos.

### **1.3. Entreatos democráticos: as eleições presidenciais no Brasil**

A chegada da democracia em nosso país demarcou-se com a Campanha pelas Diretas que objetivava, pela via direta, a escolha de um presidente eleito pelo povo. Esta

já vigorava para governadores desde 82, mas para presidente dependia que fosse votada uma emenda à Constituição<sup>7</sup>. Esta aconteceu com a pressão de parte da população brasileira que ‘empurrou’ o governo a convocar o Congresso para votá-la. Foi rejeitada por não atingir quórum e logo o Presidente foi eleito, de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral.

Como visto anteriormente, o nome vitorioso foi o de Tancredo Neves (PMDB), derrotando nas eleições Paulo Maluf (PDS). Tancredo também não chegou a tomar posse, por falecer e quem assume o cargo é seu vice José Sarney. O governo de Sarney é avaliado por Costa (2007, p. 188) por dois momentos importantes: a aprovação de uma Emenda Constitucional que estabelece as eleições diretas nos municípios vistos pelo Regime Militar, a concessão do voto dos analfabetos e maiores de 16 anos.

Entretanto foi um governo marcado por oscilar a inflação<sup>8</sup> e denúncias de corrupção, de modo que Sarney vai perdendo a popularidade e apoio da base parlamentar. Luis Bresser Pereira<sup>9</sup> (1989) avalia a crise política e de governabilidade na época fazendo uma crítica contundente ao governo de Sarney, cercado de políticos e empresários que dependiam de favores do Estado.

Não acredita o citado autor que o processo de redemocratização no país se deu enquanto estratégia política do regime autoritário, mas sim um resultado de um diálogo entre o que se desejava a sociedade civil e uma ‘abertura’ no regime militar, por esta razão tenta remontar os obstáculos políticos e ideológicos que impedem a consolidação da democracia:

A crise econômica no Brasil — definida pela estagnação da renda per capita desde 1980 e por taxas de inflação extraordinariamente altas — foi, no início dos anos 80, a causa básica da derrota do regime autoritário, mas, hoje, como permanece sem solução, esta mesma crise econômica está ameaçando o novo regime democrático. Recessão e altas taxas de inflação serão sempre fatores de instabilidade para o regime estabelecido no poder, seja ele autoritário ou democrático. Ao final dos anos 80, é a democracia que está sendo ameaçada pela crise econômica, uma vez que a maioria dos regimes políticos da América Latina são democráticos. (PEREIRA, 1989, p.47).

---

<sup>7</sup> Emenda chamada Dante de Oliveira por ter sido esta a tomar esta iniciativa de lançar ao Congresso a proposta de eleições diretas.

<sup>8</sup> Lançamento do Plano Cruzado (1986) que inicialmente provocou reforma monetária.

<sup>9</sup> Também ocupou o cargo de Ministro da Fazenda, substituindo Dílson Funaro até então Ministro. Bresser também lançou plano econômico.

Era este o cenário de crise econômica que se instaurava no país e no seu entender constitui entrave à consolidação de instituição democrática, embora este também não fosse o fator determinante.

Um aspecto curioso na leitura proposta por Bresser (1989) é que ele se coloca também no campo político e traz uma discussão da democracia com aspectos positivos. A seu ver o processo democrático ocorre, de fato, embora não tenha sido escolhida diretamente o representante e ainda afirma que por mais que a democracia nascente não resolva as injustiças sociais, deve ser vista enquanto regime político e não uma utopia.

No ano de 1989, tendo o prelúdio das eleições diretas, o PMDB partido que tem em Ulisses Guimarães o candidato lançado, demonstra afastamento do governo atual e descreditado. O PSDB tem na figura de Mário Covas seu representante, Leonel Brizola representando o PDT, Fernando Collor representando o PRN e o PT tem como representante Luiz Inácio Lula da Silva. Ao todo se contou com a inscrição de 22 candidatos.

A conjuntura que se estabelece revela que os candidatos que despontaram nas pesquisas foram aqueles que demarcaram oposição ao governo corrente. O início das pesquisas sinalizaram pontos à frente dos candidatos Lula e Brizola.

No entanto, este cenário vem a mudar com o planejamento de campanha do candidato Fernando Collor que endossa o personagem “caçador de marajás”, uma oposição agressiva e forte presença da mídia. Esta foi usada fortemente ao seu favor, inclusive em forte oposição ao seu oponente Lula que trazia um imágético de militante enfrentando um homem em seu vigor físico e postura ilibada. (COSTA, 2007).

A eleição foi decidida em dois turnos, tendo como candidato vitorioso Fernando Collor. Desde esta eleição alguns aspectos merecem destaque para as discussões que se inserem nas teorias acerca da democracia no Brasil: a questão da participação e obrigatoriedade do voto, o uso e reinvenção de estratégias de *marketing* nas eleições dos candidatos, bem como as diversas compreensões de como se pode explicar as escolhas dos eleitores.

Tendo em vista um país que se desejava autor de sua própria história na escolha dos representantes, as taxas de alienação são altas, “com mais de 14 milhões de eleitores inscritos que votaram em branco, anularam o voto ou se abstiveram”. (COSTA, 2007, p. 193). O autor também avalia que foram fortes as polarizações ideológicas, a eleição ficou dividida entre o candidato da esquerda e o da direita, bem como aponta o uso

intenso do *marketing* o que em certa medida levou os eleitores a participarem mais no segundo turno.

De fato, estas teorias ganharam e ainda ganham repercussão e legitimidade nas análises acerca do comportamento eleitoral. À medida que discutimos as passagens dos pleitos recuperamos outros aspectos analíticos das teorias comportamentais. Com a conquista das eleições Fernando Collor assume, mas não chega a terminar seu mandato. Sob denúncias de improbidade administrativa sofre o processo de *impeachment* e tem seus direitos cassados, assume então o seu vice Itamar Franco como sucessor de seu mandato.

A chegada de Itamar Franco à presidência demarcou um período de intensa coalização e governabilidade nos anos seguintes. O cenário econômico já vinha enfrentando dificuldades, o que não mudou muito até meados de 93, visto que para além dos problemas econômicos, o Congresso sinaliza denúncia de fraudes dos parlamentares. (COSTA, 2007).

Um fato que demarcou este governo foi a elaboração do plano Real, norteador pelo então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, que visava a estabilidade econômica, sob diversas medidas: corte em gastos públicos, recuperação da receita, privatizações, entre outras. Com a ocorrência destas mudanças, “houve queda da inflação, com o crescimento da atividade econômica. O plano se revelou um sucesso e provocou a melhora da avaliação de desempenho de Itamar Franco”. (COSTA, 2007, p.205).

Este foi o ambiente forjado para o lançamento do candidato à presidência Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL) e Marco Maciel (PFL/PE) como seu vice. Disputando o pleito o candidato que polarizou a disputa com Fernando Henrique Cardoso foi Luis Inácio Lula da Silva (PT)<sup>10</sup> que a princípio liderava as pesquisas, mas sua candidatura sofre queda vertiginosa com o sucesso do Plano Real. Com esta liderança, Fernando Henrique não atravessou uma campanha que tenha lhe trazido dificuldades em sinalizar a sua vitória, toda a conjuntura convergia para o seu êxito.

Retomando aspectos que constroem as campanhas a mídia é pensada neste momento como recurso pouco difundido e quando o foi, auxiliou FHC reforçando a importância da estabilização econômica que o país passa a ter com o Plano Real. A

---

<sup>10</sup> Também participam do pleito Hernani Formatura (PSC), Leonel Brizola (PDT), Orestes Quécia (PMDB), Éneas Carneiro (Prona), Esperidião Amim (PPR) e Carlos Gomes (PRN).

memória nos ajuda a pensar este momento, embora tão jovens, ao relembrarmos a chegada da moeda real e o impacto que esta teve no poder de compra e venda no mercado, fato veiculado e comentado TVs, Rádios e nas ruas. Porém, numa perspectiva mais crítica, sabemos que este comportamento da mídia, mesmo que sutil, sinaliza afiliações.

Parece-nos, no que tange a escolha do voto, que a vitória de FHC atravessa uma forte relação com a avaliação positiva no fim do governo de seu antecessor Itamar Franco e a chegada do Plano Real. Ao passo que as razões de voto em Lula são de ordem valorativa:

No que diz respeito a FHC, boa parte dos aspectos ressaltados são relacionados a uma capacidade técnica para governar (experiência, competência, preparo, inteligência) ou outros atributos morais relevantes para um bom governante (honestidade, integridade, confiabilidade), enquanto em relação a Lula são destacados mais os aspectos de sua relação com os trabalhadores, como a defesa dos interesses populares. (CARREIRÃO, 2000, p.119).

Se num primeiro momento eleitoral, a exemplo de 1989, as pessoas têm ímpetos de mudança, do avesso à estagnação, neste momento o que se apresenta é um quadro onde se deseja solidez, estabilidade e de um representante que tenha capacidade técnica para manutenção da aparente ordem.

Não parece diferir do que ocorre nas eleições de 1998. O fato que se faz novo é a publicação da Emenda nº16, de 04 de junho de 1997<sup>11</sup> que assegura a reeleição, sendo votada e aprovada<sup>12</sup>. Permitindo assim que o então presidente FHC (numa coligação entre os partidos PMDB, PFL, PTB e PPB) possa candidatar-se novamente.

Sua candidatura conta com a oposição direta do candidato Lula (PT)<sup>13</sup>, não sinalizando uma oposição mais enfática além desta. A candidatura de FHC enfatiza a estabilidade econômica do plano, mas atravessa alguns percalços:

Em 1998 a candidatura do presidente Fernando Henrique Cardoso passou por alguns momentos de turbulência: o primeiro, quando um

---

<sup>11</sup> Em seu inciso 5º assegura que O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. Ver em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm) acesso: 20/11/2015.

<sup>12</sup> Costa (2007, p. 223) destaca em seu texto a situação de compra de votos para conseguir a aprovação da emenda. O governo FHC foi o que sinalizou uma forte coalizão e ‘abafa’ esta situação.

<sup>13</sup> Os demais candidatos: Ciro Gomes (PPS), Ivan Frola (PMN), Éneas Carneiro (Prona), Jose Maria de Almeida (PSTU), João de Deus Barbosa (PT do B), José Maria Eymael (PSDC), Vasco Azevedo Neto (PSN), Sérgio Bueno (PTN) e Thereza Ruiz (PTN).

conjunto de problemas – a seca e os saques no Nordeste, incêndios na floresta amazônica, epidemia de dengue, o baixo índice de reajuste do salário mínimo, a greve dos professores universitários e a infeliz declaração sobre os aposentados ("vagabundos"), dentre outros - fez declinar a popularidade do presidente, que chegou a seu índice mais baixo por volta de maio/junho. Embora esse momento tenha sido superado, mais à frente, faltando menos de dois meses para a eleição, o país sofre uma grave ameaça à estabilidade da moeda, no rastro de uma crise econômica internacional. (CARREIRÃO, 2000, p. 138).

Mesmo com algumas dificuldades Fernando Henrique se reelege e tem no plano novamente uma forte inclinação para esta vitória. Contudo, a análise do voto não se pode deter somente a esta variável, o país ganhou ares de democrático e com isso também outros aspectos podem ser pensados, a exemplo dos regionalismos, questões sociais.

O próximo pleito, as eleições presidenciais de 2002, traz inovações no cenário político brasileiro. Não só pela conquista do candidato Lula (PT, na coligação PCB, PC do B, PMN e PL) que vinha pleiteando o cargo à presidência desde a primeira eleição direta (no total 05 eleições) no país até vencer o candidato José Serra (PSDB).

Do início ao fim da campanha Lula mantém-se a frente nas pesquisas. É unânime em todas as análises a mudança vivenciada pelo candidato, tanto de sua imagem pública, como a imagem plástica com a contratação de profissionais do *marketing*. Não só a imagem de Lula foi reformulada, como também a do partido, outro aspecto a ser avaliado nos próximos momentos eleitorais, a forte presença dos partidos e identificação ideológica na escolha do voto, a exemplo das eleições de 2014 com a polarização dos candidatos Dilma e Aécio.

O impacto da mídia não pode ser deixado de lado ao analisar este pleito. Diferente de outros momentos, a exposição dos candidatos foi enfática, lembramos bem dos momentos de debates, da propaganda gratuita eleitoral, vinhetas, entrevistas e *jingles* veiculadas na campanha.

A concepção do medo, antes tão difundida com a chegada de um operário ao poder foi substituída pelo “bote fé e diga Lula”, cantado durante toda a campanha. Não nos enganemos no sentido de que esta veiculação foi proposital por algumas emissoras, pelo contrário, com as estratégias de *marketing* adquiridas pelos candidatos, obrigou a mobilização em certa medida propositiva dos noticiários e candidatos, o que também sinaliza aspectos de uma maior participação eleitoral. Também é importante salientar que o projeto ideológico do candidato modificou-se.



Tal mobilização também se identificou nas eleições presidenciais de 2006<sup>14</sup>, um dos principais oponentes de Lula, o atual presidente, candidato a reeleição, foi Geraldo Alckmin pelo PSDB lançado com a proposta de garantir que ele ganharia uma maior visibilidade que José Serra e propiciasse uma disputa mais acirrada, e quem sabe, vitoriosa.

O cenário de disputa no ano de 2006 reafirmou a estratégia da expansão das políticas sociais do Governo Lula tão emblemática na eleição anterior, especialmente a expansão do Bolsa Família<sup>15</sup>, mas trouxe também como agenda de campanha o tema Corrupção e Clientelismo, talvez o principal tema, seja por parte dos candidatos que atacaram o atual presidente, seja por parte do eleitorado que aponta este como um dos principais problemas do país:

Obviamente que o Escândalo do Dossiê não foi o único levado em consideração. Os dois anos anteriores à eleição foram marcados por escândalos sucessivos de desvios de recursos públicos, compra de apoio de parlamentares através do uso de sobras de campanha e propinas, envolvendo diretamente a cúpula petista do Palácio do Planalto e, em diversos momentos, resvalando no presidente Lula. Primeiro, foi o caso Waldomiro Diniz, figura central dentro da Casa Civil e da articulação entre os Poderes Executivo e Legislativo. Em seguida, surgiram as denúncias contra Roberto Jefferson e seus nomeados na empresa dos Correios, resultando primeiro no escândalo dos Correios e, em seguida, no mega-escândalo que ficou conhecido como Mensalão, envolvendo a compra de apoio legislativo de aliados na Câmara dos Deputados. Todos esses escândalos atingiram em cheio o Chefe da Casa Civil e homem-forte do governo Lula, José Dirceu, resultando em sua queda da posição no Poder Executivo e cassação de seu mandato de deputado federal. Por fim, na ante-véspera da eleição, apareceram as denúncias de super-faturamento de ambulâncias em um esquema de alocação de emendas orçamentárias individuais de deputados federais. Este último evento recebeu o sugestivo nome de Sanguessugas. É possível que o escândalo do Dossiê tenha apenas reavivado na memória do eleitor as constantes acusações de corrupção vividas pelo primeiro mandato de Lula e não foi por acaso que o tema central das eleições foi a corrupção. (RENNO, 2007, 262).

Rennó (2007) ao discutir sobre os escândalos e casos de corrupção nas eleições de 2006 pondera que estas são acusações veiculadas em imprensa e redes pessoais de conversas políticas. Para ele “a percepção sobre corrupção não indica, necessariamente,

---

<sup>14</sup> Também participaram da disputa Heloísa Helena (PSOL), Cristovam Buarque (PDT), José Maria Eymael (PSDC), Luciano Bivar (PSL), Rui Costa Pimenta (PCO).

<sup>15</sup> Programa iniciado em 2003, caracterizado por reunir outros programas de transferência de renda já implementados no governo de Fernando Henrique Cardoso com o intuito de atender famílias.

culpa dos envolvidos. Políticos podem utilizar essa retórica para se defender, alegando inocência e perseguição, o que é plenamente aceitável em qualquer regime”.

Embora todos os casos apontados atrelem às figuras partidárias do PT ao Presidente, o que se observa é uma estratégia de distanciamento de Lula do partido, o que indica um forte personalismo na conjuntura que se apresenta. Para nós, interessa recuperar o conjunto de explicações acerca do voto destes eleitores que apontam a corrupção como carência, mas não vota fundamentalmente em consonância com os valores éticos que ele mesmo aponta.

O termo *Accountability* adentra na nossa discussão e com ele mais uma teoria que visa explicar o comportamento do eleitor: a teoria da Escolha Racional. O precursor desta teoria Anthony Downs em *An Economic Theory of Democracy* (1957) desenvolve sua teoria fundada no que chama de agir racional, numa oposição clara às teorias psicológicas acerca do comportamento, acima descritas.

Para o desenvolvimento desta teoria, Downs levanta uma discussão acerca das motivações dos homens, o indivíduo é o elemento chave para a compreensão desta teoria. Este que faz parte de um mundo desigual, este que revela os mais variados desejos, este que escolhe poder ou não fazer escolhas que caminhe ou não em consonância ao coletivo. O voto neste sentido é resultado de escolhas, escolhas racionais e “orientado por cálculos de interesse pessoal, tendo em vista o objetivo de maximizar ganho”. (COSTA, 2007, p.36).

No entanto, a dimensão da análise não se limite à escolha, mas os caminhos que podem levar. Estes homens, coletivamente podem gerar escolhas conflituosas, escolhas racionais individuais podem gerar escolhas irracionais no coletivo, é o que se chama de problema de ação coletiva<sup>16</sup>. Para que se evite a teoria aponta que é importante que os indivíduos se sintam estimulados a contribuir com o coletivo, fazendo uma adequação ótima entre meios e fins.

Para que isso ocorra um dos mecanismos são as regras nas competições eleitorais que permitam aos eleitores a livre escolha dos governantes, para quem só pode sinalizar uma escolha racional se as regras forem feitas eficientemente. Por esta razão, compreende-se a importância das instituições e do que Downs chama de ordem estável fornecida pelos governos.

---

<sup>16</sup> Acerca desta discussão ver Mancur Olson (1999), ao refletir acerca dos interesses e problemas de ação coletiva aponta que aqueles que não se unem para a contribuição do grupo, devem ser tratados de forma diferenciada aqueles que contribuem. Seja por meio de coerções, seja por incentivos propositivos.

Ora, sendo assim, pressupõe-se certa previsibilidade a respeito do comportamento dos outros indivíduos e do governo, alguém nem sempre possível. Delega-se, pois, as instituições (também) ‘regular’ e atenuar estes conflitos gerando equilíbrio no sistema, ou o que Przeworski (2001) chama de contabilidade numérica ou *accountability*.

De maneira breve temos a *accountability* como um mecanismo de responsabilização, prestação de contas das ações. Ela pode ser vertical ou horizontal, no primeiro caso os eleitores controlam e julgam seus representantes, o que pode ter implicações na escolha do voto; já a horizontal<sup>17</sup> sugere a fiscalização e controle de um poder sobre os outros,

As instituições afetam o comportamento basicamente dotando os indivíduos de maiores ou menores graus de certeza sobre os comportamentos presentes e futuros de outros autores. Mais especificamente, as instituições fornecem informações relevantes para o comportamento dos outros, os mecanismos de garantia (*enforcement*) dos acordos, penalidade para a defecção, entre outros. O ponto principal é que elas afetam as ações individuais alterando as expectativas que os atores têm sobre as ações que os demais provavelmente tomarão em resposta as suas próprias ações. (RUA & BERNARDES, 1998, p.336).

O que se tem visto é que embora as instituições se prestem a desempenhar este papel de instigar os indivíduos a fazer escolhas ótimas e de gerar este equilíbrio não se observa tanta eficácia.

É o que acontece nas eleições. Isto é, acaba funcionando como um momento de avaliação e fiscalização do que foi proposto durante certo período de tempo, contudo, é perceptível que, como nem sempre a *accountability* é eficaz, há um dismantelamento também da proposta de priorizar o coletivo: “Os “times” políticos que postulam as funções do governo são, aos olhos do eleitor racional, instrumento por meio dos quais ele procura maximizar seus desejos, sejam eles quais forem”. (FIGUEIREDO, 2008, p.107).

Outro aspecto a ser avaliado na *accountability* seria a importância dos partidos e a equivalência destes nas escolhas no Congresso e especialmente na arena política. Barry Ames (2003) faz uma análise das regras para o processo eleitoral e aponta que aqui no Brasil adotamos a Representação Proporcional de Lista onde se tem as cadeiras

---

<sup>17</sup> Em *Accountability* Horizontal e Novas Poliarquias, 1998.

ocupadas no Congresso distribuídas entre os partidos na proporção do total de votos que receberam.

Em certa medida, este sistema acaba privilegiando a ação individual do candidato já que o eleitor não vota somente no partido e na ordem de candidato na lista. Dessa configuração é fácil observar a dificuldade que haverá em estimular o sentimento cooperativo, o que justificou durante muito tempo atitudes como a infidelidade partidária. (AMES, 2003, p.62).

Esta discussão aqui é breve e requer maior aprofundamento sobre a dificuldade de vinculação e filiação aos partidos. Necessita-se de uma vasta discussão que atente para a própria formação dos partidos e consolidação dos mesmos no Brasil para a falta da crença nas instituições políticas, bem como se tem pensado o papel representativo dos partidos políticos no país.

A escolha racional é uma base explicativa que orienta ainda muitos estudos no nosso país, mas como as teorias são postas à prova, também não se pode falar desta sem críticas e limitações. Dois pontos que acreditamos merecer destaque: (a) a ausência de pesquisas empíricas que revelem esse eleitor racional, as avaliações tem-se baseado nos resultados eleitorais e a partir destas suposições e, (b) o suposto ‘retorno esperado’, isto é, o eleitor sempre agirá de maneira racional em relação à fins, deixa de lado um conjunto de percepções que impedem o avanço nas explicações.

No que tange a escolha dos eleitores nas eleições de 2006 pode-se avaliar diversas nuances que a conjuntura apresenta que nos levaria a repensar a complexidade do comportamento eleitoral à época mediante estas teorias explicativas e de como se caminhou os resultados das eleições.

O ambiente que se instaura as eleições de 2010 não é de uma forte crise econômica, o desempenho do governo é avaliado positivamente e com esta avaliação positiva temos o lançamento e indicação da candidatura de Dilma Rousseff (PT) que ocupou o cargo de Ministra da Casa Civil, também lançaram-se fortemente os candidatos José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV), este atuante no cenário político em vários cargos, especialmente como Ministra do Meio ambiente no governo de Lula.<sup>18</sup>

Esta eleição ganha ares atípicos por diversos fatores. Como observa Lima (2011), a candidatura de duas mulheres ao posto de presidência da República, com

---

<sup>18</sup> Também pleitearam o cargo Américo de Souza (PSL), Ivan Pinheiro (PCB), José Maria Eymael (PSDC), José Serra (PSDB), Levi Fidélis (PRTB), Marina Silva (PV), Plínio Sampaio (PSOL), Rui Pimenta (PCO), Zé Maria (PSTU).

verdadeiras chances em eleger-se, sinalizando uma nova representação no cenário político atual<sup>19</sup>.

Outro ponto a ser problematizado nestas eleições foi à vinculação política dos candidatos e a questão de transferência de votos. Embora muito criticada por nunca ter disputado uma eleição, a candidata Dilma Rousseff se lança ganhando adesões, fazendo-nos refletir até que ponto se deu a influência de Lula na transferência de voto.

Diferente das outras eleições avaliadas, a agenda preponderante não foram as questões econômicas ou sociais. Mas, uma discussão de cunho religioso, especialmente sobre o aborto, discussão esta que se intensificou na medida que se aproximavam as eleições, revelando fatores acerca da cultura política do nosso país que apareciam de maneiras subliminares, mas que se tornaram fundantes nos discursos dos candidatos e, quem sabe possamos assim dizer, na escolha dos eleitores.

Uma leitura nos provoca acerca deste momento, a de Antônio Pierucci (2011) teórico da religião que se debruça a pensar este momento, através da parábola do Fariseu e Publicano<sup>20</sup>, remonta as posturas dos candidatos. No Brasil, segundo o mesmo, “vigora o voto religioso” e a sua análise faz, antes de tudo a assertiva crítica a este voto obediente:

O voto das massas religiosas não há de ser necessariamente um voto obediente, essa desfiguração odiosa da figura libertária do voto secreto. Voto, se for obediente, submisso a poderes hierárquicos e corporativos como os dos chefes de comunidades religiosas, será a negação prática de uma faculdade essencial do sufrágio universal: a virtude de emancipar politicamente o indivíduo dos “podres poderes”, e essa liberdade precisa da intransparência do voto desferido individualmente na cabine eleitoral indevassável. Voto obediente é contradição performática. (PIERUCCI, 2011, p.07).

Segundo o autor, o apelo do voto religioso visa o eleitor conservador. Entretanto o que ele busca narrar através da analogia da parábola é o que chama de efeito bumerangue que a estratégia usada surtiu. O candidato José Serra (PSDB) assume esta figura de católico conservador, mantendo-se ferrenho na postura a favor da vida, por outro lado, Dilma Rousseff (PT) caminha numa espécie de “corda bamba” vendo divulgado nos noticiários seus posicionamentos políticos quando militava contra a ditadura a favor do aborto.

---

<sup>19</sup> Lima (2011, p. 208) também chama atenção que este movimento estava acontecendo em outros países da América Latina, a saber: as vitórias de Michelle Bachellet no Chile e de Cristina Kirchner na Argentina.

<sup>20</sup> Evangelho de Lucas (Lc 18, 10-14).

De acordo com a parábola mencionada “Jesus recrimina aquele que faz pose de muito devoto por fora enquanto por dentro só faz alisar o próprio ego como se aos olhos de Deus fosse mais pio que o resto dos mortais”. (PIERUCCI, 2011, p. 11). De modo que o excesso de emprego usado por José Serra trouxe-lhe o efeito contrário e o coloca em posição de desvantagem para a candidata sem aparente filiação religiosa.

Pierucci também ressalta o caráter personalista da eleição, algo bem expressivo no segundo turno e que revela também quando a estratégia de um candidato pode ter o efeito não esperado:

Quando o eleitor conservador, que normalmente é um *homo religiosus*, percebe que sua fé está sendo exageradamente cortejada para satisfazer a interesses meramente eleitorais daquele que o bajula como um bom cristão só que em busca de benefícios próprios nem de longe religiosos, em seu fastio e indignação o que ele passa a sentir pelo candidato que assim procede só pode ser rejeição. Num gesto que tem muito de desagravo e desforra, ele pega e vota contra. (PIERRUCCI, 2011, p. 14)

A que conclusão chega o citado autor e que nós também concordamos? O voto religioso re (vigora) as discussões que permeiam a sociedade brasileira na arena política, especialmente por ser marcadamente cristã. Entretanto, não há determinação.

Houve recusa em ceder à pressão de uma conclamação eclesial que jogava contra os interesses individuais mais utilitários e diretamente materialistas da maioria dos brasileiros. E eram interesses materiais, não ideais, os que igualmente empurravam os fiéis praticantes a votarem pela continuidade das políticas lulistas, uma vez que também eles se sabiam atendidos por várias ações de governo nos oito anos de Lula presidente. (PIERRUCCI, 2011, p. 14)

Fatores como desempenho, avaliação positiva dos candidatos, situação econômica, foram sinalizados e discutidos para a escolha do voto, tal como em eleições anteriores. Peixoto e Renno (2011) avaliando especificamente este cenário também destacam o elemento mobilidade, para os autores a classe que ascendeu, a “nova classe média” indica um novo ambiente de disputa eleitoral.

Esta nova classe, no entender dos autores, indica uma nova faixa de renda, o que não quer dizer que os indivíduos percebam esta mudança como alteração em sua classe. Levantam a hipótese de que “não é o pertencimento a uma classe social ou outra que faz a diferença eleitoral, mas sim a percepção de movimento ascendente que leva apoio ao governo e seu candidato”. (PEIXOTO & RENNO, 2011, p.312).

A partir desta percepção de ascendência, como se comportam? A hipótese a ser verificada é a relação ascendência social e inclinação do voto em Dilma. Para tanto, os autores utilizam um modelo analítico, a partir de categorias nominais que reforçam a concepção de que não é a classe social que vai inclinar o voto do eleitor à Dilma Rousseff.

Para além do conjunto de variáveis que já sinalizamos nas escolhas, os autores destacam ainda a importância da mobilidade social que ascende e faz com que o eleitor brasileiro acabe por compensar os políticos avaliados positivamente e que teve melhora de vida, também reforçam em sua análise com estes resultados a presença da *accountability*, já que a eleição e o fato de o eleitor votar no candidato que avalia positivamente seja um mecanismo de responsabilização. (PEIXOTO & RENNO, 2011).

Por fim, tratamos da recente eleição à corrida presidencial, no ano de 2014, com a candidatura à reeleição de Dilma Rousseff (PT) e a disputa polarizada com o opositor Aécio Neves (PSDB)<sup>21</sup>. A campanha de 2014 merece e será ainda muito avaliada, especialmente porque dela muitas avaliações e desdobramentos se interpõem.

A disputa começa nebulosa já com o falecimento do candidato Eduardo Campos (PSB) que no dia 13 de agosto sofre um desastre de avião ao cumprir agenda de campanha. Desde o ocorrido a campanha começa a ser massivamente voltada ao nome do sucessor que ocuparia seu lugar, o que não tardou muito com o nome de Marina Silva lançado, o que gerou expectativas, uma vez que a sua candidatura na eleição de 2010 foi avaliada positivamente.

A candidata Dilma (PT) aparece no cenário da campanha eleitoral com sérias dificuldades e avaliações negativas sobre o seu governo, a representação que tinha de gestão competente na eleição anterior já não lhe serve mais. A leitura feita até aqui, indica uma dificuldade de negociação nas bases de seu governo e apresenta uma campanha sem tantas inovações, mas utilizando-se das bases construídas no governo realizado.

A ‘surpresa’ vem com a oposição enfática do candidato Aécio Neves (PSDB) que no decorrer da campanha enfatiza a ‘crise’ que o país vivencia, lançando em sua fala a proposta de mudança, do enxugamento da máquina pública, e relacionando o seu governo a gestão bem avaliada em Minas Gerais quando Governador do Estado.

---

<sup>21</sup> Também participaram do pleito os candidatos Levy Fidelix (PRTB), Eduardo Jorge (PV), Pastor Everaldo (PSC), Luciana Genro (PSOL) e Marina Silva (PSB).

A oposição direta ao Governo Dilma (PT) ficou mais forte no segundo turno, já que no meio do caminho outros adversários despontavam com força, à exemplo de Marina Silva (PSB). Aécio Neves (PSDB) precisou então, desconstruir o imagético da candidata Marina como candidatura incerta no meio de um país que precisa de medidas firmes para que voltasse a crescer. A candidata, por sua vez, adentra a Campanha num furação e precisa ir adequando o seu perfil à medida que a campanha vai acontecendo, entretanto, sua representação não é tão clara no partido como o fora na campanha anterior, o que lhe trouxe dificuldades.

A eleição polarizou-se na disputa entre estes três candidatos e diferente do que tínhamos observado nas eleições anteriores, embora a figura da ‘pessoa’ seja emblemática nesta eleição, são os nomes dos partidos que ganham relevância. Acerca destes, trazemos as contribuições de Carlos Melo (2015) acerca das eleições e o sistema partidário brasileiro.

Numa análise breve, avalia que do momento em que o país lançou as eleições diretas, viu-se uma elevada quantidade de candidaturas e muitas mudanças de candidatos entre os partidos. No entanto, a partir do ano de 1994, este cenário foi se modificando e o que se viu foram bases políticas municipais e estaduais sendo fortalecidas e compondo novos caminhos, o que o autor chama do sucesso das eleições presidenciais. (MELO, 2015, p. 103).

Ao avaliar as eleições em 2014, observa a manutenção hegemônica dos partidos PSDB e PT ao longo dos anos, lançando Marina a tangente.

In 2014, the combination of the novelty represented by Marina Silva and the groundwork laid by Eduardo Campos resulted in increasing the chances of successfully challenging the hegemony of the PT and the PSDB in presidential elections relatively to the past. (MELO, 2015, p.110)<sup>22</sup>.

O que o autor observa é a chegada de Marina e do partido como terceira via, que embora não tenha surtido forte impacto, revela o que chama de abrangência do mercado e a importância do mesmo na composição da arena eleitoral.

Recuperamos esta discussão, uma vez que se revelou na campanha uma verdadeira onda de ódio mediatizada pela polarização aos partidos. Vimos nas redes de

---

<sup>22</sup> Em 2014, a combinação da novidade representada por Marina Silva e o trabalho de base de Eduardo Campos resultou em aumentar as chances de desafiar com sucesso a hegemonia do PT e do PSDB nas eleições presidenciais em relação ao passado. (MELO, 2015, p.110).



televisão, rádios, praças e ruas recortes e falas que evidenciam essa oposição que se estende até os dias atuais.

Pensando os elementos que compõe a construção de um regime democrático, buscamos além de um corpo teórico que verse sobre a democracia, sinalizar como esta tem processos específicos que sustentam bases legais e práticas. Desse modo, o capítulo que segue objetiva suscitar a construção de uma estrutura legal e simbólica, que é a eleição, como momento fundante para o exercício democrático.

## Capítulo II

### A disputa eleitoral: Um rital de combate

*Parece meio que um clássico de Futebol, né, uns ficam contra os outros por causa do candidato, assim, tipo, gente querendo mostrar sua opinião sobre o candidato, por exemplo, um quer defender o candidato por causa disso e disso, aí tem um candidato do partido oposto que o pessoal quer defender, aí fica esse meio, fica esse clima de rivalidade, mas, tipo, no final acaba que foi só o momento, entendeu? Por exemplo, é, vamos dizer, uma pessoa que protege um lado, por exemplo o PT e o outro o PSDB, aí fica essa rixa, é como tem os debates na televisão que mostra isso, que muitas vezes as plateias que estão assistindo estes debates acabam brigando, porque é muita opinião sobre eles, mas, no final nem todo mundo sabe o que tá falando porque não tem argumento suficiente pra se defender, porque eles mesmo se contradizem, a gente meio que defende uma coisa que a gente não tem como provar. (BARBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).*



## **CAPÍTULO II – A DISPUTA ELEITORAL: UM RITUAL DE COMBATE**

Este capítulo remonta uma reflexão sobre o processo eleitoral e de como este é relevante para que se possa compreender como aqui se estabelece uma maneira de fazer política. Quando pensamos em eleição, a primeira imagem que surge é a votação, a campanha eleitoral e um conjunto de vivências que se estabelecem a medida que se aproxima um certo período que também é pensado temporalmente.

O que nem sempre nós associamos diretamente a um conjunto de regras que antecedem a vivência das eleições, ou que podemos chamar de “tempo da política”. O primeiro intuito a ser discutido, pois, é o processo eleitoral enquanto um instrumento democrático, constituído de um conjunto de regras e situações que situam este momento como algo possível de representar uma disputa democrática.

A eleição, deste modo, é composta por um conjunto de elementos que sinalizam para a possibilidade de igualdade de direitos na escolha do cidadão. A iniciar, por exemplo, pela constituição que nos rege<sup>23</sup>, em seu Capítulo IV que trata sobre os direitos políticos, já referencia que é direito fundamental do cidadão brasileiro participar de maneira ativa do processo político eleitoral.

Enquanto democracia participativa e também representativa, a participação do povo, por meio do Sufrágio se exerce hoje com o do voto direto e secreto, procurando assegurar os princípios fundamentais de igualdade e liberdade que sustenta o que chamamos de Estado Democrático de Direito.

Este direito do exercício democrático ganha seu apogeu no momento das eleições, especialmente com as campanhas eleitorais. Como as campanhas se estruturam? Podemos falar num conjunto de elementos que são fundantes para que se ambiente o momento da eleição: economia, partidos, meios de comunicação, marqueteiros, agendas, pesquisas são alguns dos quais não se pode deixar de mencionar quando se pensa a lógica que leva o candidato à disputa e o eleitor às urnas.

Uma campanha que se pense brilhante, precisa de mecanismos e circunstâncias, eventos (que algumas vezes são demais imprevisíveis) que passam por elementos estruturais e conjunturais, bem como da desenvoltura de seus candidatos. Campanhas

---

<sup>23</sup> Constituição de 1988. Acesso em 09/11/2016. Sítio pesquisado: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

que conseguem congregiar elementos diferenciados são inesquecíveis. Neste sentido, a partir deste capítulo, os nossos interlocutores são chamados a construir conosco toda esta conjuntura que torna a eleição um instrumento que tem rigor e regras, mas, também é pensada enquanto ritual.

O objetivo é refletir como no Brasil a campanha eleitoral é relevante para que possamos compreender o processo político, do ponto de vista do eleitor. Sabe-se que elementos como inserção do candidato e suas relações com o partido importam, outro aspecto relevante é de como o candidato se lança e indica uma trajetória política, no caso da reeleição o momento de disputa é diferenciado, são estes alguns dos aspectos que ajudam a compor o quadro representativo nas disputas a eleição.

Entretanto, nos cabe indagar também que visões os eleitores (incluindo em alguns casos aqui eleitores que são/foram candidatos) tem destes processos? Dessa forma, é um exercício que trata do que mais duro se tem quando pensamos a política, mas, perfazendo o caminho das eleições enquanto um momento que também se pensa simbólico e ritualístico, substanciado em memórias e num conjunto de representações que os cidadãos-eleitores constroem.

## **2.1. O processo eleitoral como instrumento democrático**

Como discutido no capítulo anterior, o processo político que se instaura no país com as mudanças e reviravoltas da redemocratização indica um conjunto de fissuras que evidenciam as tensões entre a proposta militar e os anseios de uma busca pelos direitos representados nas lutas da sociedade civil.

Após 1945, a democracia que se instaura é marcado por um ambiente ambíguo especialmente com a Constituição de 1946 que permitiu o direito ao voto da população acima de 18 anos, bem como dos analfabetos. A Justiça Eleitoral passou a atuar sobre assuntos referentes a organização de partidos, votação, alistamento e a participação do povo cresce significativamente até que se instaure um novo governo militar e com ele uma série de restrições à disputa eleitoral.

As eleições presidenciais de maneira direta foram suplantadas durante quase 30 anos (1960-1989) sendo neste íterim os presidentes escolhidos pelos militares, as eleições legislativas aconteciam, mas eram cheias de restrições. O processo de reabertura democrática denota muitos entraves, mas acontece através de uma série de

conquistas populares, a exemplo da militância estudantil, dos trabalhadores da criação dos partidos. (CARVALHO, 2008).

Quando da chegada da redemocratização, o arranjo institucional delineado acaba por incorporar ao processo político alguns ingredientes novos, mas não se deixou de perceber aspectos vivenciados anteriormente. Nas palavras de Reis (2009, p.218):

A questão crucial é aqui a de saber se tais mecanismos são de molde a assegurar a preservação do regime independentemente do grau de apoio popular com que possa contar – o qual teria no processo eleitoral a forma mais importante de se manifestar – ou, ao contrário, se seria possível desvendar, no interior do próprio “sistema”, a atuação de fatores que acarretariam a exigência de maior sensibilidade à opinião pública e às aspirações populares do que a que se tem expressado em esforços de propaganda. O segundo plano diz respeito precisamente às disposições existentes no seio do eleitorado e ao significado efetivo a lhes ser atribuído no que se refere às perspectivas de que um regime da natureza do que se encontra atualmente em vigor no país venha a ser objeto de aquiescência e legitimação, como condição para sua estabilização institucional em termos compatíveis com os desígnios fundamentais do projeto autoritário.

O desejo que a voz pública fosse ouvida é latente, assim também como é o receio do que estava por vir. Ao tempo que vimos as lutas pelas Diretas Já e o levante popular, também vimos a dificuldade de se instaurar um sistema dentro de uma ética racional e burocratizada. O que DaMatta (1997) chama de “Dilema Brasileiro”, ou a busca de encontrar um equilíbrio entre o que chamou um estilo de governo pessoal e particularista, no qual as decisões administrativas são calculadas e tomadas por base em considerações pessoais em um modo de governar que é movido pelo cálculo universal e impessoal.

Desde o primeiro momento a democracia parece ser rodeada por um espectro de dificuldades e limitações, considerando todo o trajeto e história política que se instaurou no país, especialmente com a ditadura. Entretanto, a luta pelas eleições diretas apareceu para nós como a possibilidade de dar voz aos desejos e luta da população, a eleição configura-se para nós o exercício pleno da democracia que culmina com o voto.

Entretanto, quando falamos em eleições sabemos também que o que se viu neste país, foi à dificuldade de se instaurar competições equânimes e que respeitem à lisura dos processos. A proposta de tornar consolidada e racional as regras da competição eleitoral, tem sua base no Código Eleitoral (1965), este acaba por construir um norte que

orienta eleitores e candidatos na composição de um regime que ainda é muito recente, mas que já traz em seu bojo vivências bem específicas e complexas.

Para se compreender a eleição, precisamos compreender o ambiente de regras que ela abarca e dos mecanismos institucionais que a norteiam. No Brasil se adotou o sistema majoritário para os cargos de Presidência da República, Governador, Senador e Prefeito, com a possibilidade de dois turnos. As eleições parlamentares por sua vez, segue um conjunto de regras chamadas Sistema Proporcional de Lista Aberta<sup>24</sup> (deputados federal e estadual, vereadores), ambientando uma representação proporcional, isto é, as vagas conquistadas pelo partido ou coligação são ocupadas pelos candidatos mais votados:

O sistema em vigor no Brasil oferece duas opções aos eleitores: votar em um nome ou em um partido. As cadeiras obtidas pelos partidos (ou coligações entre partidos) são ocupadas pelos candidatos mais votados de cada lista. É importante sublinhar que as coligações entre os partidos funcionam como uma única lista; ou seja, os mais votados da coligação, independentemente do partido ao qual pertençam, elegem-se. Diferentemente de outros países (Chile, Finlândia e Polônia) onde os eleitores têm que obrigatoriamente votar em um nome da lista para ter o seu voto contado para o partido, no Brasil os eleitores têm a opção de votar em um nome ou em um partido (legenda). (NICOLAU, 2006, p.692).

O sistema proporcional presente aqui desde 1945 formaliza institucionalmente as regras e os procedimentos que irão regular o exercício de poder, tem como primazia a governabilidade e a representatividade, objetivando as mais diversas representações da população. Também tem como características o incentivo aos partidos na sua formação de coalizões e alianças, representando nestes espaços o desejo da população, o que nem sempre vamos ver acontecer.

O sistema de lista aberta tem sido exposto na literatura (Ames, 2003; Nicolau, 2006; Klein, 2007) a partir de suas limitações, algumas críticas são a ele associadas, a saber: enfraquecimento dos partidos, a disputa interna entre os candidatos dentro dos partidos e o incentivo do personalismo em detrimento do voto partidário.

---

<sup>24</sup> Há três modelos de representação: O majoritário, o proporcional e o misto. O sistema eleitoral vigente no Brasil é o Majoritário, em que vence a eleição aquele que ganha a maioria dos votos. Deputados e vereadores são eleitos pelo sistema proporcional. Acesso em 09/11/2016 <http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-4-ano-4/sistemas-eleitorais-brasileiros>

As disputas acirram com a lista aberta, de modo que candidatos para conseguirem se destacar dentro e fora do partido utilizem as mais diversas estratégias, arrefecendo a concepção de aglutinação de forças na representação partidária. Um dos entrevistados assim se manifestou sobre o tema:

É... Dentro do partido a gente existe uma disputa, muitas das vezes desleal, tem pessoas que... Tem pessoas que... É... Tem muita má fé, então a gente não adianta a gente dizer que dentro dos partidos políticos não tem, tem muito, tem muita gente querendo passar a perna no outro, tem muita gente... É um jogo, infelizmente, sujo de, de dizer isso, né?! E se dentro dos partidos existem o jogo sujo, imagina nas oposições. Então, muitas vezes deixam de lado o político pra agredir a pessoa, muitas vezes deixam de lado a, a família que se tem envolvida pra agredir a pessoa, então se esquece muitas coisas. Se esquece que o que deveria tá sendo questionado seria ideias comunitárias diferente. Ideias e planejamentos diferente. Isso aí é que deveria tá sendo debatido... muitas vezes isso não é.. Você é, é... questionado por coisas que você faz enquanto pessoa, enquanto cidadão. Aí se tem isso interno, externo é que tem mesmo. (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16).

As disputas entre os candidatos revelam que é preciso muito cuidado nas escolhas de quem se deve aliar, quem se deve ter em assessoria, priorizando a fidelidade entre aqueles que acompanham o candidato. Revela-se a importância dos assessores nas campanhas como figuras que fazem a ponte entre o eleitor e o candidato, mas existe uma preocupação com o vazamento de informações internas para os candidatos da oposição.

São os assessores que vestem a camisa, realizam atividades específicas, pessoas que, em alguns casos iniciam a sua participação somente engajados na campanha. É necessária a existência destas pessoas que fazem a mediação entre o candidato e o eleitor, porque são elas que falam a língua que a população entende: “é justamente essa combinação de pertencimento e comunicação entre universos distantes (não necessariamente distintos) que caracteriza o papel de mediador”. (KUSCHNIR, 2000, p.80).

Não só entre os eleitores, os candidatos estão preocupados em congregar alianças que o possibilitem conduzir o seu trajeto na disputa eleitoral com mais confiança. Ao trazer estas relações com os assessores, busca-se evidenciar que existe um mercado político que também sustenta este ambiente de mudanças e traições, o que

ambienta um ‘mercado’ cheio de concorrentes e a “oferta, procura, experiência e valor profissional”. (KUSCHNIR, 2000, p.87).

A política configura-se assim como uma maneira de se construir acessos, nem sempre o que se está em jogo é o dinheiro em si, mas a conquista de posições que o colocam enquanto alguém que tem acessos e poder. As alianças que fazem os candidatos podem fortalecer ou não a obtenção destes acessos, assim reflete o entrevistado:

Em 1982, eleito Vereador na cidade de Campina Grande junto a Ronaldo Cunha Lima<sup>25</sup> que naquela época retornava a política e quase todo povo de Campina Grande apoiava o poeta Ronaldo. E, naquele momento eu já tinha sido candidato uma vez no governo de Enivaldo Ribeiro não logrei êxito, mas tentei novamente e ao lado de Ronaldo dessa vez, porque eu notava que era uma proposta boa, que era uma oposição, uma proposta nova para Campina Grande até porque diziam, eu não conhecia, eu não sabia da história dele, que ele tinha sido cassado e tal. E nessa época talvez, eu muito adolescente e não ligava muito, eu só viria me ligar um pouco na política depois que amadureci. (JOTA, 64 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 12/06/16).

As alianças configuram a constituição de redes específicas e importantes para os candidatos, no caso supracitado o candidato a vereador referencia-se a uma importante figura política do cenário Paraibano revelando uma aliança que o beneficia no momento da eleição.

O aparente desconhecimento do nosso interlocutor ao aliar-se a Ronaldo, contrasta com a concepção que “todo povo de Campina o conhecia”, revelando que as alianças se dão em muitos níveis e que não existem fronteiras tão rígidas quando os candidatos querem negociar espaços de poder.

Ao fazer uma análise do sistema eleitoral brasileiro Barry Ames (2003, p. 61) observa que o sistema aqui é permissivo: “dá ampla liberdade aos parlamentares para formarem coligações bem sucedidas. Ao mesmo tempo, as regras eleitorais dão margem a enorme ambiguidade na recomposição pós-eleitoral dessas alianças”.

---

<sup>25</sup> Egresso do antigo MDB, jovem deputado estadual no início dos anos 1960, cassados pelo Ato Institucional nº 5, no pós 1968, Ronaldo Cunha Lima despontou no cenário Paraibano como figura emblemática na política, assumindo cargos importantes. Ficou também conhecido por atirar no candidato opositor Tarcísio de Miranda Burity no ano de 1993. Também conhecido por seus poemas e inauguração em Campina Grande do espaço que congrega a maior festa popular junina no Estado, “O Parque do Povo”, onde acontece o intitulado “Maior São João do Mundo”.



As disputas dentro do partido tornam os candidatos competitivos, de modo que nem sempre se respeita os limites que se apresentam na arena, na realidade, o que parece muitas vezes é que a disputa eleitoral não tem limites. Uma das nossas entrevistas com um eleitor que já havia concorrido ao cargo de vereador, retrata bem este ambiente limítrofe que a política suscita:

Quase que choro, porque quando abriram a urna que funcionou dentro da própria Cachoeira, eu tive uma boa votação, a maior votação realmente foi a minha, mas não foi a esperada. Agora eu sei que muita gente que estava a precisar, e que ainda hoje no Glória, que moram por lá estão a precisar. Mas eu pensava comigo que o movimento comunitário que a gente fundou que a gente ajudou a construir, que a gente assessorava, tinha acabado com a ideia do dar para eu lhe dar. Então, na urna que funcionou dentro da cachoeira, realmente, eu fui o parlamentar mirim mais votado, mas não foi a votação que eu esperava. E eu disse: Jesus, não tá lá escrito no livro sagrado “dê com a mão que a outra não veja, dê com a mão que a outra não esteja a pedir, dê sem olhar a quem, procure os menos favorecidos, ajude os pobres”, se não for isso Senhor, porque eu mereci a derrota? Quando eu falei sobre a urna da cachoeira, é porque em todas as outras urnas da comunidade quebraram meus votos. Mas eu vou lhe dizer o que foi que houve. Eu não falava do bastidor da política? Foi aí onde funcionou a minha derrota, não foi o povo que deixou de votar comigo não. Entraram dois candidatos coligados ao nosso partido, e como durante o meu mandato eu nunca agradei aos chefes políticos, mereci dois concorrentes dentro da minha comunidade comprando votos sem eu saber. Eu nem sabia que existia isso. Depois que eu... Meu Jesus, olha eu aqui, porque eu perdi a eleição se eu fiz tudo que o livro sagrado diz, busquei os menos favorecidos? (JOTA, 64 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 12/06/16).

As regras eleitorais responsáveis pela composição da disputa política objetiva organizar todo o cenário da disputa eleitoral, mas, o que a referida fala deixa entrever é que existe um circuito oficial e os bastidores. Se há a existência de um ritual sagrado, conforme diz o livro da política, o que se sabe deixa desvelar é que a regra muitas vezes é transgredida e o bastidor aponta um lugar sem tantas fronteiras.

Nestes bastidores é que se agenciam algumas das disputas e cooptação dos eleitores que não podem ser identificadas em sua formalidade. Não é raro perceber que durante o período eleitoral as barganhas, benesses, trocas e negociações dão o tom na conquista do eleitor, se por um lado o candidato sabe que precisa aparecer e mostrar o que fez, seguir o que rege ‘O Livro Sagrado’ da política, por outro, precisa ele estar atento que nem todos seguem o mesmo livro e tampouco as mesmas regras.

As disputas dentro do partido dão este tom do combate que aqui falamos, mesmo integrando o mesmo grupo, sabe-se que o candidato que não dispuser dos elementos necessários para garantir sua eleição (carisma, currículo, organização, dinheiro, expressividade, entre outros atributos), certamente é fadado ao fracasso. Afirma-se isso sem nenhuma intenção de ser tendencioso, embora saiba-se que o elemento diferencial possa aparecer, compreende-se que a disputa eleitoral não é feita entre iguais em nenhum sentido, nem entre candidatos/candidato, tampouco candidatos/eleitores.

Os partidos se formam, mas nem sempre permanecem. As disputas que ocorrem no interior e entre os partidos acaba por fomentar um forte personalismo, os candidatos se esforçam para se destacar e nem sempre o que importa são os temas e agendas defendidas:

Eu acho que hoje os temas em si não são bem discutidos, o que é discutido são as pessoas que estão na política, pleiteando um cargo. Por exemplo: é, você não pega um candidato de um partido pra discutir sobre a ideia do que ele venha a trazer de benefício pra sociedade, mas sim a pessoa que está pleiteando um cargo público, infelizmente a gente não escolhe é... O partido pra ter, aquela, aquela pessoa à frente do partido com os ideais do partido. A gente escolhe pessoas pra poder governar o país. *Eu acho que a diferença principal entre a gente e o governo norte-americano é isso: lá eles escolhem um partido e esse partido tem um representante e esse representante será eleito pelo povo ou não; já aqui não, nós escolhemos a pessoa.* Então se a pessoa sai de um partido e for pra outro, talvez essa pessoa se eleja novamente, dependendo de o ideal do partido existir ou não. (IGOR, 22 ANOS, POLICIAL, ENTREVISTA 23/04/16, *grifos nossos*).

Os eleitores atentam para esta diferença de um sistema de lista aberta e fechada, como pudemos depreender na referida fala. No sistema proporcional de lista fechada, os partidos decidem antes dos candidatos a ordem que os candidatos aparecem na lista e o eleitor escolhe sem sinalizar preferências o que vota. Como afirma Ames (2003, p.62) “a principal característica dos sistemas de lista fechada é que os eleitores determinam quantas cadeiras a legenda recebe, mas são os partidos que determinam quem irá ocupá-las”. Na lista aberta “os nomes dos candidatos, por exemplo, não constam das cédulas (ou do voto na urna eletrônica), de modo que o partido não pode relacioná-lo numa ordem de preferência”. (AMES, 2003, p.63).

De fato, não se pode negar o forte personalismo aqui vigente, mas tomada já por esta inquietação, pensa-se que é importante compreender como as eleições foram se

configurando neste cenário com um forte apelo popular e em meio a essa profunda arena de incertezas, compondo um conjunto de facetas muito complexas de se desvendar.

Uma característica distintiva é a importância da visibilidade e expressão dos partidos e candidatos imersos neste universo como a porta de entrada para a disputa eleitoral no Brasil.

Sua importância para o funcionamento da democracia pode ser explicada pelas funções que desempenham: estruturam a competição política na arena eleitoral, fornecem aos cidadãos ofertas na agenda pública e opções em termos de políticas públicas, dão inteligibilidade ao sistema político, são atores fundamentais na formação e sustentação de maiorias governantes. (PAIVA; BRAGA & PIMENTEL, 2007, p. 389).

Numa discussão que remonta a relação partidos políticos e a democracia como uma proposta de representação nos mais diversos segmentos, recupera-se a importância dos partidos e como estes são vias importantes para o regime democrático.

Os partidos, pensados aqui no seu aspecto representativo, em certa medida estruturam um ambiente da disputa, bem como pode fornecer um norte ao voto do eleitor. Baquero, Castro & Ranincheski ao analisarem a atuação dos partidos “no processo de (re) democratização, eles foram essenciais na institucionalização da contestação política, na mobilização de pressões de baixo por uma abertura do sistema político e no fornecimento temporário de uma identificação ideológica coletiva”. (2016, p.14).

Vimos antes que houve, mesmo nos períodos de ditadura, certa ambiguidade que deixaram brechas para fomento de uma democracia, uma delas é que o Congresso permanece aberto (Embora no AI – 5, ele ficou fechado), mesmo sendo ordenado pelos presidentes militares. Outro aspecto interessante é a criação do bipartidarismo em 1966, representados pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e sua oposição, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de modo que se instaura a disputa pela representação cidadã, ainda que tolhida.

O primeiro, a Arena, corroborou com muitas das ações do governo militar, a exemplo da censura, legitimando todos os candidatos impostos; o segundo aparece num dilema entre se manter funcionando apesar das cassações ou dissolver-se. Manteve-se, mesmo correndo o risco entrou na disputa tentando rebater tudo aquilo que afrontava à

democracia, o que não era fácil, pois, “deputados e senadores que injetavam um pouco mais de contundência em suas críticas quase sempre perdiam o mandato”. (CARVALHO, 2008, p. 166).

Esta realidade imperou entre nós até 1979 quando foi abolido o Bipartidarismo, dando lugar a novos seis partidos.

A arena transformou-se no Partido Democrático Social (PDS), o MDB no Partido do Movimento Democrático (PMDB), os antigos trabalhistas do PTB dividiram-se em dois partidos, PTB e Partido Democrático Trabalhista (PDT), este último sob a liderança de Leonel Brizola, recém retornado do exílio. Os moderados do MDB reuniram-se em torno do Partido Popular (PP), que logo depois voltou a fundir-se com o PMDB. A grande novidade no campo partidário, no entanto, foi a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. (CARVALHO, 2008, p. 176).

O Partido dos Trabalhados (PT) diferencia-se no entender de Carvalho (2008) por ser um partido que não foi criado por influência do Poder executivo, mas por um conjunto de militantes que se sentiam representados graças a ampla discussão que podia se estabelecer dentro do partido.

O movimento de oposição, criado pelos partidos, pelos camponeses, CEBs, sindicatos e estudantes, trouxe vigor à luta pela democracia. Constituíram grupos fundamentais no ensaio de uma participação ativa e cidadã na luta pelos direitos sociais e políticos. Portanto, a maneira que se compreende neste exercício, o partido pode e deve se apresentar como instrumento que viabilizou e pode viabilizar a cidadania.

Na verdade, sobre estes vários, sobre estes temas, eu não posso citar os temas sem antes citar os candidatos, mas não eles específicos, os partidos. Por exemplo, se a gente vê, desde o princípio, desde que o Brasil era uma Monarquia, ali já estava beirando, já estava desvanecendo, chegando ao fim, dom Pedro estava no poder, *já existia dois partidos políticos, primeiro que essa tradição sempre se manteve, passamos pela Ditadura, tinha uma Arena e o outro que eu esqueci o nome e isso sempre foi essa oscilação de poder*. Ora eles, ora a gente, ora eles, ora a gente. Ora a direita, ora a esquerda. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16, *grifos nossos*)

Reconhece-se que a instauração dos partidos no país não foi um movimento de todo automático, e o processo eleitoral nem sempre garantiu que o exercício de direito políticos fosse vivenciado, especialmente nos momentos de ditadura. A abertura democrática demarcou um momento de possibilitar outros partidos e legendas é

verdade, não se pode deixar de considerar a força que as legendas dos partidos pós-ditadura obtiveram.

O que nós vimos, no entanto, foi um forte sentimento de descrença que vem acompanhando estes partidos pelos mais diferenciados motivos. Um deles é a busca de interesses pessoais ou de elites que pouco estão preocupados com as demandas sociais, colocando por terra sua função representativa. Esta desconfiança remonta desde à Independência onde se viu instituições estatais revelando aspectos mandatórios e discriminatórios consolidando a personalização da política. (BAQUERO, CASTRO & RANINCHESKI, 2016).

E eu vejo que estes políticos maiores, que representam essas legendas maiores, dos partidos também maiores, eles também tem nas suas pautas interesses diferentes da população. *Os poucos interesses do povo que eles colocam são aqueles pra camuflar os seus próprios, pra camuflar os interesses de quem os realmente os está representando.* Até porque, o dinheiro que eles usam não caem do céu. O presidente da Câmara ele ganha dezessete mil, ele não tem condições de bancar uma campanha de quinhentos mil reais, da onde vem os quinhentos mil reais? *Empresas doando, empresas estão doando o dinheiro delas pra essas políticas, pra você ver que realmente elas amam a democracia. As mesmas empresas que são responsáveis por destruições de rios aí, de fauna e flora, também doam pra esses políticos representarem os seus interesses ambientais... Contraditório. Muito contraditório.* Isso chega a ser um insulto à intelectualidade daqueles que sabem do que é política. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16, *grifos nossos*)

Outro aspecto que se tem revelado um desafio são as questões que dizem respeito aos financiamentos e recursos. O financiamento das campanhas dos candidatos tem deixado os eleitores de sobreaviso, especialmente em tempos que se tem visto milhões sendo derramados em campanhas gigantescas e a caça desenfreada de políticos perseguidos com a alcunha de serem corruptos e desviarem dinheiro público.

O padrão contemporâneo da atuação dos partidos políticos quando no poder se materializa na configuração de uma maquinaria poderosa que controla os recursos estatais, monopolizando o processo de nomear para cargos públicos via uso do nepotismo, captar recursos e gerenciar a esfera pública a seu favor, perdendo sua credibilidade. (BAQUERO, CASTRO & RANINCHESKI, 2016, p.16).

A corrupção aparece nas mais variadas interfaces, mas, o eleitor, mesmo aquele que não acessa a informação em sua integralidade reconhece que dele está sendo retirado algo que é seu de direito, o que torna um empecilho na sua crença das

instituições. Estar inserido num partido, especialmente se tem recursos, garante a oportunidade de o candidato garantir sua visibilidade quando está pleiteando as eleições, estar com o que chamamos de ‘a máquina política’, ou seja, representa um diferencial quando o candidato se lança;

No lado da corrupção, a patronagem e o clientelismo somente são possíveis quando os políticos detêm recursos tais como cargos públicos com poder ou contratos para distribuir. Essa prática política redundou na institucionalização de burocracias de pouca qualidade e partidos a serviço de grupos minoritários. (BAQUERO, CASTRO & RANINCHESKI, 2016, p. 15).

Numa leitura que recupera a percepção do eleitorado nos interessa especialmente a composição de como se tem pensado os partidos na sua atuação no Brasil, para tanto um diálogo que se aproxima é o da autora Maria Kinzo (2005) ao perfazer um estudo sobre as percepções públicas acerca dos partidos. Rompendo com uma perspectiva que aliena o eleitorado, a autora aponta os partidos como instrumentos de mediação de pessoas que exercem uma cidadania ativa nas ações decisórias e eleitorais.

Em sua análise, observa que o partido exerce duas funções primordiais: a manutenção da governabilidade e uma capacidade de estruturar a competição eleitoral. De fato, é através dos partidos que se pode requerer um conjunto de demandas representativas da população, mas nos interessa aqui especialmente o aspecto do partido enquanto fomento de uma competição.

A democracia, como observa, implica na composição de um governo que se assenta nas incertezas políticas, entretanto, a competição eleitoral acaba por funcionar como baliza ou instrumento que traz certa ‘previsibilidade’ sobre aqueles que pretendem competir, neste sentido o partido lança mão de competidores para fazê-lo se notar.

A referida autora observa em sua análise que a chegada de um governo civil foi marcado pela criação de um sistema multipartidário, entretanto este conserva as características do bipartidarismo de outrora. O que chama atenção na sua abordagem é a ênfase que repousa sobre a dificuldade de se consolidar, depois de mais de dez eleições ocorridas no país, a imagem dos partidos no nosso país apontando para uma forte dificuldade de identificação partidária: “Parece-nos, no entanto, que, no Brasil, o tipo de estratégia utilizada pelas elites para lidar com o complexo conjunto de regras que regulam as eleições tem conduzido a um padrão diferente”. (KINZO, 2005, p.66).

Para que esta identificação pudesse ser consolidada, a seu ver, a primeira condição é que os partidos tenham visibilidade na competição eleitoral, a outra condição é de que a fidelidade partidária fosse algo que se instaurasse de fato, uma vez que a dança das cadeiras nos partidos não propicia um ambiente estável, tampouco que oferte ao eleitor segurança.

Em momentos de nossas conversas com os eleitores esta ausência de credibilidade com o partido fica descoberta em suas falas, fala-se relação de tensão porque aqui se entende que o eleitor trava com o partido uma relação de confiança em alguns momentos, em outros repousa no candidato e não no partido esta confiança.

Com certeza, o candidato que muitas vezes não presta, mas ele está num partido bom e às vezes ele leva a eleição por isso e muitas vezes o partido é fraco e o candidato é bom e não consegue, não consegue colocar ele no poder. E tipo, se você tiver uma noção do que é o *pluripartidarismo*, né, que a gente está usando muito esse termo hoje em dia, o que mais tem é coligação, quando o partido não é poderoso então ele se junta a uma que é, então é difícil, você tem que analisar bem o partido, eu acho que precisa analisar o candidato daquele partido, é interessante. (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16, *grifos nossos*).

Pode-se denotar nesta fala, a desconfiança que o eleitor tem ora do candidato, considerando basilar a existência do partido como propulsor de uma identidade legítima para o candidato, ao tempo que também exerce a sua capacidade de alavancar a candidatura de muitos daqueles que não teriam chances se não participasse de um partido de expressividade. Ora, no entanto, a desconfiança se volta ao candidato, do seu caráter e se ele vai, de fato, representar o interesse de todos.

Essa análise resvala numa conformação de um sistema partidário extremamente fragmentado que se consolida pós-regime militar, com o intuito de atravessar a oposição MDB e Arena que perpassa parte da história do país desde que se fundam os partidos, adotou-se novas regras de organização partidária, uma delas é a possibilidade da existência de mais de dois partidos. Entretanto, mesmo com o multipartidarismo, observou-se que o número de partidos que realmente competem nas principais categorias das eleições reduziram-se bastante.

Numa análise das eleições estaduais e municipais entre 2006 e 2008, Antonio Lavareda (2009, p.33) lançou um quadro que revela esta fragmentação eleitoral, atentando para um movimento: “as eleições proporcionais estão progressivamente se

“descolando” das majoritárias”. Nas eleições proporcionais em que ele observou, todas as regiões indicaram uma forte dispersão das votações. Mas, nas eleições majoritárias, firma-se uma tendência à bipolarização<sup>26</sup>, pouco se tem visto nestas uma terceira força com chances reais.

O que se viu foi o um fracionamento dos partidos, construindo um caminho de abertura para o aumento de candidaturas, em contrapartida a efetividade destas candidaturas perdeu expressividade. Numa análise que retoma esta fragmentação indica: “no âmbito das eleições majoritárias, principalmente as de governadores e presidentes, após a fragmentação inicial entrou em marcha um processo de concentração de votações em torno de um número cada vez menor de candidatos. (LAVAREDA, 2009, p.31).

A concepção de pluripartidarismo retomada na fala acima do interlocutor indica outro elemento importante na escolha, pois, apesar da quantidade de partidos que apareçam no cenário, é necessário uma forte visibilidade dos partidos para que o eleitor possa escolher. Junto a esta ausência de expressividade a busca pela visibilidade causa no eleitorado insegurança no momento de suas escolhas. Não é difícil encontrar esta insegurança:

Às vezes também alguns políticos mudam de foco, estratégia política, às vezes a mudança de partido já influencia no não voto nele, porque ele tá perdido, tá sem rumo, né, e um candidato sem rumo ele está atirando, mostra que ele quer o cargo e não o direito de opinar, de dirigir. (CILNEY, 23 ANOS, ELETRICISTA, ENTREVISTA 01/03/16).

Com muita frequência o que tem sido visto é a formação de coligações que não se sustenta e que são dissolvidas mal acabam as eleições, são as alianças feitas em alguns casos por candidatos que eleitoralmente não são tão expressivos, mas almejam cadeiras parlamentares.

Neste sentido observa-se que os índices de volatilidade eleitoral acabam por indicar se os partidos conseguem ou não se enraizar junto ao eleitorado, quanto maior o número de mudanças que o partido apresentar, menor a sua capacidade de criar segurança, logo o apoio da população sobre o partido diminui. Os vínculos partidários nem sempre se consolidam, a experiência contínua de lançar-se às candidaturas pode fazer com que um partido conquiste esta visibilidade, criando apoios e estabilidades,

---

<sup>26</sup> Lavareda (2009, p. 45) observa que houve um processo de desideologização da política e sinaliza o ‘Segundo Turno’ como um dispositivo que fundamentou o desestímulo do excesso de candidaturas nas eleições para presidente, governadores e prefeitos das cidades.



mas o que tem se observado é certo declínio destes, com algumas exceções. (KINZO, 2005).

Chama-se a atenção para as transformações que ocorrem no ambiente eleitoral, também para a compreensão de que a democracia seja um sistema jovem. A competição por votos conformou um sistema de distinções onde a preferência e lealdade partidária torna-se difícil, perspectiva já tão enfatizada com a adoção do Sistema Proporcional.

Por outro lado, entra em cena o elemento da preferência, é este vínculo estabelecido entre candidatos e parte dos eleitores que representa como o candidato larga nesta disputa, ainda assim, enfatiza-se a necessidade do partido. Numa abordagem que privilegia aspectos cognitivos e emocionais, pode-se dizer que o eleitor considera alguns elementos que os faz distinguir os partidos uns dos outros:

Sim, sei, todos eu procuro saber onde estão filiados. Por questão de ideologia e, por exemplo, você votar em determinados partidos, você está correndo o risco de levar o país que você mora a bagunça geral, porque infelizmente na política existe ainda esse tipo de gente e se você votar em determinada pessoa você vai correr o risco de tudo o que é público virar privado, então a gente tem que mais ou menos ver onde aquele povo está com a cabeça, o que ele está pensando, pra que a minha vida mais tarde não venha sofrer consequência por conta de erro de alguém. O que a gente vê é justamente isso, erros de alguém no passado que só vem cair no futuro e quando vem no futuro... e como foi isso? Não é porque tem uma lei lá atrás que diz que é pra ser assim. É a história da lei trabalhista, o povo bate muito em Getúlio Vargas, mas a lei trabalhista é dele, foi no governo dele, no tempo que ele governava. *E aí de repente você tem presidentes querendo mudar, não para melhorar a vida do trabalhador, pelo contrário, pra piorar. Então você votar num grupo que piora a vida do trabalhador?* Já serve pra dizer quais suas pretensões, enquanto governante, enquanto administrador. (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/16, *grifos nossos*).

Na referida fala, elementos como a ideologia do partido ganha expressiva importância neste movimento de identificar o eleitor a uma legenda e conjunto de valores que o partido representa. As legendas de cada partido sinalizam para indicações de representações, atualmente quando pensamos em determinados partidos associamos rapidamente as demandas de lutas que ele levanta e isso é importante para muitos eleitores, pode constituir a sua escolha ou recusa.

Os partidos podem aparecer nas falas (e aparece com certa frequência) como massa de manobras, neste caso, candidatos não são mais do que fantoches, representantes dos interesses políticos das elites, aparece na contramão de um

fortalecimento da democracia. A opinião pública importa muito neste cenário, porque acreditar num partido que tenha agendas que dificulta a vida da população, como mencionado na conversa supracitada, é quase impossível, ficando o eleitor engaiolado já que embora sem acreditar precise escolher.

Com a ausência da fidelidade e identificação partidária, o foco algumas vezes deixa de ser o partido e passa a ser a personalidade:

Não, geralmente eu não voto em partido, eu voto no candidato, eu vou pelo o programa dele, como eu to dizendo, pelo o que ele expôs né, durante aquele [...], se ele tem capacidade mesmo. Eu também gosto de olhar o histórico do cabra, com quem trabalha, com quem trabalhou, o que é que fazia, porque isso conta muito, alguma repartição, se for pública, se for federal, eu gosto muito de olhar isso, se foi envolvido com alguma coisa, safadeza, falcaturia, entendeu, são certas coisas que eu observo muito. Eu não olho o partido, legenda, esse negócio não. (CILNEY, 23 ANOS, ELETRICISTA, ENTREVISTA 01/03/16).

O processo eleitoral indica que a escolha dos eleitores para os cargos tem com frequência se centrado na figura do candidato, tem-se criado uma personalização do sistema. Na referida passagem, observa-se a desvinculação do eleitor ao partido, ao tempo em que observa a trajetória individual do candidato, com quem se relaciona, se é envolvido com algo que o eleitor identifique como negativo. Este também pode ser considerado um entrave à imagem do partido, uma vez que a reputação pessoal é o que importa, o candidato tende a desvincular-se ainda mais do partido, estabelecendo em alguns casos políticas distributivas e clientelistas. (SANTOS, 2003).

A primeira preocupação de um partido é, pois, conectar-se com os eleitores. Mas, este talvez seja um dos seus maiores desafios na atualidade, uma vez que o ambiente eleitoral e suas constantes mudanças revela a dificuldade deste reconhecimento dos partidos, diferente de outros momentos, já que no passado “a preferência era transmitida no processo de socialização política, de pai para filho, tal como se transmitia a fé religiosa ou a preferência nos times de futebol”. (LAVAREDA, 2009, p. 37).

Nota-se que a valorização de alguns atributos, que nem sempre são os mais importantes para a esfera política, acaba por basilar as escolhas dos eleitores nesta visão personalista do sistema.

Não, eu acho que pra mim o importante em si é o candidato, é a pessoa sabe, a vezes não é nem o candidato, mas a índole da pessoa que vai concorrer aquilo ali, a procedencia, a visão daquela pessoa, se é uma pessoa informada, se é inteligente, se realmente se ele chegar ao ponto de administrar a cidade, se vai ter crescimento, mas esse negocio de legenda de partido, pra mim não é não, eu vejo mais pela pessoa, vamos dizer. (JEANE, 56 ANOS, DO LAR, ENTREVISTA 23/02/16).

O que Lavareda (2009, p. 53) revela é a importância das características atribuídas aos candidatos, o quanto importa a sua biografia e trajetória política, ele observa que “muitos são os alvejados no meio do caminho, ou aqueles que simplesmente sequer conseguem tentar um passo adiante diante da trajetória eleitoral, por conta dos esqueletos que carrega. Seus, de seus familiares, às vezes até mesmo dos assessores”.

Estes atributos diminuem ou aumentam a chance de sucesso eleitoral e são fundamentais, haja vista as disputas que ocorrem dentro e fora dos partidos. O currículo do político representa toda sua vivência no universo, e compõe a dimensão do caráter do candidato. Através dele é que o candidato terá ou não credibilidade em suas propostas e tal fato se constitui, pois, em um aspecto fundamental na disputa eleitoral.

Nas campanhas majoritárias, o currículo ganha um valor especial, é um dado bastante explorado por quem realiza as campanhas, não é difícil ver durante o Horário Político Gratuito Eleitoral (HPGE) a vida política dos candidatos serem expostos, seus momentos ao lado da família, as obras que pode apresentar. São elementos que agregam na imagem positiva do candidato, sugerindo credibilidade, o intuito é aumentar as chances de vitória.

O candidato que tem a carreira ‘certa’ e o currículo ideal desponta, mas são seus atos que fazem com que se tenha credibilidade as propostas lançadas ao longo da campanha e mandato, fazendo o eleitor sentir-se mais seguro quanto ao comportamento do candidato que ele resolve escolher.

O que Erving Goffman (1985) chamaria de Manejo das Impressões, o candidato enquanto ator político usa estrategicamente a informação ativamente produzindo e sustentando uma visão favorável de si. Essa visão precisa ser sempre renovada nas campanhas políticas, oferecendo ao eleitor uma estabilidade e crença do potencial do candidato.

A personalização faz, muitas vezes, com que as campanhas eleitorais não se centrem nos partidos como os principais atores políticos, revelando um baixo índice de identificação partidária. Esse cenário decorre de um conjunto de situações que modificaram a história política: mudança nas relações sociais, reconfiguração das estruturas familiares, relações diretas com os meios de comunicação, novo âmbito das relações sociais acabou por arrefecer as identidades coletivas.

Em um dos nossos diálogos com os entrevistados que além de eleitor, pleiteava a eleição na disputa para vereador nas eleições de 2016 chamou-nos atenção esta relação sempre tão tensa quando se fala dos partidos, a nossa problemática girava em torno das suas lembranças acerca das campanhas eleitorais e de como estas poderiam oportunizar espaços de participação ativa dos eleitores.

Pra gente melhorar hoje nossas campanhas eleitorais eu acredito que ela não deveria ser obrigatória, *não deveria ter tempo restrito* e deveria ser... eu, por exemplo, sou contra partido. Eu acho que você deveria votar por pessoa. Você não estaria preso a um grupo político. Então, a gente já começa como as nossas falhas por aí, porque hoje você tem um, um, um cargo de, de deputado onde o povo votou no deputado e o deputado não... *Aquele cargo não é dele é do partido*. Então, são as coisas que a gente tem que “pendorar”, a gente tem, tem que, que elencar isso aí. *Então, as campanhas pra serem mais centradas eu acho que você deveria votar na pessoa e não no número*. Então eu acho que a partir daí a gente poderia mudar a ideologia do nosso, da nossa democracia, né?! Porque a partir daí você... Primeiro, não existiria cor partidária, então você não estaria sendo “linkado” a um lado A ou lado B, por mais que você defendesse alguém. Então, se eu fosse votar numa urna não ia aparecer lá um número do candidato e sim o nome do candidato. Eu estou votando nele, então quando eu voto em Cyntia eu acredito na pessoa de Cyntia, então se Cyntia mudar de partido, Cyntia perde o cargo dela e aí? E aquele eleitor que confiou em Cyntia? Né?! (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16, *grifos nossos*).

A escolha do candidato, a seu ver, seria a melhor estratégia para que as campanhas pudessem ser mais organizadas, porque os grupos políticos aparecem como ‘links’ nos quais os candidatos acessam para galgar o cargo, mas depois deixam de lado, a lealdade e os laços partidários não se firmam, o que não oportuniza, na sua visão, um aporte para a democracia efetiva.

Aqui mais uma vez assenta-se o elemento da descrença no partido como uma entidade que não vá representar o desejo das pessoas, antes representa o interesse de

grupo. O fato de votar no candidato, na pessoa, aparece em seu aspecto de ‘familiaridade’, já o partido como a dimensão racional.

DaMatta (1997) ao estudar o ritual “Você sabe com quem está falando?” revela que no Brasil, somos avessos ao conflito e crise. Ele observa através dos ritos as estruturas ocultas e os domínios que governam as interações sociais, de modo que destaca a existência de duas éticas: burocrática e pessoal, em que pese as situações “aos inimigos a lei, aos amigos tudo”!

A expressão, usada de cima pra baixo, revela um sistema que opera em dois mundos distintos: um que particulariza, até o nível biográfico; o outro que atua por leis globais que evita a todo custo o contato direto com os indivíduos. Existe a princípio o que ele chama de “separação concreta entre a pessoa e a norma”. (DAMATTA, 1997, p. 218).

A noção de indivíduo e pessoa são construções sociais que nos ajuda a pensar como elas atravessam o sistema político no Brasil, embora saibamos que não podemos simplificar a sociedade apenas a estes dois universos. O indivíduo é aquele que toma a sua vertente individualizante, dando ênfase ao “eu individual” e que busca a liberdade e igualdade, neste caso, o eu individual é maior que o coletivo.

A pessoa é adentrada pela coletividade, presa à totalidade que esta vinculada, a ênfase é dada a coletividade e não ao individual, recebendo através de rituais e segmentos tradicionais as normas em que vive. Diferente do indivíduo, a pessoa está imersa num segmento onde a consciência é social, a totalidade precede à individualidade.

Na nação, os indivíduos tem na atuação social uma opção que podem exercer ou não para formar a chamada “sociedade civil”. Ao passo que nas sociedades segmentadas, complementares e tradicionais, o social não é uma opção oposta ao mundo individual. Ao contrário, ele se impõe à pessoa como parte integrante de sua consciência. Aqui, a totalidade tem na unidade – a pessoa – um dos seus prolongamentos essenciais e complementares. (DAMATTA, 1997, p.225).

Quando DaMatta (1997) recupera as distinções entre indivíduo e pessoa, mais do que colocá-las em oposição, ele observa o caráter dialético que se pode observar na atuação de uma a outra. Afirma, pois, que o sistema individualista sofre uma espécie de curvatura, deixando que nele possam operar os valores das relações pessoais. Não é

muito distante do que observamos nas falas aqui retratadas e, se podemos ampliar, na visão representativa que se instaurou no país sobre o universo político.

As duas noções em sua análise operam de modo simultâneos, no Brasil utilizamos as duas categorias. Por um lado utilizamos um código ligado a moral pessoal, onde impera valores básicos, um *sistema de pessoas* que devem conduzir o sistema social. A pessoa é dada a orientação do mundo em sua hierarquia, esta condução “evitando que o “povo” seja enganado e aviltado seus direitos. No Brasil, então, temos “representantes do povo”, e não representantes de setores da sociedade, caso em que o mundo ficaria dolorosamente concreto e povoado de crises e interesses”. (DAMATTA, 1997, p. 234).

Ao mesmo tempo a vertente individualizante paira sobre nós, ela se apresenta no aparato legal, a lei está presente em nossas vidas, o universo do indivíduo é permeado de impessoalidade, decretos, regulamentações, cumprem a função de “ordenar o mundo massificado dos indivíduos, a quem elas se aplicam de modo integral, e para quem – afinal – foram feitas”. (DAMATTA, 1997, p.235).

Recupera-se esta discussão entre indivíduo e pessoa, porque o que o referido entrevistado deixa entrever é uma ética dúplice. Se as leis existem e, elas existem, precisam ser cumpridas. Se as instituições existem, e elas existem, precisam funcionar. É o que parece não se acreditar mais.

Não é uma afirmação sem contextualização, observa-se que o sistema hierarquizado trouxe um conjunto de leis que não se aplica a todos. Considerando as desigualdades e interesses diversos, os conflitos entre os grupos este sistema de leis que deveria ser a base para todos acaba por se tornar um aprisionamento existem pessoas que nunca o respeita. Os distanciamentos entre nós aumentam evidenciando as diferenças que nos hierarquizam.

Quando ele afirma “*que o cargo não é dele, mas do partido*”, podemos pensar como a figura de indivíduo e pessoa habita o universo da política, enquanto *pessoa* o candidato aparece como alguém que representa o povo, se aproxima deste povo, o faz sentir-se numa relação de aparente iguais. Quando menciona o cargo, pensa-o em seu aspecto institucional e burocrático, dimensões que o afastam e impossibilita de conhecer o que está sendo vivenciado.

Impera as desigualdades e usamos o *jeitinho* revelando nosso horror a lidar com os distanciamentos. Entretanto, é esse mesmo jeitinho e distancia que corrobora para

que a instituição burocrática, a exemplo do partido, vá perdendo a credibilidade, o que se tem visto é a crença em figuras mediadoras que permeiam o aparato burocrático que deveria, em tese, funcionar igual para todos. (HOLANDA, 1995).

Além destes elementos, ele observa: “*não deveria ter tempo restrito*”, a questão do tempo dedicado a cada um dos partidos, marcados pelas distinções, este tempo<sup>27</sup>, veremos ao longo deste exercício implica um dos fatores fundantes na visibilidade e identificação partidária. Indica-se, portanto, nesta fala uma série de desigualdades que o regime democrático ambienta no que concerne à disputa eleitoral e um forte declínio da crença na identidade coletiva.

Um candidato competitivo precisa estar inscrito num grande partido para que consiga esta visibilidade.

Primeiro lugar ele tem que ser visto. O eleitor tem que identificar ele em alguma coisa, seja em uma associação, seja (em alguma coisa de roda), seja num campo de futebol, seja... Ele tem que começar a ser mostrar. Então o político ele tem que aparecer para o povo. Quanto mais ele aparece mais é... vou dizer assim: mais facilidade ele terá pra chegar a êxito. O que é que a gente vê? A gente vê sempre as figurinhas carimbadas sendo reeleitas, porque eles têm, geralmente vai mudar um, cê pega uma, uma câmara de vereadores, normalmente mais de 50% são reeleitos e por que isso acontece? Porque eles estão aparecendo, eles estão defendendo, eles estão tomando partido, eles estão auxiliando os seus eleitores, eles estão de uma forma e de outra. Se for iniciante, você quer iniciar? É aquilo que eu disse: você tem que começar a aparecer, você tem que começar a ganhar espaço, você tem que começar mostrar a cara ao povo, questionar, levantar é, é... Discussões perante à comunidade pra que ela observe em você o desejo de trabalho pela sua comunidade. Entendeu? (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16).

Essa visibilidade se dá nos mais diversos espaços, como aponta o eleitor e candidato, mas, a visibilidade passa por alguns aspectos fundantes, sem o que Lavareda (2009, p. 46) chama de recursos básicos para a campanha, o candidato perde muito em expressividade: (1) capilaridade e (2) tempo de televisão e rádio. A primeira diz respeito à capacidade que o candidato tem de trazer suas mensagens ao maior número de eleitores, atenuando seus custos o máximo que possa. A segunda continua ainda desempenhando papel fulcral na campanha e divulgação dos candidatos.

---

<sup>27</sup>De acordo com o Código Eleitoral: **Art. 241.** Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos partidos e por eles paga, imputando-se-lhes solidariedade nos excessos praticados pelos seus candidatos e adeptos. Sítio: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral-anotado/codigo-eleitoral> acesso em 29/05/17.

No que diz respeito a atuação do candidato junto aos partidos é importante atentar que quanto maior e mais recurso tenha o partido, melhor para o candidato. Pode ele contratar profissionais que o ajudem na divulgação de suas mensagens, assim como garante mais tempo de Tv e rádio:

Como nossa mídia eletrônica nas campanhas é de veiculação gratuita, será através das coligações que o candidato poderá *adquirir* mais tempo de televisão e rádio, além daquele reservado ao seu partido. É com elas que se consegue o tempo ideal, ou o mínimo necessário para apresentar a candidatura, defender-se dos ataques sofridos e atacar o oponente. (LAVAREDA, 2009, p. 47).

Indo um pouco mais além, o referido interlocutor chama nossa atenção quando revela que seu desejo de que a escolha do voto deveria ser no candidato e não no partido não se trata de uma concepção somente enquanto eleitor, mas como membro de um deles:

Apesar que estando dentro de um partido político, muitas vezes a gente é induzido a escolher. Por causa do incentivo de grupo, entendeu? Muitas vezes a gente vota num deputado ou vota em um presidente desacreditado nele, mas pelo sentimento de grupo onde você está. Então se eu moro numa cidade pequena, por exemplo, e eu discordo do presidente a qual eu irei votar, mas eu tenho que votar porque o meu grupo político decidiu votar nele. Então, municipalizando, é mais importante para o local onde você tá, aderir a ideia do grupo que a sua própria. (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16).

A crença de que os partidos seja um mediador entre o Estado e a sociedade vai declinando, atenuando a concepção de uma democracia representativa. Aderir a ideia do grupo aparece aqui não no seu aspecto ideológico, mas no seu sentido de organização e aliança. A administração pública é vista como permeada por práticas que prejudicam o funcionamento de um aparato burocrático, logo implica no mau funcionamento da democracia.

Quando o cenário de descrença vai tomando conta da arena política, outras organizações vão ganhando mais credibilidade: a exemplo de ONGS, Lideranças Comunitárias, movimentos sociais. Num estudo que se voltou a compreender as relações dos líderes comunitários junto aos bairros periféricos na cidade de Campina Grande, Pereira (2013) observou como é possível a relação dos líderes comunitários representantes das comunidades vivenciavam o apoio a grupos políticos.



A autora recupera a noção de redes enquanto ferramenta de análise dos relacionamentos que podem ser estabelecidos, desse modo, a relação entre políticos, líderes, comunidade estão imersas em redes simbólicas que ampliam a sua capacidade de atuação, e adesão de pessoas para se conseguir prestígio.

O político compreende esta necessidade de ampliar sua atuação, ele busca imergir no ambiente do bairro através destes líderes “o indivíduo e os agentes políticos que estão imersos em grupos tem uma ‘permissão’ de apropriar-se dos benefícios simbólicos e materiais que circulam entre os membros”. (PEREIRA, 2013, p.43). Se ele tem esta permissão de apropriação, a autora observa também que nas entidades que analisou as sedes tinham sido construídas ou reformadas com apoio dos políticos, de modo que recorrem aos políticos para se manter em atividade, é um âmbito de trocas.

Pra uma campanha eleitoral realmente tem todo um programa, um projeto e muitas leis que regem aquele momento, o partido, a coligação... Enfim, tudo que acontece durante aquele período eleitoral ou de campanha eleitoral. Então, no meu ponto de vista, o candidato que tem liderança, que tem um serviço prestado, que tem uma certa afinidade com as comunidades, há a possibilidade de adquirir votos e aqueles que não tem um trabalho efetivo, que não tem um conhecimento, digamos assim, até mesmo daquela comunidade mas muitas vezes se apropria dos trabalhos e das ações e das lideranças comunitárias daquelas comunidades, significa dizer que, infelizmente o eleitor ou uma boa parte do eleitorado não está preparado ainda para fazer uma boa escolha. Significa dizer o seguinte, principalmente nas comunidades periféricas e no meio do pessoal menos letrado infelizmente existe apropriação indébita, não é verdade? Existe uma apropriação do candidato que gosta, digamos assim, de comprar as lideranças, e por sua vez as lideranças também querendo alguma coisa que na maioria ainda no momento querem e pedem, não precisa nem se oferecer, porque pedem e aquele pedido é direcionado para quem? (JOTA, 64 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 12/06/16).

Compreende-se quando se fala na competição eleitoral muitos agentes são chamados para fazer parte da composição representativa. Temos identificado o conjunto de regras que compõe este arranjo, junto à elas os partidos como mediadores do Estado e Sociedade. Entretanto, paralela aos partidos, às lideranças comunitárias tem-se firmado como distintivas nos momentos das eleições, especialmente nas municipais onde a atuação de líderes de bairros, nas SABs e nas igrejas sinalizando uma maior aproximação e atuação junto aos cidadãos-eleitores.

O movimento comunitário envolve também outras entidades como o Clube de Mães e outros agrupamentos reivindicatórios da cidade. Os

Clubes de Mães são compostos por mulheres que lutam pelas participações femininas nas mais diferentes esferas da sociedade. Além disso, tem trazido as mulheres destes bairros aprendizados em artes culinárias, beleza, artesanato, atividades físicas, dentre outros projetos específicos a cada bairro. Tardes de atividades e fins de semana de lazer também fazem parte da programação destas entidades. (PEREIRA, 2013, p.52-53).

Surge forte, como enfatizado na fala do eleitor, nas comunidades periféricas, identificando nestes ambientes uma capacidade de mobilização popular, o que podemos chamar de cidadania ativa. O líder comunitário revela o aspecto da confiança que nem sempre é visto no candidato, fato. É ele, o líder, que está próximo à comunidade, que a conhece de dentro e que consegue apontar suas maiores necessidades, diferente do candidato e concomitantemente do partido que está inserido:

Na esfera da relação dos partidos com os cidadãos se constata um declínio acentuado, uma vez que o partido como mediador entre Estado e sociedade não é mais capaz de oferecer adequadamente serviços públicos que são essenciais para que a democracia representativa se fortaleça (educação política, socialização política e canalização de demandas e informação). Há ainda um fator agravante - a percepção dos eleitores de que essas funções podem ser melhor exercidas por outras organizações. (BAQUERO, CASTRO & RANINCHESKI, 2016, p. 18).

A liderança surge, pois, como um elemento distintivo no jogo político, pois, o líder não é qualquer figura, ele é alguém que tem capital simbólico. Este capital o distingue sinalizando alguém que consegue incorporar elementos fundamentais que o diferencia, impondo com eficácia aos membros do grupo uma visão do mundo social. (BOURDIEU, 2010).

Desse modo, o líder comunitário não é apenas mais um ocupante de cargo dirigente, é alguém que tem um reconhecimento coletivo, diante de seus aliados, sua comunidade, seus opositores e instituições, a ele se atribui características distintivas. Como observou Pereira (2013, p. 60): “Líder comunitário é também uma auto-identificação que se fez notar nos discursos dos líderes entrevistados, revelando a heterogeneidade política, ideológica e das práticas do coletivo”.

Quando indagado sobre o que faz o líder comunitário e uma possível distinção entre ele e o candidato, o professor (ex-candidato a vereador) sinaliza a distinção:

O líder comunitário ele tem por função, por papel fundamental deliberar aquela comunidade ou aquela instituição ou aquela entidade

que trabalha pelo bem comum dentro da comunidade dentro digamos assim, do bairro. Por exemplo, a associação dos moradores, sociedade de amigos do Bairro, no caso de algumas comunidades até mesmo clubes de mães, o que é que está acontecendo de 1980 para cá? Quando eu digo de 1980 para cá eu tive experiência também no movimento comunitário, pois fui presidente da associação de amigos do bairro da primeira SAB de Campina Grande, sociedade de amigos do bairro José Pinheiro, fui vice-presidente, fui presidente, fui conselheiro, foi tudo, fui sócio também. Então naqueles anos, década de 70, nós tínhamos realmente líderes comunitários que lutavam pelo bem das comunidades, do bairro pedindo calçamento, pedindo escola, pedindo creche, pedindo retirada de lixo, enfim, tinha reunião semanal e eu participei de muitas e era um debate extraordinário e isso... Que é que acontece a partir dos anos 80? Começaram a aparecer candidatos, quer seja deputado, vereador, a prefeito no meio comunitário, desonerou o movimento, porque muitos se apropriaram do trabalho comunitário para os seus objetivos pessoais. *Quer dizer o seguinte, muitos líderes comunitários caíram na rede feito peixe e acabaram comprados por pequenas moedas para entregarem e acabarem com o movimento popular na cidade de Campina Grande.* (JOTA, 64 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 12/06/16, *grifos nossos*).

As visões depreciativas também aparecem quando são mencionados, especialmente quando se identifica relações com os políticos ou classes empresariais: “As associações que representam são muitas vezes vistas como entidades que apenas “obedecem a ordens de classe empresarial” onde suas lideranças são “pessoas do governo” que coordenam estes trabalhos no intuito de “conseguir emprego fácil”. (PEREIRA, 2013, p.61).

O líder comunitário, uma figura que a princípio evoca confiança também pode aparecer como pelego neste cenário, alguém que se vende em busca de interesses próprios. É importante atentar que nesta configuração apresentada na abordagem do entrevistado, o líder ainda é a pessoa a quem se deposita a confiança e por isso não desinteressadamente o candidato recorre a ele.

Baquero, Castro & Ranincheski (2016, p. 18) observam que no período de redemocratização as relações se pensaram reformuladas, “o Brasil partiu diretamente das relações primárias para relações terciárias (diretamente com o Estado na figura do presidente)”. Diga-se ‘pensaram’, porque o que se viu e vê não é bem isso, os laços pessoais importam muito na arena política, o que não é diferente no caso do partido, o que faz com que o candidato possa evocar o maior número de adesões, incluindo as lideranças partidárias que tem como característica fulcral as relações de proximidade com o eleitorado.

A confiança é elemento fundante nesta relação, ela tem a ver com as expectativas que os eleitores têm acerca dos candidatos e das instituições, mediante o seu desempenho. Desse modo, a probabilidade de o eleitor ter confiança nas pessoas que se candidatam e nas instituições que funcionam bem amplia a possibilidade de se fortalecer candidatos e partidos mais representativos e democráticos. Por outro lado, a desconfiança tem revelado um processo que não se sabe mais em quem acreditar, nem em candidatos, nem em partidos.

Quando se diz que arrefeceu, chama-se atenção para o fato de que não foi excluída. Sabemos que alguns partidos ainda exercem forte identificação e cooptação, especialmente nas eleições majoritárias, quando os grupos ficam fortemente divididos. É neste sentido que a fala supracitada retoma a característica aglutinadora e de cooptação dos partidos políticos.

Como foi se desenhando ao longo do texto, várias são as razões para que essa desconfiança nas instituições aconteça, tais como: como se estabeleceu os direitos políticos na história do país, o sistema eleitoral vigente, a disputa intra e entre partidos, forte personalismo, ambiente de fraudes eleitorais.

O que nos leva a seguinte inquietação: Os partidos são realmente fracos? Klein (2007) aponta que os partidos políticos ainda conservam em seu bojo a característica de mobilizar interesses da maioria e o eleitorado ainda percebe essa possibilidade de mudança

Como eu, creio que eu não tenha vivenciado muitas, mas um fato que eu sempre lembro que eu achei muito legal foi quando a posse do Lula, eu nem sei se dá pra dizer que é campanha política, já foi no fim que a galera invadiu Brasília, aquilo foi muito dez. E depois de um tempo do Lula eu comecei a ver o quanto os partidos de direita tavam reclamando, quem tinha um certo poder aquisitivo tava reclamando devido ao fato das pessoas menos favorecidas começar a adquirir bens. Eu lembro que eu vi uma reportagem na televisão onde um... Eu não lembro quem era a pessoa, se eu não me engano o Estado era do Paraná que o cara tava reclamando que agora por causa do Lula todo pobre agora tem carro e ninguém consegue andar de carro na rua. *Aquilo ali pra mim foi uma reclamação, uma crítica, mas foi bacana porque o pobre deixou de ser exatamente pobre*, ele passou a ter um poder aquisitivo; e outro fato também que me marcou muito foi a última vitória da Dilma, onde mostrou que o Nordeste agora se impõe, o Nordeste agora bota quem ele quer, o Nordeste agora tem essa mentalidade, eles agora sabem que, por mais que o Sudeste é quem tem o maior PIB, o maior, PIB não... É quem fica com a maior parte da riqueza do país, a população maior tá no Nordeste, então quem o Nordeste quer fica no poder. Teve outro fato agora que... Sim, eu vi

em um documentário, se eu não me engano, o José Serra, o quanto que o José Serra era desesperado pra conseguir ser presidente, ele batia em mesa, ele brigava dizendo que essa era ultima chance de ele ser presidente, não sei o quê, eu quero ser presidente, isso ainda nas campanhas do Fernando Henrique e o José Serra ele sempre almejou esse lugar, então eu não vejo ele individualmente, o José Serra uma pessoa que queira o bem do país, eu vejo uma pessoa que quer se promover, então é uma pessoa que eu jamais votaria. (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/16, *grifos nossos*).

Existe nesta fala um conjunto de elementos que nos faz pensar o quão complexa são as nossas vivências quando falamos de política no Brasil. O referido partido mencionado no início, o PT, como sinalizado anteriormente, construiu-se no cenário brasileiro fortemente na década de 80, congregando em suas vivências um histórico de lutas e militância. O Luís Inácio Lula da Silva (Lula) conseguiu eleger-se sob a insígnia deste partido depois de várias tentativas ao pleito Presidencial, sinalizando uma vitória de um candidato que falava a voz de seu partido, o tempo aparece como um fator positivo na construção da imagem do candidato.

Não se trata de fazer uma análise do pleito presidencial que o referido candidato disputou ou do candidato em questão, mas, como a fala da eleitora deixa entrever como neste momento o ‘candidato e o partido se alinham’ construindo no eleitor um sentimento de credibilidade, bem como a possibilidade de mudança através de um partido que tanto histórica e ideologicamente representou/a luta, militância, busca de uma melhoria social.

A oposição centro, esquerda e direita que não se pode pensar definidamente, fica claro em outros termos na fala, ser de direita é tudo aquilo que representa o poder aquisitivo, a hierarquia, o *status* e prestígio social. Não é essa a realidade da maioria populacional, por esta razão, a chegada de um partido que representa a esquerda revela a conquista dos pobres, “*o pobre deixa de ser exatamente pobre*”. O elemento da confiança faz ressurgir no eleitor a esperança.

Diferente da confiança que a eleitora parece ter no candidato Lula, o candidato José Serra aparece na fala como alguém que pretende alcançar o poder a qualquer custo. Neste caso, a eleitora sequer menciona o partido em que o candidato se filia, o que nos faz retomar a característica do personalismo e das representações construídas acerca dos candidatos. O candidato apresenta, a seu ver, alguém que precisa a todo custo se apropriar do cargo e que não inspira a confiança para uma proposta de bem comum.

Neste sentido, a representação é muito importante na construção da candidatura dos personagens, de modo que a partir disso o eleitor reconheça ou não o candidato. Uma vez que esta representação é construída leva tempo para que seja desmistificada, “a máscara social não é algo que possa ser retirado, como uma vestimenta ou farda, mas uma cicatriz, um corte, um furo, sinais de prerrogativas sociais que geralmente são marcadas por uma ideologia complementar e fundada na reciprocidade”. (DAMATTA, 1997, p.223).

Denota-se ainda na fala o forte senso de pertencimento que a eleitora tem ao indicar que o Nordeste é o lugar que decide as eleições referentes ao último pleito presidencial (2014). Este pleito, muito significativo revela o sentimento difuso que se instaurou no país, revelando a quebra de adesão partidária que tinha se instaurado desde os governos anteriores de Lula (2002/2006).

Ao analisarem especificamente a eleição de 2014, Baquero, Castro e Ranincheski (2016) destacam o cenário que ambientou a eleição no ano de 2013 com as manifestações nas ruas e as profundas acusações de corrupção existentes, revelando uma nova modalidade de engajamento político<sup>28</sup>. Foi uma eleição disputada em dois turnos com a tentativa de reeleição da cãndida Dilma Roussef (PT) em disputa com o candidato Aécio Neves (PSDB), marcada pela polarização das candidaturas.

O que ficou claro foi a atmosfera acirrada e de pessimismo que se instaurou no país, um clima difuso que foi sustentado até o último momento da eleição, com a culminância dos votos. O elemento cognitivo e emocional é fundamental para se compreender a identificação ou não dos eleitores ao partido, assim também é importante os contextos em que os candidatos estão imersos, no que se refere à eleição de 2014 a instabilidade econômica, os partidos (confiança ou desconfiança), as denúncias de corrupção, as manifestações, os programas sociais, o preconceito religioso e de gênero, entre outros fatores construíram agendas temáticas que ajudaram os eleitores a escolherem seus votos.

Este ambiente de descrença nos faz questionar se a perda da confiança nas instituições afeta a confiança que o eleitor tem na democracia. Para que isso se elucide um pouco na nossa análise, o nosso próximo ponto (2.2 Campanhas em jogo, rituais e

---

<sup>28</sup> Numa análise mais detalhada da eleição presidencial de 2014 Baquero, Castro e Ranincheski (2016) retomam um conjunto de aspectos para a compreensão da disputa, bem como os elementos que a compuseram, observam a crise da crença dos eleitores nas instituições, sugerindo que a adesão partidária e seu contexto, deve ser novo elemento de investigação dos pesquisadores.

simbolismos), objetiva compreender o comportamento dos eleitores em épocas de eleições, nas chamadas campanhas eleitorais.

Adentramos a esta discussão retomando a importância das instituições, especialmente dos partidos políticos. Nas eleições eles são cruciais e vimos a importância da credibilidade, pois, se as pessoas não acreditam abre-se uma lacuna onde as normas vão funcionar de maneira débil, arrefecendo a representação política e conseqüentemente a democracia.

Que os eleitores enquanto cidadãos desconfiem desta instituição, das regras tão difusas não é de todo o problema. DaMatta (1997, p.238) defende que o distanciamento faz com que nós desconfiemos da lei, mas atenta para que a desconfiança “gera sua própria antítese”, cria-se a esperança de que vá ser implementada seguida a risca: “Julgamos, deste modo, que a sociedade pode ser modificada pelas boas leis que algum governo venha finalmente estabelecer e fazer cumprir”.

Os aspectos da cultura são importantes para compreender este movimento que pretende retomar a confiança do eleitor, por esta razão ao analisarmos os candidatos e especialmente os partidos precisamos ter clareza de que o eleitor prefere àquele que o representa, a preferência partidária “é bastante condicionada por fatores como sua origem, o tempo de sua existência, o nível de conexão com a sociedade e a maior ou menor visibilidade que eles têm na cena eleitoral”. (LAVAREDA, 2009, p.39)

Se os partidos estão distantes socialmente, o que pode os aproximar? Como fazer as pessoas retomarem a confiança? Como as pessoas vivenciam o processo político, que atitudes revelam quanto a condução da política?

A eleição vista de dentro, como um ritual que além de regras, emerge cheia de simbologias, ajuda-nos a pensar a política do ponto de vista do eleitor, em sua subjetividade. Ela é a condição necessária para a democracia. Exige regras eleitorais, partes destas regras esta relacionada aos gastos das campanhas e veiculação da propaganda política, a outra parte chamada de sistema eleitoral regula a competição entre e no interior dos partidos.

O sistema eleitoral que ambienta a disputa não é apontado na literatura aqui referenciada (Ames, 2003; Nicolau, 2006; Klein, 2007; Baquero, Castro & Ranincheski, 2016) como propulsor de uma competição entre iguais, pelo contrário, antes como desacreditados pelos eleitores quando fragmenta os partidos, personaliza o sistema e faz com que o eleitor sinta-se abandonado. Esta personalização do sistema acirra ainda mais

a disputa entre os candidatos construindo novas configurações para conquista do eleitor, o cenário político mudou e junto a esta mudança também modificaram-se as estratégias, o que não impede que se utilize de maneira reformulada práticas antigas.

Cabe salientar que somente os partidos não garantem a força para o exercício pleno de uma democracia, mas, sem eles parece não se ter ainda tão claro um caminho que sustente vias de mediação entre o Estado e sociedade. Dizemos ‘parecer’ porque no transcorrer da pesquisa foi-se identificando e corroborando com a perspectiva apresentada na literatura de uma visão negativa dos partidos, sugerindo em alguns casos a possibilidade de outras vias de representação. No entanto, foi inegável a participação dos partidos em algumas das falas como agentes e representantes de ideologias mesmo que em tom crítico, ainda não sabemos delinear que via alternativa a esta instituição.

Se o sistema eleitoral visto na concepção institucionalista onde as instituições aparecem como um conjunto de regras e comportamentos estratégicos apontando um profundo descrédito, entende-se que há também um conjunto de regras informais que sustentam o nosso sistema político, neste sentido o elemento da confiança pode nos trazer chaves explicativas acerca de como tem se fundamentado e consolidado uma antiestrutura dentro da estrutura vigente.

É através das leituras das campanhas eleitorais enquanto simbologia forte para a política que refazemos a disputa eleitoral na busca de se instaurar a confiança entre os candidatos e os eleitores quando já se perdeu a crença nas instituições. Se o sistema político que ambienta o nosso país é feito de regras, também o é feito de símbolos. Estes agregam valores diferenciados às normas postas, recriando novas relações que nos permitem ampliar as visões de um fazer política sem engessamentos.

## **2.2. Campanhas em jogo: rituais e simbolismos**

*Quando nós sabemos que o Estado, a definição de Estado é, as pessoas, a nação, são um grupo de pessoas regidas pelas leis. Nós somos o Estado. E mesmo assim, nós sentimos essa separação, quando começa a campanha política, o único momento de aproximação que nós temos com os candidatos. Depois disso é como se eles fossem o Estado e nós fôssemos apenas uma massa deslocada. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16, grifos nossos).*

Quando falamos de política, imediatamente pensamos no período eleitoral, de como candidatos duelam para conquistar o eleitor e seu voto e de como os eleitores



entendem este momento como fundamental nas relações que permitem os aproximarem e suplantarem uma aparente externalidade no universo da política.

A eleição é este momento cheio de paradigmas onde as pessoas tendem a se mostrar, ela se configura num tempo específico segundo as regras eleitorais, entretanto ela é e deve ser pensada como num contínuo entre o momento da campanha e tudo aquilo que extrapola este momento, portanto, quando falamos das campanhas eleitorais, pensa-se enquanto processo.

Num primeiro movimento de construção de representações acerca da política, o nosso roteiro sinaliza indagações acerca de como o eleitor entendia as eleições no nosso país, pudemos depreender muitas concepções sobre este momento.

A eleição é uma conquista, conquistamos isso a duras penas, porque depois da ditadura ninguém queria, queriam eleições indiretas, eles mesmos que escolhiam eles e pronto, acabou. Aí com as eleições diretas, isso passou pro, esse poder passou pro povo, mas o povo ainda não sabe disso. Nessa última é que eu ainda vi um pouco da evolução do Nordeste, o Nordeste se impôs pro Sudeste e escolheu um candidato diferente do Sudeste, isso já foi uma evolução. Mas, eu acho que a eleição ainda é muito indireta, o povo ainda não sabe que tem esse poder. A eleição é um processo de democracia mesmo, o povo escolhe quem quer. Mas, ainda vejo que um domina muitos, então, é uma alienação. É muita alienação, o povo não se desgarrar de antigos costumes e apesar de ser um avanço, algo bom, algo positivo, ainda não é usado da maneira que deveria (GUSTAVO, 28 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 28/02/16).

Quando falamos da democracia representativa o principal mecanismo de transferência formal do poder ocorre mediante as eleições, ela ocupa uma posição de destaque, centrada no voto e na representação, no país revelou um conjunto de lutas e conquistas em oposição a um regime duro que não oportunizou que as pessoas se manifestassem. Longe de ser idealizada em sua perfeição, ela aparece como um momento em que *representantes e representados* se oportunizam relações diferenciadas:

ela é vista como o momento da autorização para que os outros decidam em nome do povo, que permanece como titular último da soberania, quanto como o momento de efetivação da *accountability*, quando os representados apresentam seu veredito sobre a prestação de contas dos representantes. (MIGUEL, 2014, p.119).

Para a democracia, como referido na fala, a eleição importa muito, o nosso exercício trouxe até aqui esta compreensão que passa pela literatura e se fortifica na

concepção do eleitorado, as eleições diretas foram uma conquista, que embora muitas vezes ainda seja vista através de uma visão estigmatizada, repousa nas eleições ainda a importância de ser o mecanismo de mudança. A representatividade aparece como algo que se garante na eleição, com a escolha dos candidatos, mais do que observar se as escolhas são ou não corretas, o representante precisa ser autorizado pelos eleitores.

Outro aspecto importante no relato é a avaliação dos candidatos e governos. A avaliação do governo importa muito, especialmente dos candidatos que estão pleiteando uma reeleição, o processo eleitoral cumpre a função de legitimação. Numa das falas muito emblemáticas durante nosso processo de conversas, o interlocutor e também candidato ao pleito de vereador, aponta a eleição em sua característica processual, mas, especialmente sinalizando o aspecto avaliativo que se pode depreender deste momento.

De jeito nenhum, de jeito nenhum. A gente hoje tá no, no mês de março e há um ano atrás a gente já se prepara e já elenca coisas a serem abordadas no período eleitoral. (C – legal...) Porque o povo, Cyntia, ele não pode esquecer do governo que ele tem. Se ele for bom o pessoal de situação vai defender o bom, se ele for ruim o pessoal da situação vai tentar ocultar o ruim dele e a oposição tem a tarefa de mostrar à população as falhas dele, então isso aí é uma via de mão e contramão e que você tem que se preparar antes porque o povo esquece, o povo esquece de muita coisa, então a gente, muitas pessoas dizem que campanha se ganha na véspera, eu não acho, acho que a campanha é um, um, um elo de todo o governo que você de toda a campanha e todo o projeto que você fez, né?! Apesar de muitas coisas divergirem, mas você lembrar... é que tem um ditado que diz, quem... quem bate esquece, quem apanha lembra. Então é esse lembrar que a gente não pode deixar de esquecer. Então eu tenho que tá lembrando ao povo que eles estão apanhando, então se eu quero ganhar uma campanha e se eu quero ganhar em cima de uma oposição, digamos assim, eu tenho que tá lembrando que eles apanharam pra eles não “esquecer”. (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16, *ênfase do entrevistado*).

Observa-se toda uma complexidade na vivência das eleições no nosso país. É curioso perceber a concepção de um povo que leva a representação de quem esquece, mas, ao mesmo tempo é o mesmo povo que lembra o que foi feito à ele no momento da eleição como sua força e capacidade de mobilizar a mudança.

Oportunamente, os candidatos que pleiteiam as eleições, como já vimos anteriormente, evidenciam disputas internas e externas, onde buscam nas ‘falhas do outro candidato’ a razão para que o eleitor possa escolhê-lo. De modo que, a oposição, aparece com a tarefa de apresentar os ‘podres’ dos outros candidatos, muitas vezes mais

até do que apresentar seu conjunto de ideias, as discussões giram em torno do que o outro deixou de fazer ou fez de errado.

A *accountability* aparece como um mecanismo de fiscalização, averiguação e responsabilização na arena política, ela pode ser pensada enquanto vertical e horizontal<sup>29</sup>. A possibilidade de avaliação do governo dos candidatos é chamada de *accountability vertical* por Guillermo O'Donnell (1998) caracterizado pelas eleições razoavelmente livres onde os cidadãos teriam a inclinação de escolher ou punir os candidatos votando contra ou a seu favor nas eleições seguintes ao governo que ele realizou.

Ele revela que a *accountability vertical* é dimensionada pela possibilidade das eleições, das reivindicações sociais, pela cobertura dos meios de comunicação, de modo que: “são ações realizadas, individualmente ou por algum tipo de ação organizada e/ou ação coletiva, com referência àqueles que ocupam posições em instituições do Estado ou não”. (O'DONNELL, 1998, p. 28).

Aspecto que aparece fortemente nas entrevistas é a rivalidade como fundante das eleições no país. O Brasil, país representado pelas disputas e rivalidades nos esportes, especialmente o futebol, também trazem essa rivalidade para a arena política:

Como fica a cidade no período eleitoral, como eu disse, me sentindo no Maracanã, a população se sente no Maracanã, nós contra eles, nunca é comparar aqueles episódios isolados de violência, etc. Mas, é possível ver descaradamente as pessoas tomando posições partidárias, o que deveria ser o suprapartidário se torna o partidário. Fica nessa partida de futebol onde cada escândalo de corrupção, cada lado é um gol, cada vez que um político fica mais desmoralizado é um ponto nosso. E ainda eu iria mais além, no sentido que se torna uma partida de futebol, porque ela mexe com o sentimento das pessoas. As pessoas ficam “coagidas”, compelidas a se comportarem de tal forma, a vestirem a camisa de seu político, mesmo que elas não saibam nada sobre ele. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16).

O Maracanã, espaço físico e simbólico de disputas futebolísticas referenciais no país, aparecem aqui como alusão à disputa política. Tão acirrada, candidatos nos momentos das eleições compreendem que precisam duelar com seus opositores, a

---

<sup>29</sup> Define a *accountability horizontal* como “a existência de agências estatais que têm direito e o poder legal e que estão de fato dispostas e capacitadas para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais ou até impeachment contra ações e emissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas”. (O'DONNELL, 1998, p. 40). Desse modo, a função das agências estatais é fiscalizar, controlar, supervisionar as ações irregulares nas demais agências estatais.

população por sua vez veste a camisa, literalmente. A eleição e os eventos de campanha mexem com a cidade e com a vida das pessoas.

A presença, a visibilidade, a suspensão do tempo cotidiano representa este momento chamado “tempo da política<sup>30</sup>” referenciado como o tempo que traz à baila o processo eleitoral e constitui-se apenas num momento, mas é um momento especial, este representa “o momento em que facções (partidos reais) são identificadas, e em que, por assim dizer, existem plenamente em conflito aberto, as municipalidades dividindo-se de uma maneira pouco habitual nas grandes cidades”. (PALMEIRA & HEREDIA, 2006, p. 283).

As eleições para prefeito são mencionadas por essa característica da proximidade que o eleitor pode ter ao candidato

Eu gosto muito da eleição pra prefeito né, porque é realmente onde a gente vive, no nosso município da gente, né, o prefeito, isso marca, termina marcando porque a gente vai vendo a democracia do povo aqui. De presidente, governador essas coisas eu não gosto muito não, mas de prefeito porque a gente vai conviver todo dia com aquilo, com aquelas decisões que a gente tomou no dia da eleição. (ANA, 32 ANOS, AUXILIAR DE CRECHE, 13/03/16).

A eleição municipal é considerada matriz para as demais. Num contraponto a esta relação política local e política nacional Palmeira (2006) situa que o que diferencia estas duas é a possibilidade das relações pessoais, relações fundadas na reciprocidade. Entretanto, existe uma política da ‘reputação’ que não se restringe apenas as pequenas localidades, mas transpõe a toda a sociedade.

Como já revelado, existe no Brasil uma dualidade: de um lado as relações institucionais se fazem presentes através das regras e estatutos, por outro as relações pessoais trafegam nos mais variados universos objetivando aproximar-se o máximo possível, isso a nível local e nacional.

Observa-se que o mundo da política é dotado de uma aparente externalidade, mas ele não é impessoal, pelo contrário, ela é feita de relações pessoais e de pessoas consideradas extraordinárias e por assim ser, a política necessita de alguma maneira tornar-se visível.

[...] essa é a hora em que ele começa a se mover para mostrar que ele está em atuação. Esse é um momento em que ele passa aqueles velhos

---

<sup>30</sup> Palmeira e Heredia propõem esta expressão. Ver Miranda, Júlia; Pordeus, Ismael; Laplantine, François. (Org.). **Imaginários Sociais em Movimento: oralidade e escrita em contextos multiculturais**. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 281-298.

três anos e meio do mandato sumido e ele começa a dar as caras e, ele se vale dessas questões particulares, por exemplo, uma BR que está muito desgastada pelo tempo, agora esse é o momento dele fazer as melhorias na BR e colocar o nome dele na obra para que a população veja que ele está agindo. Distribuir cestas básicas, principalmente, as pessoas assim mais instruídas elas pensam que isso não tem influência, mas é justamente com essa influência na associação de moradores distribuir cestas básicas tem os chamados currais eleitorais. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16).

Candidatos e eleitores são os personagens principais na transposição desta externalidade. O eleitor, muito mais do que o candidato, compreende que é o momento em que ele pode aproximar-se, pois, a política é para ele “só aparentemente, incoerente, como algo externo e temporário, mas feita da mesma matéria do que é feito o seu cotidiano, isto é de trocas pessoais, em especial da troca de favores”. (PALMEIRA, 2006, p. 139).

As trocas de favores aparecem em muitas interfaces neste momento eleitoral, mas é interessante pensar que em nenhum dos dois lados (candidato ou eleitor) existe relação leiga. O eleitor aproveita este momento para se beneficiar, considerando que depois do período eleitoral o candidato possa sumir novamente.

Essa visibilidade também aparece nas promessas empregadas pelo candidato, nos discursos proferidos. Mas, isso não é o bastante, especialmente quando o candidato é candidato a reeleição:

Da conversa, como eu falei, se for um candidato que ele tá tentando se reeleger, você vê, eu vejo, esse é meu ponto de vista, se for um candidato que fez projetos, que trabalhou em prol do povo, que ajudou, não importa se foi a mim ou qualquer pessoa, se realmente ele teve aquele trabalho, aquele trabalho comunitário que a gente sabe que os nossos candidatos tem que trabalhar na comunidade, ele além das palavras tem que ter assim, como posso falar, tem que ter as palavras mas tem que ter as ações, depois que falou como ele vai comprovar se realmente fez aquilo. Pronto, eu acho que tem que mostrar serviço. (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

No caso dos políticos é necessário que sua ação tenha objetividade, portanto, como aparece na enunciação da entrevistada, ele precisa mostrar serviço através de obras, a palavra ou discurso deve ser acompanhado de algo físico. Desse modo, cobra-se obras e a realização destas, “a obra é a face pública da política, ao revelar o que é feito dos recursos públicos e ao assinalar para qualquer entendedor, a presença óbvia da política”. (PALMEIRA, 2006, p. 140).

O desafio da democracia representativa aparece nesta tensão entre como age o representante e a vontade do representado, de modo que a eleição acaba por revelar estas nuances do poder político, quando o representante aparece de uma maneira que não se apresenta cotidianamente:

Acho que a presença deles próprios, não é, em relação a sociedade que não acontece isso no nosso dia a dia, eles vem com várias, mil e umas promessas, aparecem e nos abraçam, simpaticíssimos com nós, conosco né, e isso não acontecesse no dia a dia, são esses eventos aí que me deixam, é engraçado, né, fazem vários comitês, eventos aí, prometendo Deus e o mundo, tratam a gente de uma forma, vai na nossa casa, nos abraçam... Olhe, isso aí eu acho muito engraçado que isso não acontece no nosso dia a dia... Nem sequer eu vejo meu prefeito, eu não vejo o prefeito da minha cidade, eu não vejo um vereador, eu não vejo, eu não sei com quem eu posso contar se eu tiver um problema, se eu posso pedir ao Governador uma obra, alguma coisa, isso aí é uma coisa que eu não tenho como ver, mas na campanha eleitoral todos eles tem, como a gente ver, e eles prometem, confiam, diz que vai fazer isso e tal, o que eu acho engraçado é isso, a presença em si com a população. A campanha eleitoral, meu amigo, é incrível a presença dele conosco, mas depois que acaba a campanha, só a saudade deles. (CILNEY, 23 ANOS, ELETRICISTA, ENTREVISTA 01/03/16).

Os autores Palmeira e Heredia (2006), como dito alhures, propõem o termo como este tempo onde as relações de proximidade entre quem se define daqui e de lá podem ser atravessadas e, onde os atos da política possibilitam re (definição) de pactos sociais que visam a representação política. Neste recorte temporal são construídas novas bases da relação entre candidatos e eleitores, é a época que possibilita as mudanças e rearranjos na sociedade, aquilo que o eleitor quase nunca vê acontecer durante quatro anos, aparece em seu cotidiano no espaço de dois/três meses.

O eleitor, alguém que está distante daqueles que exercem o poder, aparece muitas vezes como o elemento fundante deste momento impar. Muitas são as estratégias e recursos utilizados na composição de uma campanha, desde a abordagem mais direta à tecnológica, o que está posto é a conformação de uma imagem pública de candidatos que visam uma adesão do eleitorado.

A conquista do eleitor passa por muitos movimentos e o candidato sabe que tem que construir uma identificação positiva, se isso não ocorre é fadado ao fracasso. Esta identificação positiva, como mostramos no item anterior, ocorre nesse momento ritualístico, reforça-se assim a imagem e identidade do candidato, na tentativa de conseguir construir uma identidade positiva.

A eleição instaura o princípio da distinção no campo político, a possibilidade de ter eficácia, não só na fala, mas na apresentação real que indique concretude e crença. Peirano (2002) ao tratar da importância da eficácia volta ao antropólogo Stanley Tambiah e sua análise acerca da eficácia:

Tambiah afirma que a eficácia deriva do caráter performativo do rito em três sentidos: no de Austin (em que dizer é fazer como ato convencional); no de uma performance que usa vários meios de comunicação através dos quais os participantes experimentam intensamente o evento e, finalmente, no sentido de remeter a valores que são vinculados ou inferidos pelos atores durante a performance (TAMBIAH *apud* PEIRANO, 2002, p.24).

A eficácia se realiza enquanto o sentimento de pertença e a crença se sustenta no grupo. Desse modo, a eleição é este momento em que se realizam situações performáticas compondo um jogo, ao mesmo tempo um ritual de combate entre os mais diversos participantes.

Irlys Barreira (2006) em seu artigo “A política de perto: recortes etnográficos das campanhas eleitorais” toma os atos de campanha eleitoral enquanto ritual, como articuladores de relações de proximidades entre o que se definem como os atos da política e os eleitores, desse modo os atos de campanha possibilitam a apresentação de concorrentes, bem como redefine os pactos sociais que dão legitimidade aos princípios de representação política.

É um momento eleição, como se fosse um momento carnaval, como se fosse momento São João, entendeu, é um evento e muitas vezes não é realmente a eleição que importa, ir para urna e votar numa pessoa que vai nos representar, mas sim tipo, ‘ah eu vou curtir porque tá todo mundo no meio da rua, tá todo mundo vestindo a cor do candidato e a gente vai se mostrar que é a favor dele’. Mas, a gente não escolhe ele pelo o que ele faz e sim pela imagem que ele apresenta ter pra gente. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).

O “tempo da política” é, nesse movimento, um tempo estratégico, aproximando aqueles que são tidos como inacessíveis e distantes. A representação política revela que a política precisa suplantar esta ausência que tanto enfatiza os eleitores ao mencionar: “Eu acho que não existiria nem a necessidade, nem a necessidade de existir uma campanha feito estas pobrezas que existem por aqui, se eles tivesse um contato maior

com o povo durante o tempo que eles estão no poder, tá entendendo?” . (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/16).

Os rituais, enquanto acontecimentos ou eventos que extrapolam situações cotidianas nos ajudam a pensar como se constitui a sociedade mediante situações processuais e através de uma cosmologia; nos ritos podemos perceber a maneira pela qual os indivíduos e grupos constroem os seus próprios símbolos ou recorrem a símbolos socialmente convencionados, há um processo vivenciado e neste um conjunto de cerimônias e situações.

Consideramos o ritual um fenômeno especial da sociedade, que nos aponta e revela representações e valores de uma sociedade, mas o ritual expande, ilumina e ressalta o que já é comum a um determinado grupo. Como venho enfatizando, ao invés de nos fixarmos nos critérios (ocidentais) de racionalidade, procuraremos seguir critérios de criatividade e eficácia. Rituais são bons para transmitir valores e conhecimentos e também próprios para resolver conflitos e reproduzir as relações sociais. (PEIRANO, 2002, p. 08)

Pensando o processo eleitoral enquanto um dos rituais que orienta o fazer político, podemos afirmar que a disputa passa a envolver toda uma cosmologia dentro de uma estrutura que envolve os lugares, as instituições, os papéis sociais. Neste momento há um conjunto de rearranjos de posições sociais “a ordem social não é percebida em termos orgânicos e mecânicos, mas em termos de adequação de comportamentos a determinadas finalidades postas em um certo momento”. (GOLDMAN, 2002, p. 173).

É muito comum perceber a promoção de festas, aparições que prestigiam os eleitores, oferta de bens, almoços e jantares que celebram a partição de políticos. Uma série de encenações próprias: as falas, os discursos, a comoção, são partes integrantes deste ritual;

As festas e encontros de campanha permitem retomar a discussão entre sociabilidade e ritual. Frequentemente dentro do processo ritual, existe um espaço de sociabilidade, onde os participantes encenam, através de regras e coreografias precisas, algum valor ou papel social. Turner (1974) define essa celebração do coletivo como “*communitas*” – um espaço/estado símbolo da igualdade entre os homens, em que se experimenta a suspensão da estrutura social. (KUSCHNIR, 2002, p. 260).



Turner toma como referência a definição de Van Gennep para situar os ritos de passagem ou transição como aqueles que acompanham toda mudança: de lugar, estado, posição social de idade.

Separação, margem (ou “limen” significado “limiar” em latim) e agregação. A primeira fase (de separação) abrange o comportamento simbólico que significa o afastamento do indivíduo ou de um grupo, quer de um ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais (um “estado”), ou ainda de ambos. Durante o período “limiar” intermédio, as características do sujeito ritual (o “transitante”) são ambíguas; passa através de um domínio cultural que tem poucos, ou quase nenhum dos atributos ou do estado futuro. Na terceira fase (reagregação ou reincorporação), consuma-se a passagem. O sujeito ritual, seja ele individual ou coletivo, permanece num estado relativamente estável mais uma vez e em virtude disto tem direitos e obrigações perante os outros de tipo claramente definido e “estrutural”, esperando-se que se comporte de acordo com certas normas costumeiras e padrões éticos, que vinculam os incumbidos de uma posição social, num sistema de tais posições. (TURNER, 1974, p. 116)

Nos ritos pode-se perceber a utilização de sinais que estabelecem mudanças. No início do ritual a sociedade situa-se numa determinada estrutura, regida por normas, regras hierárquicas e os integrantes são separados do papel inicial, troca-se experiências neste momento não se sabe bem o que se desvendará, pois, neste momento a experiência em *communitas*, sociedades não estruturadas, passa por um estágio liminar que é sagrado e perigoso. (TURNER, 1974).

Este processo é dramatizado, um produto da cultura. Estes dramas, como pondera, podem ser isolados e nem sempre revelam uma resolução clara, na realidade, o que Turner revela é que as pessoas são induzidas a fazer o que precisam e o drama ocorre quando os processos e vivências humana surgem enquanto conflito.

Entretanto, enquanto processo, não podemos nos aportar desta concepção de que a política está circunscrita somente a este momento eleitoral, observamos durante a entrevista com um dos eleitores candidatos que, no caso da eleição, ela é pensada bem antes de chegar o tempo:

Bem, aí a gente tem, né, a gente tem os, os comícios, a gente tem os encontros resumidos, né, que são aqueles encontros mínimos quando você, você chama o seu grupo de líderes para organizar tudo detalhadamente antes de você entrar na rua basicamente, então você tem que fazer isso. É muito importante dizer que o pessoal pensa politicamente como se fosse uma coisa de imediato, mas não é um planejamento, tracejado, planejado, conduzido, né, bem antes de se

iniciar realmente o período eleitoral. (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16).

Estrategicamente pensada, a eleição não pode ser referenciada num tempo engessado, de modo que reforçamos o caráter de *liminaridade* do momento político, este período transitório, onde não continuamos a ser o que éramos e onde se reforçam aspectos, símbolos e arranjos sociais.

Nesta passagem ou recorte temporal, a sociedade coloca-se em suspenso, os indivíduos são afastados de sua ‘normalidade’, os atos de campanha, as notícias, as fofocas, os comentários, os eventos, as posições sociais, os conflitos vão demarcando um novo momento e rearranjo na composição social.

Se a eleição é o ambiente que permite esta suspensão são os atos de campanha que sustentam este ritual e simbologia construída, questionamos durante as nossas conversas sobre as campanhas com os nossos interlocutores e obtivemos as mais variadas concepções acerca deste momento:

As campanhas eleitorais no que me vem a memória são momentos assim que, que eu me recordo bem onde os, os, os concorrentes a um pleito de um cargo público é, de, direto do povo, representativo do povo, um, uma figura representativa do povo, onde eles vão expor as suas ideias, né?! Então é através da campanha, ele vai expor as ideias que ele pretende fazer durante o seu mandato, se eleito. (CECÍLIA, 44 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 11/05/16).

O caráter sazonal que tem as eleições afirma a importância de se ter esta discussão sobre as práticas políticas, apresentar o candidato, o debate de ideias, as propostas. A campanha é posta na rua, subvertendo tudo aquilo que se vive no cotidiano em seus eventos e práticas, oferecendo a nós uma visão que nem sempre se pode vivenciar em outros momentos.

A política invade e é feita do cotidiano das pessoas: os lugares são modificados, as aparições são frequentes, o ambiente das cidades ganham outra cor e atmosfera.

Então é meio que uma coisa que fica como uma festa, como uma brincadeira, como um evento que vai ser um dia, uma tarde e pronto, cabô e a gente não pensa no futuro. E assim é divertido, queira quer não, é divertido, porém muita gente leva nessa questão de divertimento e não na questão de vamos se divertir mais sendo democrático, quando chegar lá na urna, mostrar realmente o que a gente pensa e o que a gente quer. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).

As festas enquanto espaços de celebração promovem alegrias e confiança, permite uma proximidade física entre os seus integrantes, estabelecendo uma relação de equivalência e proximidade: “espaço de celebração e de conagração, o que as torna política é a presença do político profissional ao rés do chão, em meio ao povo”. (CHAVES, 1996, p.141).

É curioso pensar que a campanha eleitoral é realmente compreendida como um momento diferenciado e que nela existe esta característica de excepcionalidade, entretanto, é um momento fugaz, que não se consolida num tempo próximo. Ela constitui-se em sua característica eventual, festivo e incerto, como sinaliza a interlocutora.

O ritual político, enquanto um evento aparece na literatura antropológica nas considerações de Marshal Sahlins em *Ilhas de História* (1990) é o que ele chama de estrutura performativa, incerta. Estas estruturas compõem-se num diálogo constante às estruturas prescritivas, a que ele chamaria da ordem vigente, as duas com historicidade diversa.

Sahlins observa e o que nos interessa especialmente neste contexto de análise, que a vida em sociedade sustenta-se desta dialética entre o que permanece e o que é possível ser modificado. Ao mesmo tempo a ordem pode ser produzida nas mudanças: “Toda reprodução da cultura é uma alteração, tanto que, na ação, as categorias através das quais o mundo atual é orquestrado assimilam algum novo conteúdo empírico”. (SAHLINS, 1990, p.13).

Quando se vivencia uma eleição pode-se observar que as regras que compõe este momento estão reproduzindo um sistema vigente, existe toda uma ordem prescrita do que devem ser realizados, entretanto, os eventos trazem o rompimento desta ordem vigente. Eles rompem de uma maneira performática e diferenciada, a princípio rompendo com o já estabelecido; mais adiante podendo reforçar ainda mais a estrutura que se estabelecia. Um evento, dessa maneira, requer que se olhe com mais cuidado, pois, “ele não é somente um acontecimento no mundo; é a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico”. (SAHLINS, 1990, p.191).

Sahlins apontou condições de se produzir símbolos, através de certos valores vivenciados cotidianamente, que são presentes na vida e ações das pessoas em situações reais, concretas, com isso, trouxe a nós a possibilidade de compreender a campanha em

sua dimensão significativa, os resultados das práticas estão embebidos na vida das pessoas dentro de uma lógica que opera em suas vidas e em seus hábitos.

Tomando os atos de campanhas, como eventuais e performáticos, começamos a compreender como algumas das práticas vivenciadas nas vidas das pessoas, constituem o reconhecimento e a legitimação da prática política. Indagamos aos eleitores quais os eventos que chamavam mais sua atenção:

O comício. O comício é o contato direto com o povo, é onde você vê assim, fulano de tal é desse jeito, fulano de tal falou desse jeito, fulano de tal disse isso, é contato direto com o povo, porque ali ele tem oportunidade, se ele for contar direto com o povo, um exemplo, direto com a... Pronto, se ele for diretamente a um eleitor só, ele não vai ter, ele vai iludir aquele determinado eleitor, ele pode jogar várias conversas, pode até conquistar, até conseguir o voto. Mas, no comício, ele é o público ali, o público está vendo ele, então é a figura dele que está sendo exposta, como também as propostas. (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

Numa pesquisa acerca dos Comícios e Facções políticas, Palmeira e Heredia (1995) observaram que os comícios demarcam o início das campanhas eleitorais, configurando a marca do período eleitoral. Na discussão eles abordam que os comícios precisam ter periodicidade e agregar parcela da população, isso vale para todos os candidatos, aqueles que mais conseguem se destacar são bem avaliados, neles se manifestam as identidades e divisões das facções.

Não podemos apreender a força que tem os comícios em âmbito nacional, mas, a nível local é possível destacar esta como um dos principais atos de campanha.

Geralmente a gente vê, como eu posso falar, comícios, vem aqueles papelzinhos que a gente recebe, santinho que chama, que a gente vê esse tipo de situação, porque tem aquelas as propostas ou promessas. Ele usa disso, comício, é porque o comício é aquele cara a cara, ele tá ali de cara com o povo, então, chega assim “você não disse tal dia, naquele comício tal”, tem muita gente que lembra, né, “você disse que ia fazer isso e isso”, quando eles vão, quando ganham, quando eles tomam aquela posse aí vem mais promessas ou confirmam as propostas, pronto, eu acho que ele tenta conquistar dessa forma, com a palavra, o falar. (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

O comício é uma atividade que ajuda os candidatos a serem vistos, mais importante: aproxima o eleitor como mencionado na fala, deixa a gente *cara a cara*,

embora numa configuração que ainda mantenha ele num palanque e o eleitor na plateia, revelando uma relação tensa.

O palanque é o lugar pelo qual os olhares são distintos, os membros que nele estão 'acima' falam a um público que embora esteja 'abaixo' faz avaliação todo o tempo de seu empreendimento e desenvoltura. Este palanque revela, toda uma hierarquia, nas palavras de Palmeira&Heredia (1995, p. 91) "a assimetria entre os que estão em cima e os que estão embaixo.

Os comícios são marcados pela grandeza do evento, existe nele toda uma logística de divulgação e preparação. Durante a última campanha para prefeito na cidade, pudemos acompanhar os comícios e ver características deste evento tão emblemático: anúncios em carros de sons contratados fazendo a divulgação dos comícios, escolha de espaços geográficos que conseguissem evocar quantidade de pessoas, carros ou ônibus para transporte das pessoas que desejassem participar, iluminação e ornamentação que identificassem as filiações partidárias, presença de figuras expressivas do mundo da política, quando possível, pessoas conhecidas e que tenham prestígio nos círculos sociais locais e/ou nacionais.

O "grande comício" é grande também pela grandeza das estrelas que entroniza no palanque. Se todo comício, como que para assinalar a externalidade da política (seu caráter extracotidiano, a que nos referimos, mas também uma certa externalidade dos políticos, de que trataremos mais adiante), supõe a presença de pessoas de fora, o "grande comício" exige presenças especiais: autoridades que emprestem autoridade ao palanque e ao que a partir dele vai ser dito (governadores de estado, candidatos a cargos majoritários, o deputado da região, um político nacional) ou figuras que, mesmo desprovidas de uma autoridade específica (como os artistas), pela sua notoriedade, pelo seu prestígio em outros campos, garantam a distância necessária entre o palanque e o público. (PALMEIRA E HEREDIA, 1995, p. 39).

Sobre estas figuras de prestígio, identificamos em alguns dos relatos, especialmente dos nascidos anteriormente a 1985, a forte presença destas figuras de prestígio que compunham os palanques junto aos políticos, ainda não eram proibido os showmícios, de modo que era frequente a participação destes nestes eventos.

Na minha adolescência eu lembro de uma campanha de Ronaldo Cunha Lima e Vital do Rego, essa campanha ficou na minha memória porque era um poeta e eu admirava muito o lado poeta dele, tinha muita vontade de conhece-lo. E num comício lá perto da casa de minha mãe ele esteve e eu nunca vou esquecer essa lembrança, até o tom da pele dele eu lembro, achava ele extremamente bonito, mas era

mais o lado da poesia e não a questão política. E pelo fato de ele ter tido um mandato suspenso no tempo da ditadura, então esta volta dele, eu acho que na campanha de 82, 82 por aí, esta volta dele foi muito esperada pelo povo da cidade. Depois foi virando este lado, aí hoje em dia eu enxergo pelo lado da idolatria, o que eu não enxergava, eu tava inserida naquele contexto, queria muito conhecer Ronaldo Cunha Lima, até os cantores que vieram à época eu lembro, era Jani e Erondi pra o comício de Vital no mesmo bairro e o pro de Ronaldo não tinha um cantor de peso, só tinha os cantores da terra, que eu nem lembro (risos). Só lembro de Jani e Erondi cantando lá num palco perto da casa de minha mãe, dessa lembrança eu não vou esquecer. (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16).

Não se deixa de ver nos grandes comícios a presença de bandas, grupos, artistas locais ou de fora que sejam reconhecidos, bem como alguns convidados, pensados como figuras ilustres que são reconhecidos pelo público e vão aos eventos reforçando o seu prestígio junto ao público.

Os autores observaram ainda a distinção dos comícios a outros atos de campanha: as passeatas e carreatas. Na composição dos comícios, muitas vezes os candidatos podem antes fazer uma passeata ou carreata junto aos eleitores:

A caminhada com objetivos políticos típicos de uma campanha eleitoral é exemplo contundente de uma enunciação que faz do trajeto um espaço de afirmação e invenção – pano de fundo de uma apresentação de propostas. É um ritual de caráter extraordinário, na medida em que opera como contrafluxo, subvertendo os espaços em sua organização anterior. Os caminhantes, portadores de uma mensagem a ser publicizada, alteram os sons habituais, andam na contramão, incitam a adesão de outros, afirmando a força do coletivo. (BARREIRA, 2006, p. 02).

A caminhada aparece como um evento que aproxima então, o candidato do eleitor, é fácil para o eleitor identificar o candidato, numa aproximação física, podendo estabelecer com ele conversas rápidas, pedidos, elogios. Diferente do comício, onde o candidato fica no palanque, só rompendo esta hierarquia quando fala mais próximo, ou pega na mão de algum eleitor que esteja ali presente.

As carreatas, assim como as passeatas e comícios, pressupõem toda uma organização e logística, os candidatos solicitam as instituições legais autorização para que possam ser exercidas e quando acontecem de um grupo político, geralmente é vedado ao outro grupo no mesmo dia o mesmo tipo de atividade, salve exceção se ocorrer em outros locais.

É um evento de campanha que geralmente mobiliza bastante as pessoas, sejam as que participam efetivamente do evento, seja as que não participam. É comum perceber que mesmo aqueles que não acompanham as carreatas saírem as suas portas ou lojas para verem e acompanharem, e ainda mais comum é ouvir depois um conjunto de comentários que avaliam se “a carreata de fulano deu mais gente do que a de cicrano”, bem como os dizeres “carro não vota”.

Para o eleitor, as carreatas são eventos que chamam a sua atenção, pela mobilização e festa que elas trazem para a disputa, quando indagamos sobre os eventos que mais chamam atenção nas campanhas eleitorais, ela foi de maneira recorrente mencionada:

Eu acho que as carreatas. Porque é muita gente, é muito assim, é bem chamativo e ao mesmo tempo é divertido, *porque você vai tá com quem você gosta prestigiando essa pessoa*, assim, sai todo mundo em prol daquele candidato. Mas, depois que, por exemplo, esse candidato faz alguma coisa sai todo mundo contra, entendeu?! Assim, é meio confuso ao mesmo tempo, as carreatas, as... Tipo, que eles vão pra um, esqueci... é tipo eles vão se mostrar, eles vão debater com o povo. É tipo assim, uma em praça aberta, eles vão pra um palco e vão falar com o pessoal, entendeu, tipo assim, sempre falar, nunca mostrar. Mas, isso são coisas que me chamam atenção porque eu acho interessante sair aquele povo tudinho de casa pra ir prestigiar uma pessoa que nem sempre faz o que a gente quer, mas elas estão lá. E é muita gente. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16, *grifos nossos*).

Uma primeira característica que nos chamou atenção nesta fala foi o caráter socializador das carreatas, juntar-se com quem se gosta para prestigiar os candidatos, muitas vezes, pessoas que você conhece de maneira muito superficial, mas que revela um forte poder de identificação e crença. É interessante que, a princípio, os grupos aparecem isolados, cada um participando com os seus pares e esta aglutinação vai sendo realizada a medida em que a carreata vai se se corporificando, numa união de pessoas aparentemente com a mesma inclinação ideológica ou partidária.

Aqui está posto um conjunto de relações que merecem um olhar mais aprofundado, as de sociabilidade, de interação entre indivíduos. O conceito de sociabilidade se realiza quando a interação entre os indivíduos os leva a uma relação de cooperação.

Por um lado ele se livra de todos os significados materiais da personalidade e entra na forma sociável apenas com as capacidades,

os estímulos e interesses de sua humanidade pura. Por outro lado, essa figura depara com tudo o que é subjetivo e puramente individual na personalidade. (SIMMEL, 2006, p. 68).

Em Simmel (2006) fala-se de *sociação* como a maneira pela qual os indivíduos se desenvolvem em conjunto, em razão da realização de seus interesses. E é a partir desta noção de sociação que se pode apreender a sociedade como processo, como uma forma dinâmica de pensar estas interações entre os indivíduos.

Uma motivação ou interesse inicial pode refazer-se, desse modo, a interação ganha uma autonomia frente às motivações, o interesse pode refazer-se, uma vez que as motivações, desejos ou objetivos não são estáticos, assim também não serão estáticas as interações destes indivíduos. Sabe-se que a interação se estabelece no impulso ou anseio de finalidades dos indivíduos, estes “fazem com que o ser humano entre, com outros, em uma relação de convívio de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. (SIMMEL, 2006, p. 60).

Portanto, é possível observar que durante estes eventos, os grupos podem se refazer, pessoas conhecidas e desconhecidas se juntam tendo em vista um conjunto de finalidades diversas, construindo novas relações, novas interações e possibilidades, de modo que evidencia todo dinamismo que este ato de campanha evoca.

A sociabilidade permite, num jogo de ‘fazer de conta’ que o indivíduo se sinta pertencente à sociedade,

A sociabilidade transfere todas essas exigências, em seu caráter sério e até mesmo trágico em muitos sentidos, para o plano do jogo simbólico de seu reino de sombras, no qual não há atritos, justamente porque as sombras não podem colidir umas com as outras. Se, além disso, a tarefa ética da socialização é fazer com que a junção e a separação dos indivíduos que interagem achem a expressão das relações entre esses indivíduos, embora essas relações sejam espontaneamente determinadas pela vida em sua totalidade, então, na sociabilidade, a liberdade para formar relações e a adequação de outra expressão não obedecem a qualquer condicionamento concreto e de conteúdo mais profundo. (SIMMEL, 2006, p.78)

Mesmo neste universo onde as tensões estão postas, por retirar da vida prática determinados elementos vão constituindo os cernes dos “impulsos de sociabilidade”. Estes impulsos são a possibilidade de cada indivíduo satisfazer seu propósito tendo em vista e garantindo ao outro também a satisfação do seu e é o que permite ao indivíduo



refazer os sentidos da sociedade, não mais como aqueles sentidos fixos, mas sentido múltiplos, contraditórios.

Nestas situações, o que está em busca não é a vitória especificamente, mas as dinâmicas e os acasos que ele permite. No momento da campanha esses impulsos de sociabilidade sugerem um jogo cheio de interesses, motivações e sociabilidade, esta última como “o tipo mais puro, claro e atraente de interação, aquela que se dá entre iguais”. (SIMMEL, p. 71, 2005). De fato, sabemos que relação entre iguais não é o que ali está posto, mas, entra em análise a encenação e eficácia dos atores políticos neste ritual.

As carreatas revelam um aspecto socializador entre as pessoas e especialmente entre eleitor e candidato, é possível ver durante esse evento como as pessoas fazem questão de se aproximarem dos carros onde estão as figuras dos candidatos ou grupo político para tocarem suas mãos, abraçar, beijar, tirar foto: “Desde pequena, tipo, papai me levava para Cássio abraçar né, desde pequeninha que eu tenho até foto [...]”.(BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).

A carreatas por sua vez, denota toda uma concepção de poder de um candidato (econômico, *status*, simbólicos), permite a aproximação física, enchem a cidade de animação, cores e brilhos. Para os candidatos tem uma característica peculiar: aglomeração, ideia de adesão.

As carreatas, elas são ímpar, num tem, num tem igual não. Apesar de toda preocupação que a gente tem nela, porque o pessoal mistura bebida com irresponsabilidade e aí a gente fica muito apreensivo, mas ver aquele conjuntão, aquele mundão de gente num único traçado, digamos assim, você ver aquele mar de gente numa avenida, com bandeirolas e som e tudo, são a que mais marcam, não tem comparação, não. (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16).

Nas carreatas, pode-se identificar a incorporação de alguns elementos, tais como: *jingles*, panfletos, enfeites, afora as cores de identificação partidária em que os eleitores se vestem, pintam rostos, unhas, cabelos, etc. Ela causa apreensão, porque é um evento que envolve muitas variáveis, não coíbe o uso de álcool de modo que pode acentuar brigas mesmo entre participantes do mesmo grupo, o que é a todo custo evitado.

Caminhando para seu término, a carreatas tem seu apogeu com o discurso político do candidato que esteja pleiteando algum cargo, momento em que ele divulga seus

projetos políticos, seus temas, revela sua gratidão e compromisso para com seus eleitores. O discurso é “o momento em que o público não só ouve com atenção, mas reage com entusiasmo às palavras do orador. O final do discurso leva ao limite o aspecto festivo e triunfalista da manifestação”. (PALMEIRA E HEREDIA, 1995, p. 56). O intuito deste evento de campanha, não é fundamentalmente conquistar votos, mas, aproximar candidatos aos eleitores, revelar seu prestígio.

O ritual político permite que se congreguem as diferenças e outros rituais realizados podem ser citados, a exemplo dos rituais de comensalidade, presentes na maior parte das campanhas políticas. Os rituais comensais, são eventos que se caracterizam por grande festa de comilança, por parte de eleitores e candidatos, acontecem em bares, festas e restaurantes, são lugares específicos: cheios de gente e privilegiados para se fazer política. (KUSCHNIR, 2002).

Estes ambientes podem cumprir diversas funções: podem se compor em lugares estratégicos de distração e lazer, mas também espaço para política, suscitando temáticas de conversas, debates acerca do que acontece no movimento político, incluindo e excluindo pessoas destes movimentos, já que a tendência é que cada um se reúna com os seus.

Embora não seja o objetivo principal a conquista de votos, uma vez que neste momento de comensalidade as pessoas presentes já podem indicar sua escolha em um candidato, este ritual reafirma e certifica papéis sociais dos presentes e oportuniza ao eleitor barganhas, transpor uma distância que ele porventura tenha do candidato.

Os rituais comensais marca a trajetória política do candidato, a nível local, não necessariamente em bares, mas, é possível encontrar com frequência políticos candidatos nas feiras centrais, restaurantes, bairros, praças podem ser lugares importantes para campanhas de alguns candidatos, os donos destes lugares acabam por ser possíveis formadores e disseminadores de opiniões.

Nestes espaços, também pode se realizar as panfletagens ou o ponto de encontro para estas, sobre o uso de panfletos durante a campanha: “no roteiro de panfletagem buscam-se lugares familiares, com baixo potencial de rejeição. Além da perda de tempo a destruição de cartazes e santinhos representa dinheiro”. (KUSCHNIR, 2002, p. 245). Esta concepção da perda com a entrega dos santinhos é bem presente na visão do eleitorado:

Eu acho que assim, pra o, o... pra realidade que a gente vive hoje, pra pessoas funciona dessa forma, pra mim especificamente não. Eu acho que isso devia ser substituído, porque, tipo, um santinho ele num, num vai fazer muita diferença porque é igual aquelas mensagens evangélicas, você pega, segura e depois rasga e joga fora, entendeu? É... no caso, de, de, de denegrir a imagem da outra pessoa, num é dessa forma, né?! Que é de qualquer forma um , um formador de opinião e você sabe que as mídias, qualquer uma delas, tanto pra subir ela sobe um rapidinho, pra descer é feito uma flecha. (IGOR, 22 ANOS, POLICIAL, ENTREVISTA 23/04/16).

O contato direto com os eleitores é uma maneira dos candidatos tornarem-se pessoas reconhecíveis, é esse o maior objetivo da campanha de rua<sup>31</sup>. Os panfletos, embora vistos com certa reticência, constroem a imagem publicizada que pode dar credibilidade através de enunciados que “apresentam um candidato que nunca está sozinho; além de um referencial partidário, o candidato tem família, amigos e ‘pessoas’ importante que o apoiam”. (SCOTTO, 1996, p.175).

As campanhas de rua revelam a importância da mudança e reconhecimento que este tempo pode trazer com realocação dos espaços e ressignificação dos sentidos. Cartazes, propagandas, bandeirolas, panfletos mudam o cenário da cidade. Em sua discussão acerca das campanhas de rua, Scotto (1996) afirma que uma de suas principais finalidades é a transformação do político em pessoa. A campanha é o momento de disputar reconhecimento, mas também é o momento da interpretação dos significados dos contatos que ele estabelece com os eleitores. É a hora de estabelecer o contato, de mostrar o feito, de ser avaliado.

Não basta o político fazer, ele tem que fazer bem, convencer o eleitor, com seu bom desempenho e desenvoltura: “ser (re) conhecido, estabelecer uma proximidade com o eleitor, ser saudado e saudar, dar a mão e beijar crianças, tudo isso deve ser realizado por um candidato como parte fundamental de sua campanha. (SCOTTO, 1996, p. 168).

Ah, vira outra pessoa. Você cria um sorriso que nunca ninguém viu, você promete mil coisas tipo é... é aquela coisa vai para o meio da rua, abraça, oferece auxílio, é tudo né ali tipo, você tá sendo o auge, mas depois que passa esquece de todo mundo, por exemplo, eu tenho uma amiga que a tia dela é perfeita de Matinhas, agora por exemplo, ela mesmo disse que a tia mandou coisar, é pavimentar as ruas, mas as ruas não eram pavimentadas desde que ela entrou então assim para ter

---

<sup>31</sup> Gabriella Scotto define a ‘campanha de rua’ como uma “série de atividades cujo elemento comum parece vincular-se a uma tentativa dos candidatos estabelecer uma aproximação e um contato mais direto com seus potenciais eleitores”. (SCOTTO, 1996, p. 166).

o voto do Povo eles tentam mostrar na hora o que eles estão fazendo. Mas quando o povo realmente precisa que é durante o período de eleição deles, ninguém faz, faz no final ou no começo para dizer que fez alguma coisa, para poder meio que cobrir, dar aquela pincelada, ah, eu sou o prefeito o governador seja qual for. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).

O termo reconhecimento é empregado pela autora em dois sentidos: identificação concreta de alguém que já é conhecido e o reconhecimento de alguém que é bom, verdadeiro. Neste sentido, o político que se candidata tanto pode ser identificado, como pode ir transformando este reconhecimento ao longo da campanha.

O fato de ser conhecido é uma mostra de popularidade, mas como já se enfatizou, não basta fazer, o candidato não pode oferecer somente as suas propostas, suas ideias e ações, neste jogo ele precisa oferecer a si mesmo enquanto pessoa que inspire no seu eleitorado uma confiança.

Ainda sobre as campanhas de rua, nas disputas eleitorais, as divisões entre grupos aparecem sob a forma de rivalidade, uma rivalidade que nem sempre é revelada de maneira amistosa. Na cidade em que pesquisamos o conflito aberto revela-se em diversos aspectos, evidenciando um processo eleitoral bem acirrado e com desfechos inusitados

eu queria muito que essa história mudasse e Campina já tivesse outra característica. Por ser uma cidade universitária eu tinha esperança que a política aqui fosse trabalhada de uma maneira diferente, assim, mas não tão com esta característica provinciana mesmo, dessas brigas, de intrigas, você observa mesmo, no bairro onde eu moro as pessoas deixam de falar umas com as outras porque o outro não vota mais naquele candidato X e o outro vota, eu acho uma característica ainda muito restrita, restrita, eu pensei desde que eu comecei a me interessar por isso que com o passar do tempo as pessoas fossem tendo uma consciência maior, de que aquilo era um momento, que era dado o direito a fulano votar em X e a beltrano votar em Y se ele quiser, se ele assim desejasse. Mas, em geral a gente observa que o caminho pra sair desse, dessa característica tá muito distante, a cidade literalmente para, você observa nestas carreatas, você observa nas carreatas... (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16).

Entende-se que quando a entrevistada menciona a cidade em suas características provincianas, associe às relações entre candidatos e eleitores em seu aspecto de adesão. Quando falamos em adesão, pressupõe-se que o eleitor muito antes da campanha já sabe o candidato a que ele escolheu e que independente do cenário, sempre o escolherá. Como nos times, os eleitores vestem as camisas de seus candidatos e brigam para

defendê-los, não é raro encontrar nos depoimentos menções as estas disputas, como fanatismo e idolatria:

Só o fanatismo, o fanatismo, é engraçado como a gente vê aqui, a idolatria que as pessoas tem, que acredita fielmente naquilo que é prometido e não analisa. Discursos ilusionistas, que vai fazer isso, vai fazer aquilo, vai fazer... Todo mundo batendo palma e tem aquele negócio de cor, fulano de tal é dessa cor. Depende da campanha, se eu for vestir uma determinada cor de roupa, se for daquele partido, então teoricamente eu sou daquele partido, eu pertencço aquele tipo de coisa. Já se for de outro, de outra campanha, se for do outro, aí eu visto a roupa determinada daquele grupo, o que me mata é isso, essas coisas de cores, esses comícios que tem assim, dessas promessas que não mudam. (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

O fanatismo político abre espaço para as brigas e discussões e, nos faz pensar sobre um cenário muito presente nas disputas locais: as perseguições políticas. Inicialmente, não compunha parte de nossa discussão, mas em muitas das entrevistas foram mencionadas situações em que a utilização das cores serviu para situações de constrangimentos nos espaços de trabalhos e nas rodas entre amigos.

Em seu texto: “O retrato da política: cobertura jornalística e eleições” (1996, p.90), Marco Antônio Bonelli atenta para elementos utilizados durante a campanha e aponta para a simbologia das cores que são usados como recursos pelos candidatos. Para ele as cores usadas nas propagandas eleitorais são eivadas de significados, sendo ‘personificadas’ pelos candidatos que representam, “transformam as campanhas em sinais de pertença a um determinado candidato”.

Estas estratégias e caracterizações simbólicas objetivam gerar sentimentos de pertença de um lado, de outro pretende criar estigmas para os candidatos adversários. Pretende-se que o eleitor possa fixar-se em um dos lados do combate eleitoral: “cartazes, pichações, distribuição de camisetas contendo o nome do candidato e/ou o número de registro de sua candidatura, demarcam progressivamente um espaço social onde a figura do candidato se torna conhecida e aceita. (BONELLI, 1996, p. 90).

A perseguição política aparece em outros âmbitos:

Existe, em todo canto existe. Independente de ser cidade grande ou cidade pequena, porque é isso que eu falo assim, da questão, o candidato quando promete que vai naquele determinado eleitor, aquele eleitor fiel, aí vai simhora de quatro em quatro anos aquele candidato já sabe onde vai, vamos ter que ir na casa de fulano. Aí fulano tem um cargo comissionado, contratado, tem uma prestação de serviço, não

importa, mas tem algum benefício que vem ou do governo ou da prefeitura, então ele vai atrás daquela pessoa, porque o eleitor sofre aquela pressão, acaba o eleitor sofrendo aquela pressão, porque ele sabe que se não votar ou não trabalhar em prol, ele sabe que vai ser prejudicado, então aí vem a perseguição política, vão olhar se os filhos deles estão vestindo tal roupa, se estão seguindo tal partido, até em rede social é perseguido também. Você não pode fazer um comentário ou uma crítica, uma crítica numa rede social, “porque fulano de tal vota contra”. Que embora que a gente vote, que a gente apoie aquele determinado candidato, ele também não é perfeito porque ele também não é santo, então ele também não pode exigir perfeição, então tem coisa que ele vai fazer errado que você também vai falar. Aí já vem a não democracia, se eu não posso falar o que eu penso, o que eu tenho vontade, se eu não posso votar em quem eu quero, em quem eu tenho vontade, então, aí vem a perseguição política, então não é mais democracia, aí já virou ditadura, que eu tenho que seguir aquele regime. (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

Observa-se que a questão do compromisso entre candidatos e eleitores é pensada para além da disputa eleitoral, de fato, a política pensada enquanto processo nos faz perceber esta relação de arranjos que visam permanecer antes, durante e depois do mandato do candidato, por isso ele sempre volta, pois, conta com o eleitor fiel, mais do que voltar, ele cobra deste eleitor esta fidelidade e compromisso.

As relações estabelecidas são as mais variadas: trocas, compras, favores. Na fala referida, a prestação de serviços e favores aparece como benefícios que o candidato oportuniza ao eleitor, mas que volta a cobrá-lo no momento oportuno. Especialmente nestes espaços, aquele que foi beneficiado não pode evidenciar nenhum tipo de comportamento que pareça contrário àquele que o favoreceu, sob pena de ser prejudicado.

No período da eleição, muitas são as práticas que coíbem a expressão destes beneficiados, como bem relata a informante: o uso das roupas, as falas tolhidas, a obrigação de presença em reuniões realizadas para apoio aos candidatos, participação em eventos para que possa ser notado em declarada filiação e adesão.

Mesmo o eleitor que não é ‘contratado’ também corre o risco de ser perseguido durante e depois da campanha eleitoral, mudanças de funções, de setores e até de lugares são identificados como práticas de perseguições. Aparece como uma punição e uma lembrança clara de que no sistema personalizado, tornar o candidato pessoa, aproximá-lo em sua humanidade, fragiliza o sistema em sua racionalidade, abrindo brechas para estas configurações que fogem à concepção democrática.

Estas perseguições também ficam evidentes quando os candidatos que conseguem chegar ao poder em oposição aos governos vigentes ao entrar transformam o ambiente completamente, retirando a sequência de um trabalho que estava sendo realizado, “é, mudou o governo, muda toda a equipe, independente se você tem profissionais bons, excelentes ou ótimos, vai mudar todo mundo. Então, se você vem fazendo um trabalho sequencial de crescimento, esse trabalho é interrompido”. (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16).

As campanhas de rua, com todos os eventos emblemáticos revelam a disputa eleitoral em todo o seu aspecto simbólico, aproximando eleitores e candidatos, mas, a atividade política não se restringe somente a estes eventos, neste sentido os meios de comunicação aparecem como instrumento de produção de informações que podem influenciar nas direções do processo político.

Um conjunto de atividades que necessitam dos meios de comunicação são também apontado como componentes da disputa eleitoral, a exemplo dos debates e Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), os eleitores também estão atentos a estes elementos, pois, “ele possibilita a propaganda eleitoral dos políticos e de suas agendas, sem a intermediação da imprensa e permite uma redução da influência econômica no acesso ao espaço televisivo”. (FEIJÓ&RABAY, 2014, p. 225).

Sobre os debates é importante frisar que são distintivos e esperados pelos eleitores, porque através deles se pode avaliar como o ‘seu’ e o candidato ‘do outro lado’ foi desempenhando sua desenvoltura durante os blocos e respostas. Muitas vezes constitui-se a única participação do eleitor:

o que eu gosto na campanha de fato são os debates, enfim, gostava. Mas, agora não mais, não mais. Eu acredito que até a disputa de Lula e Fernando Henrique eu gostava de assistir ao debate, gostava, mas nas campanhas de, em relação à presidente, né, na campanha de Alckmin contra Lula, de José Serra contra Lula, eu, a gente que tem muito o costume de assistir debate da Rede Globo, como a Rede Globo consegue fazer essa manobra clara para o candidato X ou Y, aí o debate fica pobre e essa campanha então que o mediador era William Bonner, para mim foi uma das piores, então a minha participação é praticamente essa, assistir os debates. (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16).

Os debates são importantes, entretanto, o que tem se revelado é uma forte descrença em alguns meios comunicacionais, devido à questão da parcialidade da cobertura jornalística que nem sempre é a desejada. O eleitor, algumas vezes, enfatiza

existir uma influência de algumas emissoras televisivas que acabam por prestigiar alguns candidatos e desconstruir outros. Também assim é feito o ritual da disputa eleitoral.

Nos debates é importante perceber que os candidatos que estão tentando se reeleger são mais do que apresentar novas propostas, muitas vezes ele é ‘cobrado’ do que realizou durante o seu mandato, inclusive esta é uma tática que os demais candidato podem utilizar para minar a imagem do candidato, desse modo o debate para quem pleiteia novamente um mandato funciona como avaliação.

Para o candidato que está tentando a sua primeira eleição aparece como uma oportunidade de apresentar suas propostas e currículos, o que nem sempre acontece, como afirma a interlocutora, os debates tem ficado pobres devido a ausência de temática que interessem de fato ao público e o aumento das trocas de farpas e acusações.

No caso do HGPE, Feijó e Rabay (2014) avaliam que a Lei 9.504/1997 do Código Eleitoral acabou por dividir, no caso das eleições municipais, o tempo dos candidatos em 30 minutos na TV aberta, este tempo ainda é subdividido em 1/3 e de maneira proporcional as legendas partidárias, estas são atualmente fortemente profissionalizada exigindo recursos e adaptação dos políticos ao domínio de técnicas muito específicas para falar ao público, existe todo um traquejo que é necessário neste universo para que o candidato consiga se enunciar de fato.

A propaganda, que acontece na televisão e no rádio, tem um alcance significativo ao eleitorado, nas eleições municipais é um recurso mencionado fortemente nas falas dos entrevistados:

Quando há propaganda eleitoral no rádio, essas coisas, eu acho legal, eu gosto, eu acho informativo. Eu estou na minha casa e na minha televisão, eu vejo se eu quiser, se eu não quiser eu mudo o canal, né, que graças a Deus que meu filho paga a TV fechada (risos). E as pessoas que não podem? Né? Fala sério, as pessoas que não podem e que tem que ficar ali naquele tempo todo, não é, eu sempre penso no outro. É verdade, eu tenho isso de pensar no outro, não é, mas eu posso mudar enquanto eles estão falando aqui e ver uma outra coisa, mas eu não mudo não, eu vejo, eu vejo. Tenho mania de coisa política, eu tenho mania de horário político. [C - **Por que você assiste?**] Porque eu assisto? Pra saber qual é o que mente melhor. Eu quero olhar pra eles e saber qual é o que esta contando a historia mais bonita, qual é o que mente melhor e o que mais tá fora da realidade e até agora quem ganha é a Dilma, sério, Dilma está completamente fora da realidade, ela ganha o troféu assim, longe. (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/16).



A crença no candidato e na sua capacidade de articulação passa cada vez mais pela intermediação dos instrumentos comunicacionais, mas, não se pode dizer que haja um controle absoluto destes meios. Destacamos aqui especificamente, seu caráter informativo na disputa eleitoral, mas, compreenderemos sua agência na formação de uma opinião pública.

A TV aberta tem maior alcance, porque ela que é gratuita, neste referido horário, os candidatos elaboram estratégias e roteiros que os permite apresentar suas propostas, seu comprometimento com a gestão, mais uma vez fortalecendo a sua visibilidade e reconhecimento. Como dito, muitas são as estratégias, alguns investem em profissionais do *marketing* eleitoral otimizando o máximo que podem o seu tempo de maneira criativa e que chame atenção do eleitor, outros sequer tem tempo de apresentar os seus números para serem votados.

Este tempo é enunciado como importante para alguns, mas nem sempre é aproveitado por todos: “Por exemplo, os programas, os horários eleitorais tenta mostrar um pouco destes candidatos, mas tem gente que reclama porque tá passando aquele negócio e tá impedindo uma pessoa de assistir uma novela”. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16). A representação acaba sendo negativa e nem sempre se aproveita o momento para identificar as propostas que os candidatos objetivam apresentar.

Quando marcam, no entanto, as propagandas eleitorais ficam nas memórias dos eleitores através dos *jingles*, das propostas, das cores, dos artistas que fazem participações cantando. Uma fala nos chamou especial atenção, pois retrata a memória de um dos eleitores entrevistados referente à campanha de 2008 na cidade de Campina Grande.

Ah vi, eu lembro que na campanha de prefeito aqui em Campina Grande, Veneziano e Romulo Gouveia, se eu não me engano, foi uma campanha de piadas, a campanha inteira, né, onde tratava o prefeito Rômulo, o candidato a prefeito Rômulo como boneco, né, isso era muito engraçado, porque as pessoas faziam várias piadas, porque na realidade, na opinião de muitos quem estava por trás de tudo era o Governador, na época era Cássio Cunha Lima, e ele... Era muito engraçado e todo mundo chamava ele de boneco, que era pau mandado... Era muito engraçado as piadas, inclusive numa propaganda eleitoral Veneziano fez uma piada com os bonecos, dizendo que: “boneco vota em boneco”. Isso é uma realidade, tem uma propaganda eleitoral que “boneco vota em boneco”, isso foi

muito engraçado na época. (CILNEY, 23 ANOS, ELETRICISTA, ENTREVISTA 01/03/16).

Durante a referida disputa eleitoral, concorreram ao cargo de prefeito quatro candidatos, a saber: Veneziano Vital, Romulo Gouveia, Sizenando Leal e Erico Feitosa; Os candidatos Veneziano e Rômulo foram à disputa do 2º Turno. A política revela o seu aspecto cômico nas piadas que os eleitores fazem no seu dia a dia uns com os outros, mas, neste caso, o candidato utiliza-se da comicidade em seu horário de propaganda gratuito, numa apresentação rápida de dois fantoches que duram em torno de 12 segundos com os seguintes dizeres: “*Boneco vota em boneco, boneco vota em boneco. Boneco vota em boneco, boneco vota em boneco. Né Catarina? É Maroca*”.

A alusão cômica revela a mensagem que se um eleitor vota no candidato adversário é também um boneco. A política é feita do que é feito o cotidiano, estas discussões aparecem nas propagandas de eleitores e geram repercussões entre os eleitores em muitos ambientes que pudemos perceber e vivenciar na cidade: nas praças, ônibus, em casa são espaços onde pudemos observar as pessoas se mobilizando para falarem do que acham ou pensam dos candidatos, do que eles fizeram. Fazer piadas, brincadeiras, cantar, as charges também são elementos que compõe a campanha eleitoral.

Sobre o uso das músicas em campanhas eleitorais, destaca uma comunicação midiática bastante eficaz. Numa análise da referida eleição Lima (2011) observou o uso efusivo das músicas desta eleição<sup>32</sup>, com a assertiva de que os *jingles* contribuíram para a promoção do espetáculo político.

Um espetáculo marcado por uma rivalidade nas figuras de um candidato que aparece enquanto *pop star*, um ídolo apoiado por um governo no poder: Veneziano associa-se aos adjetivos que o ligam a ideia de mudança, simpatia, juventude. Por outro lado, Rômulo aparece na figura de candidato com experiência, preparado para governar, o que a autora chama “*common man*”. (LIMA, 2011).

As músicas da campanha constroem e refletem estas figuras, mencionando os atributos físicos. As rivalidades e denúncias também são observadas nas letras das músicas,

---

<sup>32</sup> Consultar músicas em: O uso da música em campanhas eleitorais e o lugar da ética na política. **In: Ensaios de Antropologia da Política**/Elizabeth Christina de Andrade Lima. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

O que a autora identifica com o transcorrer da campanha é o que chama de “o festival de horrores”, a música “se transforma em uma verdadeira vedete, em um carro chefe do candidato, promovendo o acirramento da campanha”. (LIMA, 2011, p. 133). Situações de preconceito homoafetivo, denúncias, críticas à estética são identificadas nas letras das músicas, que veiculados enfaticamente durante a campanha.

Percebe-se que o que há é o incitamento, em alguns casos, das disputas e discórdias entre amigos, familiares contrariando um ambiente que se pense democrático no espetáculo político. Chamamos atenção para o fato dessas práticas serem ambientadas no cotidiano, revelando toda a fragilidade que nós temos na composição do sistema eleitoral.

A campanha eleitoral também revela para os eleitores os problemas que temos com a relação com o público

Acho que um momento assim, que mais me chama a atenção é, é a questão de hoje ainda nós existirmos, nós termos um, campanhas políticas é... Momentos que, que que acho desnecessário, sabe?! É um aspecto negativo que eu vejo que é questão de passeata, carreata, eu acho que isso no, no dia de hoje num... Quem quer votar vota em A, vota em B independente de ter mais gente ou não numa carreata ou numa passeata. Eu acho que isso é desnecessário, o político é visto como um Deus, todo mundo correndo atrás dele e eu acho isso totalmente, é... Averso a situação que a gente tem hoje no século XXI, eu não vejo com bons olhos, não. Eu acho que isso é desnecessário. (IGOR, 22 ANOS, POLICIAL, ENTREVISTA 23/04/16).

Se a campanha revela todo este fomento e ambiente que faz o candidato se destacar e ser reconhecido, por outro ela pode criar situações de conflitos e aversão. Sabe-se que o que se está utilizando é o dinheiro público, desperdiçado com a quantidade de material de campanha, como os panfletos e santinhos que são jogados nas ruas. As faixas, pinturas em muros, as bandeiras, adesivos são todos elementos que os eleitores embora se utilizem sabem ser ônus para ele;

Agora? O que me chama muita atenção é a cara de pau que eles tem, de sair de porta em porta, ter o tempo de sair de porta em porta enganando as pessoas, né, é o que me deixa assim... Uma outra coisa que eu acho é a falta de respeito que eles tem em relação ao povo e o povo aceitar. Isso me deixa indignada. Eles passam quatro, cinco anos colocando campanha na televisão, jornal e rádio e essa coisa toda, falando sobre lixo, falando sobre... A primeira coisa que eles fazem é encher quintal da gente de lixo e o que me chama a atenção também sabe o que é? Eu não tenho nem pra quem reclamar, que eu odeio que encha meu quintal de lixo, geralmente eu não tenho tempo, mas a partir

desse ano eu vou fazer o seguinte, eu vou juntar o lixo na cara deles todos e vou começar a devolver lá naqueles troço de campanha política (referência ao comitê), não quero mais lixo no meu quintal. E outra coisa é esse rádio, esses carros barulhentos com essas musiquinhas ridículas que eles pegam da Xuxa, do Carlinho Brown, de não sei de quem e ficam cantando desde as 5h da manhã, não deixa a criança dormir, não deixa a gente ter sossego, eu acho isso uma falta de respeito, isso me chama a atenção. E ninguém diz, nem faz nada, todo mundo fica de braço cruzado e deixa isso acontecer, isso tudo é feito com nosso dinheiro, isso me deixa indignada e me chama atenção de uma forma super negativa, talvez as outras pessoas não percebam isso, mas eu percebo, entendeu? (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/16).

O interlocutor aponta para o aspecto agonístico do momento eleitoral. Voltamos à obra de Marcel Mauss (1974) “O Ensaio Sobre a dádiva” quando menciona o *Potlach* um festejo religioso dos Estados Unidos da América e do Canadá no século XIX, caracterizando nos rituais religiosos a partir da oferta de bens. Os bens dados ou presentes (gifts) sinalizam o prestígio, quanto maior for à doação, maior se tem o reconhecimento.

Mauss revela o *Potlach* enquanto uma troca de tipo agonístico, pois, ela aparece toda a rivalidade e competição que se realiza na troca dos presentes. Dar implica receber e retribuir, logo, não se retribui de qualquer maneira um presente recebido. A troca atenua situação de guerra, mas revela sempre a rivalidade

No *potlatch*, a troca de certo modo substitui a guerra, mas guardando um sentido de rivalidade: vence quem dá ou destrói mais, a “luta dos nobres” é a luta dos grupos. Em certos *potlatch*, o chefe deve gastar tudo o que possui e nada guardar (LANNA, 2000, p.179).

Com as devidas ressalvas, como no *Potlach*, os políticos aparecem como verdadeiros deuses, gastando, divulgando suas imagens, trocando presentes, trocas estas que os faz aparecerem como ‘nobres’, isso implica um desenvolvimento da rivalidade, da competição. Quanto mais gasta, mais prestígio, mais acentua seu poder de competição.

A sujeira na cidade revela este aspecto agonístico da eleição, de um lado evidencia um candidato que mobiliza os mais variados recursos podendo gastá-los em sua campanha, demarcando seu prestígio. Por outro, as ruas ficam impregnadas de sujeiras acentuando a competição frente a outros competidores, mas o desperdício com a coisa pública.

O dia da eleição é o ápice desta festa democrática, é o dia em que se revela todo o processo vivenciado durante a disputa entre os candidatos e eleitores, é o momento tão

esperado por todos, é o fim da festa. Um fim que não acaba tão logo saia a apuração e os resultados de quem foi eleito, durante ainda um tempo a temática política ainda permanece nas conversas, até que se perca parcialmente, já que sabemos que os temas políticos estão sendo constantemente sendo acionados nas agendas públicas.

Neste momento em que a visibilidade pública é o que mais se almeja, busca-se persuadir os eleitores das mais diferentes maneiras, uma delas é o uso dos sentimentos que interferem diretamente na adesão ou rejeição dos candidatos. As performances dos candidatos ressaltam a importância de se compreender como se realiza encenações que visam à produção de sentimentos.

Observando os rituais funerários Australianos, Marcel Mauss (1979) traz os sentimentos como expressões da vida em sociedade, ele observa através dos cerimoniais o emprego obrigatório e moral das lágrimas. Os ritos, em seu caráter público e social, revelam que os sentimentos são vivenciados de maneira grupal, por esta razão, nem sempre são pensados em sua espontaneidade.

As expressões manifestadas no ritual fúnebre destacam o modo como, especialmente as mulheres, através de gritos e lamentações apresentam as relações de interação e da coletividade. As expressões trazidas na coletividade “são mais do que simples manifestações, são sinais, expressões compreendidas, em suma, uma linguagem”. (MAUSS, 1979, p. 332).

Enquanto linguagem são expressões que precisam ser ditas, porque o grupo compreende. O uso das expressões e sentimentos ajuda-nos a pensar como cada cultura revela manifestações diferenciadas em um espaço e tempo diferenciados, na política o uso dos sentimentos é recurso que revela como se deve operar.

É bem mais fácil nós transmitirmos, nós ficarmos de acordo com a filosofia, nós nos alienarmos, e deixar outra pessoa tomar a frente das coisas do que nós e, por causa disso a população se relaciona com os políticos de duas formas: aquela forma de ‘ótimo ele está fazendo as movimentações agora’, ou então, ‘já que ele decidiu mover os seus pauzinhos vamos ver quem vai mover mais os pauzinhos e vamos votar nessa pessoa’. Dois tipos de comportamento, aquele comportamento de amor ou ódio, aquele Brasil ame ou deixe-o, eles pegam essa, esse misto de sentimentos que eles tem e personificam no candidato. E aí entra aquelas máximas populares “não se discute política, nem religião e nem futebol” porque isso mexe com os sentimentos das pessoas. Enquanto as pessoas continuarem vendo a política como uma arena de futebol, onde há nós contra eles, onde há a esquerda contra direita, onde o meu político rouba mas o seu rouba mais, então você está errada a partir disso. E eles pecam essa visão,

eles tendem a apoiar esse sentimento salvacionista, quase religioso, que vem ali da Revolução Francesa, que as pessoas se apoiavam muito na religião e a religião ia salvar o mundo e esse sentimento foi migrado pra política e elas depositam esse sentimento salvacionista nos políticos ou sentimento do mero discurso de ódio. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16).

O sentimento aparece em sua personificação do candidato. Não raro, ouvimos no transcorrer durante as demais entrevistas o apelo ao uso dos sentimentos em expressões “fulano é mais bonito, fulano é bom, fulano rouba menos”, instituindo em nós um conjunto de expressões que valorizam determinados candidatos por um conjunto de atributos ou pela falta dos mesmos. Busca-se nesse jogo, fazer sentir, estabelecer a partir de uma encenação a evocação dos sentimentos do eleitor.

A eleição configura-se assim num jogo de faz-de-conta que se sustenta na vida cotidiana, mais do que realizar uma formalidade para a prática democrática na escolha de quem nós vamos escolher para nos representar, a sua maior importância é que a eleição substancia-se do que é feita a vida no social: “As eleições não só invadem a esfera social cotidiana, como também revertem o lugar da política, criando, através dos ritos de campanha, uma espécie de metáfora de suspensão temporal das hierarquias de poder. (HEREDIA, TEIXEIRA & BARREIRA, 2002, p. 8).

Ela é composta dos mais variados símbolos e os atos de campanha longe, de ter como principal meta o voto, representa para o político a sua capacidade de transpor a externalidade que a hierarquia determina entre representantes e representados. A eleição é esse momento que se fortalecem os vínculos e que a identificação do candidato precisa ser vivenciada em sua plenitude, fazer-se notado é o que ele precisa para conquistar a visibilidade, fazer sentir é o que necessita para conquistar o eleitor.

Enquanto atores em situação de competição realizam a maratona de tarefas agendadas, que os expõem permanentemente. “Ser visto”, constitui o cotidiano de suas vidas nesse momento de construção de imagens e tentativas de pactos públicos de reconhecimento. Representar é também uma maneira de se apresentar, dotando a presença de uma visibilidade sintomática: o candidato como personagem de um drama. (BARREIRA, 2006, p. 2).

A campanha eleitoral enquanto um ritual revelou a importância de se construir bases de mediação que aproximem o eleitor dos candidatos, para isso, é importante a sua concepção enquanto momento de visibilidade, atentando ao longo do capítulo como

esta característica fomenta no Brasil um aspecto peculiar já que é o candidato e nem sempre o grupo político que é visado.

Pensando esta relação político e eleitor, para além de indagar como se constrói este momento da eleição e dos atos de campanha, considera-se importante compreender como é projetado este imaginário do candidato para alcançar este eleitor e por sua vez, como o eleitor interpreta as práticas vivenciadas neste período.

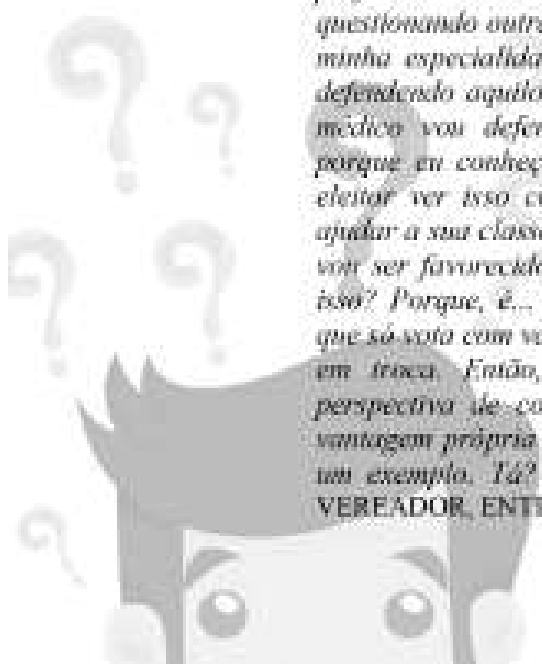
Como vimos, boa parte das atividades realizadas nos atos de campanha aparecem como um show, os candidatos aparecem (no sentido cênico) dramatizando suas falas, seus trejeitos, roupas: “Papéis, são incorporados, falas são recitadas, conflitos são simulados, há cenários, luzes, bastidores, cena, diretores, maquiadores, figurinos, plateia, atores, antagonistas, protagonistas, peripécia e desenlace. (GOMES, 2004,p. 388).

Se as eleições computam as opiniões dos eleitores, de onde vêm estas opiniões e como são formadas? O nosso próximo capítulo atenta para a construção da política, como são construídas as imagens para um público e como é fundamental a opinião pública na constituição de um regime democrático.

# Capítulo III

## Política para quem?

*Bem, o candidato age com um único objetivo: conquistar o eleitor. Isso aí é como ele age. Lógico que é aquele tipo de coisa. Você luta com as armas que você tem. Se eu sou um professor eu vou lutar dentro da minha área, mesmo questionando outras áreas, mas a minha especialidade vai ser a minha especialidade. Então você vai lutar para o seu eleitor defendendo aquilo que, que você tá nela, então, se eu sou um médico vou defender basicamente a minha área de saúde porque eu conheço, né?! E como é que o eleitor vê isso? O eleitor vê isso com, com dois pontos: num sentido de você ajudar a sua classe e ele ver isso num sentido de o que é que eu vou ser favorecido com isso... entendeu? Por que a gente diz isso? Porque, é... nós temos exemplos, infelizmente, de eleitor que só vota com vantagem própria... ele só vota se ele tiver algo em troca. Então, você tem enquanto candidato, tem uma perspectiva de conquistar o eleitor, seja pra que ele tenha vantagem própria ou seja no sentido de valorização da classe, um exemplo. Tá? Então, eu creio nisso. (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16).*





### **CAPÍTULO III – POLÍTICA PARA QUEM?**

O mundo da política é permeado de representações, uma das mais difundidas é a de que a política é um lugar marcado pela distância, os representantes que escolhemos são referenciados como distante de nós, por essa razão a ausência de confiança, a falta de fé, a avaliação negativa estão todo o tempo sendo negociadas para que o candidato possa pensar em inserir-se ou reeleger-se.

Vimos no capítulo anterior como as campanhas eleitorais construíram o ambiente que nos permite agora pensar sobre como se instala a política para além da sua institucionalização e simbolismos. A política, em sua representação revela um conjunto de transformações e ressignificação de práticas que tem no seu cerne o objetivo de ser visto, seja o candidato, seja o eleitor.

A campanha é o momento em que se criam eventos que permitem transplantar a externalidade do universo político, mas, é no jogo político ou, no jogo de cena que candidatos e eleitores constroem os arranjos que compõe o fazer ver e sentir, o poder passa a ser encenado, nos termos que aqui nos referenciamos: teatralizado.

Chamamos de poder a probabilidade de influência que uma pessoa ou grupo possa ter sobre os outros, compreendendo que os detentores do poder nem sempre tenham interesses puramente econômicos a perseguir. Muito do poder que se busca, especialmente no ambiente político é realizado através da luta pela representação do povo. (WEBER, 2002).

A teatralização do poder não é exclusiva de um regime político, pelo contrário, o que pudemos identificar nas leituras que nos nortearam, bem como nas falas dos entrevistados, é que as naturezas dos regimes políticos acabam por reforçar ou não a teatralidade. No regime democrático, observamos que elementos como arte, persuasão, falas, discursos compõe a luta pela conquista da representação e especificamente da opinião pública.

Podemos afirmar que a atividade política está intrinsecamente ligada à gestão da imagem ou também do que se pode chamar “gestão das aparências”. O político e o eleitor estão no jogo de cena compondo as suas melhores expressões, sustentando o espetáculo político no melhor show que podem ofertar, o gerenciamento das aparências pressupõe que o político consiga manter de maneira equilibrada o papel que atribui a si mesmo, seja no contato face a face, seja através dos meios de comunicação.

Os temas discutidos durante a campanha, o acesso à informação, a dramatização vão conformando agendas que visam o controle da opinião pública. Esta é importante para que o político não perca a credibilidade e o monopólio do poder, dessa forma, cabe neste jogo de cena o monopólio das temáticas que serão apresentadas durante a disputa eleitoral que consigam o máximo mobilizar a população.

Este capítulo visa discutir sob o ponto de vista do eleitor e da literatura consultada como são construídas as imagens para um público num cenário de dramatização e encenação do poder, bem como a articulação destes candidatos via encenação e meios midiáticos para a construção de uma agenda pública. Compreende-se que não se trata de ter o público no sentido da passividade, ao contrário, considerando que em muitas falas já se atenta para um movimento de cidadania ativa com as manifestações e acessos a rede.

A partir destas imagens, objetiva-se compreender como são elaborados as agendas, discussões e situações que alcancem a opinião pública, logo, como se revela a representação acerca dos espaços públicos e privados em suas concepções. Acreditamos que somente realizando os movimentos de como se pensa a construção política neste país é que podemos falar num ambiente que se deseja democrático.

### **3.1. Construindo imagens para um público**

A construção da imagem do candidato é uma das ferramentas principais para alcançar o eleitor diante de uma representação sobre a política que é tida baseada naquilo que sempre nos falta. Usamos o conceito de Representações Sociais enquanto categoria de pensamento que revela a percepção retida na lembrança ou pensamentos dos eleitores, estas percepções são consideradas de modo a expressar a realidade, justificando-a ou questionando-a.

*As Representações Sociais* não são necessariamente conscientes. Podem até ser elaboradas por ideólogos e filósofos de uma época, mas perpassam o conjunto da sociedade ou de determinado grupo social, como algo anterior ou habitual, que se reproduz a partir das estruturas e das próprias categorias do pensamento do coletivo ou dos grupos. (MINAYO, 1995, p.109).

As representações podem se revelarem em palavras, condutas e até institucionalmente e devem ser analisadas a partir dos momentos históricos, das estruturas e comportamentos socialmente construídos. Como a cultura, as

representações não são engessadas, e podem se revelar fragmentadas, fruto das próprias contradições que a vida oferece.

Ao tomar como norte o conceito de Representação para compreender o universo da política entendemos haver uma diferença entre representação social e representação política, esta última definimos como a representação que nós, enquanto cidadãos e eleitores construímos dos nossos representantes.

Quando indagamos sobre a concepção de política no Brasil aos nossos entrevistados, as vozes que se revelam denotam toda a descrença que se tem:

Mulher, o brasileiro tem que muito é repensar em relação à política, porque até hoje a gente tá vendo que os governantes que a gente tá colocando lá, nenhum tá dando certo, senão não tinha tanta manifestação pra tirar os políticos de dentro, porque é uma roubalheira tão grande, é uma falta de respeito com o eleitor, com o cidadão em si, independente de ser eleitor ou não, tá um descaso o Brasil. (ANA, 32 ANOS, AUXILIAR DE CRECHE, 13/03/16).

Fatores como corrupção, externalidade, ausência aparecem nos mais diversos depoimentos, quando esta visão aparece, não se trata somente da concepção do candidato que o eleitor tem, mas do próprio eleitor enquanto agente político

A gente vive num país corrupto, pessoas são mercenárias, hoje a maioria das pessoas são mercenárias, elas não pensam na comunidade delas, elas pensam em benefícios próprios, não pensa assim “eu vou saber o histórico de vida desse fulano ou então eu vou estudar as propostas de fulano, será que vai fazer bem para minha comunidade?” é uma visão egoísta, do eleitor. (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

Desse modo, as representações sobre a política aparecem em sua interface negativa, especialmente quando questionamos ao eleitor sobre como ele percebe os candidatos no momento em que estão em disputa eleitoral.

A tentação de fazer uma avaliação negativa é muito forte, mas, durante a pesquisa e vivência dos eleitores, o que pudemos perceber é que se criam estratégias para que a política em sua negatividade, bem como a imagem do candidato como alguém que só tira proveito possa ser resignificadas.

O político que deseja vencer sabe que precisa ser visto, pois, este universo aparentemente tão distante precisa ser crível aos eleitores. Afirma Magalhães (1998, p. 118) que “o mundo dos políticos aparecem nos depoimentos como um mundo de lá, de cima, de qual eles, comuns, não fazem parte”.

A época da disputa eleitoral é onde a disputa pela representação política se acentua e em muitos casos, esta ausência e/ou presença dos candidatos também configura um elemento constituinte do voto. Desse modo, surgiu durante a nossa pesquisa o questionamento sobre de que forma os eleitores acompanham os políticos, revela-se esta distância:

Nenhuma, nenhuma. Não existe um meio de nós acompanharmos a vida desse povo, porque eles não vão nos lugares onde o povo tá, eles nunca aparecem, né, eles tem um ciclo que é só deles e pronto, eles nunca estão junto do povo. O povo não conhece, olhe, pra falar a verdade eu só conheço um vereador que eu tenho um contato assim, mas é porque eu sou conhecida, eu nunca pedi nada pra ele, não confio nele nenhum pouco, mas ele sabe disso, não é, ele sabe. E eu tenho mais contato com o filho dele, do que com ele, então é isso. Mas eu não gosto não. Aliás, pessoas politicas, pessoas que são políticos que me conhecem falam comigo sobre qualquer coisa, até a galinha do quintal, agora sobre politica aí eles não conversam comigo. (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/16).

A ausência no universo político é uma das representações mais negativas. A concepção de que o político é distante é suplantada, como vimos, no momento da eleição e na elaboração de uma imagem como símbolo visível e tangível para o eleitor. A política externa vai ganhando espaço e aproximação quando os candidatos, sabiamente preparados envolvem-se no circuito de disputa eleitoral. Muitos profissionais são contatados para ajudar a compor um cenário adequado neste tempo, novos elementos foram introduzidos e muitos ressignificados.

O eleitor, mesmo que endosse uma visão negativa e em alguns momentos aponte a não participação, percebe que este é o momento que o candidato precisa se evidenciar e chegar até ele:

eu acho assim, na minha opinião, eles não participam, eles escutam. Eles escutam, eles veem as coisas, aí, quando vem, a campanha em si, acaba que não sendo do eleitor, é do candidato, porque o candidato é que tem que mostrar pro eleitor, então o eleitor é receptivo, o eleitor é receptivo, então o candidato é que tem que ralar, pra conquistar o eleitor, acaba que sendo o trabalho dele. (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

Nos dias atuais, a política tem revelado uma série de mudanças que a transformaram no que alguns autores chamam de espetáculo (COURTINE, 2003; BALANDIER, 1982; GOMES, 2004; RIBEIRO, 2004). Mesmo com a discussão que revela algumas transformações, a política do espetáculo sempre existiu, mas nem

sempre desta forma. Longe de uma concepção que vê esta definição como algo negativo e que retire a agência do eleitor enquanto cidadão participativo, adota-se neste exercício a concepção da política no sentido adjetivado ‘espetacular’, aproximando e relacionando a noção de espetacularização.

A luta pela opinião política sinaliza, pois, um fenômeno importante na política contemporânea, de modo que fazer pensar, ver e sentir revela esta arena que objetiva a imposição da opinião e construção de imaginários sociais. Entretanto, o que se pode observar é que este fenômeno não é exclusivo da democracia recente, já aparece em outras configurações históricas.

Gomes (2004, p. 364) revela que é inconsistente uma concepção que repouse somente nos meios de comunicação de massa a excelência pela conquista da opinião pública. Para tanto, traz a experiência do Rei Luis XIV como emblemático na fabricação de um empreendimento do “*fazer ver, fazer pensar e fazer sentir* determinadas coisas a respeito de um sujeito e de um Estado que nele se encarnava”.

Observa o autor que no exercício de Luís XIV, a arte foi utilizada como instrumento que lhe assegurou ser ressaltado as qualidades que deveriam fomentar sua imagem e torná-la cada vez mais real. As participações em eventos, em danças agregavam ainda mais uma política de comunicação que sustentavam a produção desta imagem, sem imprensa, sem meios de comunicação.

O rei, como assinala, oferecia-se em espetáculo construindo uma imagem pública que não visava somente à França, mas todo o espaço geográfico circunvizinho. A máquina da propaganda era utilizada com vários objetivos “aumentar seu capital simbólico no jogo dinástico europeu, incrementar a autoestima do povo francês, vaidade e culto pessoal ou mesmo intimidar os mais fortes” (GOMES, 2004, p. 371).

Remontando esta configuração, Gomes (2004) recapitula a obra de Maquiavel, o Príncipe, como fundante na discussão da problemática do uso da imagem do agente político, o príncipe, ganhando forma o que ele intitula de gestão das aparências. De fato, o controle da opinião pública na referida obra, seja pelo amor ou ódio, é importante para que o príncipe não perca o domínio do Estado.

Chama-se atenção para o fato de que imagens são produzidas de acordo com demandas, ela ganha substância do que se constitui as demandas representadas por cada esfera, dessa forma para cada público serão elaboradas concepções diferenciadas, sempre que possível.

Ao referenciar o Príncipe e retomar esta discussão, corroboramos com a perspectiva de Gomes (2004, p. 378) quando afirma que todas as configurações políticas vão indicar uma luta pelo poder e que esta luta passa pelo jogo do fazer ver e sentir, faz com que o público elabore representações sobre os seus possíveis líderes:

Eis, portanto, como mesmo no absolutismo a condução da opinião pública e do sentimento popular são importantes. A correta gestão da imagem do soberano e a condução adequada dos afetos a eles dedicados, por conseguinte, fazem parte do julgamento sobre a qualidade da arte de governar.

Pode-se afirmar que a opinião pública não é exclusiva de um regime político, em matéria de afetividade e condução o que importa é manter esta aparência, a projeção da imagem intacta, quem gerencia as aparências deve ser capaz de ajustá-la sempre que for necessário, pois, a gestão da aparência não tem uma validade universal, antes acompanha situações singulares. (GOMES, 2004).

A política, dessa maneira, passa a ser encenada e as atividades que circunscrevem a política estão sendo pensadas dentro do que se tem compreendido como espetáculo. No sentido dramaturgico, destaca-se o aspecto teatral representado nas ações e interações humanas, a ideia de papéis e personagens, discursos, encenações, vestuais são incorporadas no teatro da política.

Interessa-nos compreender como a dramatização foi se tornando um elemento distintivo para o candidato e para o eleitor na composição de suas candidaturas. Amparamo-nos em Erving Goffman (1985) em seu livro “A representação do Eu na vida cotidiana” em que ele observa, a partir da noção de interação, como os atores se influenciam ou afetam mutuamente quando estão em relação. Os termos papéis, atuar, impressão e expressões são identificados ao longo da obra, pois, a arte e dramatização são investidas do poder de comunicação.

Traremos dois termos que utiliza para refletir acerca da atuação do político: o termo *impressão*, usados para explicar o desempenho do indivíduo em uma situação social, ele afirma que quando um indivíduo está desempenhando um papel maneja a sua impressão de modo fazer com que o público acredite. Por outro lado a noção de *expressão* que constitui o ponto de vista do outro sobre a expressão de um ator social.

Algumas aproximações são possíveis à leitura de Goffman (1985, p.29), quando revela que o ator precisa acreditar na sua encenação para torná-la verossímil, é o que chama de representação: “toda atividade de um indivíduo que se passa num período

caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência”.

No tocante a política, a representação revela a maneira pela qual o político consegue desenvolver um personagem que é composta dos mais diversos elementos que fortalecem a veracidade da sua encenação, que importe diretamente ao eleitor.

Ele deve mostrar confiança e fazer o máximo pessoal, focando seus objetivos e infelizmente a ideia que ele passar... Quem passar a ideia melhor vai ganhar né, tem até estudos sobre marketing pessoal que o candidato estava perdendo as eleições, nos debates só o foco da câmera mostrando que ele era maior, ele influenciou mais as pessoas do que saber que ele era baixinho. Tem várias coisas, né. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16).

Na presença dos outros os indivíduos devem expressar-se de maneira a impressionar de modo que durante a sua interpretação estabeleça com o eleitor a confiança que o mesmo precisa sentir. Quem tem mais credibilidade neste jogo político é aquele que consegue através dos artifícios ‘passar uma melhor ideia’. A esta habilidade e desenvoltura, Goffman (1985, p. 29) denomina de fachada, ou, “equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a sua representação”.

A representação requer, em seus termos, um cenário, no caso da política, como vimos durante o capítulo anterior, a existência dos comitês, da presença, das figuras políticas em bares, restaurantes, comícios e passeatas reavivam através destes cenários a fachada da representação empreendida. Desse modo o autor observa que os cenários da representação não são fixos, pois, compreende muitos aspectos desde os físicos aos aspectos simbólicos para que se possam desenrolar as ações.

O autor chama de fachada pessoal os outros elementos que compõem o cenário, tais como: idade sexo, altura, aparência, expressões faciais. Esta fachada torna-se uma representação coletiva, de modo que o ator antes de usá-la certifique que ela já exista, quanto mais novo o papel que ele cria, mais dificuldade em estabelecer-se socialmente.

Na política, vimos que a fachada pessoal importa muito para os eleitores, a aparência conta muito, as qualidades do candidato, como ele se apresenta, constitui parte das suas memórias quando avaliam o político.

Ah, geralmente, as vezes eu falo até com meus alunos, né, que a preocupação deles, as vezes ele até faz tratamento de pele né, eles fazem, eles usam botox né, eles querem apresentar ao eleitor uma imagem

bonita, né, porque muitas vezes diz ‘ah, eu voto em fulano porque é belo, eu voto em cicrano porque é feio né’. Aí geralmente a imagem do político, né, geralmente eles passam a imagem de retidão que muitas vezes ele só tem na presença. E muitas vezes a gente quando vai votar, a gente não tem que olhar a presença, a gente tem que olhar as ações dele e o interior, vê se ele realmente é aquele boneco que se apresenta ou é aquele homem que tá se apresentando, né, a gente tem que saber diferenciar um do outro, aí eu acho assim, que a presença muitas vezes eles faz até regime pra perder peso, porque não pode tá muito gordo, tá falando e a voz não sair perfeita, faz tratamento dentários, né, eles sempre dão uma geral no, na fisionomia, que é pra poder enganar a população. A imagem, eu acho que fica em ultimo plano, porque muitas vezes você é um candidato do interior, não tem dente, né, tem o cabelo desarrumado, né, e é um grande homem, né, nas ações para com a população mais carente. (SOCORRO, 65 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 08/03/16).

Nem sempre o que é mais importante na concepção do eleitor em dados momento de sua vida a questão ideológica. Fatores como estes, aparecem e mobilizam nos momentos de eleição. Recordamos durante a pesquisa através de um relato que no ano de 2004, durante a primeira candidatura municipal do candidato Veneziano Vital (PMDB), a passagem de uma música de Roberto Carlos, que foi reinterpretada no HGPE pelo ator/cantor Shaolin.

[C – Como é essa música?] “*debaixo dos caracóis dos seus cabelos, tem uma coligação, que é um grande pesadelo*”, pronto, foi mais ou menos essa música e foi Shaolin que cantou e o PSDB foi multado em tempo, perdeu alguns dias de propaganda eleitoral por causa dessa música, deu processo e tudo, se eu não me engano deu processo. (CILNEY, 23 ANOS, ELETRICISTA, ENTREVISTA 01/03/16, ênfase do entrevistado).

Este exemplo marca bem a força da fachada pessoal que o candidato Veneziano Vital construiu sobre si durante a campanha, o referido candidato com os seus cabelos cacheados em muitas aparições utilizou-se dessa fachada para construir um estereótipo que o assemelhasse a Jesus, trazendo a ideia de salvação. Polarizou a disputa com o candidato Romulo Gouveia (PSDB) representante do grupo dos ‘22 anos’, referenciando-se à família Cunha Lima e sua hegemonia no poder, com isso também marcou-se distintivo, um candidato jovem, cheio de vigor e apontando a mudança, frente a um candidato fisicamente menos vigoroso e que representava a continuidade do atraso.

O tema do candidato Veneziano da campanha de 2004 era que era o fim do grupo dos 20 anos né, que ele bateu, foi o mote da campanha dele e da campanha de Romero a questão da Upa, que a candidata



falava muito da UPA, acabou se tornando uma piada, eu acho que só, eu acho que só. Os debates também, eu acho muito pobres, eu acho muito ligado... Eu acho muito pobres, muito ligados à agressão quando [pausa] é difícil um candidato partir para uma discussão que de fato interesse a cidade, interesse, ou seja, de natureza comum a todos, é debate para o lado pessoal, a questão até religiosa, eu acho essa parte pesada. E teve um tempo que num debate na Rede Globo que eu assisti, se eu fosse, se eu estivesse nesse debate esse jornalista tivesse olhando para mim eu ia ter vergonha, desse mediador porque levar pra um nível... Essa última campanha de governo agora, a última, Cássio e Ricardo, o debate levou pra um nível muito pessoal, muito pessoal mesmo, sempre ele leva, mas nessa campanha especificamente foi pesado, pesado. Eu acho que, quando termina o debate, você vê a ideia de fulano, você vê a ideia de ciclano, isso não existe, ‘mas você viu o que Fulano falou da mulher de beltrano’? Né? Então eu acho que isso demonstra uma pobreza, quer ver você observa. (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16).

Os chavões também são estratégias muito utilizadas pelos candidatos, como se refere a eleitora, o candidato enfatizava bem a sua distinção ao grupo político opositor que já estava no poder há pelo menos duas décadas. Muitas vezes, o que se destaca nem sempre é o debate das ideias, a disputa fica em querelas pessoais, religiosas, em temáticas sobre questões que nem sempre dizem respeito à melhorias para a população.

Das definições apresentadas em “O Estado do Espetáculo” de Schawartzberg (1978) ele apresenta o personagem “Herói” e o “Líder Charmoso”, como alguém que faz o espetáculo. Veneziano encarna estes personagens, demarcando-se diferenciado de tudo aquilo que a cidade já tinha visto, sua presença enfática nos comícios, nas falas, nos bairros, feira, comitê marcaram esta característica de tenacidade, “sobressaindo da monotonia da autoridade de rotina, é o homem- orquestra, o homem prodígio, o homem festa. Sempre em representação”. (SCHAWARTZENBERG, 1978, p.22).

Por outro lado, este aspecto heroico dá espaço ao charme, a presença marcante com cores marcantes (o uso do vermelho era emblemático), o esvoaçar dos cabelos, a fala eloquente e jovial evidencia esta ambivalência e superposição de imagens, assumia a pose de playboy, sem perder seu estilo popular: “ora distante, ora próximo; ora diferente, ora igual; ora superior, ora idêntico”. (SCHAWARTZENBERG, 1978, p.74).

Fazer-se povo era seu principal objetivo. O candidato foi ganhando ao longo da campanha através de algumas estratégias uma forte liderança, conseguindo levar o pleito para o segundo turno e alcançando neste a vitória numa diferença de 791 votos, numa experiência marcante na memória do povo campinense.

Pra você vê como o povo de campina Grande teve essa visão, Veneziano entrou no lugar de Rômulo Gouveia, eu acho que isso aí mostrou claramente que o povo tá de olho no que o candidato está fazendo, e outra coisa, a última foi uma minoria a diferença, mas a que teve aqui foi maior a diferença. Pra você ver a única vez que eu fui comemorar a eleição foi na da virada, essa de 700 votos, eu até estava em casa, ele estava perdendo por 3 mil votos, aí eu disse ‘vou ficar em casa’, a minha família estava toda junta, aí quando eu chego em casa, aí minha mãe ‘ei Veneziano ganhou’, eu fiquei tão feliz, que eu até me contagiei, coisa que eu nunca fiz, fui me embora pro parque do povo comemorar a vitória, e nunca isso se repetiu, só nessa vez, pra você ver como foi marcante essa vitória. (CILNEY, 23 ANOS, ELETRICISTA, ENTREVISTA 01/03/16).

Entre os mais diversos fatores que corroboram para a vitória de um candidato, a representação do candidato é sem dúvida uma das mais fundantes. A representação precisa estar imbricada a uma representação do mundo das pessoas, pois, na arte de representar e interagir não há apenas encenação, esta precisa basear-se no real. A representação precisa coadunar com as práticas sociais e cotidianas vivenciadas na vida e cultura de cada um.

Tem muito de tudo, tem a influencia, tem a parte cultural, aí quem conseguir falar a linguagem que alcance todos, melhor. Por exemplo, um palestrante, ele tem que falar de forma cativante e perceber a plateia, caso ele perceba que a plateia está se dispersando ele tem que mudar a estratégia dele, aí tem muita coisa. Tem candidato que chega se agarrando com o povo, o povo tudo fedorento, ali, tu acha que ele quer abraçar alguém ali? Não quer. Mas ele diz ‘rapaz, se eu abraçar aqui, eles vão pensar que eu sou diferente, nem que eu tome um banho de álcool’, mas é uma postura que ele está com segundas intenções, ele está vendendo a imagem dele como ouro. Vê se aparece depois que é eleito pra dar um xero. (CILNEY, 23 ANOS, ELETRICISTA, ENTREVISTA 01/03/16).

O candidato e o eleitor sabem que no jogo, os elementos que se utiliza estão na vivencia de cada um. A representação acaba por ressaltar os valores contidos e, principalmente reconhecidos na sociedade. Durante a campanha, em específico, vimos que este é o momento oportuno para essa representação, como o horror a distâncias perpassa a nossa maneira de fazer a política e nossas relações sociais, a aproximação é estratégia fundante na interação entre candidatos.

Goffman (1985, p. 51) observa que o ator pode dissimular ou desprezar ações que não são compatíveis com a idealização produzida por ele, “o ator muitas vezes incute na plateia a crença de estar relacionado com ela de um modo mais ideal do que o

que ocorre na realidade”. Na encenação do político é claro para o eleitor que o candidato também faz isso, mencionam o uso de álcool para lavar as mãos depois que pegam nos eleitores, relata a aversão do contato com as pessoas em zonas periféricas, dos eventos que ocorrem em casa de eleitores.

Os participantes da política no sentido do espetáculo dramático, por um lado, acompanham e se engajam com veracidade na trama desenvolvida em todos os sentidos: “é aquela coisa vamos abraçar beijar todo mundo e depois, tipo, ele não fez nada que a gente esperava, entendeu, assim é muito carisma para pouca ação”. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16). Por outro lado, estão atentos ao fato de que

se trata ali, de fato, de um trabalho de atores, da encenação de um roteiro, do resultado de um grande trabalho prévio de operários do espetáculo, do êxito de estratégias cuidadosamente planejadas, ensaiadas com disciplina e clareza de propósito de um texto dito de cor e não de coração, de fingimento, *res ficta*, ficção. (GOMES, 2004, p.389-390).

Espera-se na política do espetáculo que políticos e eleitores participem do faz de conta, entretanto, é possível compreender que não se perde a capacidade de distinguir o mundo real do faz de conta, neste caso, descarta-se uma perspectiva onde se trata o eleitor somente como massa de manobra.

Cada um dos participantes do jogo da política está o tempo todo tentando descobrir como o outro joga, a representação da política como um lugar de mentira ficou imbricada no imaginário social, de modo que o político enquanto em cena, precisa livrar-se do cinismo e fazer com que os eleitores acreditem, a crença passa por sua eficácia.

Antigamente. Hoje é nada! É não, porque o pessoal já é gato escaldado, não é de hoje que tem eleições, é muitos e muitos anos, hoje ninguém engana ninguém não. Porque as pessoas enganavam e hoje o pessoal não aguenta mais, é tanto que quando é verdade ninguém acredita. (risos). Quando tá falando a verdade ninguém acredita, porque o pessoal não aguenta mais de tanta mentira. É. A verdade ninguém acredita. E quando você fala a mentira todo mundo acredita. (risos). Pra você vê até o ponto que a política chegou, não é, quando é a hora de mentira eles acreditam e a hora que é a verdade eles não acreditam. Essa é a política de hoje. (ANA, 32 ANOS, AUXILIAR DE CRECHE, 13/03/16).

A representação falsa é o que Goffman (2002, p. 60) chama a discrepância entre a aparência que o personagem alimentou e a realidade. Observa-se que a mentira é uma destas situações em que o ator revela esta discrepância e perde sua credibilidade, podem ter sua dignidade destruída, não merecendo nunca mais a confiança.

A representação falsa também pode aparecer em sua face fortuita, onde o ator político mesmo que deseje, depara-se com situações que o fragilizam em sua encenação, nos depoimentos pudemos compreender um pouco mais acerca destas:

E agora na de 2012, a questão de Veneziano, na realidade da candidata Tatiana Medeiros e Romero, que eu achei que seria uma campanha fácil pro grupo de Veneziano e acabou a história sendo inversa, né, eu acho que Romero foi uma figura política que quando ninguém acreditava, eu acredito fragilizado dentro do próprio grupo, né, numa cobrança imensa em cima dele e ele, né, conseguiu ser eleito diante de uma máquina que é a prefeitura que jogou pesado pra eleger a candidata. Mas (risos), *outra memória que eu tenho da candidata é a candidata em cima do carro com o pé, com o pé enfaixado porque não podia participar, aí quando eu observei como povo, aí eu disse, a gente não sabe se acredita que a candidata tá de fato com esse problema, é um problema de saúde, mas aquela candidata não me cheirava a povo*, assim, não conseguia nem disfarçar, aí eu fiquei pensando comigo, disse: “Pela característica da nossa cidade que gosta desse povo mais chegado, que é uma cidade muito apaixonada por política, eu acho que ela vai perder a chance dela aí, as pessoas não vão entender”. Mesmo sendo uma cidade universitária, Campina carrega, carrega essa característica dessa política é, bem provinciana. Ai, eu disse: “eu acho que as pessoas analisando vão entender essa questão do pé quebrado da candidata. (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16, *grifos nossos*).

Segundo o depoimento, a eleição de 2012 foi emblemática na cidade devido a rivalidade entre os grupos políticos. O candidato Romero Rodrigues (PSDB) apoiado pelo então Senador da Paraíba Cássio Cunha Lima foi lançado à candidatura para prefeito de uma maneira muito tímida, como relatado. Ele teve como vice-candidato a figura expressiva de Ronaldo Cunha Lima Filho que, embora não muito atuante no cenário político, conseguiu no transcorrer da campanha adesão e destaque, especialmente nas redes sociais.

Por outro lado, a candidata Tatiana Medeiros (PMDB) aparece também no cenário como indicação do então prefeito Veneziano Vital que se revela na cidade um forte opositor ao governo dos ‘Cunha Lima’, depois de dois mandatos sugere a médica para pleitear a disputa eleitoral. A referida candidata contou, além da máquina da

prefeitura, com o apoio Federal nas presenças de falas da Presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula.

Estes dois candidatos não configuravam no cenário político como personagens emblemáticos pela luta ao poder, entretanto, a candidata no transcorrer da campanha sofreu infortúnios que a estigmatizaram. Em artigo publicado, as autoras Lima e Carvalho (2014, p.177) narram o circuito de boatarias que se disseminaram na cidade quanto ao apoio que teve do então, atual prefeito, os burburinhos indicam que “supostamente teriam um relacionamento amoroso e que a escolha do prefeito por seu nome se daria exatamente em decorrência da relação amorosa entre os dois”.

O estigma de ser mulher, mãe separada, jovem, ter filhos contribuíram para a polissemia de concepções acerca de sua “índole” e que nos interessa aqui, uma vez que se a política aqui é feita de um moralismo, marcada por valores, a construção da imagem da candidata já é inicialmente fadada ao fracasso na disputa.

Outro ponto a ser compreendido é que embora apresente nos seus guias, a candidata não traz consigo o perfil da maternidade como uma forte antítese a imagem paterna. Schartzberg (1978, p. 101) avalia a participação da mulher na política como privativa, sua presença é muito pequena “tão grande é a pressão de nossa sociedade patriarcal, que as mantém confinadas em posições subalternas; tão intensa é a prática do sexismo, do chauvinismo masculino, para defender o que ainda é território do macho”.

As autoras observam que a estratégia foi utilizada até mesmo por outros candidatos quando se referiam a ela como “a outra” numa forte alusão a uma mulher que constrói relações amorosas fora das configurações tradicionais. Longe de se preocuparem com a veracidade e boatos implantados, as autoras chamam a atenção para a discriminação das mulheres no cenário político. (LIMA&CARVALHO, 2014).

Durante a campanha, a candidata fratura o pé, o que a fez usar muletas e vivenciar a campanha nos eventos de maneira diferenciada. A avaliação da sua imagem foi fortemente comprometida, pois, mesmo que participasse de todos os eventos da campanha, sua desenvoltura foi prejudicada, a representação foi considerada falsa por alguns eleitores:

As vezes, quando indagamos se uma impressão adotada é verdadeira ou falsa, na verdade queremos saber se o ator está, ou não, autorizado a desempenhar o papel em questão, e não estamos interessados primordialmente na representação real em si mesma. (GOFFMAN, 1985, p. 60).

Os atos do político, durante a campanha, por mais sutis que possam parecer revelam a avaliação que os eleitores estão fazendo de maneira muito criteriosa. Neste sentido, a candidata parece ser prejudicada na fala da eleitora porque não criou uma identificação com o ‘povo’ pela ausência de uma proximidade, *ela não cheirava a povo*.

É uma maneira sutil de compreendermos que a imagem pública não é algo que se fixe no tempo e espaço, dela dependem os cenários, as desenvolturas e as situações em que o candidato se depara. Entretanto é importante enfatizar que não se pode estar mudando o personagem criado, os papéis incorporados tem uma rotinização, sofrem adaptações, mas precisam equilibrar-se.

Quem está gerenciando as aparências deve ter a habilidade de gerenciar os recursos, neste jogo, a eficácia repousa na capacidade de parecer ser, muito mais do que ser, pois, “a gestão das aparências, entretanto, não devem ser imaginadas como tendo validade universal, devendo antes, acompanhar sempre o conhecimento da natureza e das circunstâncias particulares dos públicos”. (GOMES, 2004, p.383).

Sobre eficácia, encontramos em Bourdieu (2010) uma análise sobre a representação e disputa política, avivando esta noção que não basta somente o atuar, as pessoas precisam acreditar de fato para que todos continuem a compor o jogo ritualístico, a disputa pela eficácia da imagem faz revelar um conjunto de produtos que são oferecidos com o intuito de configurar-se enquanto percepção e expressão do mundo social.

Ele traz a definição de *campo*, como estratégico para compreendermos como se configura a disputa. O *campo* é um ambiente de disputa e na política aparece como um espaço onde os candidatos duelam e conflitam posições, ele observou estas posições sociais como as maneiras pelas quais os indivíduos se inscrevem na sociedade, as suas trajetórias, num misto daquilo que ele foi aprendendo e do que ele foi construindo nos espaços em que permeou.

O *campo*, neste sentido, constitui-se enquanto espaço transponível (podem passar de um lugar a outro), onde os indivíduos desenvolvem suas práticas sociais dentro da estrutura. Estar imerso no *campo* sugere que os agentes predisponham de um acúmulo de capital simbólico (econômico, cultural, social, político), ou seja, a quantidade de valor que o indivíduo consegue acumular para conseguir posições nos campos sociais.

Para que melhor se compreenda este conflito, Bourdieu institui como método a análise estrutural, refletindo acerca das estruturas que fazem parte do mundo social e que podem direcionar as ações dos indivíduos. Ele trata sobre os sistemas simbólicos. Estes são instrumentos de conhecimento e comunicação e atuam enquanto instrumentos de imposição, dominação ou legitimação quando estruturados e estruturantes.

É a partir deste entendimento dos sistemas simbólicos que se pode tratar do ‘poder simbólico’, ou seja, “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. (BOURDIEU, 2010, p. 07-08). Este poder está na própria estrutura, de forma que o indivíduo o reconhece, no entanto ele não se apresenta como arbitrário, por isso é legitimado sem que seja reconhecido; transfigurado: sentido e não compreendido.

O momento das eleições, institui esta suposta igualdade, entretanto todos sabem que há uma estrutura hierarquizada e balizada, todos devem jogar com aquilo que dispõe. Por não ser um império, a relação entre os cidadãos comuns e os agentes políticos revelam as relações de poder, na luta dentro dos mais diversos campos simbólicos é que se trabalha para a produção e imposição da imagem.

Para os políticos principalmente. Pra gente nem tanto, a gente só vai porque somos obrigados, já disse no começo da entrevista. Porque nós somos obrigados a eleger um candidato, até porque a gente perde direito a muita coisa, então é importante, é importante. [C – **Mas, por que para os políticos é mais?**] Porque eles estão ali para buscar uma maioria no poder deles, porque se você foi, você é um vereador, passa a ser um deputado, você é diferente. Você vai ganhar mais, você vai ter mais, você vai levantar, você vai poder gritar, você vai poder dizer, o vereador come calado ali o que aquele político mais alto tá mandando ele fazer, e quando você passa a ser alto, então você vai gritar com aquele que já está chegando mais baixo. Somos nós que damos este poder a eles lá em cima, então pra eles são bons, pra eles é tudo de bom isso, que exista a política, pra você levantar uma pessoa baixa e botar alta e botar ele no comando, ele usa e abusa, tem deles que usa e sabe usar, tem deles outros que usa e abusa. Não é, as vezes pisa até nos menos, que somos nós principalmente, o vereadorzinho coitado que entrou ali agora. Então aquele político entrou como prefeito, como prefeito, como deputado, já vai falar mais alto, já vai ganhar mais, já vai poder até roubar mais se quiser e isso é que é política, pra eles é bom. Pra gente não que somos obrigados a votar neles. (JEANE, 56 ANOS, DO LAR, ENTREVISTA 23/02/16).

Dessa maneira a luta política é uma luta simbólica de tal sorte que a capacidade de mobilizar, produzir e inculcar visões de mundo no universo político também refletirá em outros campos simbólicos. No campo político, destaca-se a atuação dos profissionais

da política, ele enfatiza que estes têm como oferta de produtos os instrumentos da percepção e de expressão do mundo social. Já a população recebe (consome) de forma diferenciada estes produtos.

Neste jogo político a atuação dos políticos profissionais é imprescindível na conquista do eleitor. Não basta somente ter uma vocação, o político profissional está imerso num jogo diferenciado, a probabilidade de sucesso está imersa na necessidade de uma preparação toda especial: o domínio da linguagem, retórica e a análise do processo de produção dos profissionais. É o que Bourdieu chama *habitus*<sup>33</sup> do político.

A política é um meio de fazer com que os pequenos se tornem grandes, por mais que o pequeno não esteja concorrendo, porque é muito difícil, é uma questão de autopromoção, então não é qualquer um que vai conseguir uma aliança política, não é qualquer um que vai conseguir meios de fazer uma campanha decente, porque precisa de uma campanha decente, não adianta você sair gritando no meio de uma rua ‘eu tô concorrendo’, você precisa ter o seu horário, você precisa fazer a propaganda, você precisa ter todo um material pra concorrer direitinho, ou seja, não é pra qualquer um. E a política é um meio de que, faz com que qualquer um chegue ao poder, ao “poder”, não deveria nem ser o poder né, porque é pro povo, a pessoa é pública, se torna pública, ela tá ali pra trabalhar pra todo mundo, então não deveria ser considerado o poder, não deveria mesmo, mas é. Então a política é um meio honesto de fazer coisa desonesta, de se autopromover. (GUSTAVO, 28 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 28/02/16).

A política não é o lugar de qualquer um, não é só ter dinheiro para aparecer nos meios, é preciso ter isso mais a capacidade de representar bem, como vê o eleitor, nem todos tem elementos para a realização da campanha, é um lugar de desiguais muitas vezes até mesmo entre os políticos.

O político avisado participa do jogo político atentando para as suas tomadas de posições e o efeito social que estas podem causar, ele se insere no jogo pelo prazer de jogar, pelo prazer de reconhecer que este jogo vale a pena ser jogado e para não correr o risco de ser excluído. Ele também cambia a relação de satisfação entre os interesses pessoais e os interesses grupais de modo a envolver e convencer os seus adeptos dessa

---

<sup>33</sup> Ver: “A gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: **O poder simbólico**/ Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 13ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010. De maneira menos sistemática podemos dizer que o *habitus* é a estrutura interiorizada ao sujeito, a socialização dos indivíduos em um mundo que independe de sua vontade; é o intermédio entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, das relações dadas e das relações construídas.



relação aparente: os interesses dos representados e representantes aparecem enquanto orquestrados na mesma sintonia.

O interesse do candidato deve *parecer* estar alinhado ao do eleitor, o político compreende muito bem esta dinâmica que deve aparecer nos discursos, nos debates, nas suas promessas:

Pronto, hoje a gente sabe que, que as vias do rádio, da TV, do... o acesso a internet, facebook, whatsapp, hoje o whatsapp é um meio muito forte de você fazer essa campanha, muito mais do que o facebook, hoje o whatsapp lidera disparado e isso, né... as ondas do rádio também auxilia muito, então a gente utiliza muito isso. Mas o que é, o que a gente mais pondera? A gente realmente divide a cidade por setor e atua nos setores, né, a gente atua nos setores baseado de tentar entrar naquela casa com as carências do eleitor. Então se a gente vai numa cidade onde tem um déficit de, de urbanização a gente vai chegar com um, um discurso afinado sobre a urbanização. Se a gente ver é, é questões sei lá... são N, né, mas questões... de segurança, a gente vai chegar lá com, com uma... com uma ideia de segurança “praquele” bairro. Então a gente utiliza muito forte isso: a pesquisa, whatsapp, facebook, o... as vias de rádio, a TV, (C – São as estratégias...) pra chegar na casa dele. E é lógico – isso “é” duas mãos - por que a gente vai chegar? Porque ele... Antes ele faz isso, ele libera pra você, tipo: a gente tá no facebook pesquisando e a gente encontra uma pessoa falando que o calçamento é esburacado todo, então ele já me deu brecha pra entrar lá. Porque eu vou chegar falando daquele calçamento, então eu já, já consigo um espaço dentro da casa dele. (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16).

O referido depoente nos apresenta a nós algumas das estratégias para chegar até o eleitor, são as mais variadas e ele sabe que a concorrência sempre requer dele mais um elemento. Desse modo, redes sociais, corpo a corpo, fotos, debates, promessas aparecem como recursos na hora de apresentar-se e convencer o eleitor, assim como as pesquisas que são tramitadas antes e durante a eleição. Especificamente, aqui se fala da pesquisa que o candidato realiza antes mesmo da campanha, com sua equipe sobre as necessidades do eleitor em determinadas localidades.

O candidato quando necessita chegar ao eleitorado, busca saber as carências destes para que possa justamente prometer aquilo que lhes falta; é a tentativa que objetiva alinhar interesses de candidatos e eleitores. A integridade deste candidato se apresenta quando ele mantém a palavra empenhada. Para o eleitor o bom candidato muitas vezes é associado à figura de alguém que não usa sua palavra em vão:

A preocupação, eu acho que ele tem que ser sincero, ele tem que ser sincero, ele tem que ser verdadeiro e embora a gente esteja cansado de

promessas, ele tem que mostrar que aquilo ali vai ser diferente, que aquilo dali vai mudar e assim, pensando naquela possibilidade,: “rapaz, ali vai dar certo!”. Com fulano de tal vai dar certo, aquele, aquela coisa, porque as vezes a gente se cansa de uma coisa que já foi vista porque fulano faz assim, ou as vezes, prometeu e não fez, aí isso é a questão do novo, vamos tentar o novo, vamos botar o novo pra vê se muda. (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

A verdade da promessa vai depender de como o candidato consegue se enunciar e também da autoridade de quem a pronuncia. A palavra é um ato de fala eficaz, ela sugere um acordo entre as pessoas visando o bem comum. Chaves (2006, p. 138) observa que a promessa permite a ordenação do espaço público e o exercício da liberdade. Mas, em alguns casos, ela evidencia a ruptura entre o momento em que é proferida e o momento depois que o político investe o cargo:

Promessa que na maioria das vezes não é cumprida. Se faz de preocupado com o problema que aquela pessoa tá vivendo, se for uma família que tiver passando por algum constrangimento, algum problema, ele se faz de bem preocupado, de participativo pra poder ganhar o voto daquela família, é o meu pensamento. (ANA, 32 ANOS, AUXILIAR DE CRECHE, 13/03/16).

A coerência que se exige do candidato no tempo da política aparece como uma apropriação do político que consegue convencer o eleitor, proferir promessas é um ato necessário, sem as promessas não se consegue convencer o eleitor das possibilidades de um bom governo, a promessa “ainda que falsa, apresenta-se, nesse momento, sobretudo em seu aspecto performativo. (CHAVES, 2006, p. 139).

Desse modo é importante observar que a autoridade daquele que promete influi na maneira que os seguidores acreditam na promessa. O discurso não é creditado se pronunciado por qualquer pessoa, só é considerado verdadeiramente político aquele que incorpora o *habitus* político fazendo das expressões políticas, das promessas e previsões algo historicamente verdadeiro.

Tal menção, nos faz lembrar que a promessa aparece no discurso político como algo primordial. É na enunciação do candidato que se conjuga uma comunicação que os faz pertencente a um grupo ou a um conjunto de significados que os eleitores reconhecem. A promessa proferida deve ser cumprida, senão o candidato passa a ser uma figura mentirosa, que não é digno mais de confiança.

Nesses termos, convêm chamar atenção para a noção de que a promessa é um compromisso assumido pelo candidato e prometer, em nosso sistema de valores é, automaticamente, cumprir com o prometido. O candidato que não leva em consideração essa regra basilar de nossa identidade cultural corre sério risco de ser alijado da vida política em campanhas seguintes.

No mesmo sentido, o discurso político é algo caro para os agentes políticos ativos, ele pode mobilizar fora e dentro do grupo e confere ao autor reconhecimento. A disputa no campo político se dá pela busca do monopólio das palavras de ordem e pelo direito de falar em nome dos representados:

Bom, como eu... Os que eu mais lembro é os que eu fico mais na cabeça de ter estudado é a de 89 que eu gostaria muito de ter visto pelo fato de ter sido a primeira eleição direta e que concorreu muita gente, eu queria ter visto esta e eu lembro muito de campanha eleitoral que mais me marcou foi a mudança no discurso do Lula no ano 2000 quando ele venceu a primeira vez, eu acho que aquilo ali me marcou muito, mostrou como que a política pode ser maquiada, porque o Lula era um político de Bravata, um político que gritava, que berrava, que até mermo fumava e de repente ele passou aquele homem de terninho, de gravatinha, que falava bonitinho e calminho e ganhou a eleição. (GUSTAVO, 28 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 28/02/16).

O discurso político, assim como a promessa, revela toda uma estratégia que se utiliza para a eficácia na política da aparência. Uma análise realizada por Courtine (2003) remonta uma crítica nos esvaziamentos que os discursos tiveram com a política do espetáculo, para o autor houve transformações que implicaram numa maneira de portar-se diferente durante o jogo político.

Afirma o autor que o discurso político está em crise, devido a, entre outros fatores, influência perversa da televisão. Ele observa que o modelo do orador mudou, sem as massas se reunindo envolta do candidato, os discursos agora aparecem ajustadas a uma tecnologia audiovisual e substituídos por um canal frio de transmissão. Os corpos foram pacificados, as tonalidades de vozes foram abrandadas.

Neste sentido que o depoente chama a atenção para a mudança de um candidato que era marcante por sua militância e atuação efervescente, a política do espetáculo oferece aos eleitores um candidato ‘domesticado’: “os efeitos de arrebatamento pela voz que o orador popular sabia causar, a eletrização vocal das massas que os ajuntamentos fascistas ecoavam, as opressoras ameaças de uma voz descontrolada foram pouco a pouco dissipadas num registro mais monótono”. (COURTINE, 2003, p. 28).

Não só a voz ganha essa ausência de expressividade, também os gestuais são mais autocontidos, o que o autor chama de sem entusiasmo, no corpo e no rosto, o Lula “sapo barbudo”, transforma-se no “Lulinha Paz e Amor”, circulando de terninho e gravata, na produção, apropriação e circulação da imagem.

Consideramos que contrastando com essa visão negativa acerca do esvaziamento do discurso, alguns dos eleitores parecem, em alguns casos, serem mais rígidos com a necessidade destes discursos se alinharem com a ideia de preparação do candidato:

O que eu procuro ver logo num candidato é se ele é preparado, porque a partir do momento logo quando eu assisto o início da propaganda eleitoral, tem uma penca de cara despreparado completamente de exercer um cargo. Então eu procuro ver logo a pessoa que esteja preparada, que tenha uma proposta pra mim como brasileiro, que ele resolva algum problema, que beneficie não só a mim como toda a população, então eu procuro ver logo a capacidade do candidato. (CILNEY, 23 ANOS, ELETRICISTA, ENTREVISTA 01/03/16).

Se governar é saber mostrar, será exigida do candidato que ele mostre bem o que ele se propõe, a política da sedução é uma política exigente, os candidatos nos combates verbais devem mostrar-se preparados, buscando estabelecer o monopólio da verdade. Bourdieu (2010) disserta sobre o capital político, observando a importância do capital de notoriedade, ou seja, seu capital político pessoal acumulado em outros domínios.

Ele observa também a presença de um capital político por delegação, constituído pela referência que outras pessoas conhecidas dão ao candidato, neste caso, a instituição partidária transfere de maneira limitada e provisória de um capital. O capital político representa toda a construção que um candidato pode acumular para a sua desenvoltura e traquejo enquanto representa.

Esse modelo da verdade, organizado e perfeito apresentado nos enquadramentos tecnológicos nem sempre são os mais críveis para os eleitores, as campanhas e propagandas aparecem como distintivas, mas acentuam estes problemas:

Eu acho que assim, elas são essenciais para mostrar, os representantes para a gente, porém, elas deveriam ser mais verdadeiras, mais abertas e não um candidato estar numa sala com o seu discurso na sua cara e ele lendo para sociedade. Entendeu? Eu acho que deveria ser tipo assim, ele com a sociedade fazendo pergunta para ele e não ele falando para sociedade entendeu. Eu acho que deveria ser tipo um debate, escolhiam, escolhia representantes, sei lá, de Estados ou cidades e botava ele lá para o pessoal fazer pergunta a ele e como ele ia se virar naquela hora e não ele chegar na televisão com discurso notebook na frente dele para ele responder, o que ele acha, o que ele

promete para sociedade entendeu. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).

A preparação do candidato é muito importante. Saber responder ao público, não fugir dos debates é também observado pelos eleitores. Candidatos que não comparecem e que se apresentam somente orientados pelos assessores, com papéis em mãos são muito mal avaliados, a política como show não permite que nada ofusque o brilho, a hesitação e o tremular não deve aparecer nas respostas dos candidatos.

Na ausência de ideias, o que tem imperado muitas vezes são as falácias, as calúnias e ofensas nos momentos em que os candidatos se confrontam. O espetáculo político, como define Courtine (2003) é por vezes mentiroso, cheios de violência. E na política midiaticizada, surge o elemento da violência que aparece enquanto simbólica. Ela deixa de ser física e aparece neste campo de lutas onde os homens, os cenários e as falas se modificaram. Se ela atua de maneira a pacificar conflitos físicos, sugere novas formas de poder que é necessário compreender de maneira diferente das formas tradicionais, é o poder encenado.

Acho que o que foi muito interessante nos debates, agora para presidência do Brasil, acho que foi a eleição mais disputada para presidente, né, foi uma porcentagem muito pouca de um pro outro, isso mostra que o Brasil está bem insatisfeito né, com nosso país, eles tinham propostas. Eles debatiam muito e era muito interessante o conhecimento deles em relação assim a política, Dilma Rousseff e Aécio Neves, eu achei muito interessante a última eleição para presidente do Brasil. Isso mostra também, creio que os dois estavam preparados, né, era um debate onde eles estavam muito avantajados em relação aos outros candidatos, era muito interessante isso, eles tinham muita vantagem, muito mais conhecimento que os outros. Acho que experiência até política né, eles são acho que começaram cedo na política, você vê a história de Dilma Rousseff e de Aécio Neves, atitudes erradas ou atitudes certas são pessoas que estão na política há muito tempo e calejadas e conseguindo seu espaço e subindo os degraus, isso faz com eles tenham rejeição e popularidade né. (CILNEY, 23 ANOS, ELETRICISTA, ENTREVISTA 01/03/16).

Retrata-se aqui o fundamento da crença que repousa na capacidade que um político tem de articular-se, evidenciar obras e conseguir apresentar projeção durante a sua campanha eleitoral. Sabe-se que um candidato que é avaliado positivamente adentra a campanha eleitoral com mais vantagem. “é preciso trabalhar, é preciso lidar com os livros, é preciso ler, é preciso empenhar-se na coisa... É uma obrigação!”. (BOURDIEU, 2010, p.198).

No caso da então Presidente, Dilma Rousseff, ela adentrou a campanha presidencial em 2014 com dúvidas avaliações sobre o seu governo, o que fez também o seu candidato opositor, Aécio Neves, despontar na disputa presidencial e estabelecer uma acirrada concorrência até o ultimo dia da eleição, para além de sua capacidade de articulação, falas bem preparada e propostas embasadas.

A candidata aparece em campo minado, devido a ser uma reeleição e por isso correr-se o risco de ter um governo mal avaliado, o que aconteceu, a candidata teve muitos vídeos no *youtube* onde aparecia trocando palavras, expressando-se com algumas lacunas. Durante a campanha as suas aparições sempre estavam vinculadas a falas que demonstrassem preparação, que indicassem competência. Fala-se na crença do homem político e do seu poder mágico: “O homem político, como homem de honra é especialmente vulnerável às suspeitas, as calúnias, aos escândalos, em resumo, a tudo que ameaça a crença, a confiança [...] (BOURDIEU, 2010, p. 188).

É a confiança que tem o eleitor no candidato que legitima a autoridade da representação política e é a partir desta crença que se pode fundar, inculcar e estabelecer as visões de mundo atreladas ao poder. A crença também se revela quando estas visões de mundo produzidas pelos candidatos geram pertencimento nos eleitores, numa apropriação de sua vida:

A história de vida da gente se assemelha muito com a de Lula, a gente tem essa afinidade, sabe, da família, essa identidade criada com a família dele, aí minha família conversa muito sobre isso e é até interessante quando vê pessoas com visões contrarias, aí tem um debate instaurado, na roda da família, que a gente fica conversando final de semana, aí se instaura o debate. Aí dá o choque de ideias, é bem interessante. Bem interessante mesmo. (JOTA, 64 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 12/06/16).

Esta fala refere-se uma menção ao candidato Lula, quando ocorreu a disputa pelo seu primeiro mandato à presidência, no ano de 2002. A ideia de afinidade e pertencimento surge no depoimento revelando que a política atravessa os valores que são construídos nos espaços das relações sociais: amigos, família, relações patrimoniais, são acionadas em suas escolhas.

A ideia de rede de relações fundamenta fortemente a construção do voto dos eleitores, sejam elas pessoais ou institucionais, neste caso o depoente deixa entrever a força que a família ainda tem na construção da política. O conceito de redes de sociabilidade aparece aqui para referenciar as relações pessoais que os indivíduos vão

construindo ao longo da vida, especialmente quando se pensa uma ordenação social personalista.

Tomamos a noção de redes de sociabilidade para fundamentar as relações que pessoas têm em caráter pessoal, visando alcançar fins. Para tanto, é preciso compreender como são mobilizadas estas relações e se constituem na prática política. Desse modo é possível pensar as alianças, inclinações e filiações que os candidatos e eleitores revelam na política.

Olha, a gente utiliza muito... Muitos elementos, mas o principal, que, que é utilizado é a sua família. Tá, tudo bem, é... o “financiamento”, o financiamento da campanha ajuda, auxílio aos eleitores ajuda, a equipe que você monta ajuda, mas hoje, o ponto principal é a sua família. Quando um eleitor observa que a sua família não tem racha, que a sua família é fechadinha, que a sua família tá apoiando um projeto, então aí eles começam a, a vivenciar de forma diferente é... são, são extremos que a gente tem observado é que quando um candidato ele não tem o apoio da família, raramente ele vai conseguir êxito. Se em sua família tiver mais de um candidato, raramente um vai ter êxito, então, geralmente os dois, se tiver dois por exemplo, saem prejudicados os dois, porque essa, essa divisão de valores dentro da sua própria casa. É.. isso aí é um termo principal que eu elenco hoje, mas tem vários... a gente utiliza muita coisa, a gente utiliza... é, a verdade, a gente utiliza a mentira – dependendo do jogo... porque a política é um jogo – cê tem um lado A e um lado B, então a política é um jogo, você tem que jogar com a sua verdade e com a sua mentira pra você conseguir êxito, mas, são vários fatores que a gente utiliza dentro da atual conjuntura, mas a família e o jogo da verdade e mentira você tem que utilizar senão você não, não... (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16).

A expressão família aparece nesta entrevista sinalizando um forte conteúdo subjetivo quando pensamos o jogo político, as redes de sociabilidade e o jogo de cena, são distintivas para o candidato e eleitor. De fato, a tentativa de *parecer ser* o mais íntegro e familiar ajuda o candidato em sua performance de homem de família, na figura do paternal: o homem experiente, capaz de solucionar problemas, que cuida da família, assim ele também cuidará do Estado, do governo.

Todo poder político fundamenta-se na teatralização. Balandier (1982, p.08) observa que o sistema de poder é destinado a produzir efeito, de tal modo que aquele que deseje considerar-se um grande ator político necessite comandar o real através do imaginário, pois o poder somente se conserva pelo arranjo e produção da imagem. É importante fazer com que um imaginário que favoreça a todos se instaure no presente de

sua atuação: “o recurso ao imaginário está na convocação de um futuro em que o inevitável se transformará em vantagem para o maior número de súditos”.

Ele chama a atenção para o fato de que as outras formas de legitimação nem sempre são suficientes, quando o poder é estabelecido somente pela força ou violência, a sua existência pode estar em constante ameaça. De modo que para se manter é necessário um quadro cerimonial que invista o político na produção de sua imagem e manipulação dos símbolos, o poder emprega “meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações), expor valores (manifestações) e afirmar sua força (execuções)”. (BALANDIER, 1982, p.10).

Enquanto personalização, o poder aparece como forte instrumento que se fundamenta para alcançar o coletivo, o poder ganha uma face. Neste sentido Schartzenberg (1978) retoma esta discussão observando que o poder tem uma imagem, e esta repousa no trabalho que o homem político sobre si mesmo. O poder é personificado na figura de homem ou mulher que representa o grupo, “ele se identifica com esse grupo que nele se reconhece. Impõe-se por seu prestígio, por sua ascendência, por sua popularidade. Como expressão autêntica da nação, do povo e do partido. Como seu símbolo”.

A construção da figura pública neste universo das redes sociais passa (1) pela construção da imagem pública, pois, “a imagem faz conhecer ou reconhecer. Ela cria ou consolida a notoriedade ao servir ao símbolo visível e tangível. [...] O perfil, suficiente trabalhado, prende sua atenção”. (SCHWARTZEMBERG, 1978, p. 12). E passa também (2) pela representação que os candidatos instituem junto ao eleitorado, não basta somente à criação de um perfil, de uma representação, necessita-se que ela convença, o candidato precisa se manter fiel à imagem que criou para si mesmo. (SCHWARTZEMBERG, 1978).

O manuseio da imagem do político deve ser realizado de maneira adequada, garantindo a convergência entre as propostas dos candidatos e os valores presentes em uma determinada sociedade. O candidato cambia a relação de satisfação entre os interesses pessoais e os interesses grupais de modo a envolver e convencer os seus adeptos dessa relação, orquestrados na mesma sintonia. Passa pelos anseios, expectativas e ideais postos na sociedade em que os candidatos estão imersos.

A imagem pública não diz respeito somente a uma configuração visual, a imagem, mas, sobretudo uma apresentação que se situa na realidade. As imagens



veiculadas relacionam-se às ações, discursos e configurações expressivas, podendo incluir elementos visuais ou não, os “elementos visuais podem contribuir para a formação de uma imagem, desde que se submetam a uma conversão em indícios, pistas, sintomas que sirvam para sustentar inferências lógicas” (GOMES, 2004, p. 252).

A formação da imagem pública vista sob o prisma contextual e histórico é passível de reelaboração. Um acontecimento ou representação construída em torno da figura pública pode ser recebido das mais diversas maneiras pelo eleitorado. Desse modo, podem ocorrer modificações nas imagens públicas construídas, embora este processo se realize de maneira delicada.

Como estamos falando da política personalizada e que o eleitor entende a quebra do ritual que é proposto na campanha, ele precisa ter uma âncora para que estas promessas sejam validadas. E por isso é tão importante a qualificação positiva da pessoa, ser uma boa pessoa liga o indivíduo a figura de bom político<sup>34</sup>.

Ser bom político – boa pessoa –, é abertura no mundo da política, é acesso para os políticos: O bom político, para além de ser uma boa pessoa, é tido como aquele que ajuda o pobre, a população. É aquele que está presente e pode ser visto em momentos em que as pessoas do bairro necessitam;

Pra mim a eleição é nosso momento de a gente mostrar quem a gente quer que nos represente. Aquele mais parecido com a gente pra tomar conta da nossa cidade, do nosso estado, do nosso país. Como deveria ser? Eu acho que deveria ser maior, acho que deveria ser feito, durante mais tempo, com mais pessoas, deveria ser feito tipo, como é que eu posso dizer? Deveria ser mais junto das pessoas, é, menos partido político que isso só atrasa o país, aumenta a quantidade de uso de recursos, deveria ser feito vereadores, representantes de bairros, porque acontece muitos bairros ter o seu representante e outros ficam sem e aqueles bairros ficam esquecidos, por isso muitos periféricos. Então cada vereador deveria tomar conta de um bairro, por exemplo, ou de dois bairros ou de três bairros, dependendo da cidade. O prefeito ficaria na questão de ajudar esses vereadores, eu acho que pra melhorar o país as coisas deveriam ser feitas nos bairros, um posto de saúde no bairro desafogaria um hospital, um hospital desafogado desafogaria um hospital maior ainda e por aí vai. Indo, melhorando as coisas nos bairros, onde realmente estão as pessoas, ia desafogar todo sistema do país. Então, questão de vereador, bairro. Questão de deputados, cidades. Parar com esse negócio de que Deputado tem que ser da Capital, não, nada a ver, não pode, tem que ser do Estado inteiro, Deputados do Estado inteiro. Governadores, de preferência, os

---

<sup>34</sup> O ‘bom político’ e o bom administrador’ são tipos extremos, que correspondem a duas formas de se fazer política tidas como contrárias, embora no plano empírico nunca complementares e exclusivas. (CHAVES, 1996, p. 135).

melhores prefeitos destes Estados e cidades, os prefeitos que tiveram os melhores êxitos, os melhores números, as melhores qualidades de trabalho concorrerem pra ver se conseguem esses melhores números no Estado e pra Presidente, como muitas vezes concorrem pra Presidente os Deputados e Senadores, concorrerem os mais atuantes, os que trabalharam mais, os que tiveram os melhores desempenho. É uma utopia, eu sei. (GUSTAVO, 28 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 28/02/16).

Sempre que se menciona nos candidatos, discute-se uma relação personalizada, o merecer o voto passa por uma escolha simbólica, este é dado a quem consegue fazer algo: “o bom político conquista a eficácia no exercício da política, justamente porque atual no código social vigente a respeito do que consiste ser *boa pessoa*”. (CHAVES, 1996, p. 140).

Fica mais do que claro que as noções de honra, valores, códigos de conduta ganham vigor, muitas vezes até mais do que as opções ideológicas e racionais no momento em que se escolhe um candidato e é este apelo que o candidato sabe que deve retomar. Para o eleitor, valores como fidelidade, trabalho e honra operam nas suas lógicas cotidianas, por isso é importante para ele que o candidato precise,

Ser fiel, ser honesto e trabalhar, tudo que ele falar em campanha, o que prometeu, ele tem que cumprir, se ele tiver, ele tem os quatro anos pra mostrar serviço, depois se ele for eleito ele vai mostrar mais quatro anos de serviço e ele vai sair com a dignidade de um bom, de uma boa pessoa, então pra isso eles tem que dizer, fazer e acontecer e não ficar se levantando, eh, propagandas enganosas, falando coisas que não vai cumprir só para ganhar o meu voto, que o meu não ganha. Então, até então, eles tem que mostrar o serviço dele como Romero tá mostrando o serviço dele, de uma forma ou de outra ele tá mostrando, só quem não tá vendo é um cego. (JEANE, 56 ANOS, DO LAR, ENTREVISTA 23/02/16).

O ‘bom candidato’ estabelece práticas de compromisso, de favores e promessas, fundamentando entre os eleitores um valor moral, a qualidade da honra, aqui é aquele que ajuda os pobres, que age de maneira ‘desinteressada’, a associação entre política e verdade é selada na qualidade moral do político.

O homem político ao buscar constituir sua imagem pública deseja projetar uma imagem de si que atraia conformando-se com a expectativa dos demais como uma maneira de atrair o seu público, ele precisa convencer. Sendo assim,

o homem político deve, portanto, concordar em desempenhar de maneira duradoura a personagem em cuja pele se meteu. Precisa

aceitar ajustar-se à imagem de si mesmo divulgada pela propaganda. Assim vive ele, aprisionado num papel determinado, como ator, e escravo do seu próprio mito (SCHWARTZEMBERG, 1978, p. 14).

Com essa ideia de representação e produção da imagem, o candidato e os eleitores vão construindo um cenário eleitoral no Brasil que se pode dizer cheio de nuances. Nas eleições municipais, especialmente, a aproximação fica bem mais visível e estas encenações se revelam com mais clareza, como foi visto durante as falas aqui destacadas, que também podem ser encontradas no dia a dia e especialmente no período eleitoral.

É necessário também pensar que para a existência de toda esta performance e busca de convencimento existe um conteúdo a ser explorado que diz respeito às questões que importam ao povo. Neste sentido, a encenação, embora fundante na representação política, precisa respaldar-se num conteúdo que fale diretamente para uma proposta democrática, isto é, do interesse de todos.

As agendas, temáticas abordadas no período eleitoral, a utilização do *marketing* político, os debates, os eventos vão configurando um fazer político no Brasil que torna o exercício democrático singular e, especialmente marcado em desigualdades, é o que a pesquisa tem revelado até aqui.

Reafirmando a importância da ação performática e da crença, que não deve se limitar somente ao período eleitoral, é que nos propomos a falar da opinião pública, todos os elementos que compõem o ritual da campanha convergem para a formação desta opinião, se é que de fato se pode falar em opinião pública, preferimos o termo opiniões.

A agenda pública aparece no processo de escolha dos nossos representantes como algo que pode ajudar, mesmo em um modelo democrático marcado pelas desigualdades. Ela auxilia a escolha dos votantes, fazendo com que se pondere as alternativas eleitorais, exigindo do eleitor que seja capaz de escolher num espaço de vários temas controversos.

A informação, desta maneira, aparece como um item importante para que o eleitor possa fazer da maneira mais ‘esclarecida’ possível a escolha do seu candidato ou projeto político diante dos mais conflitantes grupos de interesse. Os meios de comunicação aparecem então neste cenário como possibilidade de oferta do maior número de informações, por um lado e, transformadora do discurso político, por outro.

São os desafios da transformação de alguns instrumentos que vimos ao longo do tempo serem inseridos no universo político.

Com este entendimento de que não podemos, hoje pelo menos, deixar de lado a discussão desta relação intrínseca que se configura entre política e meios de comunicação, lançamos mão de um de nossos questionamentos acerca da opinião pública: em que medida (con) formamos uma opinião pública diante do cenário político no ambiente comunicacional? Qual o papel da mídia na opinião pública?

Nossa próxima seção retoma esta discussão recuperando nos temas abordados como é composto as mais diversas opiniões publicas e miscelânea na justificativa de escolhas e vinculações aos candidatos, é o que dá sentido aqui a democracia.

## **2.2. Cadê a opinião pública que estava aqui?**

Um governo democrático se vincula a ideia de consentimento, já que o governo escolhido via eleições, ocorrem por escolha do eleitorado. Sartori (1987) chama a atenção para o fato de que esse consenso não é uma condição necessária à democracia, mas que a facilita, atenuando grandes conflitos.

A democracia, pois, reside no conflito ou o que o autor prefere chamar de dissensão, e somente as eleições permitem manifestar o consenso geral, a opinião de todos: “Inversamente, as vozes que se fazem ouvir acima e além das eleições são as vozes da elite ou das minorias; são vozes de uma parcela do povo, em geral uma parcela muito pequena”. (SARTORI, 1987, p.127).

Formar opiniões aparece como os desafios, inicialmente das elites, querendo apregoar a sua visão de mundo, mas nem sempre é assim. Quando falamos em opiniões de indivíduos que compõe o público, considera-se observar que embora ‘aparentemente individual’ ela está em relação a outros. Segundo Sartori (1987, p.135) as opiniões emanam “em grande parte de *identificações* com uma série de grupos concretos e/ou de referência: a família, o grupo dos seus iguais, os grupos de trabalho, os grupos religiosos, os grupos étnicos, as identificações partidárias e as identificações de classe”.

Ela também é constituída de uma base informativa que se dá através de diversos meios, pessoais e comunicacionais, assim como se constitui dos sentimentos e projeções criados para tornar a dramatização com efeitos. A opinião pública é constituinte da democracia, sem as suas nuances não se poderia falar em representações, ainda que nem sempre em seu ideal.

Iniciamos esta sessão afirmando que não há uma opinião pública. Nas palavras de Champagne (1996, p. 118):

Existe apenas uma definição *social* que é, por natureza, historicamente variável, e refere-se de fato, muito concretamente, ao campo social dos agentes que têm interesse a invoca-la, manipulá-la ou agir sobre o que, do ponto de vista social, é designado por esse nome.

Estes agentes mágicos evocam a força da crença coletiva através de um conjunto de artefatos. A magia precisa ser creditada, creditando a eficácia do mágico e fazendo valer a mágica para aqueles que são enfeitiçados. É neste sentido que a eficácia do mágico precisa ser pensada no conjunto de artefatos utilizados, as práticas estão a todo o momento sendo ressignificadas e inovadas.

Pudemos observar que as campanhas de rua trazem consigo alguns destes artefatos evocados na composição da imagem do candidato e que não foram sempre assim na busca da eficácia de sua imagem. Em algumas de nossas conversas o termo “antes era e agora não é mais” ressaltou a nossa curiosidade acerca do que tinha mudado neste ambiente de disputa, especialmente quando tomamos o critério geracional como norte do universo a ser pesquisado.

Assim, ao longo do tempo, né?! Eu me lembro quando, quando o meu avô era vivo e que eu acompanhava muito... tipo assim, acompanhava o pé do rádio dele e era, na época era ainda cédula, né?! Então, começou a questão de mudar hoje a urna eletrônica, né?! A gente tem outro sistema. Antigamente o pessoal vestia camisa, era camisa, era boné, identificava, hoje não mais, foram fazendo seleções ao longo do tempo, e a gente percebe que tá “existino” um, uma evolução, mas eu acredito que não tanto a contento. Eu que “inda” deixa a desejar em algumas coisas, né?! Assim, mudou a, a, a última legislação, né?! Que agora o prazo era maior, eram 3 meses, agora só vão ser 45 dias. Aí quer dizer, vai resumindo, “resumino” e a tendência é resumir cada vez mais. Então assim, a nível de, de, campanha a gente vem vendo que existe sim, vai existindo uma evolução. Eu acho que as pessoas ainda não “tão” é... muito preparadas pra isso, porque eu acho que precisa mais assim, de educação o país, acho que educação é fundamental, em todos os sentidos, pra que realmente haja um crescimento. (CECÍLIA, 44 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 11/05/16).

A entrevistada revela algumas mudanças que ocorreram no cenário eleitoral nos últimos anos, um deles foi à chegada da urna eletrônica no país na década de noventa e que trouxe uma agilidade no processo de apuração. Embora em seu aspecto inovador, a urna eletrônica ainda guarda resquícios de um sistema eleitoral cheio de

estigmas, de modo que as pessoas ainda tenham muita insegurança quanto ao sigilo do seu voto.

Em 2015 o Congresso aprovou uma minirreforma eleitoral aprovada em 09/09/2015 por intermédio do Projeto de Lei nº 5.735/13 na Câmara dos Deputados e nº 75/15 no Senado Federal, que altera dispositivos da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97), da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95) e do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65), a campanha eleitoral durava noventa dias, passando agora a durar somente quarenta e cinco. O tempo de propaganda diminui também para trinta e cinco dias, antes tinha quarenta e cinco de propaganda gratuita eleitoral, para além destas mudanças foi deliberado que o financiamento das campanhas seja somente realizado por Fundo Partidário e pessoas físicas, respeitando o teto limite, o candidato não pode gastar na eleição mais de setenta por cento do valor que gastou na última campanha.

Também na Resolução Nº 23.457, de 15 de dezembro de 2015, no Art. 13 declarava vedada na campanha a confecção de material que possam proporcionar benesses ao eleitor: os bonés, camisetas, chaveiros, bandeiras durante muito tempo foram recursos utilizados na divulgação do material de campanha dos candidatos, entretanto, passou a ser cada vez mais restrito com a apropriação indevida que foi dada.

As mudanças não acabam somente com a exclusão destes itens, a veiculação de propaganda eleitoral foi vedada nos espaços públicos<sup>35</sup>, o que nos permite dizer que as restrições acabam por nos levar a buscar estes candidatos por outras vias e eles, a investir em caminhos diferenciados para se fazer notar.

Eu acho que sim porque até como antes tinham mais festas, tinham mais coisas pra em prol do candidato. Hoje em dia a gente vê menos, então assim com a evolução do tempo, com as novas pessoas que tá vindo, eu acho que cada vez mais a gente tá percebendo que não é uma festa e sim uma coisa séria, que são pessoas que vão falar por a gente, então e esse pessoal mais antigo, eles não têm tanta, tanto acesso à informação até temos televisão, mas de redes fechada sempre são manipuladas e os jovens tem acesso à internet mais do que os velhos, então é sempre atualizado, são sites que atualizam sempre, então a gente vê realmente o que tá acontecendo e TV fechada eles mostram o que eles querem e não é o que realmente acontece.

---

<sup>35</sup> Art. 14. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados ([Lei nº 9.504/1997, art. 37, caput](http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234572015.html)).<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234572015.html> acesso: 15/04/2017

(BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).

Traçando um paralelo com uma eleitora que ainda vai dar seu primeiro voto é possível compreender a evolução que já tinha sido mencionada anteriormente. Ela sinaliza a utilização dos meios de comunicação, especialmente a internet como instrumento de mobilização do candidato e informação para o eleitor. Desse modo, podemos antes, durante e depois do período da campanha observar como os eleitores e candidatos estão utilizando estes espaços para continuar acompanhando seu candidato.

São importantíssimos, até porque os jovens, eu posso dizer até as pessoas mais velhas, com uma idade um pouco, vamos dizer assim, avançada, mas são pessoas que ainda tem o senso do pensar. Que tem hoje, que a gente tá no mundo moderno, quem não tem acesso a internet ou não assiste uma televisão ou não vê um jornal? Quem é esse que não tenha esse acesso hoje? Então, é de suma importância sim, que através deles a gente vai conhecer o candidato também, como artifício, pra chegar direto a comunidade. Muitos usam em prol do seu benefício, aliás, muito não, grande parte usa em prol do seu benefício, da sua imagem. Propostas, o que pode fazer. Alias, não existe o NÃO poder, existe PODE, eles vão fazer. Ele também não vai dizer que não pode, porque não existe não, não existe não na promessa dele, tem que existir sim, na promessa não, nas propostas. Aí quando entra, vê que é diferente. (ALINE, 30 ANOS, ARTESÃ, ENTREVISTA 15/03/16).

As práticas cotidianas corroboram na composição do cenário que sustenta a encenação política, a mídia também começa a atuar neste campo simbólico utilizando-se destes elementos para dramatizar a ação dos candidatos, “as mídias podem garantir sua difusão, e, seja qual for sua origem, ela pode receber sua significação política. (BALANDIER, 1982, p.69).

A primeira experiência que eu tive foi com as redes sociais, na última eleição e como eu já vinha nesse, nesse período, veio com a evolução, pra mim... a gente, a experiência que tenho é que é... eu tinha feito um, um, um curso de marketing político, mas não, não observava a dimensão que, que existe. Então na época que fiz o curso era tipo assim, era ainda a camisa, era ainda o boné, era ainda aqueles papeis, aqueles, aquelas bocas de urna e você vai pra uma campanha com as redes sociais, até onde eu vi, assim, aqui seria a primeira, a primeira, campanha feita dessa forma. Então foi muito interessante porque a gente viu, tipo assim, a rapidez que a informação chegava as outras pessoas. Então é numa proporção e agora ainda mais, assim, na época eram com as redes sociais, mas num tinha o whatsapp, imagina agora com o whatsapp? Então, é, vai evoluindo, a tendência é cada vez evoluir mais. (CECÍLIA, 44 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 11/05/16).

Este recurso tem sido bastante utilizado como uma estratégia alternativa na pesquisa e vivência política, em determinada conversa isso foi mencionado, o que nos fez buscar compreender o que seria: “Ah, mídias alternativas são revistas, internet, principalmente internet no geral são as coisas ligadas a internet. Rádio, eu nunca ouvi muito de mídias alternativas no rádio, porque eu não sou muito chegado”. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16).

As mídias alternativas aparecem no referido depoimento como estratégia diferenciada dos instrumentos tradicionais de fazer a comunicação, percebe-se de fato que este ambiente da internet podem sugerir propostas diferenciadas. As mídias sociais podem também se relacionar com as mídias tradicionais, se apropriando de sua linguagem em determinados contextos para tecer conteúdos e fomentar interações entre os navegadores.

As mídias sociais, como chamaremos *Orkut*, *Twitter*, *Facebook*, *YouTube* começaram a serem utilizadas nas campanhas eleitorais do Brasil no ano de 2010, nas eleições presidenciais, instituindo no espaço virtual, nas chamadas redes sociais, novas relações de sociabilidade. Ela é referenciada nos depoimentos como algo que tem facilitado bastante o acesso à informação

Facilita, facilita bastante o... a disseminação da informação. Eu sou uma pessoa assim, que não sou muito de usar as redes sociais, não, não gosto muito, mas gosto muito de, de ter acesso à informação através das redes sociais pra ter o conhecimento. Eu não dissemino muita informação, não gosto, eu uso pra o necessário, não minha vida pessoal, mas eu acho que isso é importante, é importante até o ponto de atrapalhar, às vezes, porque tudo o que a gente vê, que tem um, uma necessidade, existe um novo ponto que atrapalhe, né?! Como por exemplo, a tecnologia, ela é boa até determinado ponto, a tecnologia ela avançou bastante e ela, causa nas pessoas as vezes dependência, então, as redes sociais as vezes elas podem disseminar informações erradas sobre as pessoas também, né?! (IGOR, 22 ANOS, POLICIAL, ENTREVISTA 23/04/16).

A rede social, como a televisão também congrega o aspecto do entretenimento. Utilizada muitas vezes com este objetivo, ela passa também a ser empregada pelos políticos com o intuito de fomentar discussões e compartilhamentos. A tecnologia das eleições de 2010 para os dias atuais tem avançado bastante, foi possível acompanhar localmente a utilização das mídias sociais nos microblogs, no *Facebook* e *Twitter* e até



em debates interativos onde os eleitores e internautas puderam discutir e/ou perguntar aos candidatos sobre suas propostas.

Uma notícia quando gerada na rede, vai ganhando compartilhamentos. Estes compartilhamentos visam fazer os candidatos ganharem visibilidade, apresentarem suas plataformas e projetos políticos. Em alguns casos esta visibilidade nem sempre é positiva, são lançados na rede também mentiras ou falácias sobre os candidatos adversários, como uma maneira de minar sua imagem.

SÁ (2002, p.148) destaca que a noção de *network* é central à Sociologia Urbana já nas primeiras décadas do século XX para a compreensão das sociedades complexas, bem como é importante na definição de culturas, hábitos e significados. A comunicação mediada por computadores (registrada em 1969) teve como objetivo inicial a criação de um sistema de transmissão de informações militares e estratégicas para resistir a ataques nucleares em caso de acirramento da Guerra Fria.

Com objetivo libertário e utópico, jovens da Califórnia, começam a se interessar sobre esta nova tecnologia situando num processo de inovação e impulsionando o seu desenvolvimento para o uso pessoal, como um espaço social usado independente, visando a democratização deste espaço.

Percebem a Rede potencialmente como novo ambiente que reconfigura o discurso de outros veículos, oferecendo uma oportunidade de reversão de jogos de poder tradicionais e obrigando os próprios poderes hegemônicos a se organizarem. (SÁ, 2002, p. 150-151).

A Internet, e as redes sociais, desse modo, aparecem aqui como fomentadoras de ‘socialização’ dos projetos de cada um dos candidatos e, concomitantemente, numa ferramenta distintiva da disputa de imagens públicas. Enquanto espaço de socialização, permite que nos pensemos mais próximos, formando entre nós comunidades pelas quais nos identificamos e sentimos pertencentes. O surgimento de comunidades virtuais representa bem a criação destes espaços onde os grupos se reúnem a partir de temáticas, identidades, etnias, gêneros, com o intuito de sentirem-se unidos no mesmo espaço.

Por um lado, celebra-se o surgimento das chamadas *comunidades virtuais* como abrigos para o indivíduo que se refugia entre iguais e onde ele vai encontrar conforto, apoio emocional, afeto e tudo que se encontra no lar doce lar. Por outro, estes agrupamentos seriam os novos espaços virtuais para o convívio com a diversidade e complexidade da vida social contemporânea, a nova ágora

desaparecida das cidades concretas, onde o encontro com o desconhecido seria canalizadas para a construção do bem comum. (SÁ, 2002, p.153).

A interatividade que ela permite, através da troca de mensagens, dos compartilhamentos e publicações diversas, sugere uma mediação que não ocorre de cima pra baixo, mas numa direção horizontal, o que nem sempre indica para o eleitor uma relação justa ou parcial;

A rede social, eu acho uma ferramenta, se fosse utilizada, bacana, o cara expõe as suas ideias pro eleitor até ir definindo pra que lado ele quer caminhar, acho uma ferramenta show de bola. Poderia ser, mas não está sendo. Porque acaba acontecendo na rede social o que acontece nos debates, né, você tem uma equipe de marketing que trabalha pra cada um que ela foge um pouco disso, mas, se ela vê que o assunto está no auge e pode tirar voto do outro candidato, ela vai, vai, se aproveitar e vai fazer, então acaba não sendo uma ferramenta pra ajudar o eleitor com o compromisso da sua escola, o compromisso de fazer o eleitor definir sua escolha. Acaba sendo uma ferramenta igual a TV, na questão do, da escolha do eleitor. (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16).

Os candidatos, com o objetivo de elaborar e impor uma representação do mundo, tem sua probabilidade de sucesso mergulhada na necessidade de uma preparação toda especial: o domínio da linguagem, retórica, na capacidade de convencer, imposição da imagem, pois, não é diferente também nos espaços virtuais.

Embora o candidato pareça mais próximo ao eleitor, nesta relação ‘horizontal’, ele precisa estar muito bem preparado para esta fala que os aproxima, existe ali também toda uma equipe que o auxilia, profissionais muitas vezes contratados para lidar com a manipulação dos dados lançados em rede.

Estes ambientes transformam-se em palanques eleitorais e corroboram na construção da imagem pública. A utilização de *blogs*, páginas e fóruns de discussão aparecem como um recurso a mais para estes candidatos suplantarem a aparente externalidade e hierarquia na relação entre candidato-eleitor, os meios de comunicação e a utilização destes, começam a assemelhar-se a um palanque (CHAVES, 2006).

Fatos e falas são gerados pelos atores sociais e recriados pelos profissionais da imprensa para produzirem um efeito de veracidade. São parte de processos de constituição de identidades, de representação de si e do outro, de apropriação, demarcação e delimitação dos campos de ação e discurso pelos diferentes grupos,

parte enfim da perene luta pela formação da legitimidade política. (CHAVES, 2006, p.41).

E é emblemático trazer esta relação, comportamento eleitoral e os meios de comunicação, não como uma relação de determinismos, mas de constituição. O candidato, o eleitor, a sociedade entende que através deste e de outros meios, é chegado o momento da re (invenção) de práticas de conquista, de levantar debates que se sustentam e, ao mesmo tempo, sustentam a realidade vivenciada no país.

O termo mídia, que quer dizer meio, refere-se a um conjunto de meios por onde se veiculam as informações. As primeiras ideias que temos dos meios de comunicação de massa estão atreladas à televisão e o rádio, são estes os setores mais emblemáticos, mas não são os únicos. Eles, aparecem no universo político como meios de divulgação da performance do candidato;

Acho que os meios que estão sendo utilizados são adequados, só não gosto muito dessa, como eu falei já, da questão da, da, desse corpo a corpo que existe ainda, né?! Acho que o candidato ele tem que expor suas ideias de uma forma imparcial, né?! Não precisa ter o, a emoção envolvida, porque tudo que tem amor infelizmente né racional não, a gente não escolhe como racionalidade, não. Então, é... As redes sociais, no caso pra quem gosta e quer, é uma boa alternativa pra expor, os meios de comunicação mesmo: TV, rádio. Acho rádio é uma, um meio de comunicação que é bastante utilizado também e diversas outras alternativas que ainda possam contribuir de forma imparcial, eu acho que a imparcialidade ela vem desde aí. (IGOR, 22 ANOS, POLICIAL, ENTREVISTA 23/04/16).

A democracia aparece com um regime que necessita dos meios comunicacionais, embora já vimos que a realização do política pode e se sustenta também por outros meios, mas, este tem ao seu favor a característica de produzir produtos que possam ser consumidos. De um lado a democracia aponta para o exercício do governo e o poder de legislar, por outro lado revela uma incessante busca, manifestada em atitudes e pretensões de grupos de interesse que visam a re/introdução no campo político. (GOMES, 1996).

De fato, o que o eleitor entrevistado aponta como elemento importante, que é a imparcialidade, nem sempre se pode reconhecer na produção dos produtos produzidos pela mídia, basta assistir a mesma reportagem e atentar ao vocabulário utilizado em noticiários diferentes.

Observa-se também que a concorrência entre estes meios é ampla, de modo a se criar grandes conglomerados que impedem que meios alternativos sejam criados, fusões entre grandes empresas ocorrem, o que já nos leva a compreender que a concorrência pela informação é desleal. Logo, a parcialidade da informação fica comprometida e é facilmente notada esta manipulação.

Eu acompanho através de mídias alternativas, a grande mídia geralmente ela tende a camuflar isso, mas, não por má fé, mas é porque a gente precisa entender uma coisa, em virtude do projeto de democratização da mídia tá tramitando no Congresso desde 91, desde 91 a democratização da mídia, as mídias são interesses privados, infelizmente, o jornal apesar de ter aquela suposta..., ter forças ali, esquerda, direita, etc. lutando dentro dele, ele ainda sai com a cara do seu dono e, como ele ainda sai como seu dono, a maioria desses donos eles tem interesse partidário e o jornal acaba saindo de forma, de forma ou de outra apoiando ou menosprezando tal político. Aquela velha historinha, pau que bate em Luís, bate em FHC? O mesmo jornal que ajudou a eleger FHC, foi o mesmo jornal que dedicou 20 minutos em horário nobre a uma suposta delação de uma suposta condução coerciva... (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16).

A cobertura jornalística tem sido questionada por parte dos pesquisadores brasileiros, muitos dos estudos revelam o caráter parcial desta cobertura que prejudica candidatos, movimentos e partidos em algumas situações. Esta parcialidade foi discutida por Albuquerque (1998) ao fazer um levantamento das teorias que discorrem sobre a intencionalidade das notícias políticas e sua produção<sup>36</sup>.

Observou que o trabalho jornalístico em certo aspecto está submetido a pressões contraditórias, por patrocinadores, pela audiência e pelo interesse comercial, em alguns casos, até o jornalista pode influenciar quanto mais alto for sua posição na hierarquia e reconhecimento do público. (ALBUQUERQUE, 1998).

Estes setores dominantes que operam nos *media*, como aponta o entrevistado, revelam que as notícias atuam como instrumentos de manipulação de legitimar socialmente discussões que são vivenciadas em determinados setores da sociedade, visando operacionalizar uma hegemonia “no sentido de transformar em “senso comum” valores e saberes comprometidos com as ideologias dominantes”. (ALBUQUERQUE, 1998, p. 15).

---

<sup>36</sup> In: RUBIM, Antonio Albino Canelas, BENTZ, Jose Maria G. e Pinto, Milton José (Org) Produção e Recepção dos Sentidos midiáticos. Petrópolis. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

O quadro de referência no universo aparece como aparentemente neutro, mas é dotado de características ideológicas. Em relação a política, o que tem se evidenciado, apesar da profissionalização da atividade jornalística é uma forte parcialidade nos debates, nas notícias, revelando que a cobertura jornalística aqui é “influenciada em um grau imenso por fatores de cunho extra-jornalístico, tais como os interesses políticos e econômicos das empresas noticiosas”. (ALBUQUERQUE, 1998, p. 25).

A gente quer ter uma visão diferente do que a gente vê e fugir dessa questão midiática né, a gente quer ter uma visão diferente, mas independente do que a mídia joga 24 horas por dia na sua cabeça, né, 24 horas interesses próprios, eu observo que essa questão da política atrelada aos grupos de comunicações piorou muito a situação, né, você não tem mais tempo de pensar por você mesmo, você não tem mais tempo de pensar, você começa a pensar e o outro tá pensando por você o tempo todo o tempo todo, o tempo todo, então a gente teve só desvantagens. Que os grupos de comunicações, eles tem, eles abraçam o candidato X ou Y por conta de seus interesses, eu acho que isso sempre existiu, mas agora, não sei se a questão da rede social também piorou esta questão, mas agora essa questão é pior, o cara vai do céu ao inferno rapidinho, ele se torna o salvador da pátria, né, eu cito o exemplo de Lula, dorme o salvador da pátria, o salvador da pobreza, dos fracos e oprimidos e acorda vilão, um vilão pior do que aqueles da época da ditadura e isso é um reflexo muito negativo. Porque você observa os jovens sendo condicionados a irem pra rua pedir a volta da ditadura, né, em pleno século XXI o cara nem viveu isso, nem leu sobre, pedindo a volta da ditadura, aí, eu não sei se é um caminho sem volta, porque na realidade essa mídia ele impede realmente o pensar crítico e se eu não for ter uma geração que vai pensar criticamente sobre o que tá vendo, o que tá lendo rapidamente no facebook, numa rede social qualquer eu não sei se isso é um caminho que tem volta não, sem saudosismo, mas dentro da realidade que a gente vive, sem saudosismo, mas tá difícil. (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16).

É preciso compreender como é pautado o processo de produção da notícia, muito dos grupos políticos estão atrelados aos grupos de comunicação, especialmente na TV aberta. Mas, é importante perceber no relato que a participação dos sujeitos no acompanhamento das notícias, nem sempre é desinteressada, mesmo considerando que a condição de acesso aos diversos meios de comunicação é desigual, pelo mesmo mecanismo em que heróis podem ser criados, os demônios são encarnados, para que a imagem oscile basta também que se crie um imagético que depõe contra si mesmo.

Como discutido no capítulo 2, os meios comunicacionais não aparecem em sua igualdade, vê-se que nem sempre os tempos dos candidatos são iguais, tampouco a mensagem e relação entre candidato e o eleitor o é. Miguel (2007, p. 404) observa que

uma das características desta mídia é a desigualdade existente entre emissor e receptor, “o emissor que possui o monopólio da fala, e os receptores – ao contrário, por exemplo, de uma conversa ao telefone”.

A presença da mídia pode ser direcionada a alguns aspectos, a exemplo do entretenimento. Para a política, interessa a importância desta para informações do tipo jornalístico, são algumas das reportagens, das falas produzidas que aparecem para compor toda aquele ritual que já sinalizamos anteriormente.

Assim como agora eu estou assistindo bem mais jornais então eu procuro acessar sites dos jornais, por exemplo, o G1, a folha de São Paulo, eles estão sempre atualizando as informações e como o foco da gente é a Presidenta, né, ela, então assim eu procuro ver o que é que vem a partir dela e o que é que envolve, que vai envolvendo ela, então assim é sempre tipo uma pirâmide, vem dela já vem atingindo todo mundo, então eu procuro sempre olhar as informações que referem-se a ela, e sempre cita o nome de algum outro candidato, de algum outro diretor, essas coisas, então assim eu procuro saber das informações mais dela porque aí eu acabo vendo o geral. Aqui em Campina, pelos partidos aqui de Campina é mais fácil ver pela televisão, porque o jornal local, eu chego do colégio, eu paro pra assistir o jornal local, então assim, falam mais daqui do que esses sites falam, mas, tipo assim, por eu ter amigos e vizinhos que são envolvidos na política, eu meio que escuto falar, eu vejo, algumas vezes eu vejo, então assim, daqui de Campina é mais fácil eu presenciar e não eu ir atrás muitos das informações, meio que as informações vem até mim e já de fora não, eu vou atrás. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).

Luis Felipe Miguel (2007) num exercício que fala da mídia e da opinião pública observa que o jornalismo, como se configura atualmente “designa não apenas a imprensa escrita, mas todo e qualquer forma de divulgação de notícias pela mídia, incluindo TV, rádio e agora, Internet”. (MIGUEL, 2007, p. 406).

Pensando a seleção das informações, Miguel (2007, p. 407) relata que a imprensa realiza duas seleções (1) escolhe quais dos fatos são mais relevantes, revelando a tensão dos fatos a serem noticiados entre o interesse daquilo que pode ser momentâneo ou mais duradouro e, (2) escolhe que aspectos do acontecimento será abordado, os dados que são considerados irrelevantes ou fundamentais.

Na política, acreditamos que ocorre de certa forma de maneira similar: há uma escolha dos temas a serem considerados mais relevantes nas campanhas dos candidatos e a maneira pela qual estes temas serão abordados. Alguns deles ganham repercussão de acordo com as demandas que aparecem nas situações cotidianas.

Por exemplo, quando nós juntamos o nosso movimento e nos dirigimos à sede da Prefeitura, é muito fácil a grande mídia não ir nos cobrir, não nos dar atenção ou seja nós não vamos ganhar visibilidade, e é muito fácil o prefeito alegar que ele está em outra cidade, como nas três vezes que nós fomos. É muito fácil para ele. Mas a partir do momento que nós batemos diretamente no interesse privado, que nós tumultuamos entre aspas “tumultuamos” à vida pública nos dirigindo a um lugar de grande fluxo e paramos o lugar nós ganhamos a visibilidade. **Você esta se referindo as manifestações do passe livre que ocorreu nestes últimos dias?** Exatamente, do passe livre, que foi homologado desde 2014. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16).

A referida manifestação, organizada por estudantes do Colégio Estadual da Prata, ocorreu no ano corrente da pesquisa da tese, 2016, alguns dias antes de entrevistarmos o eleitor. A realização do protesto se deu próximo ao Terminal de Integração, lugar de grande fluxo dos cidadãos e um pouco mais tarde em frente ao gabinete do prefeito, local também de muito acesso.

Champagne (1996, p. 200) observou que a manifestação já implica uma formalização de opinião e não se pode afirmar que ela apregoe uma concepção mais verdadeira e/ou espontânea daquela que é expressada pelos profissionais que fazem as sondagens ou os grupos dominantes, essa maneira de protestar deixa desvelar “uma luta complexa entre seus participantes, seus organizadores, os jornalistas que relatam os acontecimentos, o público que assiste ao desfile e ao poder”.

A visibilidade do movimento se deu, em primeira instância não pelo fato dos estudantes reivindicarem a pauta do Passe Livre, direito dos estudantes que está garantido na lei e que não entrou em vigor, mas pelo o fato de ocuparem vias públicas “atrapalhando” o acesso das pessoas que precisavam transitar para chegarem aos seus destinos. Champagne (1996, p. 148) observa que,

a força dessa crença coletiva na eficácia da mídia e os efeitos bem reais que ela produz na maior parte dos atores do campo político-jornalístico deixam-se ver na maioria das ações políticas explicitamente dirigidas para a mídia.

Orientando-nos sobre o que nós devemos pensar, assume a função importante de promover uma sociabilidade cotidiana

Então a gente começa, começa falando aí... A gente sempre tem aqueles amigos que vivem num lema, ser ou não ser, esse ou aquele? Meu Deus mais que dúvida eu me encontro, entre candidatos, então a

gente procura o máximo possível de informações sobre tal indivíduo, eu pelo menos. Então panfletos, porque muitos gostam de usar a publicidade, né, o marketing, a propaganda mesmo, então a gente vai em cima mesmo, vai procurar o máximo que aquele candidato te proporcionar de informações. Então no meu ciclo, na roda de colegas e conhecidos a gente procura estar trocando informações, né, desvendando mistérios (risos), que tem muito mito, rola muito mito sobre os indivíduos, as pessoas terminam acreditando, né, ações que de certa forma tal indivíduo nem concretizou e pega fama, né, então a gente vai tentando conversar mesmo, porque é um meio de trocar informações. (IGOR, 22 ANOS, POLICIAL, ENTREVISTA 23/04/16).

Outra de sua função é a tomada de decisões públicas, é possível que os candidatos ampliem suas discussões sobre determinados assuntos, como aconteceu no caso do Passe Livre ou em demandas que se destacam em determinados bairros. Os meios de comunicação modificam também o conteúdo da atividade política, não revelam somente uma maneira de se personalizar o poder,

Ao modificarem o próprio conteúdo da atividade socialmente qualificada de “política”, transformaram as qualidades sociais necessárias para obter sucesso nesse campo: “a notoriedade” de um político e a “boa opinião” que a população pode ter ao seu respeito estão sendo redefinidas por instrumentos que pretendiam avalia-las e deixam um amplo espaço à fabricação, pelos publicitários, de “imagens públicas” que são elaboradas por especialistas do *marketing* em função de estudos de impacto. (CHAMPAGNE, 1996, p.145).

Se preciso, o candidato vai ao mote que sabe que chama mais atenção ao público. Os temas da campanha passam a aparecer nos discursos dos candidatos de acordo também com que vai se ampliando a sua preocupação com o assunto abordado, revelando antes uma demanda que o público se debruça.

São os, são os temas... – vou dizer assim unificados, né, Cyntia – segurança, é... Infraestrutura é... É, desemprego, é... Cultura, lazer, então, esses temas são os temas que mais a gente, é... Educação, hoje a educação e muito bem trabalhada, politicamente falando, porque se a gente observar, tem o PIB que vai ser repassado aí os 10% até os próximos anos, então, tem essa, toda essa parte. Então, o que é que a gente aborda? Todo esse contexto né, é lógico detalhadamente e resumidamente. Falando assim, então você tem que ser detalhado e ao mesmo tempo resumido porque senão você não tem tempo e esse ano, a gente vai ter – diferente das outras – que a gente vai ter um tempo reduzido, né, a campanha eleitoral ela só vai ser 45 dias autorizados pelo TRE, então a gente vai ter ainda sim, mais resumida ainda, a gente só está autorizado neste ano de 2016 a realizar uma campanha eleitoral liberado e autorizado realmente a partir do dia 15 de agosto,



então nós teremos só o final de agosto e setembro porque no final de setembro ela já proibi de, de novo pra você ter o... A preparação pro dia 02 de outubro que é o dia da eleição. Então, esse ano é que vai ser realmente muito sucinta, muito rápida a campanha, então você tem que bolar um plano estratégico, resumido, detalhado e direcionado “praquela” área específica. (ALINE, 30 ANOS, ARTESÃ, ENTREVISTA 15/03/16).

Boa parte da preocupação dos candidatos está em chamar a atenção para estas questões, eles passam a competir pela atenção da mídia com este intuito de dizer e projetar fatos políticos, entretanto, “o objetivo de grande parte “dos fatos políticos”, não é a sua realização em si, mas os centímetros quadrados de jornal ou segundos de noticiário da TV que almejam conquistar”. (MIGUEL, 2007, p. 409).

Cada ator político tem em mente monopolizar a palavra pública fazendo triunfar a sua visão de mundo, como a correta e possível de ser executada, são assim que aparecem no momento da campanha e até mesmo fora dele, as temáticas que são priorizadas como estratégia democrática que alcance a todos. A forma como se realiza este jogo político, reflete numa das diferenças entre um regime autoritário e um democrático: a luta se inscreve na mesma lógica de mercado, aberta a uma concorrência pública, onde o político procura acionar o capital político feito de crédito e confiança, que repousa no que se crê como competência e moralidade.

O tempo curto, revelado na fala acima, requer do candidato uma astúcia em sua apresentação no enquadramento das questões dentro de esquemas interpretativos. Estes esquemas exercem uma influência no conhecimento do mundo que nos cerca, logo, também pode influenciar as nossas escolhas políticas. A imprensa assim tem como uma das suas principais funções a formação da agenda pública, ou seja, “a escolha das questões que vão mobilizar a opinião pública”. (MIGUEL, p.408).

Os temas? Eles priorizam o que a população, o que eu, você, precisa: educação, segurança e ... Educação, segurança e saúde, é os três principais, então as promessas, as propostas, são grande maioria voltadas pra estas partes, por quê? Sem educação você não cresce, sem saúde você não tem educação, e sem segurança, como você vai viver numa cidade ou num país que o cidadão de bem não pode sair de casa porque é assaltado ou vai ser machucado, assassinado, então essas são as três que eles priorizam. Algumas recebem os benefícios maiores, outras não, outras são esquecidas mesmo, deixadas de lado mesmo. Acaba que sendo um tema universal, porque um precisa do outro, porque, como é que eu vou sair da minha casa, por exemplo, eu vou sair da minha casa, eu posso sentar numa calçada e saber que eu tô segura. Como é que meu filho vai ter uma profissão se não tiver

educação. E se meu filho adoecer ou qualquer pessoa da minha família adoecer, se não vai ter um médico pra atender? Não adianta você tá numa cidade que tá toda pavimentada e não tem um médico, não tem um professor ou não tem um policial ou não tem uma segurança naquela cidade, então não adianta, não adianta. Não adianta você ter também, como eu falei, um hospital de não sei quantos andares, com varias alas, cadê o médico? Tá entendendo como é? As vezes, as pessoas tem uma preocupação numa estrutura física, aquela estrutura física, porque fulano de tal fez isso e fez isso, mas né melhor um PSF, um posto, que eu sei que na hora que eu adoecer vai ter um carro disponível ou um médico disponível lá pra me atender, do que chegar num rico hospital se não vai ter estrutura, se não vai ter estrutura pra me entender.... (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

Champagne (1996) ao estudar uma ‘simples’ manifestação de Rua em Paris, no ano de 1982 realizada por agricultores, encontrou nesta uma profunda mudança no cenário político que afetava a vida política do país e circundava em torno da opinião pública. Corroborando com a perspectiva de que a política é antes de tudo, uma luta simbólica, e a ação política muitas vezes mais importante, ficava oculta, constituindo-se muitas vezes uma imposição de questões que classificam o mundo ele traz questões pertinentes a como pode ser pensada a opinião pública.

Observamos que os temas discutidos no transcorrer da campanha aparecem como ‘universais’, como bem menciona a entrevistada, mas, sabe-se que a produção e partilha da opinião não é igual, como a política não é. Não só a imprensa lança as temáticas, os candidatos utilizam-se também das temáticas, mesmo que nem sempre pretendam de fato realizar, toda a ação política consiste

na imposição de sistemas de classificação do mundo social que têm como propriedade específica o fato de serem poderosos ou, ainda melhor, simbolicamente eficientes, isto é, não *verdadeiros*, mas *capazes de se tornarem verdadeiros* na medida em que aqueles que os utilizam têm os meios de fazer acontecer o que anunciam como desejável ou como devendo acontecer necessariamente. (CHAMPAGNE, 1996, p.18).

Numa eleição acionamos como debate aquilo que nos mobiliza, muito pensamos e discutimos sobre participação efetiva dos cidadãos nas decisões políticas. A estrutura formal da política desvela um ambiente social onde permeiam inumeráveis grupos, instituições, corporações, associações (voluntarias ou não), grupos de bairros que estão a frente das decisões que respondem em alguma medida a vontade coletiva.

Além do ambiente formal, também existe um plano de fundo que sustenta toda esta simbologia, a prática cotidiana. Cada evento será perpassado por conversas, histórias e valores que são acionados por cada indivíduo, grupo e/ou sociedade. De tal modo, que nos voltamos a pensar agora que temas e recortes vivenciados durante a campanha que suscitaram um debate ou efervescência da opinião pública. Esta existe de fato?

Por esta razão, trazemos como cerne desta discussão a importância da opinião pública, para isso duas abordagens nos chamaram a atenção: “Escritos & Ensaios: Norbert Elias em perspectivas”, obra onde Elias profere duas palestras tratando sobre o *Habitus* Nacional e a Opinião pública na Inglaterra, proferidas em 1959 e 1962, respectivamente.

Estas assinalam dois aspectos fundantes na compreensão do comportamento eleitoral, especialmente quando pensamos as variáveis que compõem o voto. Também nos interessa, pois, aproximar e se distanciar de um dos autores que também versa sobre esta mesma análise, Pierre Bourdieu, este que traz uma discussão profícua sobre esse conjunto de maneiras encorpadas e uma visão oposta acerca da opinião pública, em “A opinião pública não existe” (1972). Diante destas duas perspectivas, objetivamos em alguma medida e quando possível, situar nosso cenário de pesquisa, na composição de um país que traz estas categorias no fazer política.

O que chamamos de opinião pública?

Elias (2006) ao observar o cenário inglês entende a importância da opinião pública, o faz percebendo que ela é operacional neste universo. Não se propõe a uma conceitualização, mas destaca que a opinião pública

Não é simplesmente uma sintonia de muitos seres sobre uma questão do dia, particular e determinada, mas algo compreendido em contínua formação, um processo vivo que oscila em movimentos pendulares e que, no decorrer desse balanço, influencia as decisões que são tomadas em nome da nação. (ELIAS, 2006, p,125).

Ele se volta aos jornais ingleses para evidenciar que existe uma uniformidade acerca do que se fala. Em sua análise, é forte a estratificação, os contrastes sociais, também destaca as características e diferenciações que acontecem em algumas cidades, características de uma grande cidade. Entretanto, ele afirma que há uma forte integração

do povo inglês, uma uniformidade dos interesses básicos, mesmo diante das diferenças regionais.

O que nos chama atenção em sua fala é a sua concepção de opinião pública como algo que opera, trazendo o exemplo do caso Waters<sup>37</sup>. Uma primeira observação feita por Elias são os diferentes planos da opinião pública, os moradores se agitam e ao tratarem sobre os casos revelam muitas relações, de poder, de conformidade, de manutenção da ordem, de rechaçamento.

Outro elemento de sua análise é aspecto para ele pensado como “nós-ideal” (grifo do autor, Ibid., p.119), em seus termos uma espécie de base que é comum a todos, com matizes diferenciadas que compõe o sustentáculo das opiniões, das diferentes opiniões que abrangem todo o país, uma maneira de orientar os ingleses a se comportarem desta ou daquela maneira.

E por último destacamos a maneira pela qual ele denota que para a existência desta opinião, não se necessita de um grupo formalizado e organizado, pois, “a opinião pública é, de certa maneira, um grupo de pressão não organizado ou não especialmente muito organizado, fator potencial de influência nas decisões governamentais. (Ibid., p.124).

De maneira contrastante, Bourdieu assinala a dificuldade de operar com a categoria opinião pública. Ao nos depararmos com sua crítica contundente as pesquisas de opinião, ficamos em parte desoladas em parte provocadas. Ele contesta o postulado apresentado pelas pesquisas de opinião uma vez que pressupõe que nem (a) todo mundo tem uma opinião, (b) toda opinião tenha valor e, (c) que exista um consenso sobre todos os problemas e questões que se destacam em sociedade.

Ele traz a sua negativa mediante a crítica das pesquisas de opiniões, porque no seu entender as pesquisas podem conter propostas enviesadas uma vez que são elas mesmas, instrumentos de ação política. Contrariamente a visão posta em Elias, ele observa que quando se trata das pesquisas “sua função mais importante consiste talvez em impor a ilusão de que existe uma opinião pública que é a soma puramente aditiva de opiniões individuais; em impor a ideia de que existe algo que seria uma coisa assim como a média das opiniões ou a opinião média”. (BOURDIEU, 1972, p.3).

---

<sup>37</sup> Caso relatado de uma cidade escocesa onde um jovem de 16 anos, auxiliar de vendedor de hortaliças é agredido por policiais que fazem a ronda noturna num café da cidade. A situação ganhou destaque inicialmente através dos jornais locais e consecutivamente por toda Inglaterra.

Ele critica fortemente esta unanimidade, já que a seu ver cada categoria vai responder diante de sua realidade, cada pesquisa vai legitimar uma força instituída e que todas as respostas dos indivíduos serão interpretadas de acordo com os interesses de cada um.

Sim, eu sei... Exemplo: é... As redes sociais existem determinadas páginas que você vai lá e curte, existe aquela que diz o que tá sendo feito, existe aquela que vai denegrir aquela pessoa, seja através de vídeo, seja através de foto, seja através de montagem, seja através... Então, existe essa diferença, só que vai, quando vai pro povão, quando você bota alí vai pra todo mundo, em níveis diferentes, entendeu? Eu, eu consegui explicar? (CECÍLIA, 44 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 11/05/16).

Mesmo o eleitor compreende que a opinião chega a diversos níveis. O termo opinião pública, historicamente, comportou um duplo sentido que ainda se depreende atualmente: “por um lado, a opinião é, com efeito, “a afirmação de alguém que não é perfeito”, isto é, o julgamento irrefletido que é peculiar às classes populares e ignorantes. [...] por outro lado, ela é o que é fixado por pessoas instruídas em qualquer ciência”. (CHAMPAGNE, 1996, p. 46).

Champagne (1996) observou que a opinião pública durante o século XVII foi usada como maquina de guerra das elites, podendo ou não ser compartilhada com todos. Como uma ideologia profissional ficou restrita a grupos sociais letrados que buscavam impor sua visão. Esta configuração vai se modificando com a chegada das “Luzes” e sob pressão de uma corrente revolucionária, com a proposta de livre circulação das ideias e a defesa do espírito público.

Para as elites sociais e políticas, a massa, espontaneamente pensa mal ou, até mesmo, não pensa; portanto, é necessário proceder como se os que falam em seu nome (os eleitos) a exprimissem perfeitamente ou, então, por uma espécie de prestidigitação, fazer com que ela diga o que pensam os que sabem pensar, mas não têm a força do número para dar força social aos que pensam, em suma, proceder de modo que as ideias “esclarecidas” se tornem ideias-força na medida em que são defendidas por grupos fortes e numerosos. (CHAMPAGNE, 1996, p.56-57).

As manifestações aparecem como um modo de exprimir a opinião pública, uma vez que revelam em sua origem movimentos de protestos. Os movimentos começam em certos aspectos incertos e confusos, mas revelam-se como forte componentes para definir o que supostamente é a opinião pública e a sua busca pela representação.

Hoje, pelo que eu tenho observado, né?! E, e, tanto conversar, escutado alguma coisa ou visto na televisão, o eleitor hoje ele tá “insatisfeito” (destaque dela) com a política a nível nacional. Não falo nem local, a nível nacional. A gente tem observado que eles estão muito revoltados, agora só que, que se revoltam, mas, mas não sabem buscar uma solução. Exemplo: eles reclamam que, que o Brasil tá assim, que o Brasil tá assado, só que ele não, não, não buscam... as pessoas foram, há um tempo atrás, foram pra rua cobrar R\$ 0,20 de uma passagem de ônibus. Foi um vandalismo, uma esculhambação, é, pessoas sendo agredidas, até um, um cinegrafista morreu, de um rojão que foi soltado, aquela coisa toda e as pessoas não vão pra rua pra questionar que quando a presidenta viajava, fora as despesas que eram pagas, ela recebia 10mil reais. Eles não vão pra rua questionar isso. Eles não vão pra rua questionar a questão da saúde, que a tabela do SUS “fazem” 16 anos que não é reajustada. Eles querem saber que têm direitos, mas e os deveres de cobrar e cobrar dentro de uma realidade? Eles não vão, eles não pensam que, vamos supor, no Brasil existe muitas mordomias a gente sabe que existe. Você, você vê que um país como a Alemanha, um país riquíssimo, né?! Onde a chanceler ela vai pro supermercado fazer a compra. A compra da casa da presidente foi 110 mil, onde você vê que ela recentemente, a última vez que ela viajou foi pros Estados Unidos, o sogro, o, o pai, é... o sogro do meu irmão, tava voltando e ela tinha 3 aviões com todas as despesas pagas por nós. O marido da chanceler alemã, ele paga a passagem pra ir num voo comercial, o, o cara da Inglaterra, aquele, esqueci o nome... Tony Blair, foi, foi, é... bateram uma foto dele, ele num voo comercial entre Londres e Portugal. Ele num ia com nenhuma comitiva e as comitivas que vêm de lá pra conhecer algum, alguns empresário aqui, pra fazer parcerias são, vamos supor, num vem aviões, vem voos comerciais e aqui não, vai comitiva de avião grande da força aérea nacional. Então são essas disparidades assim, que eu acho que as pessoas não, não têm... sabem cobrar, mas de contrapartida, sabem dizer, mas não sabem cobrar, então fica uma... (CECÍLIA, 44 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 11/05/16).

A referida fala traz em seu bojo uma das manifestações que mobilizou o país. Conhecido como o movimento “Vem Pra Rua” ocorrido no ano de 2013, em protesto contra o aumento de 0,20 centavos das tarifas de ônibus, autorizados pelo Governo Federal, o movimento ganhou expressividade e tomou de conta de todo país. A rejeição aos movimentos fica clara na fala acima, na crítica ao aspecto combativo do movimento, o que se espera é que para serem aceitos, estes movimentos se ‘enquadrem’ também numa lógica e regularidade que todos aceitem.

Champagne (1996, p.60) observa que houve uma domesticação da manifestação de rua, limitando-os a uma expressão regulada sem a utilização do golpe da força. E com isso, reforça-se a concepção de que as classes dominantes não percebem a

necessidade das classes populares se manifestarem. Basta perceber que no ano de 2015, o movimento Vem Pra Rua, agora com a inserção de novos grupos de poder, chamam novas manifestações para que a população ocupem as ruas de todo o país pedindo a investigação de esquemas de corrupção, cobrando da presidenta Dilma, recém-eleita na campanha de 2014, averiguamento sobre as ‘pedaladas’ que estavam à época sendo julgadas no Tribunal de Contas da União.

Eu acho que algo muito positivo que houve agora foi, foi essa questão do, do, da volta do povo às ruas, que eu acho que isso marcou bastante, isso já deveria vir de outros governos que antecederam esse governo Lula, é pra ter havido também no governo FHC, onde a gente... um momento econômico difícil também, antes do governo FHC também Itamar Collor, Itamar Franco e Collor de Melo, no caso Collor de Melo sofreu o impeachment por causa justamente do povo na rua. Eu acho que isso deveria mais acontecer em governos estaduais, onde você vê governadores que, que existe uma certa blindagem do parlamento estadual em cima do seu governo, então por isso eles não vão ser cassados e nem haver qualquer tipo de sanção sobre os crimes ou as infrações que eles venham a cometer. Eu acho que as lembranças mais positivas são em torno disso aí, em que o povo foi à rua, foi melhorar do... É... Foi questionar o, os serviços públicos que estavam sendo oferecidos e a gente sabe que não é nesse governo que vai se resolver, né?! A gente tem que entender que existe um procedimento corrente, é um histórico, de, de, de acontecimentos. O Brasil se desenvolveu bastante, cada governo tem seu ponto positivo e negativo. O Brasil evoluiu bastante só que a gente tem que entender também que em determinado momento tais atitudes também não venham a ser corretas naquele momento. Temos que entender que, temos que entender que talvez nesse momento o povo não quisesse o tipo de governo que tem. (IGOR, 22 ANOS, POLICIAL, ENTREVISTA 23/04/16).

Chamamos atenção para este segundo movimento, pois, longe de ser um levante que interessasse somente a questões do “povo”, o movimento assumiu-se enquanto balizado por partidos e grupos de poder (aqui se insere os grupos de imprensa) e se institui com tal força, revelando no seu seio por um lado, um aspecto democrático considerando que se viu a mobilização de muitas pessoas nos mais diversos cantos do país expressando suas vontades; por outro, revelando as fragilidades do consumo que é divulgado pela imprensa sem tanta maturação e processamento do que se está sendo discutido.

A mobilização em manifestações, comícios e desfiles representam formas estratégicas de grupos enquanto categorias sociais garantirem representatividade, apresentam-se através de palavras de ordem que são colocadas de modo a ser aceitas

pelo maior número de pessoas. Chamar alguém “para a rua contra a corrupção” aparece com um teor público forte, de maneira que faz com que as pessoas se sintam ligadas numa causa coletiva.

Champagne (1996, p.71) problematiza que com a multiplicação das formas de expressão política e o aumento dos agentes que buscam produzir e impor a opinião pública, esta escapa do controle resultando “num conjunto de ações difíceis de controlar por um único agente, mesmo tratando-se de um poder político”. Dessa maneira, a opinião pública passou a ser representada por uma diversidade de agentes que visa impor as mais diversas visões na parcela da população que interessa ao governo.

A multiplicidade de agentes e o acúmulo das mais diversas notícias acabam por dificultar, ao invés de ajudar os eleitores a tomarem suas decisões. Os temas políticos aparecem nos jornais e veiculados pela imprensa através de termos técnicos que corroboram ainda mais na dificuldade e acesso à informação, soma-se à isso a dificuldade de distinguir a quem se dirigir no universo da política, a compreensão de que muitas vezes o eleitor não sabe a que atribuições cada instância ficam responsável.

Justamente são os outros elementos. As pessoas ainda deixam muito a desejar porque elas não discutem. É... Vamos supor, existe um, um conselho vamos supor, na área da saúde, existe o conselho municipal de saúde, onde lá são discutidas as propostas. As pessoas não vão pra discutir, o que é que eu quero? Apesar de ter representantes de várias entidades, mas é aberta ao público, mas as pessoas não se interessam de conhecer, de saber como funciona, o porquê daquilo ali. As vezes existe, existe um, um, tipo um caso, assim, eu, eu digo por que? Porque é... As vezes vem... É, as pessoas não, não sabem distinguir a, o grau da, da, daquela entidade que é, é relacionada. Exemplo: a gente tá passando por esse, essa questão agora da, momentaneamente da água, então as pessoas ainda, nas redes sociais, elas ainda, ela ainda cobra do prefeito que tá fazendo o São João, o que é que tem haver o prefeito com a Cagepa? A Cagepa num é do estado? Mas as pessoas cobram ao prefeito que não tá fazendo. Como se não é da alçada dele? Então as pessoas ainda não sabem a quem se dirigir. As pessoas dizem assim: Ah, eu tenho direito a saúde, eu tenho direito a educação, eu tenho direito a isso, eu tenho direito aquilo, mas as pessoas não vão saber aquele direito, daonde é que sai. (CECÍLIA, 44 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 11/05/16).

Lippman (2008, p. 30) revela em sua discussão sobre o mundo exterior e as imagens em nossas mentes o quanto nós conhecemos indiretamente o ambiente na qual vivemos, de modo que a ficção vai fazendo parte determinante do comportamento



político dos homens. Ele chama de ficção “a representação do ambiente que em menor ou maior medida é feita pelo próprio ser humano”.

Atenta para o fato de que as pessoas respondem tão fortemente as ficções quanto à realidade

Eu acredito que dependendo do candidato, não sei, dependendo da equipe que trabalha para ele, nesta questão da mídia, *tem uns que tem uma mídia mais, que bate mais forte e ele apresenta até o que não fez*. E existe o candidato que tem uma característica de trabalhar mais e mostrar menos. Outro dia eu tava observando uma propaganda do Governo do Estado falando sobre a água, “mas que Estado é esse? É o estado que eu moro e eu não vejo nada disso. Onde é que tá esse trabalho?”. Aí você observa logo um ator, né, de uma agência que eu não sei e eu acredito que provavelmente não é daqui da Paraíba, o sotaque não é nosso, e você observa que... “Mas onde é esse programa da água? E a gente está tomando água com o fundo de Boqueirão, com metais pesados, eu fico observando isso, “mas onde é que tá funcionando o tal programa?” Em relação as três esferas: Municipal, Estadual e Federal. “Mas onde é isso? Que país é esse? Que eu não vejo, que eu não observo?” Isso eu não consigo enxergar isso aí e não que nós não tenha procurado, né, porque quando você viaja para o interior você sai procurando, né. E você não vê isso. *A questão da Pátria Educadora que a mídia continua fortalecendo, mas que Pátria Educadora é essa que cortou um monte de programa? Que você sabe que efetivamente aconteceu corte, né, porque você ou tinha um amigo que dava aula no Pronatec ou você é um amigo que era PIBID que pra voltar foi uma luta aí você observa que fica na mídia, na realidade, tem alguma coisa diferente aí*. Eu acredito que como o gargalo no país sempre o mote é o mesmo: educação, saúde e segurança, na segurança não tem como camuflar os dados porque as pessoas estão morrendo, né, aparece direto, não tem como. Porque a mídia policial é um bombardeio, então o cara não tem como ir para televisão dizer que o povo não está morrendo, que a gente está vivendo no paraíso. Porque elas estão morrendo. Na saúde, eles também não têm como camuflar muito a situação. Porque você observa os hospitais, observa na, nas unidades de saúde da família que o negócio está tá capenga. Aí eu acredito mais que eles usam os programas na área da Educação porque de certa maneira, as pessoas de um modo geral, a geral mesmo não sabe que problema é esse, o programa tem um nome bonito. “Eita, mas está tendo Pronatec, tá tendo Pátria Educadora” é o nome bonito, né, mas se for relacionada a água da crise hídrica “Programa Gestão da Água”, “Viva a Água”, são programas com nomes bonitos e acaba chamando a atenção, acaba passando uma natinha no olho da população. Mas, eu acredito

que até a população mais desinformada ela não está mais comendo essa corda não. *As pessoas estão ficando ligadas. Porque elas sentem a falta de água lá no sítio onde elas moram, na cidade onde elas moram, então elas estão começando a questionar, independente do grau de instrução.* As pessoas estão ficando antenada e a estratégia eu acredito que está ficando mando para a estratégia do trabalho ou cara trabalha, ou ele não fica não (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16, *grifos nossos*).

A pesquisa, seja nos relatos ou na bibliografia consultada, revela que a construção de imagens não está necessariamente ligada com a veracidade e a efetiva realização do que foi criado no momento de construir os personagens e até mesmo na manutenção do mesmo. Para isso revela-se uma grande habilidade em fazer a trama atravessar a vida real dos atores, sem que pareça meramente partes de uma cena, de modo que “o que cada homem faz está baseado não em conhecimento direto e determinado, mas em imagens feitas por eles mesmos ou transmitidas a ele”. (LIPPMAN, 2008, p.37).

Como aparece no relato, o mundo a ser considerado, aparece muitas vezes fora de nosso alcance e visão. As ficções que a entrevista menciona, diz respeito a dois Programas, um Estadual e outro Federal – Programa Viva Água e o Pátria Educadora – o primeiro visa ações de enfrentamento as situações de estiagem e tratamento da água em toda Paraíba com ações que busquem garantir o acesso à água em lugares onde a seca e a falta de políticas públicas não se realizam efetivamente; o segundo aparece como slogan do Governo Federal apontado no ano de 2016, com o intuito de discutir questões que estão sob responsabilidade de Estados e Municípios, a saber: financiamento, reformas educacionais, projetos, etc.

A entrevista problematiza que estes programas aparecem com muita eficácia nas propagandas televisivas que visam ‘melhorar’ a avaliação de candidatos e dos seus governos. Na prática, o que se tem visto são um conjunto de ações que nem sempre tem chegado à população e quando chega, nem sempre traz resultados e estímulos, a exemplo do corte de bolsas do PIBID<sup>38</sup> quando no início do ano de 2016 estudantes foram surpreendidos com o anúncio de cortes de bolsas.

A proposta seria o remodelamento do Programa, para que atuasse de maneira conjunta com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade certa (Pnaic) e o Mais

---

<sup>38</sup> Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

Educação, num enfrentamento aos gargalos da alfabetização e auxílio à educação. A proposta em tese aparece no cenário de crise orçamentária no Brasil, o que ocasionou cortes e gerou um conjunto de manifestações por partes dos estudantes, que buscam consolidar suas pesquisas e estudos, muitas vezes até sua permanência em universidade.

Chama-nos atenção também que embora se construam símbolos que sustentem as opiniões formadas, elas não se engessam no espaço, revelando que pode haver mudanças, graduais, mas existem. Quando a realidade se impõe, a ficção não pode apresenta-se sem o conflito, de modo que as pessoas que sentem na pele a falta das melhorias tão anunciadas enxerguem uma discrepância no discurso.

O conflito é a ferramenta que promove as mudanças que impulsiona a vida dessas pessoas, quando falamos da opinião pública, compreende-se que os símbolos gerados para inculcar as visões de mundo estão passando também ele por uma série de avaliações, “em tempos de razoável segurança, estão sujeitos à crítica, comparação e debate. Eles vêm e vão, coalescem e são esquecidos, nunca organizando perfeitamente a emoção do grupo todo”. (LIPPMAN, 2008, p.27).

O fato é que esta discussão acerca da opinião pública é algo que revela complexidade, o próprio Elias, mesmo sem negar esta, revela os diferentes planos de opinião tal qual acentua Bourdieu. As considerações deste autor nos inquieta quando nos deparamos no cenário democrático e neste se revela a importância da opinião:

A opinião pública está sempre potencialmente presente, no mesmo sentido em que o espectador está sempre diante do ator que representa no palco. Os espectadores estão presentes em silêncio; assistem. Apesar disso, tem uma influência sobre aqueles que atuam no palco político – pelo menos em países democráticos, embora não nas ditaduras. (ELIAS, 2006, p.124).

Tal como Bourdieu, Elias observa essa despolitização de algumas instâncias na sociedade. Para este, quando a ‘massa’ da nação é instruída, certamente a opinião pública será uma força potencial. Entretanto, não entendemos que tudo na opinião pública se restrinja somente as ‘massas’, neste sentido, a interpretação proposta por Bourdieu (1972, p.06) nos oportuniza o entendimento mediante a noção de *ethos*, o que ele chama de *ethos de classe* (grifo do autor)

isto é, um sistema de valores implícitos que as pessoas interiorizam desde a infância e a partir dos quais produzem respostas a problemas extremamente diferentes [...]. Uma enorme quantidade de respostas,

consideradas como políticas, são na realidade produzidas a partir do ethos de classe e podem se revestir, ao mesmo tempo, de um significado inteiramente diferente quando são interpretados no terreno político.

Para além de uma discussão que revela a estrutura e estratificação social presente nos dois autores, quando Bourdieu sinaliza esta resposta mediante o *ethos* de uma classe, acionamos uma discussão que é mais aprofundada em sua análise e que também aparece de maneira emblemática na abordagem de Elias, o conceito de *habitus*.

Ao atrelar a noção de *habitus* à dimensão política, reforçamos aquilo que na nossa análise é caro acerca do que entendemos como comportamento eleitoral, a dimensão subjetiva, sem que se negue a importância da estrutura complexa e macro que se pensa a política. Falar em *habitus* também permite que nos aproximemos da concepção da opinião pública, já que se pode perceber que esta influencia diretamente na formação de muitas esferas sociais.

Tem, agora recentemente teve um Levy Fidelix, ele tinha uma posição muito forte à população LGBT e os homossexuais e isso... O debate da Globo, ele, as pessoas apunhalaram muito ele, pediram até que ele fosse excluído da candidatura por conta de alguns comentários ofensivos a população LGBT, então isso marcou agora no último debate. (CILNEY, 23 ANOS, ELETRICISTA, ENTREVISTA 01/03/16).

Levy Fidelix (PRTB) candidato ao cargo de presidente no ano de 2014, fez durante a campanha falas que em determinados momentos “chocou” a opinião pública com agressividade referenciando-se aos homossexuais como “os que têm problema”. Os debates e entrevistas em que apareceu gerou extrema repercussão nas redes sociais, seus perfis foram invadidos, e sua candidatura pedida para ser retirada.

Ah, nessa última o que se sobressaiu foi a questão do preconceito, que o que eu achei muito bacana, que deveria ter feito isso outras vezes, foram ter pego os candidatos considerados pequenos, como Plínio, como Levy Fidélis, como... Ai, eu esqueci o nome do homem, o barbudo, o barbudo doido e a, ai, a mulher do Rio Grande do Sul, esqueci os nomes deles todos e colocaram eles pra debater também, isso causou muito, muita polêmica e muitos assuntos foram abordados e nós vimos o quanto que, ele, uma individualidade pode mexer com o país, porque isso angariou muitos votos, muitos votos pra eles, pros pequenos, que é justo. Não é justo ter dez candidatos a presidência e só quatro participarem de um debate, mas mostrou o quanto que, como é a mentalidade de cada um, porque o Lévy Fidélis é um homem extremamente preconceituoso, então ele ganhou muito voto da galera preconceituosa, mas ele foi escoraçado pelas minorias e isso

pra ele, eu acho que foi negativo, não pelo fato de ele ter sua mentalidade, mas pela forma que ele colocou isso e mostrou o quanto a Dilma é incompetente e mesmo assim ela ganhou. (GUSTAVO, 28 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 28/02/16).

As opiniões divergiam. É perceptível na fala que a miscelânea de assuntos provoca em nós as mais variadas concepções e reações, bem como é desigual o fomento destas temáticas de pesquisa. Podemos pensar que cada rede de relações que a princípio se pensam a partir das estruturas mais próximas, vão configurando representações sobre o mundo vivido.

A estrutura de cada um, o lugar que ocupa nos espaços sociais, as vivências vão fazendo que cada um de nós incorpore conjunto de hábitos e crenças muito peculiares, um *habitus*. O *habitus* é, pois, a estrutura que o sujeito interioriza neste universo de relações que independe de sua vontade, é a relação entre aquilo que o sujeito incorporou, mediante algo que lhe foi dado e a sua possibilidade de construção com o recebido, permite um agir orientado, uma conformação da ação do agente no sentido de tornar possível a realização de certos fins.

Essa incorporação, especialmente simbólica revela a complexidade de se falar em Opinião Pública considerando que existem diversos grupos de interesse que passam a disputar a inclusão e exclusão na formação da agenda pública.

Nós podemos ir pras pautas mais liberais. O Congresso, o mais conservador dos 120 anos, ou seja, se eles estão ali, eles estão por algum motivo, nós colocamos eles lá. Compreende até aqui? Mas, nós que colocamos ele lá, são as pequenas oligarquias que se insistem em se manter no poder através desse discurso de liberdade de expressão. Por exemplo, um país laico onde tem uma bancada evangélica, não consegui compreender isso. E essa bancada evangélica elegeu um representante como líder da Câmara e esse representante queria impor o Estatuto da Família, onde família só é 'mamãe, papai e filhinho'. Eu que fui criado só pelos meus avós, eu não sou família. E agora que sou criado só por minha mãe, eu não sou família. Isso chega a ser um insulto histórico, a população quer uma miscelânea, a população brasileira que veio aí dessa mistura aí de europeu, negro, italiano, asiático, isso chega a ser um insulto a nossa pluralidade cultural. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16).

Como as representações e o próprio *habitus* não são estáticos, é possível perceber um conflito que se apresenta numa sociedade extremamente moralista, personalizada e com códigos de conduta por demais engessados se voltando contra o posicionamento do candidato. Revelando que, individualmente as imagens que

construímos de nós mesmos e dos outros são as nossas opiniões públicas, entretanto “aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas, ou por indivíduos em nome de grupos, é Opinião Pública com letras maiúsculas”. (LIPPMANN, 2008, p.40).

Ao falar acerca destes conjuntos de comportamentos no cenário inglês, Elias (2006, p. 133) conflui em alguma medida a sua abordagem à de Bourdieu (2010), apontando a existência de convenções e expressões nativas que não se deixam traduzir em qualquer outro cenário, senão o inglês. Este conjunto de hábitos também são distintivos na hora da formação da opinião pública<sup>39</sup> e que a isso se deve dar mais atenção, pois, “a função do conjunto de comportamento como um sinal codificado, do qual os outros possuem ou não – conforme o caso – a chave, as diversidades dos sistemas nacionais de sinais certamente ainda não receberam , até o momento, a devida atenção.

Os comportamentos revelam uma miríade de significações e este comportamento codificado aparece aqui também ritualizado: nas expressões idiomáticas de falar, no humor diferenciado, “as pessoas são aceitas quando se comportam como os ingleses, quando conhecem os sinais e reagem a eles com segurança e naturalidade, tal como os nativos”. (ELIAS, 2006, p.143). Elias usa o termo ‘manipulação das relações sociais’ que se expressam nas maneiras de falar, muitas vezes só ganha funcionalidade quando todos os participantes se encontram em sintonia.

O que nos interessa de maneira emblemática ao trazer esta aproximação, com as devidas ressalvas, sobre a identificação do *habitus* no cenário inglês e francês é um desafio a nós para pensar a maneira pela qual no nosso país acionamos a opinião pública para desvelar peculiaridades nacionais ou, o contrário, como acionamos um *ethos*, um conjunto de hábitos e crenças que no cenário político indicam os temas e assuntos que colocam em polvorosa a opinião pública. Eis aí mais uma maneira de olhar o fenômeno político.

Infelizmente o eleitor está ficando muito mais esperto do que o candidato. Eu tenho um amigo que trabalha fazendo a pesquisa eleitoral e na agência, nessas contratadas para dizer a real , como anda a campanha e ela conversa comigo e eu, eu acho interessante, ela dizendo que chega na casa da pessoa pergunta a escolaridade, a pessoa

---

<sup>39</sup> Ele situa como exemplo o tempo. Numa situação de compra no verdureiro alguém comenta sobre o tempo, Elias (2006, p.131) observa que comentar sobre o tempo significa muito pouco, escolhe-se sobre este assunto para falar com outro alguém e o fato de haver respostas convencionadas indica este ritual de gentileza social que é próprio e compreendido pelos ingleses.

só assina o nome, eu fui lá no senhor:” vota em quem? Sei ainda não”. Tá na boca da eleição. Falta uma semana, 15 dias, 15 dias no máximo, eu não sei ainda não, aí ela coloca lá que ele tá indeciso. Perto aí... Quando ele nota que tá encerrando: “Mas você trabalha para qual dos dois?” Aí ela disse: “eu não trabalho para nenhum, eu trabalho para essa agência aqui”. Aí mostra o crachá, tô fazendo a pesquisa. “Ah doutor, bote aí que eu voto em Fulano que eu pensei que tu trabalhava para beltrano”. Aí é quem chegar primeiro né. Quer dizer durante uma pesquisa ele já está oferecendo o voto dele, aí ele não expõe, por que pode ser enviar e ele quer vender a e b, e quer vender a A também, então ele tá ficando mais esperto, mais esperto no sentido pejorativo da palavra, esperteza e isso não é bom não, isso não é bom não. Que as pessoas já se vendiam a grupos políticos, a gente já sabe e sempre existiu né, mas, agora, dessa maneira que está sendo agora, é, eu acho complicado. Complicado que depois a gente possa cobrar alguma coisa. (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16).

As sondagens de opinião são muito comuns na orientação em diversos ambientes: acadêmicos, jornalísticos, políticos, empresariais. Mas na política elas são muito expressivas e revelam um processo que busca a democratização da sociedade, pois, “obriga as empresas, políticos e outras organizações a procurarem saber o que o público pensa sobre determinados assuntos”. (ALMEIDA, 2007, p.417).

Embora revelem sua forte contribuição não se pode afirmar que tenha influência direta sobre o eleitorado, especialmente na escolha do seu voto. Mas, a sua maior expressão na política consiste em revelar o ponto de vista do eleitor sobre determinadas questões, indicando o nível de informação do eleitorado que refletem em suas decisões.

Durante a campanha, as sondagens de opinião são recursos bastante utilizados e passa a ser problemática a sua realização, pois, além de exigir dos pesquisadores um conjunto de normas e procedimentos rigorosos para não inviabilizar os dados de análise precisa também atentar para uma nova configuração de eleitor que se forma: o que camufla informações.

Se a agenda pública vai garantir a participação ativa desse eleitor, isso não podemos afirmar, o que sabemos é a que concepção do eleitor enquanto passivo ficou bastante arraigada na literatura e no entender dos eleitores, como observa a jovem entrevistada

Eu acho que não. Eu acho assim que, cada vez mais eles vem se preocupando com a questão de se mostrar, é como teve, teve uma frase que meu professor disse que o Brasileiro, de Érico Veríssimo a frase, disse que o Brasileiro, ele não é mais um povo, ele é um público que assiste tudo e ainda aplaude de pé, ou seja, eles querem uma

plateia, eles querem um povo que prestigie eles, e não importa se o povo vai chegar pra rebater, porque se você tá lá oferecendo um show, ninguém vai chegar pra reclamar da sua música, então, eles meio que mostram a opinião deles sabendo que o povo vai aplaudir eles independente do que eles pensam, falam, façam ou não, entendeu. E que eles não pensam no povo, não pensam nesses espaços públicos, eles pensam em querer ser uma estrela pra receber o voto do povo, dessas pessoas que não tem tanta crítica e pronto, e acabou, vão votar em mim e tchau, eu acho assim. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).

A política em sua interface com os meios de comunicação e enquanto espetáculo separa o homem em duas condições: agentes/atores e pacientes/espectadores. A política se realiza como um *show* e, tudo nela se formata para produzir um espetáculo consumível e ganhar a visibilidade pública. De fato, parece que grande parte de nós a consome de maneira distante, basta pensar em toda a discussão que se desdobrou até aqui, revelando que o acesso às informações não é o mesmo para todos e também nós, nem sempre estamos posicionados socialmente, nem estabelecemos determinadas redes de sociabilidades que nos privilegia a compor uma opinião pública.

Baseamos nossa discussão acerca da opinião pública, uma vez que é esta quem vai “acertando a mão” do que é importante socialmente para cada sociedade. Se temos uma opinião pública que sinaliza uma participação efetiva da sociedade, não podemos mensurar e é uma discussão que nos interessa, haja vista o ultimo pleito vivenciado no país onde tivemos um ‘ativismo’ contundente nas redes sociais nas disputas presidenciais.

O Eleitor que aparece como passivo numa proposta da política do espetáculo, público que assiste o jogo político, tem se revelado num jogo reverso no qual ele sinaliza informações falsas, onde ele recebe a benesse mas não vota. Não é a regra, mas este é o eleitor que desponta numa nova configuração de política, o eleitor está no jogo.

O fato é que, mediante as considerações de Bourdieu (1972), pudemos problematizar a maneira pela qual são pensadas as pesquisas de opinião e problematizadas se de fato representam uma opinião pública ou uma ação estratégia e politizada de grupos de interesses. Por outro lado, negar esta opinião é desmerecer, ao modo de Elias (2006), todo um processo que se pensa democrático, que se deseje em seu cerne do outro e para o outro.

Interessa, pois, apontar que o que chamamos de *habitus*, tem nos ajudado a pensar como cada esfera social aciona aquilo que lhe é importante, numa proposta de



não somente estratificar as esferas da vida, mas simbolizar de tal maneira que possamos compreender porque determinado grupo vai endossar este ou aquele elemento na esfera política.

Assim o fazem os candidatos que desejam conquistar seu eleitorado, assim o fazem os eleitores tentando reivindicar como lhes significa os seus desejos, de modo que para nós a opinião pública também vem através do signo do conflito, de um conflito que revela através dos temas acionados no momento da campanha, interesses de grupos dentro de uma sociedade.

Se não podemos falar de uma Opinião Pública, maiúscula. Podemos sim falar em agendas temáticas que vem ganhando desdobramentos e evocando respostas que são pontuais, no entanto reveladoras, sobre como o nosso país se aglutina ou distancia em determinadas questões, somos um conjunto de opiniões.

Estas agendas, estas discussões caminham para a compreensão do que é o público e de como ele é pensado no nosso país, através das nossas atitudes políticas que culminam no momento da eleição com o voto. Sem o voto não existe democracia. É partindo para esta discussão que iniciamos o nosso quarto e último capítulo revelando que a política tem um caminho que precisa ser traçado e este traço longe de ser pré-definido demonstram toda a beleza de viver um processo democrático que, apesar de não estar sustentado na igualdade, a persegue como meta.

# Capítulo IV

## Democracia em construção

*Eu tinha vontade de falar francamente eu não tinha ninguém que me desse noção de estudo, eu gostava de ler, mas eu não gostava de estudar, eu sempre gostei de ler, mas eu queria estudar, mas eu tinha esse trauma de aversão à escola. Eu queria ser advogada (língua), mas não tinha quem me ajudasse. Ninguém fez minha cabeça, o pessoal de escola de lugar nenhum gosta de mim, não gosta. As pessoas gostam de pessoas que não falam, as pessoas gostam de pessoas que aceitam, sabe como é que é? (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/14)*

## CAPÍTULO 4 – DEMOCRACIA EM CONSTRUÇÃO

Contemporaneamente a representação política com sua função de legitimar e garantir a governabilidade trouxe para a disputa política um elemento fundante na consolidação da democracia representativa: o voto. O dia de votar representa para nós brasileiros o dia desta festa democrática, de escolher nossos representantes e respiros de esperanças.

Não, eu sou a favor do voto. Eu acho uma ferramenta democrática muito importante, muito, muito importante. Mas, embora por trás dele essa, essa beleza que a gente espera nesse momento, que em determinado momento desse país chegava até a arrepiar, né, você imaginar que negro não votava, que a mulher não votava e que a luta se deu para que as minorias tivessem acesso é um momento histórico fantástico, porque você deixar que o outro escolha por você é muito triste. (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16).

O voto, suas motivações e significados, foi estudado por nós em exercícios anteriores, observado em seus aspectos subjetivos. Trouxemos como norte as considerações da Antropologia que nos permitiu privilegiar as conquistas que nos trouxeram até aqui, observando a política pelo prisma de redes e processos e não somente de perdas.

O voto, como formulam Goldman e Sant’Anna (1996) pode ser estudado sem que se faça a oposição entre abordagens micro e macro, por isso é importante considerar os mais diversos elementos, dos subjetivos aos institucionais, retirando de nossas explicações à suposta irracionalidade do eleitor brasileiro, a força da manipulação das informações nas escolhas de nossos eleitores e uma apatia na participação eleitoral.

Retomaremos estes pontos através dos relatos e amparando nas leituras e contribuições de Alberto Almeida (2008) ao refletir sobre a “Cabeça do eleitor” e as diversas nuances que faz com que os eleitores caminhem em direções que aparentemente dentro de uma lógica ‘esperada e racional’ não teria nenhum sentido, por outro lado, o autor revela que há todo um investimento e negociação que busca este eleitor.

O voto é escolha, o voto é adesão, o voto é do devoto. O voto aparece como o auge de um caminho que a democracia se pensou percorrer, o depósito na urna indica as

incongruências que o regime democrático até aqui vigente estabeleceu, amparado em desigualdades, repousamos no ato de votar toda a força e também toda esperança de sermos representados.

Até aqui percorremos um caminho que dissertou sobre a eleição, os candidatos, a opinião pública como a matéria prima que tem como alvo a cabeça do eleitor. Agora é chegado o entendimento de como este eleitor, através do voto começa a indicar para nós alguns elementos que implicam na composição deste modelo democrático. É através de suas falas e das atitudes políticas que se permite compreender e analisar como se tem pensado o que é público e especialmente o que é democracia neste país.

A construção da política, como nos explica Alessandra Aldé (2004) pressupõe uma pluralidade de opiniões e somente investigando os discursos das pessoas sobre política é possível que nós possamos compreender suas atitudes políticas, com a certeza de que em política não se opera no vazio, mas fazendo-se o uso do que é para nós muito relevante, as nossas culturas.

Com este entendimento objetivamos neste capítulo que finaliza a tese compreender as várias facetas de jeitos de se pensar e simbolizar a prática democrática, observando que esta ainda está em construção e que se compreendermos, mesmo através da cortina negra, as atitudes políticas que desenvolvemos nas práticas cotidianas, podemos re (criar) novas dinâmicas e discussões que ao invés de lançar o nosso país somente enquanto atrasado e corrupto, busque-se na sua cultura as possibilidades de mudanças.

#### **4.1. A construção da política: o voto na cabeça do eleitor**

Existe por trás da aparente desordem das preferências do eleitor um conjunto de escolhas e padrões que são por eles observados na composição de suas escolhas. É neste sentido que caminha uma possível explicação antropológica do voto, avaliando a pluralidade de motivações e a multiplicidade de aspectos que os fazem optar por este ou aquele candidato.

Partindo desta hipótese compreendemos que o auxílio de novas perspectivas têm nos ajudado a melhor compreender a ideia de uma Cultura Política<sup>40</sup> que ambienta um

---

<sup>40</sup> O termo ganhou expressão a partir da década de 60 com os autores Almond e Verba. Propuseram uma combinação de perspectivas das ciências do comportamento e sócias, a saber: psicologia, antropologia, sociologia com o intuito de abordarem a Política sob o prisma de uma orientação subjetiva em relação aos sistemas políticos estudados, especialmente democráticos. Nesta tese, quando mencionamos o termo

eleitor que avalia os seus candidatos, os partidos de um prisma lógico; talvez longe da explicação lógica que situam as teorias do comportamento eleitoral, mas dentro de uma lógica que opera simbolismos e crenças.

Sobre esta lógica, o autor Almeida (2008, p.19) nos ajuda a pensar alguns critérios que são avaliados ou que em seus termos evidenciam uma regularidade que podem ser apreendidas dos exercícios analíticos de campanhas eleitorais, o que o fez observar que existem um conjunto de fatores relevantes para que se possa explicar o voto, situa 6 deles: (1) A avaliação do governo, (2) a identidade dos candidatos, (3) o nível de lembrança dos candidatos, (4) os currículos, (5) o potencial de crescimento e (6) ausência de apoio político, simpatia e popularidade.

Um governo que tem uma boa avaliação é elemento que faz o candidato se lançar com mais chances durante a campanha. Aqui, mais do que a condução do candidato importa como toda a sua produção e investimentos está sendo recebida pelo público. Um dos entrevistados, que participava do pleito municipal, observa a importância da avaliação:

O que muda realmente é a tipologia do governo na qual se encontra, então se você tem um governo bem sucedido você não, não há quase mudança. Agora se você não administra conforme o povo quer, aquilo que esperam de você aí muda totalmente, então aquele - vou usar um termo forte – aquele bandido passa a ser mocinho e aquele mocinho passa a ser bandido, né, então você, de uma campanha pra outra o que é que muda? Você começa a mostra à população que aquilo que ele disse não está realizando. Então a, a comunidade em si enxerga muito bem isso, então ele entrou e agora não fez, então isso aí muda muito, então você passa dos dois extremos rapidinho. É tanto que você vira uma campanha de imediato. (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16).

Entre a campanha e a vitória existem negociações que já sabemos ser feitas. O *marketing* político embora parece ser muito relevante na condução do candidato, revela-se nesta situação menos importante do que parece, pois, o eleitor não quer correr riscos e a avaliação do governo passa pelas estratégias da campanha, na realidade acaba determinando-a.

Neste sentido, as pesquisas eleitorais reafirmam sua importância nesta enunciação e análise detalhada de como a população tem recebido ou avaliado um

---

Cultura Política, enfatizamos um modo de ser que trouxe a nós características que se assemelham, mas que ao mesmo tempo nos distancia de outras tradições democráticas. Ver: CARNEIRO, Leandro. & KUSCHNIR, K. As dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. In: Revista Estudos Históricos. V.13, Nº 24, 1999. Acesso em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100/1239>.

governo. Estas avaliações podem interferir nas variáveis do voto, como evidencia o entrevistado, sinalizando caminhos ou não de mudanças.

Para Almeida (2008, p. 35) as escolhas que dizem respeito a avaliação dos governos revela a lógica da esquiwa aos riscos. Um governo que é avaliado como bom ou ótimo revela sua força e indica as possibilidades de permanência ou mudança dos candidatos que pleiteiam os cargos. Quando pensamos o cenário de nossa pesquisa, estas falas ganham expressividade quando o eleitor vai construindo em sua narrativa as razões pelas quais revelam as lógicas de seus votos, que podem ser as mais variadas.

O voto pra mim, deve ser você botar seu voto de confiança naquela pessoa, aquela pessoa vai falar por você. Não que isso aconteça com todo mundo, porque muitas vezes como existe hoje ainda, a questão de compra de voto, gente que pensa ainda que o voto é uma negociação e não é, o voto é um meio da sociedade se expressar, da sociedade mostrar o que é que ela quer. Então pra mim o voto, ele deve ser muito assim, o que é que é melhor pra mim? Quem é que está oferecendo as coisas que são melhores pra mim? Quem está me mostrando esse melhor? E eu não tiver nenhum candidato que eu veja que não tá me oferecendo isso, eu vou votar nulo, porque eu não vou só mais um por votar. Como tem, por exemplo, minha irmã; minha irmã disse que ela não vota nulo, porque é um voto perdido. Mas eu acho que não é, que um voto perdido é você votar por votar. E o voto nulo é você mostrar que nenhuma daqueles candidatos vai lhe representar, que você quer outras pessoas, entendeu. Que assim, um voto ele é uma coisa certa e não uma coisa que 'ah, eu vou votar porque hoje é dia de eleição' e não 'ah, eu vou votar porque eu quero mudar meus representantes. Se não tiver alguém que me representa eu não vou votar em ninguém. Entendeu? Pra mim não é tipo, vou votar em Cássio porque ele é, porque já veio mostrando coisas, ele não tá mostrando agora, ele veio, parou e tchau. Então pra mim eu quero outra pessoa que chegue e faça e não numa pessoa que vinha fazendo e não faz mais. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).

A confiança passa pela avaliação do candidato pelo eleitor, para quem considera “que o governo bom ou ótimo, ele tem maior preferência para votar no candidato do governo ou naquele que disputa a reeleição. Sendo uma lógica, ela se aplica a qualquer eleição: federal, estadual ou municipal”. (ALMEIDA, Ibid. p. 35). Neste caso, o governo que foi bem avaliado durante algum tempo, atravessa mudanças e avaliação que indica também a mudança de voto no eleitor.

Quem se mostra melhor, realizando com mais eficácia tende a uma maior adesão de eleitores. Outro aspecto a ser abordado é sobre a transferência de votos no que diz respeito a avaliação. O autor observa que a transferência de votos é um fenômeno difícil

de ser identificado, por outro lado, se um governo é bem avaliado e o candidato não pode mais se reeleger, é possível que a sua indicação ganhe substância e que os eleitores possam votar no candidato indicado.

Na eleição para disputa do cargo de Deputado Federal na Paraíba, no ano de 2014, este cenário onde o apoio do político aparece na conquista de outro candidato surge durante as entrevistas quando se menciona a candidatura e a vitória do filho do Senador Cássio Cunha Lima

Porque é filho de quem? De Cássio Cunha Lima. Quem é Cássio Cunha Lima? O amor da vida dos paraibanos que perdeu agora a eleição para Romero (Ricardo) perdeu bonitinho, isso quer dizer que a população está se conscientizando que ele não merece mais estar aqui, ele não merece mais, ele tem que procurar a política no outro canto, não é mais aqui em Campina, ele viu o baque que ele levou, então é esse tipo de gente, Veneziano, Cássio Cunha Lima, esse filho dele que eu nunca ouvi nem falar, entrou aí de repente e foi eleito, que eu não sei nem quem é esse homem, eu preciso dele pra que? Pra que eu preciso dele? Eu preciso é que Deus dê saúde a meu marido, meus filhos, para me dar de comer porque se eu for depender de um político, eu já tava na taba fazia é tempo, é desse jeito. (JEANE, 56 ANOS, DO LAR, ENTREVISTA 23/02/16).

Aqui se observa sua sexta regra na explicação do voto, não se pode contar com a transferência, mas se pode contar com a referência. Esta, “pressupõe que existam um ou mais argumentos. Isto é, a pessoa que indica fornece motivos para que você contrate o indicado, preferencialmente motivos visíveis e concretos”. (ALMEIDA, 2008, p. 85).

Em sua tese sobre a elite política paraibana e a maneira pela qual os grupos familiares foram construindo espaços para controlar o Estado, Monteiro (2016) retoma a importância de congregar dois tipos de capitais na ocupação dos cargos eletivos, são eles: político-familiar e econômico. Por meio das redes de parentesco o autor observa que as famílias políticas são aquelas que

Herdam ou constituem capital político-familiar que permite a inserção de vários parentes e/ou agentes que se encontram no âmbito da parentela no aparelho de Estado, tanto nos cargos de comando dos principais órgãos do Estado, como nos cargos eletivos e de representação (vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, governador e senador) na república brasileira. (MONTEIRO, 2016, p. 19).

A Paraíba, de acordo com os resultados de sua pesquisa, se encontra numa efusão de parentes e os herdeiros não herdam apenas o nome da família, segundo o

autor consubstancia-se a concepção de que a política está no sangue. E ele vai mais além, observando o que chama de *modus operandi político* que se estabelece num longo processo de socialização que são vivenciados nos contextos destas famílias que vivem no universo da política.

Neste caso, ser filho ou como aponta Monteiro (2016, p.104) é herdar uma legitimidade que se traveste de um *habitus*, naturalizando algo que é fortemente antinatural, mas sim construção social. Talvez por isso, o próprio autor evidencie que “Os herdeiros, muitas vezes, não possuem nenhuma experiência em cargos públicos ou mesmo em cargos de direção ou comando. O capital político-familiar, enquanto capital simbólico, torna legítimo a ocupação de cargos de comando e/ou eletivos”.

O fascínio desta discussão está em compreender que a utilização do capital político-familiar não é um privilégio ou ônus de uma federação, mas um quadro que se revela na constituição histórica de nosso país, a política como bem, observa nas análises, é um negócio de família:

A herança simbólica que essas famílias carregam no nome, nas instituições públicas, nos órgãos de Estados, no mercado empresarial, nos lugares de memória como um todo, possibilita ativar distintivos materiais, simbólicos que lhes permite atuar no campo de disputas, a partir de acúmulos de capitais como o capital econômico e o capital político familiar, que se traduzem em capitais simbólicos os quais tornam diferentes dos outros agentes no espaço de competição. (MONTEIRO, 2016, p. 132).

A indicação política, neste caso, revela-se quando o pai pede votos para o seu filho, utilizando-se de sua popularidade. Ele não transfere votos, popularidade ou simpatia, como bem relata a entrevistada na referida fala, mas, a tradição familiar e política que o candidato construiu em toda sua trajetória política encontra nos eleitores o desejo de continuidade, o que garantiria a eleição do seu filho. É o que ele denomina encontro de afinidades.

Políticos pedem votos para políticos. Este pedido é baseado em algum tipo de argumento: vote nele porque ele dará continuidade ao governo, vote porque ele fez uma obra, e por aí vai. Para que este pedido seja efetivo, é preciso que haja afinidades entre seus respectivos eleitorados. (ALMEIDA, 2008, p. 89).

Por outro lado, contrastando o que revela o autor, nem sempre essa estratégia é garantia da escolha. Vejamos que a justificativa para o eleitor escolher determinado



candidato pode ser exatamente a justificativa para outro eleitor não o escolher, basta observar a negação na referida fala ao mencionar a negação do candidato indicado. Ele observa também em sua pesquisa que quanto mais escolarizado é o eleitor, menos ele aceita esta transferência de certa popularidade, o que também pode ser refutado com a fala acima.

Outro elemento importante é a identidade do candidato; vimos no capítulo anterior toda a preocupação e reforço do imagético do candidato, mas, o autor chama a atenção para a clareza na construção da identidade do candidato, que implica em sua capacidade de articular também um posicionamento pessoal.

Um dos elementos que pode prejudicar um candidato é a falta de clareza na sua imagem ou nos ideais que apregoa. Como discutimos, a imagem precisa ser muito bem construída e alimentada, para que não se forje uma representação falsa do candidato e com isso ele saia perdendo a credibilidade. A identidade permite-nos falar sobre o que as pessoas gostam em determinados candidatos, vejamos:

Bom, eu procurei o que tivesse a causa mais nobre, eu nas duas eleições que eu participei, que eu votei apenas pra presidente. Na primeira eu votei na Marina, na Marina Silva, porque ela era uma das pessoas que na época, tava sendo considerada mundialmente como uma das pessoas que podia salvar o planeta, mundialmente ela era conhecida assim, por ser uma ambientalista praticante e ela não foi pro segundo turno, ficou entre a Dilma e o Alckmin, o Geraldo Alckmin. Como eu já conhecia a política de Geraldo Alckmin que ele era Governador de São Paulo quando eu morava em São Paulo, eu não ia votar nele. E eu não confiava nenhum pingão na Dilma, porque nos debates ela mostrava que era uma pessoa completamente incapaz nem de responder nada, mas ruim por ruim, eu acreditei que a Dilma não era uma pessoa maldosa, votei na Dilma. Segundo turno Dilma e Aécio Neves. Não, primeiro turno primeiro votei de novo na Marina Silva, eu ia votar no Eduardo Campos, só que no outro dia o homem morreu, então foi pra Marina Silva que foi quem ficou no lugar dele, também pelo fato de ela ser ambientalista. E o Eduardo Campos eu ia votar, porque durante o mandato dele na, no Pernambuco, Pernambuco cresceu. Pernambuco evoluiu, então se ele teve um dedinho nisso, por que não? Se durante o mandato dele o lugar evoluiu porque não? Se foi bom, então que seja. O Aécio não, o Aécio destruiu com a Educação de Minas Gerais, o Aécio enricou, fez até aeroportozinho pra ele, sem contar que era um homem que tava com problema na justiça na época, se eu não me engano até mesmo de ter agredido uma mulher, pra quê que eu vou votar num homem desse? Jamais. Aí o que acontece, no segundo turno dá Dilma e Aécio, a Marina Silva pega e vai pro lado do Aécio, hoje eu não voto mais nem nela, pra largar de ser besta. E na Dilma, era uma mulher que não sabia responder nada, se perguntasse pra ela quanto era dois mais dois ela ia falar da enchente de São Paulo, então eu anulei meu voto. [C -

**O critério de escolha?]** O critério de escolha? O passado. Se durante a última campanha, o último mandato, o político teve êxito, eu voto nele. (GUSTAVO, 28 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 28/02/16).

São dois momentos distintos e que merecem um olhar mais cuidadoso sobre a construção da imagem pública da candidata Marina Silva. Na primeira referência a candidata, representante do Partido Verde (PV) lançou-se a candidatura no ano de 2010 ao cargo presidencial identificando fortemente sua imagem à luta por direitos ambientais, de maneira que sua fala coadunava com a proposta do partido e com uma proposta ideológica que fez os seus eleitores identificarem claramente a sua representação e propostas.

Quatro anos depois a mesma candidata aparece numa configuração diversa, numa aliança política com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) a candidata aparecia na configuração eleitoral não mais disputando a presidência, mas numa forte aliança em oposição ao governo vigente representando pela presidente Dilma Rousseff (PT), como vice candidata de Eduardo Campos, que se projetava do cenário pernambucano à eleição presidencial.

Na fala do entrevistado podemos retomar a avaliação positiva que o candidato revelava no exercício do governo em Pernambuco e a inclinação à adesão dos eleitores as suas propostas. Entretanto, o mesmo revela a falta de clareza da imagem da candidata de uma passagem de governo a outro. Forjar uma identidade não se trata somente de deixar claro ao eleitor em que lado possa estar as características positivas precisam ser ressaltadas.

No caso da primeira eleição a candidata revelou forte identificação ao eleitorado por defender causas ambientais, sua escala de crescimento durante a eleição foi apontada em diversas pesquisas e projeções, com a chamada “onda verde”, mesmo que não tenha conseguido expressividade para levar a eleição a um segundo turno. Queremos chamar atenção para a clareza da imagem que a ajudou durante a eleição.

A candidata Marina estabeleceu-se nas duas disputas numa franca oposição ao governo que durante muitos anos participou, cenário observado em outras entrevistas:

Eu não levo, muitas vezes só a inteligência. A última eleição pra Governador eu não votei em ninguém. Eu vejo muito isso, pra mim, um dos melhores políticos desse país, ele pouco aparece, é aquele Cristovam Buarque, é o melhor político que tem nesse país, mas você não vê ele se exibindo por aí, e eu gostava muito da Heloisa Helena,

eu gostava muito dela, mas depois eu me desencantei, eu gosto do olhar barraqueiro dela, né, é o que as pessoas mais odeiam, é o que eu mais gosto. E eu gostava também da Marina Silva, também não voto mais na Marina, nunca mais. E tem uma outra coisa que eu acho que o PT fez para melhorar a vida deles, a vida do PT, ele fez uma faxina no PT e tirou as melhores pessoas que tinha, logo de cara que era pra poder fazer isso que eles fizeram agora, eles tiraram a Marina, tiraram a Heloisa, tiraram até a horrorosa da Marta Suplicy, né, eles afastaram, Luisa Erundina, né, pra começar esse círculo nojento que eles fizeram. (SOCORRO, 65 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 08/03/16).

Mas esta oposição foi perdendo a clareza para o eleitor, no momento em que novas alianças políticas foram forjadas e a imagem da candidata foi ganhando ares difusos. Percebemos que a falta de identificação em sua imagem foi também desconstruindo as características positivas em relação às demais características pessoais e governamentais que a candidata já havia revelado, implicando num declínio de popularidade e negação do voto.

Na segunda eleição, valeria a afirmação de Almeida (2008, p.54) quando afirma que “a cada eleição que um político disputa, ele acumula a musculatura da lembrança”. Podemos situar, que embora se arraigue uma cultura que afirma que “o povo esquece em quem vota”, a lembrança é um dos fatores que permeiam a escolha do voto.

Então, analisando o voto por esse lado eu acho muito interessante. Continuo achando interessante nos dias de hoje, por exemplo, com toda corrupção, os processos, com essa história da compra de votos, você observar que em determinados momentos, determinados pleitos o povo decide. Mesmo que ele venda o voto a fulano, ele diz: “Não, mas eu não quero que fulano ganhe não, vou votar em Beltrano”, isso de certa maneira diz que quando o povo quer, deixa claro pro político, deixa claro pra todo mundo que quando o povo quer ele consegue, ele consegue. Embora talvez ele não tenha essa consciência que ele tem na mão o instrumento de mudança, que ele não tem essa consciência (mas ele tem!), e ele vai lá e diz “não, eu quero que fulano, tem que fazer alguma coisa pelo meu país, pela minha cidade, pelo meu Estado”, né? Eu observo isso no, se chegar no mérito da questão das campanhas de Lula, né, foram três e parecia que ele nunca iam conseguir, né, tirando de lado a ideologia de que um dia eu achei de que era o povo chegando ao poder, tirando essa característica, mas chegou o momento que as pessoas disseram: “*não, vamos dar oportunidade para o cara lá, vamos ver o que ele vai tentar fazer*”, e ele conseguiu, né, e diríamos até de uma maneira tranquila diante daquele processo cruel da Rede Globo, em relação a figura pública dele, né, que tentou, tentava desconstruir, desconstruir, desconstruir. Mas, as pessoas disseram do Oiapoque ao Chuí que queriam que ele fosse o presidente e ele foi e na segunda campanha então, na reeleição de uma maneira muito mais tranquila, de uma maneira muito mais

tranquila, porque as pessoas quiseram da primeira vez, quiseram da segunda, não é? *Na campanha de presidente você observa muito isso, você observa o fenômeno da compra de votos e observa a coisa até mais grave que é a questão da mídia, é a questão do grupo político que a mídia escolhe para apoiar, logico que pessoas vão receber suas recompensas, como isso é cruel, então o instrumento do voto pra mim ele é fantástico.* (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16, *grifos nossos*).

A eleição presidencial do ano de 2002, retratada na lembrança da eleitora, remonta um momento específico no país, analisado por muitos cientistas sociais e políticos. A chegada de Lula ao poder, depois de inúmeras tentativas (1989, 1994 e 1998) revelava uma conjuntura eleitoral marcada pelas derrotas do candidato, mas com eventos que o projetaram: “Destá vez, cuidou melhor do marketing eleitoral, contratando os serviços profissionais de Duda Mendonça e sua equipe, que, entre outros aspectos mostraram Lula e o PT como mais preparados para a presidência”. (COSTA, 2007, p. 238).

A eleição no Brasil dispara um mecanismo de largada desigual para os concorrentes, basta observar que o conhecimento de alguns candidatos traz considerável vantagens, referenciada como *recall*<sup>41</sup>. Ela acaba por aumentar a inclinação dos eleitores dispostos a votar dentre os candidatos que já conhecem. Esta vantagem foi identificada nas eleições em que Lula disputou na amostra em que o Almeida (2008, p. 54) delinea em sua pesquisa:

No primeiro turno de 1989, o petista ficou com aproximadamente 17% dos votos. Ele aumentou em 1998 para mais de 25% dos votos. Quatro anos mais tarde Lula conseguiria pouco mais de 30% para alcançar mais de 45% na eleição em que derrotaria PSDB.

Esse dado da lembrança também serve como forte indicador nos processos de reeleição. A presença da mídia foi observada de maneira sistemática por Aldé (2003) quando revela que houve uma mobilização positiva dos noticiários o que contribuiu para o envolvimento do eleitorado e a participação desta imprensa mais ativa, colaborou para melhor estruturação das campanhas.

São análises conjunturais diferenciadas, no ano de 1994 o cenário que instituiu o Plano Real criou uma pauta jornalística que favorecia o fomentador do Plano, Fernando Henrique Cardoso, muito da inclinação dos eleitores repousava na inclinação de um

---

<sup>41</sup> Em inglês significa lembrança.

governo que trouxesse certa estabilidade econômica. Em 1998 a aprovação para a reeleição do então presidente e a sua boa avaliação enquanto gestor trouxe uma campanha que do ponto de vista da imprensa não tenha ambientado muitas dificuldades. (ALDÉ, 2003).

Em 2002 o cenário é diferente uma vez que os índices de desemprego começaram a gerar más avaliações do governo de Fernando Henrique, bem como se gerou uma série de reportagens, uma imprensa competitiva e atenta aos interesses da audiência, não necessariamente da população. Os candidatos que concorriam à referida eleição<sup>42</sup> também passaram pelo crivo da cobertura midiática, enfatizando as candidaturas de Roseana Sarney e Ciro Gomes sendo identificados num noticiário negativo<sup>43</sup>.

Na entrevista destaca-se a presença da emissora rede Globo numa atuação forte de divulgação, mesmo que durante os anos anteriores sua condução fosse de forte manipulação em detrimento da imagem do candidato, diferente do que se apregoa com a proposta da parcialidade jornalística: “notícias neutras contam a favor, ou seja, as notícias positivas e neutras é que, somadas, nos indicam a eficácia da candidatura em ocupar o espaço dos meios de comunicação”. (ALDÉ, 2003, p. 97).

A campanha eleitoral acaba por cumprir este papel de aumentar a inclinação dos eleitores em votar em candidatos que já conheçam, no caso específico do Lula, tornar-se conhecido a cada campanha teve um papel importante no processo que o levou a vitória, pois, “conseguir mais votos dentro do grupo de eleitores que já conhece o candidato é mais fácil e, portanto mais rápido”. (ALMEIDA, 2008, p. 57).

Entretanto, a lembrança também pode ser um elemento que funcione como impedimento na escolha dos eleitores quando vão escolher os seus votos, especialmente quando já conhecem o candidato:

Eu acho que a questão ideológica, a questão ideológica, eu acho que de fato, na minha geração, no meu primeiro voto era uma questão

---

<sup>42</sup> Luis Inácio Lula da Silva (PT), José Serra, Anthony Garotinho (PSB), Ciro Gomes (PPS, PDT e PTB), José Maria (PSTU) e Rui Pimenta (PCO).

<sup>43</sup>A candidata teve sua campanha desconstruída com a descoberta de R\$1,5 milhão no escritório da empresa Lunus da qual era sócia. A exposição na mídia revela e reforça a concepção que existem eventos que ocorrem no transcorrer da campanha que podem prejudicar a imagem do candidato, desconstruindo sua candidatura. No caso de Ciro Gomes, foi marcado pela ascensão, passando à frente de José Serra, aparecendo até meados de julho numa cobertura neutra e positiva, mas despenca quando é apontado em mentiras, falta de trato com os jornalistas, tornando as suas falas manchetes numa postura destemperada. (ALDÉ, 2003).

ideológica, né, tinha isso muito forte da questão ideológica, do movimento estudantil que era muito vivo, que era recém saído da ditadura militar, então todo mundo tava muito ávido por essa questão do voto, né, e pra mim a figura de Lula, ela me representava, nessa questão porque eu sempre fui muito ligada a estas questões populares, me chamavam atenção, nunca participei ativamente, mas sempre teve um despertar desde o ensino médio, então aquela figura me representava e hoje o voto que eu dou a figura não me representa totalmente, a figura não me representa e acredito que independente das gerações as figuras não representam mais as pessoas, né, cada um vota, por interesse pessoal ou porque foi induzido ou porque vota naquele grupo, aqui em Campina Grande isso é muito claro a questão dos grupos políticos, eles são muito evidentes, as pessoas votam no grupo político, mas a característica da ideologia, isso pra mim é... Eu sei que isso é algo característico da Globalização, né, se perder a ideologia, isso não é só no Brasil, né, isso é mundial. Então, era muito ligada à época, isso aí eu não esqueço na Polônia a figura de Lech Walesa e a figura de Lula, né, que eram dois operários, ex-operários, né, então ele me representava não só nessa questão, mas na questão de ter sido uma figura que também lutou contra a ditadura e lutou de maneira efetiva porque foi pra prisão, né, pra vir ao enterro da mãe ele veio escoltado ou foi do pai, não lembro, ele veio escoltado, então naquele momento, aquela figura me representava, hoje a figura não me representa mais, né, e eu não tiro isso pela questão do que eu escuto na mídia aí, o bombardeio que a pessoa vê, mas ele não me representa mais como ideologia, mas continua me representando dentro de uma classe social que deu um salto, que isso é inegável, você pode ser contra ele horrores, mas, a classe social na qual eu também estava inserida deu um salto e isso pra mim continua sendo importante, não pode ser apagado da história dele. (SOCORRO, 65 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 08/03/16).

É importante contextualizar a fala da entrevistada dentro de um critério geracional que indica fortes mudanças na maneira pela qual se vota. A lembrança do que foi vivido, denota as regularidades e mudanças que a política brasileira vem atravessando deste o seu período de projeto redemocratizante.

O eleitor não é ludibriado, nem mesmo as técnicas mais sofisticadas de comunicação, nem os manejos e artifícios dos candidatos são capazes de estabelecer crenças que não se coadunem com as experiências práticas que o eleitor vivencia no seu cotidiano e, enfatiza-se que nem o aspecto da escolaridade pode ser determinante nesta composição do voto, pois, ‘o eleitor lembra’ e estas lembranças, especialmente as negativas ficam bem consolidadas em sua cabeça.

O voto também, como a cultura democrática que aqui se instaura, vai ganhando variações e redes de explicações que podem se encontrar ou diferenciar-se de acordo com as redes sociais estabelecidas, com os cenários em que os eleitores estão sendo

identificados, nas gerações em que vivem. Na entrevista acima, a eleitora que não atravessou o período da ditadura, repousa num conjunto ideológico a explicação do seu voto, que foi se modificando na medida em que o governo do candidato escolhido também foi sendo modificado.

A associação do candidato a uma figura reconhecida internacionalmente, que aproxima o candidato à trajetória de vida e indica sucesso, revela também um gesto de identificação a ascensão e mobilidade de classes, a escolha pode passar pelo critério e reconhecimento de alguém que consegue ascender socialmente indicando eficiência, aspecto bastante considerado na avaliação de um candidato, sua capacidade de gerir e administrar faz com que o eleitor acione cálculos onde possa garantir mais satisfações e menos custos ao escolher seus candidatos.

Por outro viés, a entrevistada que mencionaremos a seguir, também utiliza do elemento da lembrança, em outro cenário, para justificar a sua mudança e decepção com o candidato que durante muito tempo de sua vida apostou. Quando indagamos em dado momento de nossa entrevista sobre sua participação na campanha, ela nos relata que,

Assim, anonimamente conversando com pessoas, né, e tentando fazer, tentando fazer a cabeça delas e principalmente na época do Lula contra o Collor, sabe? Eu ouvi muita besteira, ouvi muita besteira, tipo assim, mulheres dizerem ‘eu vou votar no Collor porque ele é mais bonito’, é, tipo ‘eu não voto no Lula porque eu odeio a voz dele’, agora eu perguntava: “Gente, o que tem a ver a beleza do Collor ou a voz do Lula?” Eu não tô falando de voz, nem de beleza, eu tô falando de ideias, né? É isso. Eu tinha sempre, quando eu acredito numa coisa, eu luto pelo que eu acredito, também quando eu descredito acabou. Mas, uma vez eu tava vindo do supermercado dentro do taxi e o taxista começou a falar sobre política e eu falei sobre política e ele me fez descer do taxi, porque ele era a favor do Collor e eu falei mal do Collor, foi (risos). Porque era o que eu sentia em relação a ele, eu não sentia sinceridade no Collor, assim, eu não sentia a sinceridade no Collor, eu achava que ele não era legal, que tinha alguma coisa errada com ele, a mesma coisa que eu sinto da Dilma. Entendeu? É a mesma coisa que eu sinto da Dilma desde o início, a Dilma mente, a Dilma tem alguma coisa... Ela, nem a câmara ela encara, ela tem alguma... Ela tá sempre escondendo, mentindo, o mundo dela não é o nosso, o país que ela vive não é o nosso, ela é uma Alice no país das maravilhas, é isso, eu não confio nela, como eu não acreditava no Collor. E, naquela época eu acreditava, errei e reconheço, mas, acreditava no que o Lula sonhava, o sonho dele era o mesmo que o meu, né. *Aí decepcionou, ele mudou, ele decepcionou, eu pensava que pelo menos na educação como ele era um semianalfabeto ele pretendesse mudar alguma coisa, mas ele piorou tudo isso, porque o PT piorou tudo, o PT piorou, ele arrasou, ele acabou com o país que nós estamos.* O país já era uma porcaria, né, e eles deixaram muito

pior. E porque sabe também? Eles, as pessoas não acreditam, mas eu era muito jovem e de certa forma, modestamente, eu tinha minha forma de lutar contra a ditadura; eu morria de medo, eu não nego não, eu morria de medo que eles descobrissem que na cozinha da minha casa tinha reuniões, né, e eu tinha uma criança pequena e eu tinha medo que de repente eles pudessem invadir a minha casa e pegar a gente naquela, naquelas coisas que nós fazíamos, eu tinha muito medo. (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/16), *grifos nossos*).

Aproximando-se do critério ideológico da entrevista anterior, o sonho e a emoção fazem parte dos critérios que alimentaram a explicação do voto da eleitora. O aspecto da mobilidade aqui é acionado de maneira contrária para o declínio do voto do candidato, exatamente por ser alguém que conhece as dificuldades de não ter acesso, o gestor deveria ter eficiência e garanti-la.

Por mais que possamos identificar muitas variáveis na escolha do voto, o vínculo entre infraestrutura socioeconômica e comportamento político não pode ser deixado de lado, o que não queremos é atrelar uma explicação negativa às escolhas. Na mesma fala, é possível depreender outro conjunto de fatores que orientam a escolha: a beleza, o vigor físico, a voz do candidato.

Longe de buscar explicar os motivos que fazem os eleitores votarem, aparece aqui a busca pela trama que se desenvolve até a chegada deste voto as urnas. Os fatores como beleza, desenvoltura, fazem parte do que Almeida (2008) revela como regra no desenvolver de estratégias que alcancem a cabeça do eleitor:

é aquela coisa que a gente bota assim, ele faz aquele perfil ou então bota no currículo dele o que ele fez, quem é ele, onde ele estudou, os pais dele, todo aquele histórico, que é o candidato que se candidata a primeira vez, né. Fulano de tal, filho de fulano de tal, aí a gente se questiona assim, fulano de tal é filho de fulano, mas fulano foi uma boa pessoa, assim, tinha um bom caráter, era responsável, será que ele é também igual ao pai? Então tem muita gente assim que tem essa ilusão, eu vou votar em fulano porque o pai de fulano é muito bom, ele segue a doutrina do pai, mas isso não existe, isso não existe, cada pessoa tem seu modo de pensar e seu modo de agir. (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

O currículo e a necessidade de resolver problemas são considerados importantes para o eleitorado. A política enquanto mercado onde existe a figura de quem vende e a de quem compra permite estas avaliações, necessitando o eleitor comprar algo de alguém que possa solucionar os seus problemas.



Eu acredito que não adianta, não adianta você ó, dizer: “não vou votar em ninguém”, porque alguém vai votar, aí é o que eu disse, se você, você, nós somos seres políticos e isso interfere na nossa vida, não adianta deixar pro outro uma escolha que eu preciso fazer, que é necessário que eu faça, né, então se eu tiver que escolher alguém eu vou ter que escolher pelo critério que eu defino como o de decência, do que deve ser um homem público, né, que eu vou encontrar essa pessoa perfeita, para administrar a cidade de Platão, que também era perfeita, eu não vou, isso é claro. Alguém já me disse que homem decente não se mete com isso, mas eu tenho que procurar aquele que pelo menos na prática, na prática das coisas que eu preciso utilizar, que a minha família precisa, que a grande população precisa utilizar se aproxime disso, né? Eu tenho esperança de que, até os que trabalham de maneira errada comecem a trabalhar mais corretamente, em relação, com relação a justiça, que a gente observa que hoje trabalha de uma maneira mais em cima da questão da compra de votos, da questão do desvio do dinheiro público, porque eu ainda acredito nisso. Mas, em contrapartida você vê um judiciário que também é, que está ruim das pernas, que é atrelado a grupos políticos, né, então não dá muito pra acreditar nessa parte do judiciário, mas dá pra acreditar que no meio desses rapazes aí, super jovens são promotores públicos, né, diante de uma denuncia de desvio de dinheiro de uma merenda, como aconteceu agora em diversas cidades da Paraíba se tome uma providencia e o cara agora vai ter medo, um medinho maior de pegar o que não é dele e desviar para uso pessoal o que é para uso público. (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16).

Conhecer é fundamental, pois, ninguém fecha um negócio com um desconhecido, quem não tem potencial de crescimento não vai longe. Reforça-se a tese de que a falta de crenças nas instituições estão cada vez mais acentuadas, especialmente nas instituições onde deveria haver a punição de atitudes que não condizem com o que se espera na política.

Neste sentido, o candidato que é conhecido e rejeitado, que perdeu a confiança, não cumpriu promessas ou adentrou numa arena que para o eleitor prejudicou o “bem comum” e em alguns casos o seu benefício individual, pode perder, além de sua credibilidade, o voto.

Devido a uma pesquisa, se for ficha suja ou algum tipo de problema com a justiça ou até mesmo seja suspeito, eu não vou votar nele, eu vejo a questão dos bens dele, se tiver muitos bens eu não vou votar nele, porque eu sei que ele tá ali pra enriquecer mesmo e se é pra enriquecer que seja um pobre ou seja, minha cabeça por mais que seja neutra já tem uma certa mentalidade de individualidade, infelizmente e quando é um, quando é questão de governador ou de presidente, eu gosto de assistir os debates e ver na bucha, na lata o que realmente eles querem e o que realmente eles pensam. (GUSTAVO, 28 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 28/02/16).

Outro elemento a ser abordado e que nos chama atenção na construção dos votos dos eleitores são as suas redes de sociabilidades. Numa discussão sobre redes e o processo político Barnes (2010) observa que esta é uma categoria analítica desenvolvida na Antropologia que tem em vista a análise de processos sociais envolvendo conexões, sejam interpessoais surgidas nas filiações a partir da inserção dos indivíduos em grupos tanto as conexões que vinculam os indivíduos a grupos diferentes.

Interessa-nos pensar a rede de laços sociais entre pares de pessoas na composição de uma escolha do voto:

Como eu já falei, primeiro de tudo é a honestidade. *Hoje, por uma questão assim de vínculo familiar em questão política, eu assim, eu vou seguindo a opção do meu marido porque de certa forma é uma coisa que vem em harmonia pra gente, né.* Mas, antes de tudo eu sempre prezo pela honestidade do político, e ainda assim, mesmo que não beneficie a ele quando realmente não condiz com meu ideal eu não voto. Eu prefiro as vezes até anular, que eu acho erradíssimo, mas não votar pra beneficiar apenas uma minoria. (ALINE, 30 ANOS, ARTESÃ, ENTREVISTA 15/03/16, *grifos nossos*).

Segundo Barnes (2010) as redes pessoais são parciais, derivam o status de uma pessoa que pode ser uma amiga, um marido, uma figura tradicional, nem sempre sinaliza a filiação de um indivíduo a algum grupo. As redes pessoais, no universo político, são mobilizadas e estruturam práticas de negócios que nem sempre funciona dentro do que se é pensado “legalmente” na política.

As relações pessoais, em qualquer grupo, são múltiplas, podemos indicar nas mais diversas situações em que se viva um processo eleitoral, falas que sinalizem as escolhas dos votos considerando estas redes, no caso em que se apresenta, a escolha do voto da eleitora se dá também pelo critério pessoal, onde ela segue o voto do seu marido, o que estabelece e harmoniza a rede em que opera, talvez, esta seja a configuração prioritária na vivência da eleitora.

Nestas redes também podemos identificar uma passagem ou mudança nas relações pessoais como motivação das escolhas. Como a prática política se modifica, também se modificaram estas redes, vejamos na fala da depoente:

Agora no tempo do meu pai, no tempo da minha mãe, minha mãe devia favor, meu pai devia favor, por que isso era como eu estou dizendo a você, eles eram políticos de fazer pelos pobres, para ajudar, para colaborar, hoje não, eles só fazem em troca de dinheiro, em troca de obter alguma coisa, ele tem seu voto comprado praticamente e eu

não tenho o meu voto para vender para nenhum. Eu voto em quem eu quero, do jeito que eu quero e como eu quero, aí então era assim, então, enquanto as políticas de hoje eu sinceramente eu voto porque sou obrigada a votar, por conta da minha, a própria televisão mostra que você tem que votar porque senão você perde seu direito a isso, a receber um salário, a fazer um empréstimo, tudo, você é comprometido a tudo, hoje você é comprometida, antigamente não você voltava se quiser votar. (JEANE, 56 ANOS, DO LAR, ENTREVISTA 23/02/16).

O critério geracional vem nos mostrar que muito têm sido enfatizadas as mudanças na vida das pessoas. Nos textos discutidos, existe uma clara discussão de como as técnicas e práticas foram remodelando-se no caminho de um aprimoramento de estratégias para conquistar o eleitor, da espetacularização.

O voto acompanha também estas mudanças, como relata a eleitora, as relações tradicionais e de dominação existentes em outras configurações, operavam em muitos aspectos, aqui se destaca a dominação tradicional. Revela Weber (1994, p.131) que a crença na tradição, na política, se desenvolve em muitos aspectos nas relações paternalistas, nas trocas e acordos feitos, basta ver a relação de endividamento que denota a eleitora ao mencionar os seus pais e a força que a dívida tem na inclinação do voto. Também a dominação tradicional se identifica nos quadros administrativos, quando se tem “dependentes pessoais do senhor (familiares ou funcionários domésticos” ou de parentes, ou de amigos pessoais (favoritos), ou de pessoas que lhe estejam ligadas por um vínculo de fidelidade (vassalos, príncipes tributários)”.

Porque naquela época existia o nosso famoso voto de cabresto. Onde as pessoas ganhavam, nem que fosse presentes não muito valiosos, pra colocar certa pessoa no poder, claro que isso não acontecia nas eleições pra presidente, mais nas eleições locais. Eram feitas festas, os comícios, as pessoas tinham aquele momento de diversão na eleição, era uma mobilização popular. E isso tá arraigado no povo, eleição é festa, eleição é presente, presentinho, dentadura, saco de cimento, eleição é um momento de promoção, onde todos promovem um pra ganhar dinheiro. Isso ainda tá na cabeça do povo, as pessoas acham que eleição ainda é isso, é ganhar alguma coisa, pra você votar em alguém, pra que esse alguém enriqueça. (GUSTAVO, 28 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 28/02/16).

Sem fugir da força da tradição as relações foram se modificando, mas alguns elementos permaneceram, a exemplo do voto de cabresto. O voto de cabresto implica numa relação de gratidão, de uma dívida que foi contraída que se tem como dever pagá-

la, da melhor forma e se possível continuamente, mas, neste caso, aparece enquanto contravenção.

O eleitor e o seu voto passa a ser uma figura decisiva com esta disputa pelo poder e representação na democracia. Não se pode negar que há uma influencia das mudanças na estrutura econômica do país, o processo de urbanização e reconfiguração do trabalho ajudou a romper alguns dos laços patrimoniais. Barreira (2006, p.152) observou que este rompimento criou o cidadão eleitor, aquele que deve ser conquistado e que agora, não mais como uma dívida, elabora seu voto como bem de troca.

É... acho que o eleitor ele tem uma figura, ele é uma figura decisiva no processo que ainda não tem determinados conhecimentos. É... por ainda no Brasil nós termos altos índices de, de analfabetismo e de pessoas que tem um conhecimento, mas são analfabetos funcionais, eu acho que o processo de eleição ele é ainda, fica muito é... como eu posso dizer? Comprometido, é uma palavra que posso dizer que caracteriza esse momento. Compromete bastante o resultado, nós não temos um pessoal qualificado pra pode elaborar leis, nós não temos um melhor representante que vá nos representar e que vá tomar as melhores decisões, nós não temos de fato uma política que lute pelos direitos da, do cidadão, do povo, né?! Por exemplo, é... A gente vê a qualidade do tipo de, de candidato, do político, quando a gente vê que pra votar no, em projetos que visem melhorias pra segurança, pra saúde, existe a demora de certo tempo, de certos momentos de um ou dois anos, mas pra votar em aumentos salariais pra o próprio parlamento, fazem de um dia... de uma tarde pra outra, né?! Acho que a gente já vê a qualidade do parlamento que a gente tem, não é visando um benefício social não. (IGOR, 22 ANOS, POLICIAL, ENTREVISTA 23/04/16).

Não difere o relato do entrevistado das concepções de outrora quando o voto é associado às ausências, no caso, o analfabetismo aparece em sua concepção sobre o eleitorado como chave para este tipo de prática. A noção de comprometimento ou ausência, permeia a falta da nossa crença nas instituições, que constantemente tem sido referenciada por práticas abusivas, que dialogam diretamente com as práticas dos eleitores cotidianamente, especialmente a de fraudes.

O voto personalista, a baixa consistência ideológica do eleitor brasileiro, a distancia entre o eleitor e o público são algumas das variáveis que encontramos no estudo do comportamento eleitoral. Veremos no discurso dos eleitores como se apresentam algumas destas variáveis.

Ah, meu voto? Nada. Ele não faz nada. Que ele não me convence nunca sabe? Porque se ele vier na minha casa dizer que vai fazer isso,

fazer não sei o quê, fazer não sei o quê, eu olho pra cara dele e pergunto: “Se você sabe que precisa porque você já não fez?”. Porque o que eu quero é o que todo mundo quer. Ó, eu quero saúde e educação. Educação para mim é primordial porque se você tem educação, você começa a pensar sobre outras coisas, porque você começa a ter noção daquilo que precisa, tá entendendo, se você tem educação, você tem noção aí você vai colocando as coisas em ordem. E político não dá educação que é pro povo não ter noção, fica tudo perdido sem noção, necessitando de bolsa escola. (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/16).

A incerteza e o descrédito aparecem na fala da eleitora revelando o pessimismo que pode ser encontrado de maneira mais ampla na população, este sentimento “acentua-se com o sentimento da ineficácia política, alimentado pelos escândalos de corrupção, que adquirem grande visibilidade na mídia de massa”. (ALDÉ, 2004, p. 61).

A corrupção aparece em variadas facetas nas falas dos nossos depoentes, por seu aspecto tão fundante na nossa cultura política. Mesmo com o surgimento da Justiça eleitoral, que gesta o processo eleitoral, o que se tem visto por um lado é a tentativa de diminuir a corrupção institucional, por outro, fomenta-se praticas como gratificações e benefícios. Há forte indício de que a maneira pela qual se configuram as relações pessoais, nesses jogos de trocas e vendas, acaba por ordenar práticas de ‘corrupção’ na vida social.

A compra do voto em sí, porque pra comprar tem que ter uma pessoa que queira adquirir o voto através do, do valor ou de um favor e a pessoa que queira se corromper, né?! E o eleitor, por o Brasil ser um país que tem uma bastante, uma desigualdade social muito grande, é... ele se sente acuado, no sentido de que ele necessita daquela situação ou as vezes nem necessita, mas pelo simples fato de tá tirando vantagem naquele momento ele quer. É... acaba que acontece essa troca de favores ilegítima e ilegal, né?! (IGOR, 22 ANOS, POLICIAL, ENTREVISTA 23/04/16).

A compra de votos aparece de duas maneiras: individual e coletiva. Barreira observa que (2006, p.156) que no aliciamento individual as práticas aparecem enquanto *dádivas*, na distribuição de presentes: “É um exame de vista, é um tijolo, é um cimento, é uma carteira de habilitação. E assim eles vão pedindo e os políticos vão aproveitando porque aí, querendo ou não é um tiro no escuro, é um voto garantido, entre aspas, né”. (ANA, 32 ANOS, AUXILIAR DE CRECHE, ENTREVISTA 13/03/16).

O aliciamento coletivo pode ocorrer com a utilização de agentes que estabelecem vínculos com a comunidade, exemplo de líderes de bairro ou comunitários.

O candidato, eu chamo de mal intencionado, o candidato de mau caráter, posso colocar nesses termos porque eu já vi, eu nunca fiz, nunca farei e sou contra de quem faz inclusive pessoas da própria família que ainda estão na política. Digamos assim, contratam 100 cabos eleitorais entre estes os líderes comunitários, cada um tem o seu preço cada um tem o seu valor. Uns se exploram e outros que deixam se explorar. O que é que o candidato pede para ter a prova dos nove? Eles exigem que cada cabo eleitoral lhe repasse aquela quantia de votos. Digamos assim, eu sou um líder comunitário e digo ao meu candidato que eu tenho condições de dar a ele 100 votos, só que o candidato só vai me pagar e só vai pagar aquelas pessoas que eu vou comprar, que a verdade é essa, se eu tiver uma prova. Qual é a prova? A prova passa por um programa de computador ontem lá vão estar os nomes dos eleitores e os números dos seus respectivos títulos eleitorais. Isso é um crime! Como é que pode se provar um negócio desses? Muito difícil, pois nem quem recebeu esse dinheiro vai dizer nem quem se vendeu, nem quem vendeu o lote ao candidato também vai denunciar. Fica exatamente naquele segredo por segredo como eu falava do bastidor político, o que é uma coisa muito imaginária. O que é que acontece no bastidor da política? Então esse é um caso. (JOTA, 64 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 12/06/16).

Barreira (2006, p.155) chama esta configuração de *escravização* do eleitor na tentativa de endividá-lo permanentemente, estratégias são utilizadas para que o eleitor tema a represália diante do voto que é uma incógnita, são exemplos destas práticas: mudança na certidão de nascimento, para que o jovem mais novo possa votar, distribuição de contas de energia e água falsas para que o eleitor possa tirar o seu título em localidades da qual não residem, “as transferências são facilitadas por candidatos e os eleitores recebem, em contrapartida, algumas *dádivas*”.

A noção de crédito que a *dádiva* acarreta é moral, simbólica, criando obrigações nos eleitores que buscam deixa-los endividados permanentemente

O voto é como... O voto é como um grito. É como um grito de, de, eu não vou dizer que é um grito de socorro, ou às vezes pode até ser, mas é um grito de assim, de que você grita o nome daquela pessoa, que eu vou dizer assim, e você grita por ele como uma forma de dizer: “vai fulano, me ajuda, vai fulano, faz por mim ou faz por nós, aliás, faz por nós, falar de mim é uma forma egoísta. Faz por nós, faz pela nossa comunidade, faz pela nossa cidade, faz pelo, pelo vamos dizer assim, procure pelo nosso benefício”. Então é uma forma de gritar assim, o voto é de suma importância sim. É de suma importância sim, só que nestes tempos que a gente tá hoje, ele tá perdendo valor, esse grito tá se calando. Por quê? Porque não tá sendo pra o foco que ele é, ele não tá sendo usado como, ele tá sendo usado como uma fonte, tipo assim, vou garantir o meu salário, vou garantir minha casa, vou garantir meu carro, vou garantir minha moto, vou garantir, é, benefícios. Os meus benefícios, então é um grito que cala, então é aquela coisa que assim,

tem candidato que ajuda, por exemplo, que me ajudou em determinada eleição, aí você vai pedir ajuda ou você vai questionar, que a gente vai falar na questão da compra de votos, que comprou seu voto, não é? Lhe ajudou ali, comprou o seu voto e de sua família também, aí quando você vai exigir, que você vai cobrar esse candidato, aí ele diz: “Mas, eu lhe ajudei. Naquele determinado momento eu não tava lhe ajudando? Então o que você quer mais, minha parte pra você eu já fiz”. É como se assim, ele tivesse que ajudar só aquela vez. Aí é quando vem aquela visão egoísta, ele me ajudou só aquela vez, poderia ter ajudado a comunidade. E você precisa da mesma coisa duas vezes, voltar pra questão de saúde, aí chega lá. “De novo fulano? Eu não lhe ajudei daquela vez?”. É como se fosse um favor, que, ele não já me ajudou, eu vou ajudar a garantir o salário dele durante quatro anos. (ANA, 32 ANOS, AUXILIAR DE CRECHE, ENTREVISTA 13/03/16).

O voto, como reconhece o depoente é o que constitui e fundamenta o desejo de ter necessidades atendidas, individuais e coletivas. O grito que o eleitor pode dar. Mas, ele em seu poder de barganha, venda e troca foi ressignificado em suas função, traz em si o feitiço de mascarar relações que se estabelecem em práticas nem sempre são consideradas lícitas e que não representa a coletividade numa atitude democrática. Na fala que se apresenta o reconhecimento da dívida, gera em alguns eleitores o sentimento que dura por muito tempo, à gratidão “representa um contradom de uma dívida social, de um crédito que vai sendo resgatado a prazo”. (BARREIRA, 2006, p.162).

O poder de barganhar ambientou um eleitor que metamorfoseou o voto numa moeda de trocas, de troca que são feitas de maneira desigual (BARREIRA, 2006). Ele sabe que o seu voto ou a troca não garante que sejam atendidas as suas demandas da eleição em diante. Mas, barganha. E é este poder de barganhar que fomenta as oportunidades de se tirar proveito, especialmente durante as campanhas eleitorais.

Que é assim tem aquele eleitor oportunista assim, que ele tem, ele vê a oportunidade de crescimento, de ele crescer lá, e possivelmente ser um futuro candidato, tem eleitor assim, que ele vê as amizades influentes, a questão assim, da possibilidade, ele vê ali possibilidades. Se você for pensar do lado justo, eles estão totalmente errados, de uma forma justa eles estão errados. Aí vem o lado injusto, aí você se põe no lugar, você se põe assim, você passa por determinadas dificuldades, por determinadas situações e você vê ali uma oportunidade de ... Se você tem uma pessoa que é conhecido ali, por exemplo, se aquela pessoa sabe sua historia, por exemplo, sabe que você quer almejar aquilo e se você vê fulano de tal e ele tá ali próximo e ele pode fazer, vem o lado assim, ele é a oportunidade. Ele tá errado, ele não deve pensar assim, ele deve ter a visão pra um todo, não de cunho individual, mas, acaba que diante da realidade que ele passa, se for um pai de família que precisa de um emprego, que através daquele candidato ele vai

conseguir um emprego, ele vai conseguir sustentar sua família, então a gente já vê dessa forma. Você vê não o oportunista mal, mas, o oportunista necessitado. (JOTA, 64 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 12/06/16).

Em todos os sentidos os indivíduos buscam valorizar os seus interesses pessoais, este é um traço distintivo de sociedades contemporâneas, onde a racionalização da vida e das relações sociais situa cada um de nós na busca incessante de garantir nossos interesses através de escolhas racionais. Neste sentido, o eleitor oportunista surge no ambiente onde o voto é mercadoria:

Claro. É quando eu falo a questão dos oportunistas, eu penso assim: “como ele só vem daqui a quatro anos, o que eu puder extorquir dele, eu tô tirando. Tô tirando”. Porque ele vai ter medo de que? Se ele sabe que na minha casa tem determinados votos, então ele sabe que ali é uma possibilidade de ter perda, então, se ele me ajudar e se no caso, se for um pai e se for um pai ou um filho e aquele filho dizer ‘fulano de tal ajudou meu pai’, então naquela casa tem dez votos, dez votos pra um único candidato é muito voto, imagine numa casa só, se ele conseguir dez votos de um favor besta que ele fizer, porque não? Então tem que ir atrás mesmo. [C – **Como é que você enxerga isso?**]. Aí vai pra duas realidades, é errado, é errado ele fazer isso, mas do ponto de vista do necessitado, ele tá fazendo um benefício, embora que aquele velho favor, pra vida toda, mas ali ele tá ajudando, de uma forma errada, mas ele tá ajudando. E se eu preciso, no caso, se eu preciso, e tá vendo aquela ajuda ali na minha porta, porque não aceitar? Aí vem aquela ilusão, como ele só vem daqui a quatro anos e eu tô precisando naquele momento, e ele sabe que eu tô precisando, então... O candidato ele vai trabalhar no ponto fraco do eleitor, as vezes é uma doença, uma feira, uma questão até mesmo de moradia, ajuda num aluguel, ajuda num... [C – **Você já viu isso acontecendo?**] [A – Acontece. Acontece. Graças a Deus nunca aconteceu comigo, mas acontece] (ANA, 32 ANOS, AUXILIAR DE CRECHE, ENTREVISTA 13/03/16).

As benesses vão aparecendo de maneira sofisticada, em promessas de aquisições que deveriam passar pela ordenação do público, antes de se adentrar na esfera privada. Chamamos atenção para os dois relatos anteriores, por se tratar exatamente de figuras que ocupam lugares políticos diferentes “candidato e eleitor” confluindo uma mesma visão do processo, confirmando que neste jogo não há desinteressados, tampouco desavisados.

Os candidatos e eleitores nestas falas, não aparecem balizados num julgamento moral, em alguns casos os candidatos são referenciados como defensor de interesses públicos quando buscam facilitar a vida do eleitor em suas demandas. Neste caso “a



‘ajuda à população pobre’ e o ‘desconhecimento do delito’ aparecem como as grandes armas de defesa dos acusados”. (BARREIRA, 2006, p. 157).

Estas estratégias começam a ser socialmente construídas para serem aceitas e exercidas nas práticas cotidianas. Não é uma aceitação franca, mas dúbia, como vimos nos relatos, não é criticada inteiramente, mas aparece especialmente quando o dinheiro em sua forma física aparece na fala: “É bastante, nós vemos através de, de, de solicitação de valor mesmo, de feira. Então, algo muito mesquinho assim, no meu ver, né?! Pra você vender seu voto, meu voto não vale uma feira nem R\$ 50,00 não”. (IGOR, 22 ANOS, POLICIAL, ENTREVISTA 23/04/16). Neste caso, o dinheiro é a maneira explícita de evidenciar a corrupção.

A reciprocidade, em sua característica de devolução, tem um caráter ambivalente, pode existir o interesse do pagamento, como também o desinteresse. A *escravização* do eleitor como permanente não é forte como antes, a mudança das práticas situou um novo conjunto de eleitores que contraem a dívida, mas, nem sempre querem pagar.

Neste sentido, Bourdieu (1996) recupera em *Razões Práticas*, a discussão sobre a dádiva e seu fundamento no sistema de trocas, onde o dar, receber e retribuir aparecem como circuito simbólico e moral nas sociedades tradicionais, ele observa o papel determinante do tempo e seu intervalo entre o ato de doar e a sua retribuição, para isso, volta a Marcel Mauss e Lévi-Strauss agregando às suas análises a concepção de que o tempo revela que não se devolve no mesmo ato aquilo que foi ganho.

A dádiva na sua análise sempre implica o risco de que não se receba o presente de volta, por menor que este seja, que sempre deixará o suspense. Ele observa que a pressão para o retorno é muito grande e a liberdade de não retornar a dádiva é quase ínfima, mas se existe a possibilidade ela também se configura neste lapso de tempo, mas

essa verdade estrutural é como que recalcada coletivamente. Só podemos conhecer a existência do intervalo temporal se tivermos a hipótese de que quem dá e quem recebe colaboram, sem sabê-lo, com um trabalho de dissimulação que visa negar a verdade da troca, o “toma lá da cá”, que significa a anulação da troca de dádivas. (BOURDIEU, 1996, p.160).

A compra de votos quando é explícita retira o feitiço de uma prática que aparece mascarada através das dádivas, como relata o depoente que não troca o seu voto por R\$ 50,00. Este feitiço é importante na circulação de bens e trocas, pois, estas não

acontecem somente nos períodos eleitorais, evidenciando um povo que tem uma postura relacional, rompendo com formas rígidas de relações e estabelecendo acordos tácitos entre as benesses e as contravenções.

Ai meu Deus, pro Brasil representa muita coisa ruim porque o brasileiro é corrupto de nascença, o brasileiro é corrupto, não adianta dizer “Ah, o político é corrupto!”. Né não, é o brasileiro todinho. Pergunte a um mendigo se o que é que ele faria se ele fosse vereador ou se ele fosse prefeito, o que primeiro ele ia dizer “eu primeiro eu ia enricar”, todo mundo tem essa mentalidade da política, se eu entrar eu vou enricar, então se tornou algo sujo, por mais que não seja, por mais que seja um símbolo de democracia, se tornou algo sujo, o brasileiro banalizou a política. (GUSTAVO, 28 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 28/02/16).

O jogo que permite as trocas é preciso ser desvendado sem que se aponte como um jogo cínico, embora algumas vezes também o seja. A troca de dádivas implica uma ambiguidade: se os agentes assim o agem é porque estão imersos num universo onde estas trocas foram socialmente construídas e instituídas, num trabalho de socialização que não pode ser esquecido. (BOURDIEU, 1996).

A corrupção nunca é mencionada nas falas no território do “eu”. Assim como a política, a corrupção aparece como o lugar onde o “outro” não faz com que a prática seja legal, que a política não valha a pena, que não seja vivenciada em sua ética. E isso conflui para uma fala de responsabilização das outras pessoas, nunca a nossa enquanto protagonista de práticas que fazem acontecer o exercício democrático, embora reconheça-se sempre a importância do voto na baliza de uma prática democrática, de um país mais justo e ético.

Sem o voto não existe a democracia, pra começo de história. A democracia, a República, a coisa pública se não houver a participação ativa ela não é mais uma República, ela volta a ser uma monarquia, o poder passa a ser passado de forma hereditária novamente, sanguínea. A gente volta ao Estado Novo, Getúlio Vargas, o poder novamente, tá entendendo, a gente volta aí pra 64, pra ditadura militar. Essa é a questão, quando... E voltando pra aquele ponto que eu já tinha tocado, de como as pessoas gostam de entregarem os seus direitos e ficarem, elas voltam pra esse ponto de entregarem os poderes, entregarem seus direitos aos outros, entregarem a Cidadania, elas querem viver num estado de direito e não um estado de deveres. Numa fala minha que teve num evento Cidadania e Direitos que teve aí no auditório, eles perguntaram pra mim o que era ética, e eu contextualizei ética como sendo esta sala, ela tinha a obrigação de quando eu chegar aqui ter alguém, do outro lado da mesa um psicólogo pra me atender, mas, esse é o meu direito. Mas, o meu dever é manter essa sala limpa. Ética

é quando não tem ninguém aqui pra me fiscalizar e não sujo a sala, eu tô com aquele papel, mas eu não sujo a sala, eu coloco ele no meu bolso, estou sendo ético, ou seja, eu estou cumprindo com os meus direitos, eu tenho o direito de receber os deveres e todas as prerrogativas, gira em torno disso essa questão. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16).

A ética aparece na fala do entrevistado como instrumento de gestão que deve permear os espaços de administração pública e práticas que alavancaria o desenvolvimento e salvação da pátria. Não existe uma fórmula para que isso funcione, não é também a nossa pretensão, mas, para a existência de uma ética urge a existência de um equilíbrio entre este governo personalizado e um exercício de governo que objetive um cálculo que represente os interesses do Estado e ideais políticos do país.

A crítica ao voto, o descuido e a manipulação são incorporados nas falas dos entrevistados como algo que provoca o distanciamento,

Não. Porque eu não vejo mais nenhum um político com capacidade de receber o meu voto por conta de muitos, muitas, não é à toa que você está aí vendo na televisão a roubalheira, o desfalque as cidades aí como agora mesmo tá acontecendo aí eles tirando o dinheiro dos pobres, tirando o dinheiro da merenda, das crianças, deixando de contribuir com a saúde, deixando de contribuir com o estudo, tudo, tudo, enfim, tá tudo comprometido por conta de roubos, de onde? Da política! Então, isso tá tudo comprometido, portanto, eu não votaria, não elegeria porque eu não tinha mais capacidade de eleger mais nenhum corrupto desse, pra colocar até então a mercê, a mercê porque a gente que coloca esses corruptos lá em cima e nós, somos nós, nossos votos que sobe um deputado, um vereador, um prefeito, um ministro, tudo isso, é porque conta da gente e portanto, eu dormiria de cabeça tranquila se eu não fosse obrigada eu não votaria mais. (JEANE, 56 ANOS, DO LAR, ENTREVISTA 23/02/16).

Não querer fazer parte deste universo corruptível é muito comum quando se indaga sobre a participação da política, se os eleitores desejariam se candidatar. Nara Magalhaes (1998), ao afirmar que “O povo sabe votar”, observa que a política aparece nos depoimentos como uma dimensão externa, da qual pessoas comuns não fazem parte.

Entretanto, também pondera que as contravenções aparecem sempre como uma possibilidade real, especialmente porque revelam a natureza perversa do poder existente na política; nenhum de nós aparece livre desse jogo. Basta pensar que a obrigatoriedade do voto aparece para nós como uma imposição, como relata bem à entrevistada acima.

De todos os entrevistados, apenas dois deles ponderam sobre a obrigatoriedade, ao afirmar que

Eu não sei se o país ele tá preparado, né, para esse contexto de não obrigar o eleitor a votar, né, porque tem que ter uma preparação de anos, né, de conscientização política e eu acho que a gente ainda não tá no tempo dessa conscientização política de saber que a gente vai votar não por obrigação, mas pelo dever de cidadania e dever de liberdade. (SOCORRO, 65 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 08/03/16).

Observamos com esta fala que não se trata somente de evidenciar uma ausência de reflexão na escolha do voto. Evidencia-se um longo processo de carência de uma reflexão política que não passam sempre pela família, não passam pelas escolas ou discussões priorizadas no currículo escolar. As disciplinas que aparecem nas grades, nem sempre são fortalecidas ou chamadas para um debate político ou fomentar cidadãos mais críticos, conscientes de seu protagonismo e cidadania.

Eu acho que as pessoas ainda votam no mesmo ponto. Que apesar de pegar esse fogo todo, a população deixa muito a desejar porque eles não, eles não valorizam é.... Vamos supor, o que o gestor faz. Eles não valorizam, eles não têm conhecimentos, entendeu? De, vamos supor, é.... As pessoas reclamam que um determinado, uma determinado monumento ou determinado prédio público tá, vamos supor, tá sujo ou tá, é.... Mal acabado ou não tem determinado equipamento, alguma coisa assim, mas as pessoas chegam lá e a primeira coisa que, que as pessoas fazem é riscar parede, é encostar o pé no, no, na parede, é... se tiver oportunidade quebrar alguma coisa, é uma cadeira que a pessoa quebra, vai se sentar e fica “quebrano”, se for de, de “acolcho” vai, vai “cortano” as coisas. Quer dizer, as pessoas não “vê” quantas e quantas unidades de saúde ou de escolas num são arrombadas pela própria comunidade. Então assim, apesar de pegar fogo nesse período de eleição, mas as pessoas não, não... é por isso que eu digo: o, o problema tá na população. (CECÍLIA, 44 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 11/05/16).

É o outro que mora na dimensão impraticável da política. Goldman e Sant’Anna (1996, p.28) revelam que através de um processo de distanciamento e distinção, vai-se criando uma política em que os resultados e malefícios do sistema são referenciados por um comportamento inadequado atribuído aos outros. É uma maneira de “se eximir de qualquer responsabilidade pessoal pelos efeitos da eleição, aparecendo a si mesmo e aos demais como sujeito dotado de consciência crítica, suficiente afastado dos que decidem de forma equivocada”.

A entrevistada relega à população a responsabilidade do país encontrar-se como está, porque elas não vêm, elas não participam, elas não cuidam da coisa pública. São elas que são inertes, desinformadas. As esferas públicas e privada vão se permeando e traçando diferenciações, tais como: desigualdades, hierarquias, jeitos, proibições.

Sobre esta distinção a autora Hannah Arendt (2009) sinaliza a dificuldade desta diferenciação, como assinala “as esferas da *polis* e da família”. Traz em sua abordagem toda uma contextualização histórica que aponta as transformações ocorridas nas sociedades, especialmente na Grécia e Roma, evidenciando como o termo público e privado vão assumindo características diferentes quando contextualizados historicamente.

No transcorrer das entrevistas, em alguns momentos mencionamos ou indagamos sobre as concepções do que eles entendem como espaço público.

Bem, na minha opinião, o espaço público é a partir do momento que eu saio da minha casa e que eu tenho que dividir pensamentos, tenho que dividir, eu tenho que dividir minha personalidade com outras pessoas. Ao sair de casa eu tenho que conviver com as pessoas e ter consciência o quanto elas são diferentes de mim. Eu não sei, as vezes eu posso até ter uma visão diferente, mas, espaço público eu acho isso é o momento que eu saio de casa e eu tenho que dividir minha vida, toda minha educação que foi dada, todo meu conhecimento, minha índole com outras pessoas. (CILNEY, 23 ANOS, ELETRICISTA, ENTREVISTA 01/03/16).

Esta distinção entre o espaço privado e o público. Segunda Hannah, na experiência da *polis* é que se faz eloquente o campo político, o lugar onde tudo é decidido por meio de persuasão, a seu ver “o ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência”. (Ibid., p.35).

A discussão de Arendt sobre a ação e sua relação com a esfera da vida em comum, implica em dizer da possibilidade de os homens conseguirem no meio social negociar com os demais de maneira organizada, como uma organização política que difere de uma associação natural onde os homens só se constituem pela casa e família.

De tal maneira, a noção de liberdade e igualdade que sustentam as condições do que chama ação política, devem ser identificadas na esfera pública, elas também aparecem nas explicações que constrói as características de um voto:

O voto ele é muito importante, porque a primeira coisa é a liberdade de expressão, né, aí eu acredito que é tão importante você votar, é, é, é livre né, o seu pensamento, a sua ação, né, é livre pra você escolher, tem assim a liberdade, né. A gente muitas vezes, a gente se sente preso a uma ação que nós não gostaríamos de ver né, e quando a gente tá livre, liberta, a gente chega se enche de sabedoria, de alegria de escolher o que é mais certo, eu acho que a liberdade é o primeiro sentimento que eu acredito de o voto ser livre, né, não tem coisa mais bonita do que o seu voto ser livre. A população é quem vai dizer se quer o candidato X ou o candidato Y, se vota, qual candidato será. (SOCORRO, 65 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 08/03/16).

A ideia de liberdade, como se apresenta na fala traz intrínseca a noção de negociação, de discussão e possibilidades. O voto, neste sentido aparece enquanto um agenciamento que é individual, mas ambientado numa estrutura organizacional e política que precisa ser todo o momento negociada dentro da coletividade. A esfera da polis é a esfera da liberdade, pois, “é a liberdade (em alguns casos, a pseudoliberalidade) da sociedade que justifica a limitação da autoridade política”. (ARENDRT, 2009, p.40).

Ao tratar sobre a esfera pública, denota que o termo público (Ibid., p. 59 - 62) exprime dois fenômenos: tudo que vem a público pode ser visto ou ouvido por todos e tem a maior divulgação possível; e significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele.

Eu acho que é um local, um espaço de acesso para toda a sociedade, tipo assim, um local que ele é estruturalmente pra abordar, capacitado pra receber toda a sociedade, entendeu? Por exemplo, vamos dizer assim, o Parque do Povo, ele é um local público, ele é um local aberto pra toda sociedade e eu acho assim, que não fechar, que não privatizar esses locais pra, pra receber dinheiro e sim porque é do povo, o povo vai pra ali, o povo tá ali porque eles querem aproveitar aquele local. Mas também, lógico que tem que ter uma questão de responsabilidade, uma responsabilidade, cuidar também do que é do povo, porque afinal de contas, também é seu. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).

A referida fala, revela o público em seu aspecto geográfico. Lugares que podem ser acessados por todos, por um lado. Por outro, “O que é público? Todas as melhorias em termo de comunidade, são públicas, são públicas, então, é... Essas melhorias devem ser elencadas dentro de um projeto (ANA, 32 ANOS, AUXILIAR DE CRECHE, ENTREVISTA 13/03/16).

O termo privado, como sinaliza quando pensa a privatividade moderna (Ibid., p. 48) exprime o desejo de proteção aquilo que é mais íntimo. Opor-se ao social, ausentar-se do outro. Ao fazer a análise do processo de ascensão social, quando a riqueza se

transforma em Capital, Arendt aponta que esta riqueza jamais se tornou algo do comum, algo partilhado. Coube ao governo, num moderno conceito, ser o elemento comum, isto é, o órgão responsável por proteger os proprietários privados na competição pela riqueza. O que há de comum entre as pessoas é a manutenção dos interesses privados.

Não, porque até então, acaba que sendo, os candidatos como são eleitores também, são eleitores oportunistas, então eles não pensam no público, eles podem falar do público enquanto não for lá, mas depois quando eles entram, quando eles entram lá, então vem o eleitor oportunista, que do mesmo jeito que nós, eleitores, o candidato ele é eleitor também, só que é um eleitor que busca benefício próprio, a maioria deles, busca benefícios próprios, então se ele tem acesso aquilo, se ele pode facilitar determinadas coisas, porque não? (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

Desta maneira constrói a concepção de que o povo não sabe votar, que votam de qualquer maneira: “Eu acho que muitas pessoas ainda não sabem. Muitas pessoas ainda não sabem. Não sabem só democracia, não sabem muitas coisas. Porque se perguntar qual a contribuição delas, elas não vão saber dizer”. (CECÍLIA, 44 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 11/05/16). O imaginário que se funda, as representações que se consolidam são a de um povo que não conhece a política, concepção na qual não corrobora-se em nossa tese, especialmente por compreender que é justamente o “povo” que agencia e sofre os reflexos desta política.

Como um quadro controverso de crenças centrais na definição da opinião e ação política do eleitor. Como é a reação do eleitor e como escolhe os candidatos? Parte das explicações sobre o comportamento eleitoral, difundido com a redemocratização suscitaram uma percepção negativa por parte dos eleitores acerca das possibilidades da política, o que não é uma novidade até aqui: O voto personalista, a baixa consistência ideológica do eleitor brasileiro, a distancia entre o eleitor e o público são algumas das variáveis que encontramos no estudo do comportamento eleitoral.

Entretanto, este comportamento se tornou um incentivo para elaborações de categorias alternativas e das explicações sobre o voto. Vimos ao longo da seção, que são muitos os critérios pelos quais é acionada a explicação das escolhas dos eleitores, portanto é para nós o aspecto subjetivo e simbólico que qualifica e significa o voto e a política para o eleitor.

Em meio a todo o universo ambíguo é o voto que sustenta e materializa a crença do eleitor no exercício da democracia. O dia da eleição, embora situado nos relatos em

sua obrigatoriedade é dia de festa. As pessoas trafegam as ruas, vestem suas cores, seus *botons* e comemoram.

O voto é pra mim muito importante, porque ali é onde eu vou decidir a melhora pra minha cidade, pro meu país e eu me nego a, a, a, a assim, a aceitar quando alguém diz que não vota, que não quer votar, porque a partir do momento que eu deixo de votar, que eu deixo de exercer o meu ar de democracia, a minha escolha, eu deixo de dar minha opinião ali e minha opinião é essa, então eu deixo de existir pra aquele acontecimento político eu deixo de existir. (ALINE, 30 ANOS, ARTESÃ, ENTREVISTA 15/03/16).

Voto é afinidade, é conjunção de relações, é adesão, é filiação partidária, ideológica, militância. Voto é racional, mas voto é paixão. Voto é fala do povo, indignação, complacência, o voto opera e substancia. Mesmo em toda sua fragilidade, sem o voto, certamente, não há exercício de democracia.

## **4.2 Atitudes políticas que permeiam a democracia**

A construção da democracia no Brasil revela muitos desafios, parte deles está nas atitudes políticas que se desvelam nas práticas cotidianas. Vimos que para se pensar a democracia temos em conta um desafio de garantias efetivas pela busca de direitos dos cidadãos, construindo no seu processo as mais variadas elaborações.

A existência de variações sobre a noção de política, o interesse que ela desperta, se as pessoas configuram como importantes ou não foi o que nos motivou compreender alguns dos processos que se estabelecem como fundantes de uma prática democrática. Neste sentido, falta-nos compreender como o cidadão eleitor que fomentou nossa pesquisa, constrói a sua visão sobre a democracia e como a vivencia.

Para tanto, retomamos a proposta de Aldé (2004) quando junto aos eleitores buscou revelar através de perguntas simples a complexidade de respostas sobre a construção da política, compreendendo antes de tudo que as obras nas Ciências Sociais não estão acabadas, pois, a todo o momento estamos construindo significados para a discussão do que é a política.

Um dos primeiros desdobramentos que encontramos em sua discussão e que objetivamos trazer em nossa abordagem é um valor a ser preservado por quase todos. Em parte dos relatos, aparece à importância da vivência destes momentos na oportunidade de se escolher um representante.



A democracia ela é muito importante para o Brasil, porque ela representa, ela representa a ação desse país, se não há democracia cada pessoa quer fazer o que quer, não quer votar, quer fazer o que quer assim, em termos de escolher seu representante, aí vai ter briga, não é? Porque todo mundo vai querer ser prefeito, todo mundo vai querer ser vereador, não vai escolher, não saber escolher. Então o termo democracia é um termo muito importante para nosso país, por conta da nossa liberdade, da gente se preparar, né, como é o ano político e eu acredito que é muito importante essa visão. (SOCORRO, 65 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 08/03/16).

A fala da professora nos remete as discussões sobre a instituição de um governo de representação de um povo que garanta a organização da sociedade, como num contrato social. Como um contrato a democracia e, por consequência o Estado, é desejado como regime e entidades que possam minimizar as desigualdades, trazendo a nós possibilidades de uma melhor vida.

Um dos nossos questionamentos no transcorrer das entrevistas diz respeito a como as pessoas compreendiam o que era democracia. Visivelmente não era uma pergunta que os deixavam confortáveis, despontava-se um esforço de elaboração que compreendíamos muito, em parte, por acharem que nós desejávamos uma definição da mesma.

Esta questão, também nos deixou constrangidas e a pensar que o que ocorria era uma incompreensão do que se estava discutindo, reelaboramos as nossas questões de maneira que falássemos com clareza. Também Aldé (2004, p.67) observa que por trás de uma aparente apatia, quando os eleitores “conseguem traduzir os problemas públicos em termos compreensíveis, coerentes dentro do sentido que atribui ao mundo, o cidadão comum tende a tomar um partido, emitir uma opinião”.

Procuramos compreender que atitudes vivenciam em suas práticas, compreendendo que não são unívocas e só assim pensar como elaboram uma visão de democracia. Uma primeira definição que abordaremos é a concepção da democracia cruzando as gerações.

*A democracia minha filha, vou dizer uma coisa... Hoje para a gente falar essa palavra, não era nem bom falar porque democracia hoje muito fraco, para que se uma antigamente.... Na minha época uma democracia a gente não queria um político atingindo o outro, esculhambando com o outro não, cada um fazia o seu trabalho, cada um fazia o seu trabalho, ninguém chegava com ninguém não, era como eu disse antes o eleitor naquela época já sabia quem era seu candidato, já sabia, não tinha jeito. Hoje ainda existe nos curralzinho sabe? Naquela época não, era ditado. É porque o pessoal hoje não*

pode fazer como fazia antigamente, naquela época do ano que tal fulano de tal tá amarrado com ciclano, esse o outro partido não vinha não na casa dessa pessoa não, se passasse na minha casa e tivesse um retrato, vamos supor naquela época um retrato de Raimundo Asfora, de Ronaldo Cunha Lima, os outros passavam direto, respeitava. Hoje não, hoje ele só prega papel, até tanto papel, vige Maria abusa.. (JOSÉ, 63 ANOS, MÚSICO, ENTREVISTA 22/02/16), *grifos nossos*).

A escolha dos representantes “antigamente” se tratarmos como indica o eleitor, era uma adesão. O voto como adesão, foi discutido por Palmeira & Heredia (2006) revelando que este tipo de voto situa o eleitor de um lado da sociedade, e não é pensado como algo que restringe-se ao momento da política, muitas vezes a antecede e perpetua-se quando de sua passagem.

Neste caso, a declaração pública é um elemento chave, pois, como aponta o entrevistado, já se sinalizava nas casas fotografias com nomes do candidato nas frentes das casas, numa evidente mensagem de que faz parte de determinada facção. Neste caso, “há um processo de estabelecimento de laços que passa por certas “lealdades primordiais”, pela solidariedade familiar, por relações de parentesco, de amizade, vizinhança”. (PALMEIRA&HEREDIA, 2006, p. 288).

Ainda analisando a fala, atualmente a representação da democracia é negativada com os relatos do voto enquanto algo que não é estabelecido e nem ditado, nem sempre é o elemento fundante para esta representação. O eleitor considera que há a necessidade de conservar aspectos valorativos para que se possa falar em democracia.

Por outro lado,

Eu acho que as pessoas assim, a juventude, elas percebem mais do que as pessoas mais velhas, por exemplo, minha vó ela era alucinada por Cássio, né, aí não importava o que acontecesse ela era Cássio, mas nem sempre a gente precisa votar porque a gente gosta e sim porque, pelo que é necessário. Já a Juventude eu acho que observa mais, como minha amiga mesmo disse que muda, a família muda do nada, o povo vai na porta de casa pedir uma cesta básica, a tia dá, mas quando não tá no período de eleição a tia tipo não, não tá em casa, nunca tá em casa, entendeu. E assim a sociedade pensa muito nele, por exemplo, a gente pensa muito na gente, não pensa em prol, então se um candidato ele pode me dar uma cesta básica eu vou, eu vou votar nele mas, ele me deu a cesta básica naquele dia, não foi durante a eleição toda, durante o período dele todo, então assim pelo menos as pessoas mais velhas elas não vêm com tanta clareza isso, já a Juventude ver mais, eu acho que como eu lhe disse a juventude é mais crítica. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).

A estudante que vai dar seu primeiro voto ressalta que uma geração mais jovem aparece como mais crítica. O conflito entre gerações, aparente nas duas falas, não deixa de revelar um aspecto que os tornam comum: a valorização da democracia em si mesma. A ideia de defender e acreditar que a democracia é o melhor, o melhor pelo o que se lutou para os “antigos” e o melhor para se lutar para o “futuro”.

Quando se fala em democracia, as atitudes dos eleitores variam, revelando seus diferentes posicionamentos, que evidencia a integração ou não de cada um dos entrevistados. Tomando como parâmetro a proposição de Aldé (2004, p. 68), é possível destringir atitudes de intensidade fortes e fracas, positivas e negativas.

Alguns relatos trazem a democracia por um prisma otimista, da política como um espaço em que se desenvolvem melhorias para a vida das pessoas e até mesmo na crença de algumas instituições democráticas,

Olhe, tem um programa do Governo do Estado, que é... que o governo ele escuta as regiões, que eu acho muito... muito bem elaborado, que é... meu Deus, como é o nome...? Num sei o que democrático... Orçamento democrático! Eu acho isso aí uma forma muito democrática de você ouvir a população. De um, de um, acho que no início do governo do atual governador ele exerceu muito. Agora num, num vi desde que ele foi reeleito, né? Não vi. Mas é um programa que eu achei belíssimo. Foi dos poucos que eu vi exercendo a democracia, indo às localidades, ouvir a população, ouvir as carências da região. Também não sei se foi saciada a vontade daquela ou se foi só um, um ato partidarista, mas o programa em si, o orçamento democrático, liberar “praquela” região, aquilo que mais o pessoal tá necessitando, eu achei, eu achei um... uma visão muito bonita sobre política. (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16).

Os projetos e o comprometimento daqueles que fazem a política são destacados como falas positivas para o exercício de práticas democráticas. É possível reconhecer nas entrevistas que nem todos os eleitores referenciam-se à política como o caos, mesmo quando ele identifica este, revela haver benefícios e possibilidade de mudança, vejamos numa análise do governo vigente que foi destacada

Como é o nome, é, é... Agora mesmo está acontecendo um problema de Dilma, de Lula e com essa roubaheira que tá acontecendo toda e ainda tem gente que defende e tem gente que não defende, e a população cai em si, não deixa de ser uma democracia que o pessoal luta de uma forma ou de outra, uns acham certo outros acham errado, então não deixa de ser aquela democracia, que eles vivem sempre o tempo todo a política, o Brasil não deixou de ser a política. (JEANE, 56 ANOS, DO LAR, ENTREVISTA 23/02/16).

O cenário revela um dos períodos de maior tensão que vivenciamos no último ano com o pedido de *impeachment* da presidente em vigor Dilma Rousseff (PT), à época mencionada por irregularidades nas suas contas que feriam preceitos constitucionais. A informação que é acionada pela entrevistada aparece resumida “em roubalheira”, entretanto a democracia é garantida quando as pessoas podem expressar se acham certo ou não. A crítica ao governo, não aparece nesta fala como negativa, mas como algo possível de fazer as pessoas tensionarem suas filiações e expressarem sua insatisfação.

As pessoas que tem mais acesso a educação, aos meios de informação, elas entendem mais. E as pessoas que elas não tem tanto acesso a isso, elas são mais alienadas, elas não tem tanta, tanta assim, tanto argumento pra defender os argumentos dela. Então, elas pensam, por exemplo, donas de casa que passam o dia dentro de suas residências e assistem TV fechada, canal fechado, elas não tem acesso ao que realmente está acontecendo. Já pessoas que passam o dia em ruas, em mercados, em bancos, elas veem o que realmente está acontecendo, então assim, nem todo mundo sabe o que é, mas as pessoas que tem mais acesso a essas informações sabem bem mais. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).

Nesta visão estar engajado na política relaciona-se a um conjunto de informações sobre a política que não basta ser acessada, mas compreendida. Quando isso acontece os problemas do país muitas vezes fica atrelado à falta de informações ou à situação histórica. A intenção do governo parece ser esta de ‘mascarar’ as informações de toda a população e assim reclama-se da falta do acesso entre o governo e o cidadão, as mídias e redes informativas aparecem como este veículo que também é parcial. (ALDÉ, 2004, p. 99).

Pra mim só, só a democracia ela é tipo assim, é a definição de um resultado da maioria que engloba N situações dentro daqueles blocos que lhe falei no começo. Que nem sempre se quer dizer uma realidade, entendeu?! Exemplo: Na última campanha presidencial, a presidenta ganhou porque quem, quem foi decisivo foi o Nordeste, mas a democracia foi feita (CECÍLIA, 44 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 11/05/16).

Mais uma vez, como aparece na seção anterior o eleitor que tem esta atitude de integração forte desvela que a democracia quando não é vivenciada e traz resultados insatisfatórios é “culpa” do cidadão, do outro. A sociedade civil é apontada frequentemente por estes resultados insatisfatórios retirando-se da crítica, como indica o

depoimento acima, onde a entrevistada deixa entrever que a vitória da candidata se deu pelo voto massivo de uma região do país, visivelmente a eleitora excluiu-se dessa escolha, da crítica e alienação que os demais tiveram. (ALDÉ, 2004).

A política e, concomitantemente a democracia, pode aparecer de uma ótica negativa. Ocorre especialmente quando os eleitores não acreditam mais nas instituições, situam a corrupção e a decepção com os eventos que acontecem na política, causando um distanciamento e desestímulo fruto do desgaste do que se vê e vivencia.

Democracia é uma coisa que aqui não existe. Isso aí que eles chamam de abandono, o abandono eles chamam de democracia. Democracia não é isso, isso não é. Aqui não tem nada democrático, a democracia é o que? É eles fazerem e dizerem o que querem? E nós ficarmos calados na miséria? É isso que é democracia? Na época da ditadura, eu lembro muito bem da época da ditadura, nós não podíamos falar, mas nós cochichávamos, sabe? Nós éramos perseguidos nas ruas, tinha dias que nós tínhamos até horário pra ir no mercadinho comprar um sorvete. Eu tô falando porque eu passei por isso, né. Mas agora, mas naquela época eu pelo menos tinha o dinheiro pra comprar o sorvete, eu trabalhava, comecei a trabalhar com treze anos e eu me sentia bem trabalhando com treze anos. Com treze anos eu já tinha uma carteira assinada, eu não me achava uma criança abandonada porque eu trabalhava não, tá entendendo, eu me achava importante porque eu trabalhava com treze anos. Agora, se uma criança com treze anos quer trabalhar, é uma criança, é crime. Porque que uma criança não pode trabalhar com treze anos e ela pode ficar na rua fumando maconha? E ela pode ficar se prostituindo com treze anos? Que a gente tem visto que acontece que eu já vi, já tive contato com alguma meninas assim e não é crime, é crime trabalhar. É isso que eu me pergunto, sabe? Na época da ditadura existia, existia crianças na rua, na época da ditadura, existia em todos os outros países também, não é só aqui não, é uma coisa quase impossível de controlar, mas se existe uma base forte dá pra controlar pelo menos uma parte disso, se acordar a sociedade para isso, a própria sociedade cuidar, brasileiro gosta de cuidar, sério, mas, enquanto houver esse abandono, essa falta de estrutura em relação a tudo não vai ter nada e o pior de tudo isso é que eu sei que quem tem que mudar somos nós e ninguém faz nada. (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/16).

A democracia aparece travestida de abandono. O Estado, figura imperativa é denunciado em sua fragilidade de não cuidar, a eleitora não vê “o poder público como extensão legítima do seu interesse e, sim, como um “eles” inimigo e predatório, que não cumpre suas atribuições mais básicas”. (ALDÉ, 2004, p.84).

Várias vezes. Muitas vezes, bom, eu acho que a gente tá falando da ditadura. E mesmo assim depois da ditadura ainda acontece muito caso em que a democracia não conta muito, como eu não vivi a

ditadura, só estudei e eu estudei mais por conta própria do que até mesmo na escola, existia muita repressão, estudante não podia dizer nada, não podia falar nada, principalmente os estudantes que são os cabeças frescas, que tá preenchendo ainda, que sempre quer revolução, quer melhorias, eram sempre muito vigiados, pela polícia, apanhava, não acontecia nada. Na ditadura muita gente sumiu, quem lutava foi torturado, foi assassinado. É complicado, porque é uma época que sempre tentaram esconder tudo o máximo possível e democracia não existia, repressão, até mesmo músicas, é claro que as músicas eram feitas contra a ditadura, mas, pelo menos era feita de algo inteligente e o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) não deixava, tinha até um órgão pra repressão, pra censura, cadê a democracia? Tendo órgão só pra censura... (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16).

Desse modo, a rejeição ao governo vigente é enfatizada, a autora observa que uma das respostas possíveis a essa insatisfação é a própria rejeição ao governo democrático, as práticas autoritárias são colocadas em debate como referência e solução para os problemas que encontramos atualmente, não foi difícil encontrar relatos que confirmem este pressuposto:

Não, só houve um que foi o único foi naquela época da ditadura não é, o único que pegou pesado foi na época da ditadura, não teve negócio de democracia não, era ditadura, na ditadura o negócio era... Ah, eu sonhava que voltasse isso de novo, ow meu Deus do céu, eu não tenho essa sorte não, se voltasse o governo ditador daquela época, esse pessoal não estava fazendo o que estava fazendo hoje não, foi o único que não teve democracia, as outras teve tudinho democracia, mas não cumpriram. **C – como foi esse período?** A – Ditadura, por exemplo, você fazia uma musica a censura não deixava você lançar essa música, você lançava por conta própria, ia preso, muitos artistas do Brasil, a ditadura só foi ruim por isso, eles que escolhiam, uma música, um projeto, era ditado, era a época da ditadura, foi onde o país se apurou, muita gente não gosta, porque tem umas coisas que eles eram muito rígidos, demais. Que era o que o Brasil ta precisando... Hoje, é dessa rigidez, por exemplo, pra subir no palco pra fazer um show tinha que ter ordem de muita gente, era ditado. Muita gente ia pra fora do país, como eu falei antes, olhe, Gilberto Gil, foi muita gente, foi gente demais. Tem um livro falando sobre isso aí. O único erro deles, da ditadura era esse, se eles voltassem agora no tempo da ditadura, ela ia mudar muita coisa, o Brasil ia melhorar muito. Primeiro, em cima da bandidagem, ia mudar muito, porque hoje em dia tá difícil, pra gente saber quem é o bandido hoje, ninguém sabe se *o bandido esta na rua ou está de gravata ou palitô lá sentado no trono. Tá difícil, tem que tirar esse povo aí, fazer uma limpeza e quem tem que tirar sabe quem é? É o povo, é os eleitores que tem que tirar. Porque senão o nível do Brasil cada vez mais tá caindo, em tudo, em tudo tá caindo, tá se acabando.* Daqui a pouco não vai ter mais medicina, não vai ter mais segurança, ninguém vê nada. Não adianta fazer um hospital do tamanho do mundo, coisa mais bonita do mundo

o hospital, cheio de doente e não tem médico, do que adiantou? É a mesma coisa de você ter um carro, tem que ter a gasolina que é pra andar, se não tiver a gasolina o carro não sai do lugar, tá igual aos políticos do Brasil, de mil a gente tira quatro, cinco, daqui a pouco estes quatro cinco some também, que os outros passam por cima. (JOSÉ, 63 ANOS, MÚSICO, ENTREVISTA 22/02/16, *grifos nossos*).

Do que adianta a democracia se não somos democráticos? É esse o sentimento que fica evidente em muitas das falas, especialmente daqueles que puderam vivenciar o regime ditatorial ocorrido no país.

Aí, as lembranças são assim, naquela época era tudo feito com o coração, muita força, muita coragem, depois as lembranças que eu vivi, é decadência, foi a decadência lenta, a decadência lenta, as ideias mudaram, é o que eu tô falando assim, eu achava lindo aquilo tudo, porque eles lutavam pelo, contra a ditadura e eu lá do meu jeito lutava também, eu achava a ditadura uma coisa muito, muito nojenta. Mas, acontece que agora eu olho e não gostaria que voltasse a ditadura, sabe, era tudo difícil, mas existiam coisas que eram mais fáceis, né, nós podíamos estudar em colégios públicos, batalhávamos para entrar, era uma luta pra entrar no colégio público, mas você entrava e você aprendia, você sabia que ia ter, você não, você sabia que não ia ter direito a uma faculdade porque era tudo muito difícil, né, faculdade só fazia quem tinha dinheiro pra isso. (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/16).

Por outro lado, compreende-se que a percepção do autoritarismo não é vista em sua totalidade, observa-se que com o desejo e a volta deste governo, supõe-se garantir a ordem e a organização da vida das pessoas e “os benefícios básicos que julgam decorrer daí – é muito mais importante do que a preocupação com a representação, a liberdade ou outros valores democráticos (ALDÉ, 2004, p. 84).

Sempre nos causou impacto o sentimento saudosista que aparece nestes relatos, evidenciando mais uma fragilidade da democracia brasileira. O medo que ronda o espectro da volta de uma ditadura não é apenas um receio nosso, muitos são os relatos, filmes e livros que já narraram um dos períodos mais nefastos que este país já viveu

Sim, teve sim, tivemos aí os anos de chumbo da ditadura militar e que me entristece muito você observar os jovens que não, infelizmente não se aprofundaram na crueldade daqueles anos e tem a infelicidade de pedir a volta de um regime daquela natureza, né, onde por mais que seja feito o filme, escrito livro sobre o assunto não consegue retratar a crueldade daqueles anos, né, pra gente hoje está falando um monte de besteira seja em rede social, seja em outros meios, outras ferramentas de comunicação, muitas pessoas literalmente deram suas vidas, né, tiveram suas vidas ceifadas ou então foram mutiladas, seja fisicamente ou psicologicamente e até espiritualmente. Diversos exemplos a gente

tem aí de pessoas que hoje sobreviveram, mas apenas sobrevivem, deixaram de viver, porque foram vítimas daqueles... Daquele período, daqueles alagoes. Então, eu queria muito que nesse país a gente tivesse a oportunidade de não deixar essa história se apagar, porque eu vejo que corre-se esse risco. (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16).

A atitude negativa que apresenta com os depoimentos, nos faz afirmar que nem sempre o que se deseja é a volta deste caos opressor, mas a garantir da ordem que se estabeleciam o que é apoiado é o discurso de manutenção da ordem. A concepção de organização que se identifica na ditadura não é enfatizada somente nas falas dos eleitores que a vivenciaram, nos eleitores mais jovens o discurso também é reproduzido.

Como eu sou do ano de 1993 até os dias atuais eu não presenciei nenhum tipo de regime diferente, não. Mas assim, pessoas me relatam que era bem rígido antes de, de 88, né?! 85 que foi até 85 o regime da ditadura era bem diferente do atual, mas também teve os seus aspectos positivos. A gente não pode frisar, né?! Como eu falei, todo governo traz um aspecto positivo e negativo. **C – O que você acha que seria um aspecto positivo desse governo que você citou, no caso é... ditatorial?** E – Acho que a palavra que eu utilizei foi mais na seara rígida. Nesse, nesse aspecto da rigidez enquanto política, até porque a gente, a gente viu é... que as decisões eram ações representativas em cima de uma pessoa só e eram ordens, foi um período mais rígido, né?! Eu acho que uma das ações mais assim evidente foi a questão da infraestrutura no país, ela foi bem exaltada no contexto histórico. A infraestrutura teve um, um, uma valorização muito grande. (IGOR, 22 ANOS, POLICIAL, ENTREVISTA 23/04/16).

A democracia ergueu-se mas faz parecer que com ela também se ergueu a desordem. O que se estabeleceu não foi um governo que garantisse a melhoria para a maioria, pelo contrário, percebe-se como um governo que se sustenta na garantia de benesses para pequenos grupos.

Eu vejo isso na democracia hoje em dia, como se ela fosse algo que só tá lá pra proteger os maiores dos menores, pra proteger nossas revoltas, pra evitar que a gente consiga extrair deles, extirpar deles o que é nosso por direito. Ela funciona mais como uma manutenção das desigualdades, um aparelho que apoia as desigualdades, do que um aparelho que promove a igualdade. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16).

Fundamenta-se, na fala do entrevistado, a concepção das elites que se mantem no poder. O elitismo assim reforça um governo que “promove” desigualdades, que combate de forma organizada a força da população em defesa de interesses de grupos,



muitas liberdades são sacrificadas em nome desta manutenção de interesses de grupos. A ditadura do poder econômico e do conservadorismo.

A gente tem tanto orgulho de dizer que vive no país da democracia, mas que democracia é essa? Se a gente vive na ditadura do poder econômico, né, a gente observa. Olha aí as famílias anos e anos aqui no interior da Paraíba, sai uma entra outra”. (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16).

Depreende-se nas falas a força da economia nas escolhas dos cidadãos, por viver regimentados a escolhas de grupos. A teoria das elites, já discutida nesta tese, reafirma uma limitação da democracia ao sustentar-se na “crença de que a igualdade social é impossível, de que sempre haverá um grupo naturalmente mais capacitado detentor dos cargos no poder”. (MIGUEL, 2014, p. 32).

Eu acho que a questão do regime militar, eu acho que foi na época que... Por mais que fosse rigoroso e não pudesse mostrar suas opiniões, mas o índice de pessoas assim, insatisfeitas eram menor, porque o militar é aquela coisa do... Ele é um cidadão que precisou passar por processos pra poder virar militar, então ele não é uma pessoa que por exemplo, ela é de uma classe baixa e do nada ela vira presidente, militar pra mim é uma pessoa que vai passando por fases, pra poder chegar na questão militar. Então assim, no regime militar era muito rigoroso, porém, eram pessoas que estavam sabendo o que estavam fazendo ali, se eles não mudassem aquilo pra sociedade, eles estavam até mesmo danificando a questão da família deles, porque eles eram pessoas baixas que se tornaram militar, então a família dele vem de baixo. Então eu acho que era muito rigoroso, porém era mais democrático, pensando em prol de todos. **C – Como você acha que foi essa época em nosso país?** E – Assim, teve a questão das... Assim aboliu muito, reprimiu muito a questão das pessoas demonstrarem suas opiniões, porque nem sempre eles aceitavam estas opiniões do povo e como também teve os movimentos de cultura, de música, de pintura e também algumas manifestações que tinham, mas não eram manifestações tipo gritaria, eram manifestações culturais, então, as pessoas, elas tentavam mostrar suas opiniões, porém, eles não aceitavam sempre, para eles, como era ao mesmo tempo militar, você tinha que impor respeito a eles. Então assim, não deveria mostrar muitas vezes a opinião, como também teve perseguições a cantores que fizeram letras de músicas críticas, e acabaram se prejudicando por causa disso, porque mostrava o real que estava acontecendo ali. Então assim, foi rigoroso, foi muito assim, de repreender, porém, eu acho que seria mais eficaz do que o regime que a gente está hoje, democrático. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16).

Fala-se em democracia como oposição à ditadura e existem várias ditaduras. A ditadura da opressão, revela o aspecto virulento deste processo que revela nos dias

atuais as sequelas das práticas vivenciadas, a exemplo da violação dos direitos das pessoas: “vamos usar o exemplo o golpe militar, porque o golpe militar era muito obvio que não era democracia, eles ignoravam a Constituição, não seguiam, os cinco AI, os cinco atos Constitucionais eles implicaram, eles eram totalmente inconstitucionais”. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16).

Houve né, um momento no nosso país, que foi o momento da ditadura, né, a gente sabe que a ditadura foi um momento muito triste né, muito alto, uns pagavam pelos outros né e a gente não podia se reunir dois ou três numa escola que era preso né, a gente tem exemplos aqui, de professores que era de estudos sociais, né, vários professores aqui, eu acho que foi três ou quatro que foram presos, porque geralmente na sala de aula tinha um embutido no meio que era militar, sem a gente saber que era militar, e na, quando a professora saia já [...] Aqui a gente tem o caso de Josélia que era presa aqui porque era contra a ditadura, né, e foi tão triste a ditadura, a gente não podia pensar, não podia conversar, a gente tinha medo de tudo né, aquele momento triste né, o qual todos lembram da ditadura, que fez 50 anos em 1914, cinquenta ou sessenta, me esqueci, 2014. Foi um momento triste para o nosso Brasil e hoje é democracia, aonde todos tem voz e tem vez. Eu acredito que a gente tá num país democrático, por conta de que todos podem falar e agir de acordo com a Constituição, aonde todos são livres perante a lei. (SOCORRO, 65 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 08/03/16).

A ditadura revela a ambiguidade que nós temos verificado nos ambientes institucionais com a presença do poder militar e conservador que se faz vigente até os dias atuais, bem como a oposição que a população evidencia quanto à possibilidade de um regime democrático.

Seria uma ditadura, seria assim uma ditadura, nós teríamos um Furer, que ele teria os seus ideais, os mais loucos que fossem e todo mundo teria que aceitar, porque a quantidade de gente que o Hitler enforcou durante a 2ª Guerra justamente porque não queria lutar pela Alemanha nazista foi... Ele matou muito alemão, muito, ele era um ditador, as pessoas não tinham “ah, eu não quero lutar no exercito não”. Não tinha isso. Aqui no Brasil a gente ainda tem muitos problemas antidemocráticos: o voto obrigatório, antidemocrático, alistamento obrigatório, antidemocrático, ninguém é obrigado a servir, ninguém deveria ser obrigado a votar, não existe isso, se nós estamos numa democracia ninguém é obrigado. Então por mais que tenhamos uma democracia, falta muito ainda. É democrático? É, nós temos nosso direito de expressão? Temos. Porque somos obrigados a votar, mas não obrigados a votar em alguém, mas, ainda somos obrigados a votar, então ainda temos algumas falhas na nossa democracia. (GUSTAVO, 28 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 28/02/16).

Jaques Rancière (2014) em seu “O ódio à democracia” retoma uma ampla discussão sobre como o governo democrático traz em sua nascente a própria expressão do ódio com o signo dos desejos ilimitados dos indivíduos na sociedade, e no combate de dois adversários:

De um lado, opõe-se a um inimigo claramente identificado, o governo do arbitrário, o governo sem limites que denominamos conforme a época, tirania, ditadura ou totalitarismo. Mas, essa oposição evidente esconde outra, mais íntima. O bom governo democrático é aquele capaz de controlar um mal que se chama simplesmente vida democrática. (RANCIERE, 2014, p.16).

Para o autor a democracia se debruça na igualdade, logo, vê-se as mais diversas reações dos seus adversários, a seu ver, o ódio à democracia não é algo atual, mas um fenômeno que se desenha há tempos uma vez que setores privilegiados não aceitaram com bom grado a ausência de prestígios ou títulos para ingressar na vida política.

A vida democrática remonta a um conjunto de práticas que se opunha às expressões que se encontravam na época da ditadura

Do meu tempo para cá, todo mundo tem direito de falar e gritar, dizer, fazer, mas eu acredito que tempos atrás isso aí devia ser preso, esse grito na garganta essa vontade de falar, porque não é à toa que teve o tempo da escravidão, né. Então eu acho que esse povo, era um povo que na ditadura que tinha que se calar mesmo ou calava ou morria, mas eu não alcancei esse tempo não, mas que houve, houve. Não sei dizer a você, mas eu acredito que se teve ditadura, teve tempo para tudo, teve tempo de falar e o de ficar calado. Então se houve tempo, houve esse tempo também de o político, é, a população nós eleitor ficar querendo dizer e não poder. Eu não, no meu tempo até hoje é aberto, foi toda vida foi aberto, não é à toa que hoje a gente consegue chegar, falar, dizer o que sente se chegara um político aqui na minha cara e eu não gostar dele, eu vou dizer na cara dele ‘eu não suporto você, saia daqui’, mas eu acredito que já teve tempo que se chegasse gostando ou não tinha que receber e aceitar. Eu acredito que teve esse tempo. (JEANE, 56 ANOS, DO LAR, ENTREVISTA 23/02/16).

A liberdade de expressão, de ir e vir, é uma referência regular quando se fala sobre democracia. Poder expressar aparece aqui como permissão de contradizer o regime vigente, algo contrário do que se vivenciava com o regime autoritário.

Pronto, eu acho essas manifestações nas ruas, né, a liberdade de expressão; as pessoas, eu digo assim, um despertar, as pessoas estão despertando através do conhecimento, nós somos poucos politizados, a gente não tem conhecimento de política, a gente não sabe onde começa e onde termina a obrigação de um político, não sabe o que é

necessário o que fazer, a partir do momento em que ele exerce um cargo, a gente não procura saber dessas coisas, então muitas coisas a gente acha que é favor, não vê como a obrigação dele, porque a gente não conhece. Então assim, hoje em dia está tendo como um despertar, né, está tendo estes movimentos de o povo ir pra rua, né, de as pessoas demonstrarem que não são mais vivendo aquele mundo cegos, não é, eles não são mais cegos, eles estão despertando, tão procurando conhecer, então assim aos poucos... Ainda que o povo está engatinhando assim, a gente só vai conseguir exercer a democracia a partir do momento que a gente conhece a política, enquanto você não conhece a política e a obrigação de cada legislação, de cada partido, não só do partido, a partir desse momento é que a gente vai poder fazer, tomar nossas decisões de uma maneira ampla e democrática, sem conhecer a gente vai continuar achando que é um favor. (ALINE, 30 ANOS, ARTESÃ, ENTREVISTA 15/03/16).

As manifestações que aconteceram no país, mencionadas pela eleitora, indicam essa liberdade de expressão como um contraponto a o regime ditatorial, ao mesmo tempo que sinaliza um país que engatinha em suas práticas democráticas. Przeworski (1984) já chamava a atenção que o aparato do poder autoritário tinha a capacidade de impedir a manifestação das pessoas, bem como alguns resultados políticos, numa maneira clara de manter o controle sobre a sociedade.

A democracia ela é muito bonita se ela conseguisse ser exercida, nada mais é do que você ter a liberdade de expor suas opiniões, de votar nas pessoas que você deseja, né, a democracia em si é a liberdade, é ser livre. E hoje é o que a gente menos vai vendo, porque é através dessa jogatina política que você vai se prendendo a certas coisas que não deixa você ser livre para você votar e fazer a sua própria escolha embasado na sua opinião. (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

O processo de democratização, neste sentido, passa a ser o processo de confluir todos os mais diversos interesses de pessoas, num conjunto de regras e, especialmente, o que definiria a democracia seria a incerteza nos resultados do processo: é somente “a transferência do poder por sobre os resultados que constitui o passo decisivo em direção à democracia”. (PRZEWORSKI, 1984, p.38).

Este governo, gerador de incertezas, traz consigo um conjunto de fragilidades que poderiam ser solucionadas com a força de instituições que garantissem razoável segurança de que somente ‘alguns’ interesses fossem garantidos. Mas, o autor observa que as soluções institucionais têm limites, uma delas são as forças aliadas a ditadura, que garantem sua presença política sob condições democráticas, fazendo aliar-se seus interesses econômicos e políticos aos valores democráticos.

Como eu tava dizendo, acho que nessa época poucos se beneficiavam, porque só quem votava eram grupos, hoje acaba que o resultado dá no mesmo. É, alguns, alguns... Como eu disse, a democracia deixa de existir a partir do momento que eu me sinto presa a um favor, né, então eles conseguiram até hoje manter, até eu digo assim esse regime ditatorial hoje eles estão conseguindo manter. Porque essa ditadura, entre parênteses, através desse jogo, ele pede o seu voto através de favores, então ao invés de fazer uma coisa pra sociedade, vai fazendo de forma individual pra manter pequenos grupos de volta. (JEANE, 56 ANOS, DO LAR, ENTREVISTA 23/02/16).

Esta atitude de desconfiança com a política não quer dizer necessariamente um afastamento dos assuntos políticos, a esperança e o desejo de mudanças fica latente nas falas desses eleitores. As presenças de práticas que ocorriam na ditadura se fazem identificar nas falas dos informantes, especialmente quando perguntamos a eles se no Brasil existe a democracia.

No papel (risos). A gente tem fases democrática, a gente vive fases democráticas, entendeu? Mas, as vezes a gente se torna mesmo ditador, a gente mesmo, a gente traz a ditadura, embora que a ditadura tenha sido de muitos anos atrás, mas a gente acaba sendo também ditadura também, só querer aquele, só querer aquele, porque se eu não votar nele eu vou me prejudicar, aquele receio da perseguição política, da ditadura, então só quem pode dirigir é aquela pessoa, só quem vai fazer direito é aquela pessoa, pronto. (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

Quando indagamos sobre estes momentos democráticos, a ideia de a democracia ser pensado como um momento específico que é a eleição fica claro, como o *tempo da política*, o tempo democrático é específico, muitas vezes não é referenciada em seu caráter contínuo.

O momento democrata que eu tenho para mim, eu tô com essa idade e não vou ver mais, posso até ver né, queimar minha língua e ver como nas diretas, a Democracia, todo mundo deu as mão ao outro inclusive os adversários de Tancredo hoje estão fazendo o que estão fazendo hoje aí, os adversário dele tão fazendo, o que estão fazendo hoje tudo para chegar no poder né pois é para mim. Eu conheci dois, inclusive teve um que fez uma cidade do tamanho do mundo que foi Brasília Juscelino Kubitschek, que eu alcancei ele né, e depois Tancredo Neves. Para mim foi esses dois, esse daí era democrático, ele era democrata era de sentar numa calçada com um eleitor e bater papo, eles eram desse jeito. Isso aí é que é democracia. tem deles que passa no carro e só faz dar xau. Os abastalhados na porta fica dando xau do outro lado, não sabe nem o que ele está fazendo. Olha aí o que é que eles fazem, não descem do carro para falar, porque eu acho que um político bom para ser democrático ele tem que fazer um trabalho com

o eleitor, entrar na casa do eleitor, ver o que está faltando. Isso é que é democracia, *a democracia aqui do Brasil é por época, por exemplo, como no Natal no Natal sem fome, só tenho o Natal que o povo come eh? E os outros meses? Pois é, é isso que está faltando: democracia para o ano todo.* (JOSÉ, 63 ANOS, MÚSICO, ENTREVISTA 22/02/16), *grifos nossos*).

Esta atitude refere-se Aldé (2004, p.93) como de angústia. Diferente do aspecto cético e de afastamento, a sensação de impotência é o que se aparece na fala do entrevistado, neste caso, se coloca o problema do país na falta de “patriotismo, de uma cultura cívica arraigada na população”.

Hoje, pelo que eu tenho observado, né?! E, e, tanto conversar, escutado alguma coisa ou visto na televisão, o eleitor hoje ele tá “insatisfeito” (destaque dela) com a política a nível nacional. Não falo nem local, a nível nacional. A gente tem observado que eles estão muito revoltados, agora só que, que se revoltam, mas, mas não sabem buscar uma solução. Exemplo: eles reclamam que, que o Brasil tá assim, que o Brasil tá assado, só que ele não, não, não buscam... as pessoas foram, há um tempo atrás, foram pra rua cobrar R\$ 0,20 de uma passagem de ônibus. Foi um vandalismo, uma esculhambação, é, pessoas sendo agredidas, até um, um cinegrafista morreu, de um rojão que foi soltado, aquela coisa toda e as pessoas não vão pra rua pra questionar que quando a presidenta viajava, fora as despesas que eram pagas, ela recebia 10mil reais. Eles não vão pra rua questionar isso. Eles não vão pra rua questionar a questão da saúde, que a tabela do SUS “fazem” 16 anos que não é reajustada. Eles querem saber que têm direitos, mas e os deveres de cobrar e cobrar dentro de uma realidade? Eles não vão, eles não pensam que, vamos supor, no Brasil existe muitas mordomias a gente sabe que existe. Você, você vê que um país como a Alemanha, um país riquíssimo, né?! Onde a chanceler ela vai pro supermercado fazer a compra. A compra da casa da presidente foi 110 mil, onde você vê que ela recentemente, a última vez que ela viajou foi pros Estados Unidos, o sogro, o, o pai, é... o sogro do meu irmão, tava voltando e ela tinha 3 aviões com todas as despesas pagas por nós. O marido da chanceler alemã, ele paga a passagem pra ir num voo comercial, o, o cara da Inglaterra, aquele, esqueci o nome... Tony Blair, foi, foi, é... bateram uma foto dele, ele num voo comercial entre Londres e Portugal. Ele num ia com nenhuma comitiva e as comitivas que vêm de lá pra conhecer algum, alguns empresário aqui, pra fazer parcerias são, vamos supor, num vem aviões, vem voos comerciais e aqui não, vai comitiva de avião grande da força aérea nacional. Então são essas disparidades assim, que eu acho que as pessoas não, não têm... sabem cobrar, mas de contrapartida, sabem dizer, mas não sabem cobrar, então fica uma... [C – uma interrogação, né?!] E – ahan! (CECÍLIA, 44 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 11/05/16).

Os outros países são mencionados como um contraponto à cultura política que aqui se instaurou: desorganizada, ausente de patriotismo, com negócios públicos esquivos, economia baseada em retirar do cidadão o máximo de lucros.

Jamais, jamais. Eu considero o Brasil como o país dos espertos. Acho que o esperto aqui ele se sobressai, claro que ele vai pagar por isso, as vezes demora, as vezes consegue alguma coisa, mas eu creio que o país não é um país democrático. Na minha geração também não vai ser, é um país que eu acho que é completamente desorganizado, nosso país aqui é tudo ao contrário, a gente paga aqui uma penca num carro, onde você vê nos EUA o cara compra um carro a preço de banana, um documento, alguma coisa. Então, eu não vejo o Brasil como um país democrático, eu vejo o Brasil como um país completamente desorganizado. (CILNEY, 23 ANOS, ELETRICISTA, ENTREVISTA 01/03/16).

Há uma descrença de que funcione algo quando outros países a burocracia revela sua eficácia.

Lá nos EUA pelo menos tem uma lei que de vez em quando funciona, aqui nem isso tem, nós não temos lei para nada, nós vivemos na terra de Malboro é matar um ao outro e acabou. Uma coisa absurda, isso é democracia (a democracia brasileira), a democracia brasileira é assim. (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/16).

O conceito de burocracia em Max Weber (1982) emerge da problemática do poder quando discute sobre a estrutura organizacional e sua legitimidade. É um tipo ideal de organização que repousa na autoridade racional-legal, onde as normas legais objetivam se concretizar em sua aplicação. A burocracia segue o princípio de racionalização, organização da vida social, a política em sua racionalidade se pensa a partir desta organização:

É... um conjunto de ações que visam estabelecer... e eu considero também a política um dos pilares, eu até coloco ela dentro dessas ações, ela é um dos pilares que regem é... a República Federativa do Brasil, no nosso caso, né?! Outros dos pilares são é... Organização administrativa, econômica, financeira, então a política tá dentro desse meio... Organização jurídica, eu coloco ela como uma das principais senão... Dentro do país, porque sem política a gente não pode fazer absolutamente nada. As decisões que emanam do poder são aquelas que vão reger as ações do povo, né?! (IGOR, 22 ANOS, POLICIAL, ENTREVISTA 23/04/16).

Toda administração precisa de alguma forma de dominação, mas, na administração democrática se baseia no pressuposto da qualificação e minimiza-se a extensão do poder de mando. Weber observa que as estruturas institucionais que se consolidam, podem sofrer modificações em sua forma habitual, se mostrando em alguns aspectos ineficientes para ‘dominar’ o Estado, nestes casos, que ele pensa enquanto crise, surge a sua concepção de carisma.

O carisma compreendido como o “dom da graça” leva a concepção da burocracia para outra ordem de explicação que não mais a racionalidade legal. Neste caso, a qualificação ou o aspecto da graça ou qualidade extracotidiana se revestem de força. Quando a qualificação é maior do que ordem estatuída, a possibilidade de o aparelho administrativo em sua eficiência organizar-se fica bem mais difícil, recupera-se a concepção de um governo onde as decisões são tomadas numa duplicidade que cambia valores impessoais e elos pessoais: “Não, eu acho que eles nem entendem o que é democracia, pra ser bem justa, as vezes compreender, mas quer dar o ‘jeitinho brasileiro’, né, que o povo fala, chama, o jeitinho brasileiro. (ANA, 32 ANOS, AUXILIAR DE CRECHE, ENTREVISTA 13/03/16).

A democracia aparece como a antítese de um governo que faça uso da força, da violência e que ‘representa’ a vontade do povo.

Democracia, como diz no grego, é o poder do povo, nós mandamos no país, não é o presidente. O presidente nos representa, então quem manda no país é o povo e hoje nós temos democracia, apesar de que uma certa quantidade de gente acredita que não, eles creem que a gente precise de uma nova ditadura pra que acabe com a repressão que pra eles existem. E essa repressão não existe, eu nem sei de onde eles tiraram isso, se não houvesse liberdade de expressão, que é o que temos com a democracia, eles não iam nem tá fazendo militância por aí querendo ditadura, eles iam levar era porrada mesmo da, do exercito, da policia, seja lá quem fosse, não ia dar em nada. Hoje não, se um policial bater em alguém por nada, o policial é processado, na ditadura isso não acontece. Então, as pessoas as vezes até precisam mesmo de um baque, pra, eles precisam perder pra lembrar o que tinham, pra aí sim poder valorizar, porque as pessoas quando nascem tendo liberdade, elas não valorizam. O Brasil está passando por situação ruim, tá, qual o país que não tá? Mas, acontece como eu disse anteriormente a questão da corrupção, de tarem pegando tem o seu lado positivo, porque hoje a gente sabe que não é mais acobertado. Por mais que diga “Ah, o governo da Dilma é corrupto, o governo do Lula é corrupto”. Vai dizer que o do Fernando Henrique não era? Mas, acontece que o do Fernando Henrique ninguém pegava, ninguém ia atrás, ninguém dizia, agora acontece e eles são corruptos. Não, pode ser corruptos do mesmo jeito, agora pega, agora vão atrás. Agora a



polícia pode pegar e isso é muito positivo pro país porque mostra que não somos mais coniventes com isso. A justiça pode até ser conivente na questão do, na questão da punição, que quase não tem, mas pega. E a questão da ficha limpa, isso é completamente desnecessário, um político ficha suja, ele não precisa ser barrado da eleição, se ele é ficha suja o povo vai votar por quê? Se ele é corrupto, então o povo não precisa de ficha suja o povo mesmo já sabe, não vota. Mas acontece que o povo é alienado e o que a gente vai fazer, vai sair dando tapa em todo mundo pra que o povo acorde, não pode, então a questão do ficha suja é justamente pra isso, pra barrar o mau eleitor, isso é muito triste, mostra o quanto o brasileiro é atrasado e alienado. (GUSTAVO, 28 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 28/02/16).

Em tese, há esse reconhecimento por parte do eleitorado de que a democracia representa um governo que represente a vontade da maioria. Entretanto, essa análise perde seu sustento quando se pensa a descrença nas instituições, dos partidos, das práticas fraudulentas, o eleitor sabe que a democracia não o representa enquanto “povo”. “A democracia não é um tipo de constituição nem uma forma de sociedade. O poder do povo não é o da população reunida, de sua maioria ou das classes laboriosas. É simplesmente o poder próprio daqueles que não têm mais título para governar do que para ser governados. (RANCIÈRE, 2014, p. 63).

A representação política aparece como um favorecimento pessoal, seja por parte do candidato, do eleitor, do grupo.

O problema é esse, se a pessoa escolher seu candidato e este favorecer a sua escolha foi uma grande democracia, mas aí fica a democracia de lado que a gente escolhe e eles não faz o que dá certo, aí deixa a democracia de lado. Eu sou sincero, eu acreditava muito no político, eu dizia ‘se político tal entrar, o negócio vai mudar e mudava, se político tal entrar o político não vai prestar e não prestava’, era duas coisas que a gente fazia, hoje em dia tá difícil, pra mim todos que entram não esta fazendo nada, só prometendo, prometendo, prometendo... e não faz nada e isso é democracia? Isso não é democracia não minha gente, vê aí como é que tá aí, esse negócio da Petrobras, essa CPI, só se ver falar nisso em cima de uma campanha, veja só quando começar o guia eleitoral que eu não assisto mais, isso aí eu não... Essa energia em casa a gente vai, vai ser uma ração muito grande, eu não escuto não, porque só basta escutar um, que os outros falam a mesma coisa, aí tem uns que modificam sabe? Mas se você for simplificar vai dar o mesmo, não adianta. (JOSÉ, 63 ANOS, MÚSICO, ENTREVISTA 22/02/16).

Sobre a representação política Miguel (2014) observa que a democracia aparece como um regime sensível as desigualdades, ela não é um mundo à parte. Quando um grupo tem mais acessos, mais privilégios no acesso a informação, na distribuição de

riqueza, também tendem a estar privilegiados na esfera da representação. A democracia deixou de ser o governo do povo para tornar-se o governo de grupos privilegiados.

A representação, vista por este ângulo acaba por contribuir para espelhar e manter as desigualdades, por isso o autor aponto a necessidade de “buscar instrumentos que permitam que os grupos sociais em desvantagens sejam mais capazes de produzir seus próprios interesses, de vocaliza-los na esfera pública, de defendê-los nos espaços decisórios e de supervisionar a ação dos representantes”. (MIGUEL, 2014, p. 296).

A noção de igualdade passa também pela questão do pertencimento do eleitor no universo da política. As atitudes em suas práticas constroem de maneira clara o distanciamento, na maioria das vezes, que querem evidenciar da vida política, gerando mais uma das desigualdades, a da compreensão e participação da democracia. Quando questionei entre os entrevistados se eles achavam que as pessoas compreendiam o que é democracia, há quase um consenso quanto ao desconhecimento:

Não, a grande maioria não. Não entendem porque a democracia, como é que eu posso dizer? Na terminologia da palavra, ela é muito bonita, ela de fato, ela é o balsamo par ao povo, mas você não observa isso, *você não observa porque em relação aos processos eleitorais são duvidosos, a forma como se chega ao poder é duvidosa não tem lealdade para os princípios democráticos.* (PATRÍCIA, 43 ANOS, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, ENTREVISTA 01/03/16, *grifos nossos*).

Não, a grande maioria. A grande parcela da população não é politizada, *pra eles movimento social é coisa de vagabundo*, pra eles um líder do movimento social se ele for pego fazendo qualquer coisa o movimento fica completamente desmerecido, por exemplo, se um dos líderes do nosso movimento for pego pichando uma parede o movimento inteiro cai por terra. Eu nunca pichei uma parede, eu tenho ética, eu tenho moral, mas, eu sou um vândalo, um baderneiro, juntamente com ele, porque ele fez aquilo, todo movimento é desmerecido. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16, *grifos nossos*).

Eu acho que pode até compreender, mas tem uma falsa conceituação, eu acho. *Ele pensa que a democracia é a livre liberdade de falar o que ele quer e na hora que quer, fazer o que quer e num é bem assim não.* (IGOR, 22 ANOS, POLICIAL, ENTREVISTA 23/04/16, *grifos nossos*).

Sim, mas é como dar uma arma na mão de uma criança, ele provavelmente vai jogar de lado porque pra ele aquilo não tem a menor graça pra brincar, *o povo não sabe lidar com o poder e não sabe quem vai ficar com esse poder, então a democracia hoje é uma arma de brinquedo, a gente tem, mas não serve de nada.* (GUSTAVO, 28 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 28/02/16, *grifos nossos*).

Eu acho assim que, assim, não entendeu muito não, porque geralmente a gente fica criticando o que tá acontecendo e muitas vezes a gente faz parte daquele processo, né, e muitas vezes democracia, assim, a população acha que só tem um nome, né, e muitas vezes a gente sabe que a democracia ela tem os direitos, né, e tem os deveres como a nossa Constituição, né, então a gente tem uma lei na qual o Brasil todo é regulado pela Constituição Federal. E em termos de democracia eu acredito que tá havendo democracia no nosso país, né, apesar do processo ser muito desgastante né, nós sabemos que nós temos uma presidenta mulher, que nós sabemos que ela é discriminada por ser mulher, né, nós sabemos, nós que somos mulher, e batalhamos a nossa luta diariamente, nós sabemos que é muito difícil tomar conta de um país machista né, porque a gente sabe que ali tem os contras, só derrubar por ela ser mulher, não deixa ela ter o período dela terminar pra outro assumir. Nós sabemos, eu no meu pensamento, eu acho que tem o termo machista no meio e querem derrubar porque querem só porque é mulher, né, e muitas vezes não deixam que ela faça um governo voltado para toda população; (SOCORRO, 65 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 08/03/16).

Dos depoimentos raros são os que atribuem à democracia ao alcance de todos, reforçando assim a concepção de que este é um governo que se legitima nas desigualdades. Inicia-se pelo processo eleitoral, onde é possível desvelar um âmbito de contravenções que torna o processo, apesar de todo o esforço no campo das leis, inseguro. Muitos sequer chegam acreditar na inviolabilidade da urna eletrônica.

Os eleitores não reconhecem as instituições como exercício de burocracia, administrativo que vá fazer a organização estrutural funcionar. Esta desconfiança tem se estendido aos líderes de bairros, de movimentos estudantis sendo associados às badernas e instabilidade nas cidades. O que conflita com a ideia de participação como exercício de manifestação da democracia, o direito de expressão e liberdade. Para um movimento ser reconhecido, parece ter como fundamento estar ‘enquadrado’ num modelo organizado que não perturbe dinâmica social estabelecida.

Mesmo quando o eleitor entrevistado pondera quanto a compreensão do que o outro tem sobre a democracia, atribui-se ao ‘povo’ uma inadequação ao poder por não saber identifica-lo, por não reconhecer que na democracia não é possível só falar de direitos, mas também de deveres.

A democracia assim aparece como apenas uma palavra que está em construção, parece não se desenvolver até que seus cidadãos a compreendam, tornado imperativa à sua discussão. Nos inquieta pensar que a democracia possa aparecer de maneira tão exigente nas falas, ao passo que pareça tão desconhecida como praticá-la, por isso

questionamos aos eleitores, cidadãos entrevistados o que compreendem enquanto uma atitude democrática.

Uma atitude democrática hoje é o que está faltando nos políticos do Brasil eles usa essa palavra essa palavra, mas não cumpre ser democrático é cumprir os compromissos depois da eleição aqueles que está eleito. Eles não estão cumprindo aí estão perdendo a credibilidade com a população né isso porque democracia é a pessoa ter amplicidade, ser democrata, falar e cumprir sem tentar esculhambar com o adversário aquele negócio todo isso, é democracia fazer. (JOSÉ, 63 ANOS, MÚSICO, ENTREVISTA 22/02/16).

A democracia é a prática da promessa que se cumpre, da crença que se legitima, do voto do devoto que recebeu a graça e retribui com o presente. A democracia opõe-se a um discurso que se distancia das práticas, sustenta-se no real e fortalece o imaginário.

Fechar uma rua, qualquer pessoa hoje pode fechar uma rua pra fazer um protesto, até mesmo contra o governo. Quantos protestos tiveram aí contra a Dilma, pedindo a saída dela. Cadê que alguém foi lá e disse “não, você não pode fazer isso porque é contra o governo?” Faça isso em 1960, 1970. Isso mostra a diferença, hoje as pessoas podem. Qualquer pessoa pode subir num banquinho e descer o sarrafo no prefeito, descer o sarrafo no vereador, pode falar mal até da polícia, ninguém vai fazer nada, ninguém pode fazer nada, tá exercendo seu direito de democracia, de liberdade de expressão e as pessoas muitas ainda não entendem isso. Liberdade de expressão não é você tirar alguém, debaixo de pontapé, é você dizer o que você pensa, agora se você conseguir juntar uma massa é claro que vai ter um efeito melhor, você sozinho não consegue fazer nada, mas você ter direito de sozinho dizer o que você pensa você tem, você tem o direito de mudar a cabeça de todo mundo você tem, você pode. Agora se as pessoas vão aceitar ou não, essa é a diferença, ditadura você não tinha esse direito, democracia você tem. (GUSTAVO, 28 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 28/02/16).

Uma atitude democrática define-se enquanto participação, expressão, protesto, liberdade que não é afrontada pelo medo. Numa oposição clara a um governo de opressão e violência, a democracia revela suas incongruências quando revelou-se uma insatisfação e conflito diante de práticas quem embora ‘camufladas’, revelam o caráter de cerceamento de ideias no regime democrático.

Uma delas encontra-se nos desníveis e distanciamento entre os acessos que as pessoas têm, dependendo dos lugares de onde estão falando. Neste sentido, a democracia aparece como uma reivindicação por melhorias, especialmente na educação,

tida como um eixo provocativo na mudança de uma configuração de um regime mais equilibrado no acesso.

É isso que eu tô falando, a primeira atitude democrática é começar a educar as pessoas pra própria democracia, porque eles falam muito em democracia, mas a maioria das pessoas não sabem nem o que é isso. O PT principalmente, ele fala muito de democracia, mas se eles pudessem, eles calariam a boca de todos os jornalistas porque incomodam, jornalistas... Eles já tentaram várias vezes fazer como a ditadura fazia, jornalista não podia falar, jornalista não pode dizer aquilo que sabe, sabe como que é? O PT já lutou muito pra isso e eu sei disso e isso é democracia? Democracia para eles é o seguinte, eles pegarem dinheiro de todos os lugares possíveis, deixar um monte de pai de famílias, como tá agora, desempregado, com criança passando fome e até sendo jogada na rua por não poder pagar o aluguel, mas eles estarem bem, não é, a única coisa diferente que tem é que eles colocaram uma pulseirinha no pé de cada um, mas eles estão nas casas deles, comendo do bom e do melhor, com o dinheiro, com o nosso dinheiro, com o dinheiro do desempregado que tá quase na rua passando fome, para eles isso é democracia, pra mim não é. (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/16).

A educação como instancia fomentadora faz de nós cidadãos reflexivos, atuantes e menos propensos a adesões ideológicas e alienantes. Não se trata aqui de fazer uma acusação a partidos, mas, do uso dos mesmos como estruturantes na manutenção e reprodução de práticas de desigualdades. O eleitor reconhece as desigualdades, mas também reconhece os mecanismos de combate, as manifestações são a evidencia de como em articulação consegue identificar lutas pelo bem coletivo.

um exemplo de atitude democrática, puxando a sardinha pro nosso lado é o Passe Livre. O Passe livre é um exemplo de atitude democrática. Por quê? Só porque a gente tá reivindicando nosso direito? Não, não só por isso. Não só pela reivindicação dos nossos direitos, mas também porque nós estamos focados só nesse objetivo, a gente tinha outras coisas na pauta, isso é ser cidadão. Lutar pelos seus direitos, mas também lutar pelo direito do coletivo. Como disse Karl Marx, todo trabalho é coletivo, eu não posso exercer meu trabalho, seja onde for ele, na Alpargatas ou na Prefeitura, ou até mesmo aqui que o meu trabalho é ser estudante se não houver o coletivo, que é o trabalho dos motoristas, se não houver o trabalho da equipe da limpeza, se não houver o trabalho dos professores, eles também não podem trabalhar se não houver o nosso trabalho. (MAYCON, 17 ANOS, ESTUDANTE PÚBLICA, ENTREVISTA 08/03/16).

A atitude democrática se sustenta no cotidiano, o reconhecimento do eleitor quando evidencia que em seu cotidiana age de maneira a retirar o direito do outro,

indica para nós a forte evidência de que não há um ‘não saber’ quando se fala em democracia, mas, um não agir para a confluência de um regime que pense o bem de todos.

O *jeitinho* aparece em muitas referências como a antítese de uma atitude democrática, que passou a ser “aceito” coletivamente mas revela também a dubiedade e inconformidade do eleitor, muitas vezes porque feriu primeiro sua individualidade, mas que também fere o coletivo.

Ah, o que eu vejo de uma atitude democrática no nosso Brasil parte de nós mesmos ao sairmos de nossa casas, quando a gente vai a um banco que às vezes a gente quer levar vantagens em relação a um brasileiro numa fila, seja num troco, seja pedindo uma negociação, a gente quer levar vantagem, você chega no hospital algumas pessoas são tratadas de uma forma, outras de outra, eh, você chega numa casa da cidadania pra tirar um documento, as vezes você é o ultimo a chegar, quando você olha o cara tá lá, já é o primeiro tirando o documento, tá, ele não tem consciência que ele foi o último? O que uma pessoa fez ao sair de casa as duas da manha pra tirar um documento e uma pessoa chega ali cedinho e ele, as vezes, através de uma amizade que ele tem, ele consegue obter vantagem. Essas coisas né, aqui teve o processo de uma seleção, de uma inscrição, inscrição de casas, minha vida e... Você vê o quanto pessoas tiveram vantagens, né, muitas pessoas madrugando lá pra conseguir fazer sua inscrição, as pessoas as vezes levavam cama, comida e as vezes o cara tá lá, tem o conhecimento de alguém, o amigo do prefeito, chegou lá na cara dura e foi lá, fez a inscrição assim, na maior, na frente de todos. Na maior cara de pau, aquilo ali me deixava indignado, porque minha mãe estava lá, madrugou pra fazer e eu vi o quanto as pessoas tiveram vantagens através de amizades pra fazer a inscrição de uma casa, como qual, na minha opinião eles também vão ganhar por conta de amizades, por conta do arrumadinho, né, como é que se diz *o jeitinho*, o nosso jeitinho brasileiro, aquilo ali... Quem tem contato vai mais longe, aquela malandragem, infelizmente eu acho que isso são faltas de atitudes democráticas. (BÁRBARA, 16 ANOS, ESTUDANTE PARTICULAR, ENTREVISTA 02/03/16, *ênfase da depoente*).

Longe de ser um governo ideal, a democracia enquanto um governo que busca representar os cidadãos revela em toda a sua construção um governo que nasce de fragilidades e incertezas. Precisando coadunar interesses de grupos e individuais, um dos seus maiores desafios diz respeito ao combate à assimetria entre os grupos sociais, objetivando um equilíbrio entre os indivíduos em sociedade.

Compreende-se que a democracia, longe de repousar no consenso revela no conflito seu elemento distintivo quanto à representação que aqui se instaurou, acordando com a concepção de Miguel (2014, p.308) quando verbaliza que, a representação

democrática se pensa como “aquela em que os representantes verbalizam vontades ou interesses dos representados, em interlocução constante com estes últimos”.

Afirmamos que os resultados que se tem com a análise dos relatos é a democracia enquanto uma encenação, pensada desde sua composição legal, à disputa eleitoral e das opiniões públicas, a construção do imagético do candidato e barganhas com os eleitores. Chama-se encenação, sem que isso tenha uma implicação com um falseamento, mas, como um movimento arquitetado para projeção do fazer ver e sentir.

Como num jogo de cena, a política é feita do que é feito o cotidiano, todos estão interessados e acionando seus contextos e redes de explicações que operacionalizam suas atitudes e práticas. Dizer que a democracia é algo desconhecido para os eleitores que entrevistamos, seria uma inverdade. Pelo contrário, ela é bem conhecida e ressignificadas, em níveis diferenciados, mas, dentro de contextos racionais e conflitantes para quem estuda sobre comportamento eleitoral.

Por fim, acreditamos ser esse o regime que ambienta em nós o desejo de mudanças, para isso, o conflito precisa ser creditado e equilibrado, para isso as desigualdades precisam ser tensionadas, não se pode estabelecer um país democrático se as suas práticas são antidemocráticas? Afirmar isso, não retira de nós e tampouco dos eleitores que entrevistamos a esperança que a democracia enquanto um governo efetivo, comece a vigorar entre nós.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um caminho foi traçado por nós até que pudéssemos chegar a estas visões, um primeiro exercício foi voltar a alguns autores que nos ambientaram nas teorias das democracias, enfatizando-a enquanto uma democracia representativa. Nossa tese referenciou os pleitos presidenciais com a chegada da democracia (1989-2014), entretanto, por se tratar de uma pesquisa que se ambientou a nível local, obtivemos uma miscelânea de lembranças e falas que também trouxeram as vivências cidadinas e estaduais.

Uma discussão profunda se instaura na Ciência Política a partir da ideia de constituir um contrato social entre os homens, com o objetivo de manter a paz entre eles. Rousseau (1999) observa a dificuldade que é a representação, apontando que o pacto social existe para manutenção da igualdade entre os homens, mas, justamente por ser o povo soberano, ele não pode ser representado, considerando a dificuldade de conciliar a vontade particular e geral, a democracia arrefece em sua praticidade, um governo tão acabado não se encontra na realidade.

Como uma definição moderna, a democracia representativa encontra base e contradições no liberalismo, universos aparentemente antitéticos vão se entrecruzando numa concepção de fazer a política que se desenvolve ambientada nas desigualdades. Estas afetam a democracia, mas, em meio a elas surge uma concepção de democracia que coaduna elementos antidemocráticos (MIGUEL, 2014).

A noção de representação política vai ganhando folego dentro de possibilidades que nós buscamos compreender a partir do exercício de cidadania, que nos aponta certamente, uma construção histórica que foram se desdobrando e evidenciando o quanto pudemos falar (ou não) em representação. A construção de fatos históricos e políticos vivenciados no país, evidenciaram como os direitos políticos e civis foram sendo negociados, aparecendo como os cidadão, quando e se assim eram pensados, foram (des) representados.

Nicolau (2002) retrata as mais diversas situações vivenciadas nas transições dos governos, informando-nos como eram feitas as eleições, quem podia participar destes processos, as proibições, os aspectos fraudulentos que podiam ser depreendidos nestes processos, a exemplo das eleições a bico de pena, do uso das cédulas de identidades mais de uma vez.



Estes retratos manifestam um país que traz em seu cerne práticas que já sinalizam para uma dificuldade da instauração de um regime burocratizado, considerando a influência dos senhores (feudais, militares, capitalistas) e junto à estas práticas personalistas e clientelistas. A escolha dos representantes, longe de ser feita de maneira a representar a população, representa o interesse de grupos.

A cidadania aqui instaurada é chamada por Carvalho (2008) de ambígua, os direitos foram historicamente sendo negociados, cerceados, gestionando um país que não instituiu um governo democrático, mas entretanto. Recuperamos os pleitos presidenciais com o intuito de compreender como se instaurou estes momentos, alguns destes momentos onde o eleitor não pode se manifestar sendo tolhido os seus direitos políticos e civis, a ditadura compõe um capítulo de nossa história que embora nefasto, faz-se presente fortemente em sua proposição de ordem, como aparece nos relatos.

A ‘conquista’ da democracia, traz em seu cerne um movimento de lutas de um povo. O pedido por eleições, com as “Diretas Já”, não foram consolidadas de imediato, mas, não tardou muito para que passasse a acontecer o nosso primeiro pleito para presidente com a participação, sem restrições da população.

O processo eleitoral configura o cenário que referencia a democracia. Por mais que saibamos que a política deva ser pensada em sua continuidade, para muitos, a política e conseqüentemente, a democracia, é pensada somente neste período. O processo eleitoral, como um instrumento da democracia se ampara numa conjuntura institucional, fomentados nas instituições e partidos que visam fortalecer a democracia.

As regras eleitorais foram abordadas por nós ressaltando alguns elementos: abarcando os mecanismos institucionais, os sistemas de lista aberta e proporcional e a importância dos partidos e também seu enfraquecimento com o conjunto de disputas internas e externas que enfraqueceram a credibilidade do cidadão nos partidos.

Muito se reflete acerca do aspecto personalista do sistema brasileiro nesta dificuldade de institucionalização do partido, uma vez que os governos não conseguiram racionalizar suas instituições, criando um modo de governar que congrega as decisões administrativas atravessadas por relações pessoais (DAMATTA, 1997).

Ao dizer isso, observamos que mesmo com suas limitações, não se pode negar a força dos partidos, eles protagonizaram em momentos emblemáticos na conquista da democracia, atuação de como se pode organizar socialmente. Ainda são os partidos que fazem a projeção e conectam eleitores a candidatos, o candidato por mais personalista

que seja, sabe que sem o partido não pode galgar tantos acessos políticos, por outro lado, e alguns eleitores ainda tem escolhido baseado em crenças ideológicas representadas no partido. (BAQUERO, CASTRO & RANINCHESKI, 2016).

A ampla liberdade que os parlamentares têm de fazer e desfazer alianças acirrou as disputas entre os partidos políticos, arrefecendo a crença nesta instituição. Surge, especialmente entre os candidatos, uma disputa tenaz, considerando que o personalismo vigente nas práticas dos cidadãos torna a figura do candidato mais emblemática que o partido.

As regras eleitorais ou “O Livro Sagrado da Política” (JOTA, 64 ANOS, PROFESSOR, ENTREVISTA 12/06/16) são responsáveis por compor a disputa política, mostra que existe uma abordagem institucionalizada de como este momento pode e deve proceder, mas que existe um ritual, marcado por um conjunto de simbolismos e negociações que somente se olharmos pelo prisma das regras, deixamos de vislumbrar outros elementos.

É este ritual que possibilita que a descrença que os eleitores revelam em instituições, partidos e candidatos sejam em certa medida atenuadas. São as campanhas eleitorais que permitem a avaliação dos governos dos candidatos, elas dividem as cidades “como num jogo de futebol”, é este tempo ‘em suspenso’ que garante a aproximação entre eleitor e candidato com o intuito de restabelecer a crença. (PALMEIRA & HEREDIA, 2006).

A identificação positiva do candidato repousa na sua capacidade de instaurar no eleitor o sentimento de pertença e crença. São nos atos de campanha que isso é possível: nas palavras que enuncia, nas passeatas, carreatas, caminhadas, visitas às casas, encontros em lugares públicos e estratégicos, nos debates, nos palanques. O ritual é bom para pensar que nestes momentos tornam-se visíveis a criatividade e os conflitos, a política utiliza-se destes rituais de campanha para transmitir valores, bem como estabelecer rearranjos sociais. (PEIRANO, 2002)

Momento liminar em que se aparece as mais diversas *performances*, as campanhas evidenciam a força que os eventos tem de recriar ou manter estruturas estabelecidas. São através da produção de símbolos e valores, dos espaços de sociabilidades criados no transcorrer dos atos de campanha que nos permitimos retornar as falas dos entrevistados, compreendo a política em sua dimensão dos significados.

A política ganha ares de espetáculo, evidenciando candidatos em suas dramatizações e endossando papéis que os ajude a conseguir a adesão da opinião pública. A construção de imagens para o público passa pelo conjunto de *representações sociais* que são construídas historicamente e coletivamente, são estas representações que os eleitores e candidatos conformam em suas encenações criando uma elaboração do que é a política em seus enunciados e práticas. (MINAYO, 1995).

A visão da política como algo negativo não aparece como uma surpresa para nós, mas, avançamos nesta discussão objetivando discutir então como o candidato consegue alcançar o eleitor diante de sua suposta ‘rejeição’ ao mundo de lá. Um dos caminhos é a visibilidade, ser visto e fazer sentir são reflexões que podemos apreender com os resultados: “Eu acho que não existiria nem a necessidade, nem a necessidade de existir uma campanha feita estas pobrezas que existem por aqui, se eles tivesse um contato maior com o povo durante o tempo que eles estão no poder, tá entendendo?” (ELIZABETH, 50 ANOS, APOSENTADA, ENTREVISTA 29/02/16).

A interação entre eleitor e candidato é um aspecto compreensivo para adentrarmos no mundo da encenação. Estabelecem-se um conjunto de impressões que estão sendo a todo tempo manejadas, seja por parte do político, seja por parte do eleitor de maneira a se impressionarem e estabeleceram interações de confiabilidade. Para o candidato importa especialmente a fachada pessoal que consegue manter a estrutura da representação: sexo, idade, trejeitos, vestais são alguns dos elementos que compõe esta fachada. (GOFFMAN, 1985).

A política da encenação, do espetáculo produz, assim, uma série de personagens que, em meio ao combate político, esperam sobreviver as mais diferenciadas avaliações do eleitor, seu público. (SCHAWARTZENBERG, 1978). O personagem político faz ressoar um homem sempre em representação, uma representação que deve ser o mais próxima da realidade, senão perda a sua eficácia: “A preocupação, eu acho que ele tem que ser sincero, ele tem que ser sincero, ele tem que ser verdadeiro e embora a gente esteja cansado de promessas, ele tem que mostrar que aquilo ali vai ser diferente, que aquilo dali vai mudar”. (MÉRCIA, 34 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 14/03/16).

O político precisa se enquadrar dentro do jogo, ser passível de acionar o *habitus*, pois, ela não é o lugar de qualquer um, de modo que o interesse de candidato e eleitor devem aparecer alinhavados numa mesma direção, o aspecto performativo implicado no

jogo de cena político incorpora o discurso e a promessa que não podem ser pronunciados por qualquer pessoa, mas, sobretudo por aquele que o faz parecer verdadeiro.

O poder é encenado e, compreende-se que nem sempre pela força ou violência que ele é mais eficaz. Quando se fundamenta na teatralização dominando estratégias que fazem o candidato dominar o real a partir de construções imagéticas e que passam pelo imaginário social, empregando meios espetaculares para a sua reprodução. (BALANDIER, 1982).

Um desses meios espetaculares são os meios de comunicação que ambientam, também, a formação das opiniões públicas. A mídia ganha difusão, sendo utilizada tanto pelos candidatos, quanto instrumentos de grandes empresas que representam ideologias políticas e econômicas, evidenciando a não parcialidade de sua cobertura, especialmente no jornalismo.

Outro aspecto a ser enfatizado como resultado para reflexão é a chegada e democratização aparente proposta com as chamadas mídias alternativas, além do aspecto de socialização, as redes sociais vem sendo utilizadas para construção da imagem pública dos candidatos, assim como a formação de uma agenda pública. Entretanto, observa-se na discussão proposta, bem como nos relatos, que o aspecto da informação merece um maior cuidado na análise, considerando que as informações chegam em níveis diferentes para cada uma das pessoas. (MIGUEL, 2007).

A discussão sobre as opiniões públicas orientam um debate posterior na nossa discussão sobre como depois de todos os elementos acionados o eleitor constrói o seu voto. O voto seria o último passo de toda a construção até aqui elaborada para o exercício da democracia. O dia da eleição é o dia do exercício democrático de escolha dos representantes e, o que está em jogo em cada uma das escolhas? A representação de uma população num governo democrático. A explicação do voto nesta tese aproxima-se de discussão que se referencia na subjetividade e não nas ausências que são a nós acometidos.

Para compreendê-lo é preciso ter em mente que há um conjunto de situações que o sustenta, conformando as mais diversas explicações. Mas, há também regularidades, o voto passa por elementos como avaliação de governos, afinidade ideologias, crenças, identificação com o candidato, pelo desempenho, adesão partidária, redes de

sociabilidades, tradição familiar, o currículo, potencial de crescimento que observam entre os candidatos, entre outros fatores. (ALMEIDA, 2008).

Permeia sobre ele ainda muita descrença, mas, todos sinalizam como fundamental para o exercício democrático: “Fundamental. Fundamental. Acho que o voto foi uma conquista do nosso povo ímpar, uma conquista ímpar que a gente não vai tirar. Mas é como eu disse: hoje o voto ele não está democrático, ele está induzido”. (AFONSO, 39 ANOS, VEREADOR, ENTREVISTA 11/03/16).

As visões acerca do voto indicam a fragilidade de um regime que se instaurou envolvidos por práticas que denotam contravenções. A ética e moral são construídas nas explicações de maneira ambígua, muitas vezes. Fala-se no candidato que compra o voto do eleitor, mas nem sempre no eleitor que negocia este voto, de modo que nem sempre os valores são balizados na mesma ordem. O que é corruptível faz parte da prática do outro, nunca da nossa. (ALDÉ, 2004).

As contravenções são mencionadas nas entrevistas como entraves à democracia, ao mesmo tempo como uma maneira do eleitor ‘tirar proveito’ já que ele sabe que o candidato só vai aparecer depois de quatro anos, um novo tipo de eleitor surge, oportunista: “Porque ele pode ganhar de um político aqui, no outro dia um outro candidato a vereador ou prefeito pode chegar na casa dele e ele prometer o voto em troca de alguma coisa e assim vai e a política é isso e o eleitor é isso”. (ANA, 32 ANOS, AUXILIAR DE CRECHE, 13/03/16).

Neste sentido, o voto baseado somente na tradição passa a dividir espaço com o voto mercadoria. Como numa competição de mercado, candidatos e eleitores vão barganhando suas agências individuais, num regime gerador de incertezas. E é assim que se instaura a democracia, baseada nas incertezas que os resultados dos processos políticos podem revelar. (PRZEWORSKI, 1984).

São nas atitudes políticas e visões elaboradas dos eleitores que conseguimos estabelecer a discussão e verificar a hipótese de que a democracia não pode ser pensada como o governo de todos, antes o é um sistema fundamentado nas desigualdades. Ela rompe com a ditadura, mas não a deixa passar.

Como o voto e a política, as representações sobre a democracia são as mais diversas, a priori sempre marcada pela ausência e negativas, a democracia vai ganhando espaço para discussão a partir das práticas vivenciadas no cotidiano das pessoas. Em alguns momentos, a insatisfação com o regime democrático chega a ser tão grande que

o eleitor menciona a ditadura como um espécie de referência e desejo da volta da manutenção de uma ordem, mesmo aqueles entrevistados que não passaram por um regime ditador.

Neste sentido, a questão de uma ausência na crença da representação política emerge na tese como uma constatação de que para alguns de nós não se vive a democracia. Com esta afirmação, não se pretende negar a existência da democracia, mas especialmente destacar o problema da crise de representatividade que impacta diretamente a concepção da política.

As implicações que esta ausência de crença dos instrumentos que fortalecem a democracia, bem como nos representantes, apontam para o caos que vivenciamos nos dias atuais: Uma miscelânea de oposições e fragmentações, nas atrocidades vivenciadas com as constantes denúncias de desvios do dinheiro público, nas instituições que deveriam exercer de maneira eficaz a *accountability* e que tem deixado ‘passar’ delitos gritantes.

As ideias de liberdade de expressão e igualdade aparecem nos depoimentos como um valor que deve ser preservado para a prática democrática, mas, o elemento que nos chama atenção é a compreensão da democracia, embora que não vivenciem nas suas práticas, como um governo que vise atenuar desigualdades.

A igualdade provoca as mais diversas reações, considerando que setores privilegiados não aceitará de bom grado a perda de alguns privilégios, talvez até mais do que isso, não aceita de bom grado que todos possam ter a possibilidade que se têm. O ódio a democracia revela este aspecto catastrófico de relação ambivalente que se tem com um regime que se ergueu trazendo consigo uma desordem. (RANCIÈRE, 2014).

Mas esta é apenas uma das visões elaboradas, não perdemos de vista a esperança que os eleitores entrevistados denotam de que esta desordem seja passível de consertos. São nas atitudes políticas, nas manifestações vivenciadas nos últimos anos, no direito de se expressarem que eles têm visto a possibilidade de mudanças.

A democracia não é um regime encerrado, ela está em constante processo de ressignificação, que nos permite identificar o caos, ao tempo que se pensa em mudanças “a democracia no nosso país, tá sendo uma abertura, nós temos exemplo né, de várias ações que aconteceram tanto no Brasil, né, se não tivesse democracia, se a gente não fosse livre, a gente jamais teria estes acontecimentos na nossa política, no nosso país”. (SOCORRO, 65 ANOS, PROFESSORA, ENTREVISTA 08/03/16).

É com esta afirmação que acreditamos sinalizar para algumas das contribuições desenvolvidas no transcorrer deste exercício que objetivou compreender a democracia dentro de uma abordagem socioantropológica, recuperando elementos que compõe o regime democrático, apontando que estes elementos são sustentados na vida cotidiana das pessoas.

Acredita-se ser esta a contribuição de um exercício que primou por ver a democracia num dos seus elementos mais substantivos: os eleitores e suas práticas. A tese, aponta sim um conjunto de fragilidades que vivenciamos, mas visa apontar antes de tudo possibilidades, é na crença dos processos históricos, das agências e prática dos eleitores que se pode pensar em mudanças.

“As democracias existem porque nós as inventamos, porque estão em nossas mentes e na medida em que soubemos como mantê-las vivas e em boas condições”. (SARTORI, 1987, p. 37). Encerramos nossa tese com a crença de que a democracia, longe de ser compreendida somente de um prisma institucional, se fundamenta de subjetividades, se fundamenta no desejo de representação e igualdades entre nós.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Afonso de. Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política. **In: Produção e Recepção dos sentidos midiáticos/** Antonio Canelas Rubim & Ione Maria G. Bentz (orgs). Petrópolis, RJ, Vozes, 1998. Págs 09-27.
- ALDÉ, Alessandra. **As eleições presidenciais de 2002 nos jornais.** ALCEU – v.3 – n.6 – p.93 a 121 – jan/jun, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A construção da Política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa/** Alessandra Aldé. – Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2004.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. As sondagens de opinião. **In: Sistema político brasileiro: uma introdução/** organizadores: Lúcia Avelar & Antonio Otávio Cintra. [2.ed]. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A cabeça do eleitor: estratégias de campanha, pesquisa e vitória eleitoral/** Alberto Carlos Almeida. – Rio de Janeiro: Record, 2008.
- AMES, Barry. Os Entraves da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2003
- BALANDIER, Georges, O Drama. In: **Poder em cena.** Coleção Pensamento Político, nº 46, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. p.30 a 46.
- BARNES, J.A. **Redes sociais e processo político.** In: Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos/ Bela Feldman – Bianco (Org.) – São Paulo: Editora UNESP, 2010. 524p.
- BAQUERO, Marcello. **Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006).** *Opin. Publica* [online]. 2007, vol.13, n.2, pp. 231-259. ISSN 1807-0191.
- BAQUERO, C. M. J.; CASTRO, H. C. O.; RANINCHESKI, S. (Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. *Política & Sociedade (Impresso)*, v. 15, p. 9-38, 2016.
- BARREIRA, Irllys. A política de perto Recortes etnográficos de campanhas eleitorais. *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*, 74, pp. 177-194, 2006. Artigo extraído da Internet: [http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/a\\_politica\\_de\\_perto.pdf](http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/a_politica_de_perto.pdf). Acesso em 02/17/2017.
- BOBBIO, Norberto *et alii*. **Dicionário de política (v. I).** Trad.: Carmen C. Varriale et alii. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia/** tradução: Marco Aurelio Nogueira. – São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BONELLI, M. A. O Retrato da Política: Cobertura Jornalística e Eleições. In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, Voto e Representação Política.** Rio de Janeiro, Contracapa, 1996.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos/** Ecléa Bosi. – 3.ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A opinião pública não existe.** Palestra proferida em 1972.
- \_\_\_\_\_. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação/** Pierre Bourdieu: Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico/** Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 13ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.



- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Ideologias econômicas e democracia no Brasil**. *Estud. av.* [online]. 1989, vol.3, n.6, pp. 46-63. ISSN 1806-9592.
- CARREIRÃO, Yan de S. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**/Yan de Souza Carreirão. – Florianópolis: Ed da UFSC; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. – 11ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: O novo jogo político**/Patrick Champagne; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. – Petropolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHAVES, C. de A. Eleições em Burity: A Pessoa Política. In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1996.
- \_\_\_\_\_. Os limites do consentido. In: **Etnografias da Participação**/organizadoras, Jurema Brites e Cláudia Fonseca – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. 379 p.
- CITADINO, Monique. Poder Local e Ditadura Militar: O governo João Agripino – Paraíba. (1965-1971)/ Monique Citadino. – Bauru, SP: Edusc, 2006. 424 p.
- CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX/ James Clifford; organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ, 1998.
- CORDÃO, Michelly P. de S. **O jogo político da democracia: lutas simbólicas na “redemocratização” brasileira (1984-1985)**/ Michelly Pereira de Souza Cordão. – Campina Grande, 2015. Tese de doutorado.
- COSTA, Homero de Oliveira. **Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)**/ Homero de Oliveira Costa. – Porto Alegre: Sulina, 2007.
- COURTINE, Jean-Jacques. Os Deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos, Claraluz, 2003. p. 21 a 34
- DAMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro. 6ªEd. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Págs. 219-238
- ELIAS, Norbert. Habitus nacional e opinião pública. In: **Escritos&Ensaio; Estado, processo, opinião pública**. / Norbert Elias; organização e apresentação, Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort; tradução texto em inglês Sérgio Benevides, textos em alemão, Antonio Carlos dos Santos; textos em holandês, João Carlos Pijnappel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
- FEIJO, Jessica. & RABAY, Gloria. Relação de Gênero no Horário Eleitoral: Análise de caso nas eleições 2012 à prefeitura de João Pessoa. In: **Intersecções entre política, mídia e tecnologia: novos dizeres, novos fazeres**/ Elizabeth Cristina de Andrade Lima. – Campina Grande: EDUFCG, 2014.
- FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto**/ Marcus Figueiredo; prefácio de Wanderley Guilherme dos Santos. – Belo Horizonte: Editora: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo, Petrópolis: Vozes, 1985.

- GOLDMAN, Marcio. "Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do Movimento Negro de Ilhéus, Bahia, Brasil". 203-226. In: **Política no Brasil: Visões de Antropólogos** Moacir Palmeira & Cesar Barreira (Orgs.). Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2006.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era de comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.
- HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C. & BARREIRA, I. (orgs.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.
- HOLANDA, S. B de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.
- \_\_\_\_\_. Rituais de comensalidade na política. In: **Como se fazem Eleições no Brasil – estudos antropológicos**. Rio de Janeiro, Relumê Dumará, p. 243 a 270. 2002.
- KINZO, Maria. D. G. "Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil." RBCS, Vol. 20, nº. 57, 2005.
- KLEIN, Cristian. Os sistemas eleitorais e seus efeitos. In: KLEIN, Cristian. O desafio da reforma política: consequências dos sistemas eleitorais de listas aberta e fechada. Mauad X. Rio de Janeiro, 2007.
- LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e Ensaio sobre a dádiva. In: **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, 14: 174 – 194, jun., 2000.
- LAVAREDA, Antonio. **Emoções ocultas e estratégias eleitorais/** Antonio Lavareda. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. **Intersecções entre política, mídia e tecnologia: novos dizeres, novos fazeres/** Elizabeth Cristina de Andrade Lima. – Campina Grande: EDUFCEG, 2014.
- LIMA, Elizabeth & ARAÚJO, Josileide. **Pior que ser é parecer ser – Estigma e relações de gênero – O caso da campanha de Tatiana Medeiros nas eleições 2012 em Campina Grande – PB. In: Intersecções entre política, mídia e tecnologia: novos dizeres, novos fazeres/** Elizabeth Christina de Andrade Lima. – Campina Grande: EDUFCEG, 2014.
- LIMA, Elizabeth. Christina de Andrade. **Ensaio de Antropologia da política/** Elizabeth Christina de Andrade Lima. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações.** *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 1999, vol.14, n.40, pp. 11-30. ISSN 1806-9053.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião pública/** Walter Lippmann; tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MAGNANI, José G. C. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** *Revista Brasileira de Ciências. Sociais.* [online]. 2002, vol.17, n.49, pp. 11-29. ISSN 0102-6909.
- \_\_\_\_\_. **A antropologia urbana e os desafios da metrópole.** *Tempo soc.* [online]. 2003, vol.15, n.1, pp. 81-95. ISSN 0103-2070.
- MAGALHÃES Nara. **O Povo Sabe Votar, Uma Visão Antropológica.** Petrópolis: Vozes/Unijuí. 140 pp. 1998.
- MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Caude Lévi-Strauss;** tradução de Lamberto Puccinelli. São Paulo, EPU, 1974.

- \_\_\_\_\_. A expressão obrigatória dos sentimentos. **In: Mauss. Antropologia.** OLIVEIRA, Roberto Cardoso (org.). São Paulo: Ática, 1979.
- MAQUIAVEL. O Príncipe; Comentado por Napoleão Bonaparte. Tradução: Pietro Nassatti 7ª edição. Editora afiliada.
- MELO, Carlos Ranulfo. **The 2014 Elections and the Brazilian Party System.** *Bras. Political Sci. Rev.* [online]. 2015, vol.9, n.1, pp. 93-114. ISSN 1981-3821.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa/** Luis Felipe Miguel. – 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e opinião pública. **In: Sistema político brasileiro: uma introdução/** organizadores: Lúcia Avelar & Antonio Otávio Cintra. [2.ed]. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- MINAYO, Maria C. de S. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia. **In: Textos em representações sociais/** Pedrinho A Guareschi, Sandra Jovchelovitch (orgs); prefácio Serge Moscovici. – 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. Págs 89-111.
- MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites da Paraíba (1985-2015).** / José Marciano Monteiro, Campina Grande – PB – 2016.289 f. Tese de doutorado em Ciências Sociais.
- NICOLAU, J. **História do Voto no Brasil.** Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2002.
- O'DONNELL, G. Accountability Horizontal e novas poliarquias. **Revista de Cultura e Política**, n. 44. São Paulo. 1998.
- PAIVA, Denise; BRAGA, Maria do Socorro S. and PIMENTEL JR., Jairo Tadeu Pires. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opin. Publica* [online]. 2007, vol.13, n.2, pp.388-408. ISSN 0104-6276. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762007000200007>
- PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz. **Os comícios e as políticas de facções.** Anuário Antropológico/94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Págs 31-94.
- PALMEIRA, M. e HEREDIA, B. Política Ambígua. **In: Imaginários Sociais em Movimento: oralidade e escrita em contextos multiculturais/** Miranda, Júlia; Pordeus, Ismael; Laplantine, François. (Org.). Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 281-298.
- PALMEIRA, Moacir. Eleição Municipal, política e cidadania. **In: Política no Brasil: Visões de Antropólogos** Moacir Palmeira & Cesar Barreira (Orgs).. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2006.
- PEIRANO, M. O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais / Mariza Peirano (org.). – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002 . – (Coleção Antropologia da política; 12).
- PEIXOTO, Vitor & RENNO, Lucio. **Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil.** *Opin. Publica* [online]. 2011, vol.17, n.2, pp. 304-332. ISSN 0104-6276.
- PEREIRA, Isabelle C. **Política e Comunidade: relações entre líderes comunitários e candidatos/políticos em Campina Grande – PB/** Isabelle Costa Pereira. – Campina Grande, 2013. Dissertação de Mestrado.
- PRZERWORSKI, Adam. **Amas a incerteza e serás democrático.** Tradução de Roseli Martins Coelho. Novos Estudos, nº09, 1984. 11 p.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso.** *Novos estud. - CEBRAP*[online]. 2011, n.89, pp. 6-15. ISSN 0101-3300.

- PITKIN, Hanna. F. Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova* [online]. 2006, n.67, pp.15-47. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452006000200003> acesso em 15/03/2017.
- RENNO, Lucio R.. **Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006.** *Opin. Publica* [online]. 2007, vol.13, n.2, pp. 260-282. ISSN 1807-0191.
- REIS, F., org. LAMOUNIER, B., *et al.* *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. 315 p. ISBN 978-85- 99662-96-0.
- RIBEIRO, Renato. J. A política como espetáculo. **In: Anos 90: Política e Sociedade no Brasil/** Evelina Dagnino (org). – São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. **In: Os clássicos da política/** Francisco Weffort, organizador. – 14. Ed. – São Paulo: Ática, 2011.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social/** Jean-Jacques Rousseau; [tradução: Antonio de Pádua Danesi]. – 3.ed – São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- RUA, Maria das Graças & BERNARDES, Franco Cesar. Escolha Racional e Novo Institucionalismo: Notas Introdutórias **In: O Estudo da Política: Tópicos Selecionados.** Ed. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- SÁ, Simone Perereira de. Netnografias nas Redes Digitais. **In: Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massas às ciberculturas /** org. José Luiz Aidar Prado – São Paulo: Hacker Editores, 2002, 168 p.
- SADEK, Marta. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de *virtú*. **In: Os clássicos da política/** Francisco Weffort, organizador. – 14. Ed. – São Paulo: Ática, 2011.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História.** Tradução de Barbara Sette, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada/tradução de Dinah de Abreu Azevedo.** São Paulo: Editora Ática, 1987.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. O Estado Espetáculo. Rio de Janeiro, Difel, 1978.
- SCOTTO, G. Campanhas de rua, candidatos e biografias. **In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Márcio. Antropologia, Voto e Representação Política.** Rio de Janeiro, Contracapa, 1996.
- SIMMEL, George. **Questões fundamentais da sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
- SOUZA, Maria do Carmo C. Os mecanismos da Centralização. **In: Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964).** Editora: Alfa-Omega. Série 1, Volume III. São Paulo, 1983, p. 83-104.
- TURNER, Victor. **O processo Ritual: estrutura e anti-estrutura: tradução de Nancy Campi de Castro,** Petrópolis, Vozes, 1974.
- ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- WEBER, M. Os tipos de dominação. **In: Economia e Sociedade.** Brasília: Editora UnB. Vol.1, Págs. 139-198. (1994).

# **ANEXOS**

### **Roteiro semiestruturado de entrevista**

1. Como você vê uma campanha eleitoral?
2. Conte-me um pouco como você participa das campanhas eleitorais.
3. Quais as lembranças que você tem de outras campanhas eleitorais?
4. Que eventos acontecem neste momento que te chama atenção?
5. Como você acha que um político faz para convencer o eleitor?
6. Que preocupações o candidato precisa demonstrar para te convencer?
7. Como você faz a para escolher o candidato em quem quer votar?
8. O que pra você representa política no nosso país?
9. O que é para você a política?
10. Fale-me um pouco o que você pensa da democracia.
11. O que você chamaria de uma atitude democrática?

## Descrição dos entrevistados

Entrevista 1 – José, Professor de Música, 63 anos, Ensino Médio Completo, Residente no Bairro Novo Bodocongó, Não filiado a partido eleitoral. Entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2016.

Entrevista 2 – Jeane, 56 anos, do lar, Ensino Fundamental Incompleto, Residente no Bairro de José Pinheiro. Não filiada a partido eleitoral. Entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2016.

Entrevista 3 – Gustavo, 28 anos, Professor de Inglês, Graduado em Inglês, Residente no Bairro Universitário. Não filiado a partido eleitoral. Entrevista realizada em 28 de fevereiro de 2016.

Entrevista 4 – Elizabeth, 50 anos, Aposentada, Ensino Fundamental Incompleto, Residente no Bairro do Pedregal. Não filiada a partido eleitoral. Entrevista realizada em 29 de fevereiro de 2016.

Entrevista 5 – Cilney, 23 anos, Eletricistas, Ensino Medio Completo. Residente no Bairro Bodocongó. Não filiado a partido eleitoral. Entrevista realizada em 01 de março de 2016.

Entrevista 6 – Patrícia, 43 anos, Funcionária Pública (Conselho), Graduada em Filosofia. Residente no Bairro Santo Antônio. Não filiada a partido eleitoral. Entrevista realizada em 01 de março de 2016.

Entrevista 7 – Bárbara, 16 anos, Estudante escola particular, Ensino Médio Incompleto. Residente no Bairro Monte Castelo. Não filiada a partido eleitoral. Entrevista realizada em 02 de março de 2016.

Entrevista 8 – Maycon, 17 anos, Estudante escola pública, Ensino Médio Incompleto. Residente no Bairro Prata. Filiado a partido político. Entrevista realizada em 08 de março de 2016.

Entrevista 9 – Socorro, 65 anos, Professora de Sociologia, Graduada. Residente no Bairro Santo Antonio. Filiada a partido político. Entrevista realizada em 08 de março de 2016.

Entrevista 10 – Afonso, 39 anos, Vereador e Professor, Mestre. Residente no Bairro Dinamérica. Filiado a partido político. Entrevista realizada em 11 de março de 2016.

Entrevista 11 – Ana, 32 anos, Auxiliar de creche, Ensino Médio Completo. Residente no Bairro da Liberdade. Não filiada a partido político. Entrevista realizada em 13 de março de 2016.

Entrevista 12 – Mércia, 34 anos, Professora Educação Infantil, Ensino Superior Incompleto. Residente no Bairro Velame. Não filiada a partido político. 14 de março de 2016.

Entrevista 13 – Aline, 30 anos, Artesã e do lar, Ensino Médio Completo. Residente no Bairro Centro. Filiada a partido eleitoral. Entrevista realizada em 15 de março de 2016.

Entrevista 14 – Igor, 22 anos, Policial, Graduado em Administração, Residente no Bairro de Bodocongó. Não filiado a partido eleitoral. Entrevista realizada em 23 de abril de 2016

Entrevista 15 – Cecília, 44 anos, Funcionária Pública (Saúde), Graduada em Saúde. Residente no Bairro da Palmeira. Não filiada a partido político. Entrevista realizada em 11 de maio de 2016.

Entrevista 16 – Jota, 64 anos, Ex-vereador e Professor, Graduado. Residente no Bairro de Monte Castelo, filiado a partido político. Entrevista realizada em 12 de junho de 2016.